

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

JULIANA DOURADO BUENO

**DE CAMPONESAS A OPERÁRIAS:
Experiências do transitar feminino**

São Carlos

2011

JULIANA DOURADO BUENO

**DE CAMPONESAS A OPERÁRIAS:
Experiências do transitar feminino**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva

São Carlos

2011

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

B928co

Bueno, Juliana Dourado.

De camponesas a operárias : experiências do transitar feminino / Juliana Dourado Bueno. -- São Carlos : UFSCar, 2011.

206 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2011.

1. Trabalho feminino - aspectos sociais. 2. Trajetória social. 3. Trabalhadores rurais. 4. Agroindústria do frango. 5. Relações étnico-raciais. I. Título.

CDD: 305.43 (20ª)



Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676
13565-905 São Carlos - SP / Fone/Fax: (16) 3351.8673
www.ppgs.ufscar.br - Endereço eletrônico: ppgs@ufscar.br

Juliana Dourado Bueno

Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, no dia 04 de fevereiro de 2011 às 14h, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em 04 de fevereiro de 2011

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva
Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFSCar
Orientadora e Presidente

Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins
Universidade Federal de São Carlos

Prof. Dr. Fábio Kazuo Ocada
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Para uso da CPG

Homologado na 20.ª Reunião da CPG-
Sociologia, realizada em 16/03/2011

Prof. Dr. Valter Roberto Silvério
Coordenador do PPGS

*Dedico este trabalho à
Valquíria e ao Luiz Cláudio
Presentes de Deus.*

Agradecimentos

Deixo aqui meus agradecimentos às pessoas e às instituições que percorreram comigo as experiências que fazem com que hoje eu tenha a formação de cientista social e pesquisadora, mas também àquelas que alimentaram meus sentimentos para que eu tivesse o “senso crítico aguçado”, pessoas que me acolheram nos momentos de angústia, que ouviram minhas indagações e questionamentos; outras que souberam o momento de silenciar, pois era tempo de alimentar a paciência e a calma.

Sou grata pelas pessoas que permitiram que suas experiências cotidianas fossem meu “laboratório de Sociologia”. Falo neste momento de meus familiares, amigas e companheiro, que conviveram com minhas indagações sociológicas que em muitos casos partiram para tentativas de intervenções.

A troca da experiência com vocês certamente está refletida neste estudo, na medida em que tento contemplar os questionamentos acerca de relações sociais desiguais tão presentes em nosso cotidiano.

Registro aqui meu carinho e estima:

*Às pessoas que me incluíram em seus sonhos, projetos, preocupações e afeto: minha mãe e meu pai, Valquíria e Luiz Cláudio.

*Àquelas que dividiram comigo os momentos mais íntimos, que conhecem boa parte dos meus defeitos: minhas irmãs, Lilian e Amanda. Amor que transborda o ser.

*Aos que me mostraram os valores da coragem, enfrentamento e amor incondicional: minha avó Maria Aparecida e meu avô Alcebíades.

*Àquele que faz de sua experiência cotidiana uma escola de amor à vida: Erivelto – seu apoio, amor e companhia são essenciais.

*Às pessoas que persistiram em fornecer o afeto da amizade, ainda que distantes no espaço físico: Cíntia, Nathália, Patrícia, Rejane, Juliana Seabra, Janaína e Gláucia. O carinho de vocês nesse período foi fundamental.

*Sou muito grata pelo apoio de minha orientadora, Maria Aparecida de Moraes Silva, co-autora deste trabalho, que mostrou com muita determinação os valores mais belos da docência que passam pela dedicação ao trabalho e responsabilidade pela pesquisa. Agradeço pela seriedade destinada ao meu trabalho, pelas incontáveis conversas, sugestões, seleção de dados; pela sucessão de incentivos, por acreditar no meu trabalho. Esse aprendizado me completa.

*À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pelo apoio financeiro concedido nos anos de 2009 e 2010.

*À Universidade Federal de São Carlos; ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e funcionárias. Agradeço especialmente à Ana Maria Suficiel Bertolo, pela dedicação ao trabalho e afeto que me foi destinado.

*Aos docentes do PPGS/UFSCar: Maria da Glória Bonelli, Richard Miskolci e Tânia Pellegrini, pelo comprometimento acadêmico e o entusiasmo que demonstram em suas aulas e pesquisas.

*Aos professores que contribuíram para o debate com importantes sugestões e críticas na ocasião do Exame de Qualificação e Defesa: Rodrigo Constante Martins, Rosemeire Aparecida Scopinho e Fábio Kazuo Ocada.

*Aos discentes da disciplina Seminários de Dissertação que contribuíram com sugestões para esta pesquisa, quando ainda estava na fase inicial do projeto: Talita, Aline, Victor, José Américo, Elaine.

*Às pessoas que contribuíram para o texto por meio da leitura, interpretação e organização dos dados: Erivelto, Nathalia, Débora, Beatriz, Rafael, Sílvio Matheus, Karina, Lúcio e Gisele.

*Às pessoas que me acompanharam na pesquisa de campo: Beatriz Medeiros de Melo, Andréia Peres Appolinário, Lúcio Verçosa.

*Aos colegas do *Grupo de Pesquisa Terra, Trabalho, Memória e Migração*: Rodrigo, Fábio, Stella, Beatriz, Carmen, Claudirene, Jadir, Rafael e Adriana. Agradecimento especial à Adriana Bogado, que contribuiu com sugestões de leitura e reflexões sobre as relações de gênero.

*Às pessoas com quem conversei em Ibaté e São Carlos. Agradeço por compartilharem importantes fragmentos de suas vidas: narrativas, conversas, angústias, café, suco, bolo, feijoada.

*Aos colegas do grupo de estudo dos arredores do PPGS: Lidiane, Rejane Siqueira, Rafael, Lúcio e Beatriz. Agradeço pelos debates.

*Aos colegas com quem eu dividi o tempo e a experiência enquanto cursava o Mestrado em São Carlos: Pricila, Janaína, Vanessa, Tiago Alíson.

*À Gisele Rangel Nascimento, por me escutar em cada detalhe, passo conquistado e angústias nos meses que anteciparam a Defesa de Mestrado.

*Aos colegas da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, na Diretoria Regional em São João da Boa Vista, que me incentivaram e me auxiliaram para que eu pudesse realizar as disciplinas do Mestrado e, posteriormente, pudesse me afastar do trabalho para realizar a pesquisa: Mário, Márcia, Rita, Ângela, Raquel, Jose, Gervásio, Fernando, Beto, Aguinaldo, João e Arlete.

Muito obrigada pela presença de vocês em minha trajetória!

RESUMO

O ponto de partida da análise aqui compreendida é a transitoriedade de tarefas realizadas por mulheres ao longo de suas trajetórias de vida. O universo empírico e também o local no qual as mulheres residem atualmente é o interior do Estado de São Paulo (municípios de São Carlos e Ibaté), fortemente marcado pelo crescimento das agroindústrias da cana-de-açúcar, laranja e abate de frangos. Tais setores empregam muitos homens e mulheres, em sua maioria migrantes e negros/as e são caracterizados por apresentarem condições precárias, com superexploração de trabalho, prolongamento e intensificação das jornadas, ocasionando lesões, acidentes e até mesmo (no caso da atividade no corte de cana-de-açúcar) mortes de trabalhadores e trabalhadoras. Os relatos das experiências femininas nos permitiram observar que as mulheres se empregam, em um curto período de tempo, em atividades na colheita da laranja, corte de cana e posteriormente, tornam-se operárias do abatedouro de frangos. Para além do teor das atividades realizadas no campo e na cidade, verificamos também os processos sociais que estão envolvidos nos referidos espaços. O exercício de apresentar o passado por meio das narrativas se encarrega de anunciar outras vivências: o movimento migratório e a experiência com o cultivo de terra em pequenas propriedades nos Estados da Região Nordeste do país; o emprego do trabalho familiar nas antigas colônias e a posterior mudança para a cidade; o assalariamento rural e o trabalho realizado no abatedouro de frangos. Assim, é possível apreender os aspectos objetivos e subjetivos que envolvem as práticas cotidianas femininas: a socialização das mulheres para se responsabilizarem pelos afazeres domésticos e cuidados com crianças e idosos, a subordinação aos homens – pais, namorados, maridos; a dupla jornada de trabalho feminina; as alterações nos modos de vida, e as práticas de resistência nos ambientes de trabalho e na esfera doméstica. Para realizar esse estudo voltamos o olhar para um referencial teórico dos estudos de assalariamento rural, relações de gênero e raça/etnia. O emprego da metodologia da história oral foi de fundamental relevância para apreender a multiplicidade das vivências femininas como camponesas e posteriormente como empregadas de um abatedouro de frangos – para onde as narrativas convergem. Foi realizada pesquisa de campo no município de Ibaté/SP e São Carlos/SP; aplicados questionários biográficos e entrevistas com as mulheres trabalhadoras do abatedouro de frangos e dois homens que ali também realizaram atividades. Além disso, foi feita uma consulta a um processo contendo informações sobre as intervenções do Ministério do Trabalho e Emprego de São Carlos na empresa de abate de frangos.

Palavras-chave: Trabalho rural; trabalho e gênero; agroindústria do frango; exploração do trabalho feminino; gênero e raça/etnia.

Lista de quadros, figura e gráfico

Quadro 1 – Síntese das informações das mulheres e dos homens entrevistados.....	33
Quadro 2 – Ocupações ao longo da trajetória e setores por onde as trabalhadoras e os trabalhadores já passaram no abatedouro.....	36
Figura 1 – Localização do município de Ibaté e cidades vizinhas.....	76
Gráfico 1 – Projeção de exportação de carnes no Brasil para os anos de 2008 a 2019.....	134

Lista das linhas de trajetórias

Linha 1 – Trajetória de Leni.....	38
Linha 2 – Trajetória de Lizandra.....	39
Linha 3 – Trajetória de Francisca.....	39
Linha 4 – Trajetória de Cida.....	40
Linha 5 – Trajetória de Nice.....	41
Linha 6 – Trajetória de Nathália.....	42
Linha 7 – Trajetória de Mariana.....	42
Linha 8 – Trajetória de Manoela.....	43
Linha 9 – Trajetória de Andréia.....	43
Linha 10 – Trajetória de Júlia.....	44
Linha 11 – Trajetória de João.....	44
Linha 12 – Trajetória de Cleusa.....	45
Linha 13 – Trajetória de Rejane.....	46
Linha 14 – Trajetória de Milton.....	46

SUMÁRIO

RESUMO	6
Lista de quadros, figura e gráfico	7
<i>Passado e presente – os marcos na trajetória de pesquisa</i>	10
Introdução ao tema	12
<i>Traços metodológicos: reflexões teóricas e vivências de pesquisa</i>	14
Metodologia aplicada	23
<i>Perfil das mulheres</i>	31
<i>As linhas de trajetória</i>	37
CAPÍTULO 1. INÍCIO DAS TRAJETÓRIAS: CARACTERIZANDO OS MODOS DE VIDA DO CAMPO	49
<i>Interior de São Paulo – As colônias</i>	49
<i>Região Nordeste – Campesinato</i>	55
<i>A saída do campo</i>	64
CAPÍTULO 2. ESPAÇOS E TEMPOS CRUZADOS: O ASSALARIAMENTO RURAL E A VIDA NA CIDADE	75
<i>O contexto social da região</i>	75
<i>Assalariamento rural – espaços reestruturados</i>	80
<i>A multiplicidade dos sujeitos</i>	97
CAPÍTULO 3. NA CADÊNCIA DA MÁQUINA: AS VIVÊNCIAS DAS OPERÁRIAS	133
<i>O setor da avicultura e o abate de frangos</i>	133
<i>A configuração do trabalho no abatedouro</i>	137
<i>O protagonismo da máquina e o descarte das trabalhadoras</i>	149
<i>Agentes sociais nos conflitos de trabalho</i>	169
Considerações Finais	183
Fotos da Linha de Produção do Abatedouro	188
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	191
<i>APÊNDICE A. Questionário biográfico e roteiro de entrevista</i>	200
<i>APÊNDICE B. Roteiro da conversa com o Delegado de Trabalho de São Carlos</i>	206

*“Quem construiu a Tebas de sete portas?
Nos livros estão nomes de reis.
Arrastaram eles os blocos de pedra?
E a Babilônia várias vezes destruída –
Quem a reconstruiu tantas vezes? Em que casas
Da Lima dourada moravam os construtores?
Para onde foram os pedreiros, na noite em que a Muralha da China ficou pronta?*

A grande Roma está cheia de arcos de triunfo.

*Quem os ergueu? Sobre quem
Triunfaram os Césares? A decantada Bizâncio
Tinha somente palácios para os seus habitantes? Mesmo na lendária Atlântida
Os que se afogavam gritaram por seus escravos*

Na noite em que o mar a tragou.

(...)

*Cada página uma vitória.
Quem cozinhava o banquete?
A cada dez anos um grande homem.
Quem pagava a conta?*

*Tantas histórias.
Tantas questões.”*

Bertolt Brecht. *Perguntas de um trabalhador que lê*

APRESENTAÇÃO

Passado e presente – os marcos na trajetória de pesquisa

Para iniciar este tópico é válido ressaltar a trajetória da pesquisadora e o envolvimento com a temática da Sociologia Rural, na medida em que a sucessão de participações e desenvolvimento de pesquisas permeadas pela temática do trabalho rural e das relações de gênero permitiu que ao cenário visualizado fossem acrescentados novos elementos de análise e compreensão da totalidade do processo social. Seja nos momentos de levantamento bibliográfico e posterior leitura sobre o tema, ou naqueles referentes à aproximação com o cotidiano de famílias camponesas e de trabalhadores assalariados rurais e urbanos – era possível apreender os diferentes caminhos e vivências das famílias cujas trajetórias são marcadas pelo processo de expulsão de homens e mulheres do campo.

Foram três os principais marcos na trajetória de pesquisa: a participação na Pesquisa *Reforma Agrária. A experiência das mulheres*, coordenada por Maria Aparecida de Moraes Silva. O início da vivência de pesquisadora se deu por ocasião da condição de bolsista de Iniciação Científica do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e estudante do curso de graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de São Carlos. Nesta ocasião foi possível conhecer e visitar dois assentamentos de terra (*Bela Vista do Chibarro*, em Araraquara/SP e *Horto Guarani*, localizado entre os municípios de Pradópolis/SP e Guataporã/SP), conversar com jovens, homens e mulheres que residem nos lotes, ouvir os relatos dos enfrentamentos de quem passou pelo processo de luta pela terra e também sobre os conflitos cotidianos – tais como a escassez de suporte técnico, ausência de transporte público para locomoção de estudantes até a cidade e dificuldade de escoamento dos produtos para a comercialização – para que tivessem condições suficientes de permanência nas terras.

Em meio à diversidade de experiências das famílias assentadas, foi possível observar casos extremos que apontavam para o (des)cumprimento dos objetivos da Reforma Agrária: visitamos um lote em que a família toda se encarregava de tarefas na terra com a criação de animais e o desenvolvimento de uma diversidade de culturas cujos produtos eram utilizados para a subsistência familiar e também para a comercialização. Em contrapartida, encontramos em outros lotes a situação em que as terras eram arrendadas para usinas de cana-de-açúcar vizinhas ao assentamento.

Justamente o entorno sócio-econômico da grande agroindústria canavieira na região de Araraquara compõe o segundo marco da trajetória de pesquisa. Ainda em ocasião da pesquisa de Iniciação Científica, realizamos entrevistas com homens e mulheres que residiam no município de Ibaté/SP e que exerciam atividade no corte de cana e colheita da laranja. A maioria das famílias com quem conversamos tinha uma experiência de residir no campo, em pequenas propriedades, nas antigas colônias de café da região ou ainda, no caso de migrantes, em terras nos Estados da Região Nordeste do país. Ouvimos diversos relatos sobre a precarização das atividades realizadas no interior do Estado de São Paulo e a situação de instabilidade no emprego, em razão do período de entressafra. Nesta ocasião, tivemos conhecimento de que muitas pessoas que viviam em Ibaté procuravam emprego no abatedouro de frangos localizado no município de São Carlos, a 15 km daquele. Foi nos revelado também a precarização de atividades realizadas no interior do abatedouro.

Frente a esse cenário aparece então a temática do terceiro marco da trajetória de pesquisa: o trabalho e vida das mulheres empregadas no abatedouro de frangos. O desenvolvimento da pesquisa deu origem à Monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais¹, que buscou verificar as condições de trabalho no interior do abatedouro segundo as narrativas das mulheres, em sua maioria, ex-cortadoras de cana. No entanto, uma questão se mostrou bastante relevante: a transitoriedade de trabalhos exercidos pelas mulheres ao longo de suas trajetórias pelos espaços ditos “rurais” e “urbanos”. Surge, então, o tema do Projeto de Pesquisa de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, cujo objetivo era verificar os processos de transformação dos espaços “rurais” e “urbanos”, tendo como ponto de partida a diversidade de trabalhos realizados pelas mulheres ao longo de suas vidas nesses espaços e os modos de vida a eles pertinentes. A hipótese central era a de que os espaços não devem ser entendidos como dicotômicos, mas, antes de tudo, em sua complementaridade, uma vez que as mulheres transitam entre eles no decorrer de suas trajetórias.

Para além dos marcos acadêmicos da trajetória de pesquisa, a vivência da pesquisadora enquanto cientista social e a observação cotidiana dos dizeres e práticas

¹ BUENO, Juliana Dourado. *Da cana à agroindústria do frango: participação e representação das mulheres*. São Carlos: UFSCar/Departamento de Ciências Sociais, 2006. 45p. Monografia de Conclusão de Curso orientada pela professora Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva.

entre amigos e familiares permitiram uma reflexão contínua acerca das relações sociais que fazem com que certos grupos sejam discriminados e muitas vezes, como no caso das mulheres que transitam entre o assalariamento rural e urbano, tenham suas experiências tornadas invisíveis.

Introdução ao tema

O ponto de partida e o universo de investigação da pesquisa desenvolvida neste estudo são a experiência e a trajetória laboral de mulheres e homens que trabalharam em um abatedouro de frangos em São Carlos/SP. As narrativas nos permitiram verificar que, para além da precarização característica de suas trajetórias laborais, essas pessoas têm o início de suas vidas marcado pela moradia e/ou trabalho no campo.

As trajetórias evidenciam que num primeiro momento, muitos vão sendo obrigados a deixar as áreas das colônias e fazendas de café no interior do Estado de São Paulo (regiões de Araraquara e São Carlos), que foram sendo transformados em imensos canaviais.

Para outras pessoas, o movimento migratório quase forçado em razão da expansão de monoculturas, escassez de terras e serviços nas regiões de origem nos Estados do Nordeste, as afasta de um contexto de vivência nas terras onde costumavam tirar o sustento próprio e familiar. Além disso, muitas delas que se empregavam no corte de cana-de-açúcar são alijadas dessa atividade devido ao crescente processo de mecanização do corte.

Trata-se, portanto, de pessoas que circularam pelos ambientes do campo e da cidade, em movimentos de idas e vindas que evidenciam a complementaridade entre os espaços “rurais” e “urbanos”, pois elas não só transitam por esses espaços em razão da diversidade de atividades laborais, mas carregam consigo as lembranças, os modos de vida, costumes, gestos, falas pertinentes aos espaços do campo e da cidade.

Diante desse cenário, faz-se necessário apresentar os processos sócio-históricos que envolvem os movimentos dessas pessoas por esses espaços, evidenciando as marcas das dimensões sociais de classe, gênero, raça/etnia e pertencimento geográfico presentes nas relações que envolvem esse transitar.

Esta perspectiva está ancorada na argumentação de Wanderley (2001), segundo a qual a existência do rural não supõe uma realidade isolada e que tenha lógicas exclusivas de funcionamento e reprodução. Antes de tudo, a autora considera que o

mundo rural “mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba” (p. 31). As considerações de Wanderley (Ibid.) também fundamentam o referencial de que o espaço rural apresenta uma dupla face constituída pelos seguintes elementos:

Em primeiro lugar, enquanto um espaço físico diferenciado. Faz-se, aqui, referência à construção social do espaço rural, resultante especialmente da ocupação do território, das formas de dominação social que tem como base material a estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais, como a água, da conservação e uso social das paisagens naturais e construídas e das relações campo-cidade. Em segundo lugar, enquanto um lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência “identitária”) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional) (p. 31).

No tocante à primeira questão, ela será abordada neste estudo levando-se em consideração o processo sócio-histórico que marcou a expulsão de famílias do campo. No que diz respeito ao interior do Estado de São Paulo, a transformação no espaço rural se deu, basicamente, pelo fim do colonato e também em razão do aumento significativo das terras cultiváveis voltadas para a produção de cana-de-açúcar. Entretanto, é na segunda questão apontada na citação acima que o estudo estará focado, na medida em que este referencial busca apresentar para além da dimensão geográfica, as particularidades dos modos de vida que as mulheres e os homens carregam consigo ao transitar pelos espaços do campo e da cidade.

Diante desse cenário, este estudo busca a seguinte contribuição: apresentar-se como uma das ferramentas para a compreensão do *continuum* rural-urbano. As bases dessa ferramenta são as trajetórias femininas e masculinas evidenciadas por meio de narrativas que apontam as dimensões sociais, e não só a interligação dos espaços físicos do campo e da cidade.

Assim, ao nos debruçar sobre as trajetórias dos sujeitos e grupos, especialmente as mulheres, estabelecemos um exercício sociológico de apreensão das relações entre estrutura e sujeito que se encarregam de mostrar as particularidades dos espaços sociais para além de sua dimensão física.

Traços metodológicos: reflexões teóricas e vivências de pesquisa

Apresentamos aqui os referenciais metodológicos da pesquisa, bem como as impressões e vivências que se deram em razão da aplicação dos instrumentais metodológicos.

Para traçar um caminho seguro que nos levasse ao objetivo geral dessa pesquisa – qual seja, o de apresentar as dimensões sociais envolvidas na transitoriedade entre os espaços rurais e urbanos ao longo da trajetória de vida das pessoas que trabalharam no abatedouro de frangos – a metodologia da história oral se mostrou bastante relevante por permitir que os dizeres e as práticas que se apresentam nos relatos, em momentos de entrevistas, conversas e observação ao campo empírico revelem uma outra história que nem sempre é apresentada pela “História Oficial”. Ao descrever atividades humanas até então consideradas sem valor, dá-se visibilidade aos grupos cuja história foi apagada ou esquecida (SCOTT, 1999, p. 24). Essa visibilidade é ainda mais relevante por se tratar de mulheres trabalhadoras, algumas das quais migrantes e negras, que têm suas identidades apresentadas de forma estigmatizante.

Por permitir que se estabeleça um diálogo entre a entrevistadora e as pessoas entrevistadas e uma situação de valorização dos entendimentos do grupo acerca de suas práticas, as narrativas apresentam novos elementos para a compreensão das formas identitárias do grupo, possibilitando também verificar as subjetividades que se apresentam nas trajetórias.

Esse diálogo acontece em razão da história oral considerar aquele que ouve e aquele que relata como possuidores de igual valor (PORTELLI, 1993). No entendimento do autor, este diálogo é estabelecido quando, por meio de uma postura ética, o entrevistador deixa espaço para que o entrevistado tenha confiança em contar sua história.

Buscamos na realização da pesquisa de campo estabelecer esse espaço de confiança das depoentes, atentando para o encontro de uma situação ideal de entrevista, tal como nos coloca Paul Thompson (1992): agendar uma data adequada para a pessoa entrevistada, a fim de que ela pudesse contar os fatos sem preocupação com as atividades que ainda deveria realizar; buscar um local apropriado que não apresentasse ruídos externos que comprometessem a gravação da conversa. Como nem sempre foi

possível encontrar essas condições, nos preocupamos em registrar no diário de campo as circunstâncias em que foram realizadas a entrevista: quem e quantas eram as pessoas presentes no desenrolar da entrevista, o local onde esta foi realizada, as diferentes intervenções, os momentos de silêncio, risos e outras expressões de sentimentos.

Para conduzir a entrevista lançamos mão de um roteiro semi-estruturado. Como se tratavam de histórias de vidas, e não simplesmente de informações a respeito de determinados assuntos, compreendemos que os fatos não precisariam ser narrados, necessariamente, numa ordem cronológica. Aplicamos também questionários² biográficos para que fosse estabelecida outra forma de aproximação com as mulheres que narravam suas histórias.

Apesar dos momentos de estranhamento que se apresentaram na pesquisa de campo no bairro em que vivem as trabalhadoras nos municípios de Ibaté e São Carlos, em boa parte das situações (nos momentos de entrevista, conversa e visitas aos domicílios) houve um processo de identificação e interesse pela atividade desenvolvida pela pesquisadora. Algumas pessoas se mobilizaram, conduzindo a pesquisadora até as residências em que viviam mulheres que trabalharam no abatedouro, em outros momentos dando sugestões e importantes informações para o desenvolvimento da pesquisa.

O processo de identificação se deu, muitas vezes, em razão da condição de estudante da pesquisadora. Algumas trabalhadoras do abatedouro com quem foram realizadas as entrevistas são jovens que concluíram recentemente o Ensino Médio. Uma delas narrou sua experiência de aprendizado no Magistério, ocasião em que teve que elaborar um trabalho final que lhe exigiu também o desenvolvimento de uma pesquisa e questionou a pesquisadora quanto ao conteúdo de uma pesquisa de Mestrado, compartilhando assim as experiências estudantis. Outra trabalhadora também se mostrou bastante interessada pelo teor dos trabalhos desenvolvidos na Universidade e quis saber como era a rotina dos estudantes que ingressavam nesse espaço.

Mas não só as mulheres recém egressas do Ensino Médio apresentaram essa aproximação. Em algumas ocasiões, as situações de entrevista aproximaram membros do grupo doméstico e se mostraram como uma atividade interessante. As narrativas trazidas pelas memórias das mulheres permitiram que aquelas que contavam suas histórias revivessem algumas experiências e aproximaram os ouvintes – inclusive

² O roteiro da entrevista e o questionário biográfico encontram-se no “APÊNDICE A”, ao final deste texto.

familiares que estavam no local da entrevista – de uma situação pouco conhecida ou inesperada. Essa experiência pareceu em certas ocasiões trazer uma nova prática aos grupos familiares, pois o tempo das mensagens rápidas, tempo da valorização das informações novas parece ter sido abandonado para dar cena ao tempo de ouvir casos, ouvir os conflitos familiares que só permitiram ser evidenciados porque histórias de vida, sentimentos rememorados puderam ser narrados. *Sites* de relacionamentos com mensagens curtas e vídeos rápidos da internet, em certas ocasiões foram deixados de lado para que viesse à tona o tão escasso, nos dias de hoje, “tempo de ouvir”.

Para Ianni (1995), a rapidez das mensagens e a fragmentação do tempo e espaço são características fortemente presentes na sociedade global. O clima que envolve os ambientes da sociedade global é cercado por dados imediatos.

O grande relato se revela insatisfatório, ultrapassado, insuficiente. Em lugar da grande narrativa, articulação abrangente ou histórica, coloca-se o método aforístico, a colagem, bricolagem, montagem, vídeo-clipe, pastiche, a pequena narração, a folclorização do singular, a ilusão da identidade (...). A história é substituída pelo efêmero, pela imagem do instante, pelo lugar fugidio. (...) Privilegia-se o dado imediato, evidente, cotidiano, inesperado, prosaico, surpreendente, fugaz (IANNI, 1995, p. 170).

Neste sentido, compreendemos que a memória se encarrega de apresentar as vivências de grupos, pessoas e famílias, estabelecendo um elo entre essas experiências e aquelas que se dão no presente, conforme nos demonstra Pierre Nora (1993). No entanto, o contexto da modernidade, caracterizado pela idéia de progresso e evolução, expulsa os elementos que podem ser trazidos pela memória, pois valoriza somente o que é novo. Tais elementos, ainda que escassos, tornam-se o lugar da memória e se apresentam como "sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos" (Ibid., p.13). Em seu estudo sobre a memória, Ecléa Bosi (2003) aponta:

Os velhos, as mulheres, os negros, os trabalhadores manuais, camadas da população excluídas da história ensinada na escola, tomam a palavra. A história, que se apóia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios (p. 15).

As reflexões de Chauí (1994) se aproximam daquelas colocadas por Ecléa Bosi e complementa a ideia apontando que o impedimento da lembrança é fruto da sociedade capitalista, que “usa o braço servil do velho e recusa seus conselhos (...), desarma o

velho mobilizando mecanismos pelos quais oprime a velhice, destrói os apoios da memória e substitui a lembrança pela história oficial celebrativa” (CHAUI, 1994, p. 18).

As considerações de Raymond Williams (1989), por sua vez, nos levam ao entendimento de que a estrutura da memória se encarrega de apresentar outros modos de vida e formas identitárias que não aquelas impostas pela cultura dominante:

O que temos a dizer é que vivemos num mundo no qual o modo de produção e as relações sociais dominantes ensinam, inculcam e se propõem a normalizar, e mesmo a petrificar, modos de percepção e ação distanciados, separados e externos: modos de usar e consumir, em vez de aceitar e desfrutar, pessoas e coisas. A estrutura de sentimento das memórias é, portanto, significativa e indispensável enquanto reação a esta deformação social específica (p. 398-399).

Assim posto, compreendemos a relevância dos relatos orais tanto no momento em que são narradas as experiências das mulheres no interior do grupo, como nas ocasiões em que os dizeres das mulheres trabalhadoras tomam lugar no debate acadêmico e produção de uma memória na qual a experiência direta das personagens envolvidas ganha legitimidade no processo de construção do conhecimento.

As narrativas e as fontes escritas (estas advindas do debate teórico sobre o tema e de artigos de jornais) compõem a diversidade de fontes que nos foi colocada na pesquisa. Buscamos, assim, a compreensão de cada um dos instrumentos metodológicos do desenvolvimento da pesquisa enquanto peças de um mosaico (BECKER, 1993) que, unidas, formam uma figura diferente daquela apresentada a um olhar imediato dos fatos. Os relatos podem ser vistos, sob esta perspectiva, como peças fundamentais do mosaico, pois ao contrário dos tijolos de um muro, apresentam suas particularidades, cada qual em seu formato, cada qual com uma cor e tonalidade. Assim, a soma das partes resulta em uma imagem repleta de experiências que as análises institucionais não mostram em detalhes.

Para alcançar os objetivos lançamos mão também do processo de vigilância epistemológica evidenciado por Bourdieu et al. (2007) em sua análise sobre o ofício da Sociologia. Este artifício sugerido pelos autores consiste no ato de não fazer da pesquisa e análise uma simples aplicação de métodos de forma automática, mas, antes de tudo, tornar a operação de pesquisa, mesmo que rotineira, uma atividade que deve ser repensada, tanto em si mesma quanto em função da temática específica analisada (p. 14). Trata-se, na verdade, de rever os fatos, questioná-los e não tomar nenhuma das peças do mosaico enquanto instrumentos metodológicos prontos para serem utilizados, sem qualquer tipo de revisão.

A análise realizada a partir das narrativas femininas revela também uma busca pelo exercício da imaginação sociológica, que “nos permite apreender história e biografia e as relações entre as duas na sociedade” (MILLS, 2009, p. 84). No caso aqui apresentado, significa olhar atentamente para o contexto e estrutura em que se encontram os dizeres das mulheres operárias do abatedouro de frangos. Ou seja, estabelece-se uma complementaridade entre as condições objetivas e estruturais, e aquelas referentes às ações individuais. Em termos metodológicos, significa um entrecruzamento dos relatos orais e das fontes escritas.

Pensando assim, entendemos que os relatos das mulheres operárias do abatedouro somados aos registros históricos para a elaboração da análise são uma forma de exercer o artesanato intelectual proposto por Wright Mills (2009). O autor sugere: “Tente compreender o homem não como um fragmento isolado, não como um campo ou sistema inteligível em si e por si mesmo. Tente compreender homens e mulheres como atores históricos e sociais” (p. 58). Daí a relevância do estudo que compreende o campo de atuação dos sujeitos envolvidos na estrutura social.

Bourdieu faz uma metáfora bastante pertinente que demonstra também a relevância da análise que estabelece uma complementaridade entre o particular e o geral. Ele mostra que

tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um ‘sujeito’ cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações (1998, p. 189-190).

Tal metáfora acaba por se tornar o princípio norteador da análise aqui proposta, na medida em que serão tomadas as trajetórias de vida para a busca da compreensão das relações sociais que se estabelecem a partir da transitoriedade de ocupações no campo e na cidade.

Para realizar o estudo, lançamos o olhar sobre as trajetórias sociais femininas e verificamos certos marcos objetivos e subjetivos (DUBAR, 1998, p. 1) de sua trajetória laboral, como o casamento, a gravidez e a separação. Entendemos que, no momento em que as histórias de vida são narradas, é possível reinterpretar os acontecimentos do passado (PASSERINI, 1993, p.39), ou ainda examinar, por meio dos relatos biográficos,

o que passa despercebido a um olhar do presente tal como ele se apresenta. Passerini (1993) evidencia que o emprego da metodologia da história oral e, especificamente, a análise das histórias de vida, permitem

reverter velhos procedimentos e (...) não mais usar mitos do passado para ler o presente, e sim usar o presente para reinterpretá-los. Não existem chaves universais. Ao contrário, a fechadura se transforma em chave e vice-versa. Este é o princípio de uma interpretação que opta por envolver-se na sua própria gênese (p. 39).

As considerações de Pierre Bourdieu (1998) acerca dos relatos de histórias de vida também contribuem para a análise proposta, no sentido de que os acontecimentos biográficos são entendidos enquanto *colocações e deslocamentos* no espaço social, ou seja, fatos que se sucedem de acordo com a distribuição de diferentes capitais no campo em que se encontram os sujeitos. Nesse sentido, há espaço para a estrutura, tanto quanto para o agente:

Não podemos compreender uma trajetória (...) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis (BOURDIEU, 1998, p. 190).

Daí a importância de analisar os depoimentos de modo que eles se apresentem não apenas como uma sequência de acontecimentos que busque a relação *causa e efeito*, mas permitindo também que eles sejam verificados sob um caráter de confiança (BOURDIEU, 1998, p. 189) entre a informante e a pesquisadora, apontando assim outras possibilidades além daquelas colocadas pela simples inquirição a respeito das posições derivadas de uma estrutura.

As vivências de pesquisa também foram marcadas por algumas dificuldades que serão apresentadas na discussão que envolve as próximas linhas.

A primeira dificuldade apresentada foi conseguir uma autorização para adentrar o espaço do abatedouro de frangos para visualizar o ambiente fabril e presenciar, ainda que por um período breve, o processo de organização do trabalho. No entanto, a autorização não foi concedida.

Outro obstáculo enfrentado no decorrer da pesquisa foi a recusa dos homens em conceder entrevista sobre o trabalho realizado no abatedouro de frangos. A não aceitação em falar sobre a atividade veio por parte dos homens que continuavam empregados no abatedouro, mas também por parte de alguns que tinham saído recentemente da agroindústria, e que ainda tinham alguém da família empregado naquele local.

Apesar de buscarmos as condições adequadas e os horários mais pertinentes aos homens, distintas foram as situações de recusa: alguns concordavam em conceder entrevista, mas não estavam presentes no dia e local agendados; outros telefonavam momentos antes da entrevista pedindo para desmarcar a conversa; em um caso específico, em que entramos em contato com a irmã de um trabalhador, a recusa foi ainda mais direta – nós aguardávamos a presença dele em um pequeno mercado, mas quando ele apareceu por lá não nos cumprimentou. Sua irmã já tinha lhe relatado os motivos de nossa presença, mas ele preferiu não falar conosco. Naquela ocasião, ele ainda estava empregado no abatedouro de frangos – que tinha acabado de passar por um período de crise financeira, e por esse motivo, estava dispensando muitas pessoas.

Diante de tamanha recusa, conseguimos conversar somente com dois homens: João e Milton³. A conversa com o primeiro se deu depois de muitas recusas e indagações feitas ao telefone por ele. Diversas eram as razões pelas quais ele não estava: ora tinha prolongado seu turno de trabalho, ora estava no bar, e também jogando futebol no campo do bairro⁴. João e sua esposa, Júlia, tinham saído do abatedouro há pouco tempo, mas ele parecia ter um receio em falar sobre o trabalho que tinha feito no abatedouro. Quando finalmente consegui encontrá-lo em sua casa, conversamos bastante e ele foi bastante atencioso em esclarecer os detalhes de sua atividade ocupacional na agroindústria de frangos.

Milton, por sua vez, não fez qualquer objeção em conversar sobre o trabalho no abatedouro. Muito pelo contrário, logo que chegou à casa de Rejane, onde a entrevista foi realizada, ele foi contando os detalhes e todos os problemas que ele considerava existir no abatedouro – sua narrativa foi apresentada de forma bastante espontânea.

³ Todos os nomes aqui citados de trabalhadoras e trabalhadores com quem conversamos são fictícios.

⁴ As informações sobre o paradeiro de João eram fornecidas por Júlia, sua esposa, que também participou da pesquisa nos relatando sua história de vida. Estive presente em sua casa mais de três vezes para conversar com ela e tentar marcar uma entrevista com João.

Consideramos que a recusa dos homens em falar sobre o trabalho no abatedouro sugere importantes reflexões sobre as relações de trabalho que se estabelecem não só na agroindústria de frangos, mas em muitas atividades realizadas por essas pessoas ao longo de suas trajetórias laborais. Muitos ficam com medo de falar e posteriormente sofrer algum tipo de retaliação por parte da empresa, como a demissão, que seria o caso limite. Isso evidencia também que há um controle da empresa fora, mesmo, do ambiente de trabalho, isso porque os encarregados e líderes são pessoas que, em sua maioria, residem nos mesmos bairros dos “trabalhadores da linha” e que, portanto, freqüentam os mesmos lugares, supermercados, padarias, bares, estão presentes nos bairros, observando o que os trabalhadores fazem no ambiente fora da empresa.

O receio de relatar o trabalho também passa pelo sofrimento que as lembranças sobre um trabalho que trouxe tanta angústia podem causar. O trabalho realizado por boa parte dos homens no abatedouro de frangos é bastante perigoso e inseguro, e falar sobre algo que traz insegurança é mostrar uma característica que abala sua virilidade, na medida em que o cotidiano de trabalho é marcado por enfrentamentos a situações de risco. A virilidade é entendida aqui enquanto um “atributo que confere à identidade sexual masculina a capacidade de expressão do poder” (DEJOURS, 2000, p. 85). Portanto, falar do medo advindo do ambiente de trabalho é mostrar que se é um pouco menos *masculino*, pois os homens são cobrados constantemente em apresentar força para enfrentar situações adversas.

Além da recusa dos homens em conversar sobre o trabalho, a terceira dificuldade que marcou o desenvolvimento da pesquisa foi o tipo de relação que se pode estabelecer entre *pesquisadora* e os *sujeitos da pesquisa*. Muitas vezes me deparei com alguns constrangimentos e tentei, sempre que possível, escapar de algumas armadilhas que colocam os sujeitos da pesquisa como meros objetos, como pessoas que serão “analisadas”, que terão suas histórias de vida “sugadas” para que se obtenha o maior número de fatos sociais relevantes para a interpretação sociológica que se pretendia apresentar. A pergunta que ficava depois de ouvir histórias relevantes e peculiares era: “como lidar com o sofrimento apresentado nas narrativas?”

Em uma das idas a campo, já no ano de 2010, procurávamos as mulheres que tinham sofrido acidentes graves no abatedouro de frangos para que pudéssemos aprofundar a análise sobre as consequências das relações de trabalho tão precárias nesta

agroindústria. Enquanto realizávamos nossa busca, conversamos com algumas trabalhadoras que já estavam com a saúde bastante debilitada, apresentando dores nos braços e coluna, inchaço nos membros superiores, unhas quebradiças por manusear o frango em alta temperatura. “No entanto”, naquele dia buscávamos pessoas cujos membros tinham sido amputados pelas máquinas no interior do abatedouro, e como muitas entrevistas já tinham sido realizadas, não poderíamos agendar um horário para não prejudicar o andamento da pesquisa.

Depois de um tempo me dei conta de como as coisas estavam se encaminhando para a reprodução da representação das pessoas como “objetos de pesquisa” e procurei evitar que isso se repetisse. Este fato também trouxe uma reflexão sobre a invisibilidade das variadas formas de sofrimento causadas pela intensificação do trabalho na sociedade capitalista. Não são necessários os acidentes graves para nos mostrar quanta angústia e dor acaba por ser gerada com a exploração do trabalho de homens e mulheres. Embora Dejours escreva sobre a realidade do trabalho na Europa, suas considerações são de extrema relevância para expressar esse sentimento que aqui se apresenta:

Somente o martírio das vítimas da violência e das atrocidades bélicas, à distância, se oferece à curiosidade de nossos concidadãos. As meias-tintas não geram receita. Do mundo do trabalho não se ouvem senão ecos amortecidos na imprensa ou no espaço público, o que nos leva a crer que as informações que às vezes nos chegam sobre o sofrimento no trabalho são de caráter excepcional, extraordinário, não tendo portanto significado nem valor heurístico no que concerne à situação geral dos que trabalham na Europa de hoje. Assim, muito embora sua própria experiência seja discordante, muitos são os que fazem coro com os refrãos da moda sobre o fim do trabalho e a liberdade recobrada (DEJOURS, 2000, p. 28-29).

Assim, quando a análise sociológica se debruça sobre as múltiplas formas de violência advinda do trabalho, esperamos com isso não um combate direto e imediato ao sofrimento causado aos trabalhadores e trabalhadoras, pois a intensidade do trabalho já deixou suas marcas nos corpos e mentes de mulheres e homens; buscamos, contudo, um olhar que evidencie o fazer sociológico enquanto um *esporte de combate*⁵ que toque em questões que muitas vezes são marcadas pela invisibilidade.

⁵ Este termo é empregado tomando como base as considerações de Pierre Bourdieu proferidas em um documentário produzido por Pierre Charles (*La Sociologie est un Sport de combat*, 2001). Neste vídeo, Bourdieu propõe que a Sociologia seja um esporte de combate que lance suas análises para que as

Metodologia aplicada

Feitas as considerações acerca do eixo metodológico que orientou o estudo, cabe agora descrever a aplicação dos instrumentos de pesquisa. Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico e posterior leitura que contemplou os temas propostos pela pesquisa, como o trabalho rural, relações de gênero, trabalho precário, relações sociais entre os grupos, modos de vida e enfrentamentos dos trabalhadores, migrantes e mulheres.

Após a realização de leituras foi possível estabelecer um referencial teórico-metodológico mais completo para a elaboração dos questionários e roteiro de entrevista. Utilizamos o questionário biográfico e roteiro de entrevista já empregados em pesquisas anteriores do Grupo de Pesquisa *Terra, Trabalho, Memória e Migração*⁶ acrescentando alguns itens de interesse para esta pesquisa – como assuntos relacionados aos diferentes ambientes de trabalho – que contemplasse os objetivos da mesma.

No ano de 2009, o primeiro contato com as mulheres que trabalharam ou trabalham no abatedouro e residem em Ibaté/SP se deu em razão da atividade “Colcha de Fuxicos⁷”, oficina organizada por Claudirene Bandini e Adriana Bogado⁸. O intuito era realizar a oficina com as trabalhadoras do abatedouro de frangos. Para tanto, entrei em contato por telefone com duas pessoas com quem tinha conversado em razão da pesquisa de Monografia que tinha como objetivo analisar o trabalho das mulheres no abatedouro de frangos. Como nenhuma delas trabalhava mais naquela agroindústria, elas se comprometeram em conversar com conhecidas do bairro que ainda estavam

pessoas compreendam as origens das dissimetrias e violências simbólicas, e assim busquem uma saída para as diferentes formas de construções hierárquicas.

⁶ O grupo “Terra, Trabalho, Memória e Migrações” é m grupo de pesquisa vinculado ao CNPq, coordenado por Maria Aparecida de Moraes Silva. É composto por pesquisadores com vínculos institucionais na UFSCar, USP, Unicamp, UNESP, UFCG, *Universidad Autónoma do México* e *Universidad Nacional del Comahue*. Tem como opção teórico-metodológica a História Oral e a perspectiva analítica que relaciona os termos micro e macro estruturais, bem como aqueles ligados ao indivíduo e sociedade. As linhas de pesquisa que norteiam os estudos do grupo são: memória, migrações, relações de gênero, gestão de recursos hídricos e trabalho em tempos de globalização.

⁷ A ideia da atividade era ouvir alguns relatos sobre experiências femininas enquanto o fuxico era tecido. A atividade foi realizada durante o mês de março, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Foram ouvidos relatos de mulheres de diferentes grupos sociais, como estudantes, professoras universitárias, funcionárias encarregadas da limpeza e secretárias. A experiência foi muito enriquecedora, pois percebemos a diversidade dos fazeres femininos que se apresentaram nos depoimentos e na confecção dos fuxicos.

⁸ Doutoradas em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos, integrantes do Grupo de Pesquisa *Terra, Trabalho, Memória e Migrações*.

empregadas. Uma delas, Augusta, disse que tinha uma cunhada e uma vizinha que ainda estavam trabalhando no abatedouro. Foi por meio de Augusta que reiniciei, então, os contatos com as trabalhadoras do abatedouro de frangos que residem em Ibaté/SP.

A partir daí, no ano de 2009, foram realizadas sete visitas à Ibaté com os seguintes intuitos:

- Apresentar-me e conversar com duas mulheres (sem gravação, pois era o primeiro dia e optamos por uma aproximação) sobre o trabalho no abatedouro e, especificamente, sobre o grande número de demissões na empresa.

- Visitar a casa de uma das mulheres com quem tinha conversado na visita anterior. Neste dia, ela já tinha sido demitida. Foi aplicado, então, o primeiro questionário e gravada a entrevista que iniciaria a sequência de conversas com as trabalhadoras.

- Passar um tempo maior no bairro, por vários dias consecutivos, conversando com as pessoas, homens, mulheres e crianças. Nesta ocasião reencontrei por acaso uma família que conhecemos em 2005 em razão da pesquisa de Iniciação Científica com cortadores de cana. Pude observar um pouco mais de perto o cotidiano, o horário de chegada das trabalhadoras, a rotina das mulheres que foram dispensadas do abatedouro em razão da crise financeira, as novas alternativas encontradas após a situação de desemprego. Com muitas das mulheres entrevistadas, a aproximação se deu em razão das redes de contato com outras trabalhadoras – indicação de pessoas com quem conversava anteriormente. Aproximações diversas também se deram sob um aspecto mais informal, por meio de pessoas que passavam pela rua e que, num primeiro momento, tinha um certo estranhamento, mas em seguida, conversavam comigo dizendo que naquele bairro muitas pessoas tinham trabalhado no abatedouro. Nesse período apliquei seis questionários e realizei cinco entrevistas. Em uma das entrevistas, conversei com duas irmãs que residiam na mesma casa, ambas tinham trabalhado no abatedouro.

- Retornar à Ibaté para visitar as mulheres com quem havia conversado anteriormente para saber o resultado da audiência daquelas que foram dispensadas do abatedouro e saber do pagamento de quem ainda estava empregada.

No ano de 2010, após a realização do Exame de Qualificação, a partir das sugestões e encaminhamentos, retornamos a campo com o objetivo de conversar com as mulheres que tinham sofrido acidente de trabalho no abatedouro de frangos e também

tentar conversar com alguns homens que tinham trabalhado nesta empresa. Nesta ocasião foram feitas nove visitas nos municípios de Ibaté/SP e São Carlos/SP para a realização das novas entrevistas. Nestas ocasiões, os intuitos foram os seguintes:

- Retornar para Ibaté, procurar e conversar com as mulheres que tinham sofrido mutilações no corpo em acidentes de trabalho no abatedouro de frangos. Nesta ocasião, estive acompanhada da pesquisadora Beatriz Medeiros de Melo⁹. Realizamos duas entrevistas com trabalhadoras que tinham perdido o braço em acidentes de trabalho.

- Estabelecer uma aproximação com homens trabalhadores do abatedouro de frangos. Conseguimos alguns contatos de homens que estavam trabalhando no abatedouro de frangos e alguns que já tinham saído da empresa. Eles estavam residindo em um bairro na cidade de São Carlos/SP e o primeiro contato se deu por meio da pesquisadora Andréia Peres Appolinário¹⁰, que reside no mesmo bairro dos trabalhadores e costuma freqüentar um pequeno mercado, cujo proprietário é cunhado dos trabalhadores empregados no abatedouro. A partir daí foram se estabelecendo os contatos. No primeiro e segundo dia estive acompanhada da pesquisadora Andréia Peres e do pesquisador Lúcio Verçosa¹¹, que me auxiliariam na aproximação com os trabalhadores. Fizemos várias tentativas de conversar com os homens, mas a recusa foi quase total. Conseguimos entrevistar somente um trabalhador, João. A conversa com ele só foi possível depois de estabelecer um vínculo maior com sua esposa, Júlia, que também foi uma das pessoas entrevistadas.

- Retornar à casa de Júlia e João para preencher o questionário biográfico dos dois. Nessa ocasião pude presenciar um debate cotidiano sobre as relações étnico-raciais¹², que nem sempre é citado de forma direta na ocasião de entrevista. Essa interação foi possível porque estava no quarto onde Júlia utiliza para fazer as unhas de suas clientes. E como eu estava aguardando minha vez para ser atendida, a interação e os comentários aconteceram de forma espontânea. Elas não sabiam de imediato as razões pelas quais eu estava presente naquele local.

⁹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. Membro do Grupo de Pesquisa *Terra, Trabalho, Memória e Migração*.

¹⁰ Historiadora, membro do Grupo de Pesquisa *Terra, Trabalho, Memória e Migração*.

¹¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. Membro do Grupo de Pesquisa *Terra, Trabalho, Memória e Migração*.

¹² Tal situação será apresentada em detalhes no segundo capítulo.

- Retornar para Ibaté/SP tentar conversar com aquele que seria o segundo trabalhador a ser entrevistado. Entretanto, ele foi um de muitos que recusaram. Nesta ocasião estive acompanhada de Lúcio Verçosa. Conseguimos o contato de Cleusa e seu irmão, ambos tinham trabalhado no abatedouro de frangos. O objetivo era que Lúcio conversasse com o irmão de Cleusa e eu conversasse com ela. Entretanto, somente Cleusa estava presente no local e horário marcado.

- Última visita a campo no município de Ibaté/SP para conversar com Rejane e Milton. A entrevista já tinha sido agendada pelo telefone. A conversa foi realizada previamente com Rejane e posteriormente com Milton, Rejane e seu esposo. Esta ocasião foi bastante interessante para ouvir as considerações dos trabalhadores, pois como eles se conheciam anteriormente, o ambiente se aproximou mais de uma conversa do que de uma situação de entrevista. Tal interação possibilitou que as narrativas fossem apresentadas de forma mais espontânea, permitindo que viessem à tona elementos que até então não tinham sido levantados nas situações de pesquisa anteriores, como a questão do assédio sexual e do uso de drogas no interior do abatedouro.

Depois das visitas aos municípios de Ibaté/SP e São Carlos/SP nos anos de 2009 e 2010 foram feitas as observações no caderno de campo e transcritas as entrevistas. Em seguida, foram impressos alguns dos diários de campo e entrevistas na íntegra, para que a análise pudesse ser realizada. Para cada entrevista foi feito um levantamento dos eixos temáticos, tais como: início das trajetórias, movimento migratório, trajetória laboral, assalariamento rural, considerações sobre o trabalho no abatedouro, relações de sociabilidade, relações de gênero, e relações étnico/raciais. Algumas questões eram exclusivas e não apareciam em todas as entrevistas, assim, sempre que possível, foi feito um levantamento bibliográfico (posterior à leitura das entrevistas) acerca dos temas “novos” ou que “não estavam previstos” para o desenvolvimento da pesquisa.

Nem todas as questões puderam ser aprofundadas no decorrer do texto. A cada conversa realizada, as histórias narradas apontavam novos elementos que deixariam a análise mais completa, mas que não poderiam ser contempladas no texto da dissertação em razão dos objetivos que foram se estabelecendo ao longo da construção desse estudo.

Vale ressaltar ainda que, em razão do número reduzido¹³ de entrevistas e conversas com homens, optamos por elaborar o título e alguns subtítulos que remetessem às experiências femininas. Esta opção também está ancorada na perspectiva que aponta a relevância histórica das mulheres na sociedade. Compartilhamos das ideias de Pinsky (2007) acerca da obra *Minha História das Mulheres*, da historiadora Michelle Perrot. Pinsky tece os seguintes comentários:

Destacar as mulheres é uma forma de reforçar a idéia de que elas têm uma história, da qual são também sujeito ativo. Significa também, sem nenhuma contradição com a seriedade cobrada dos pesquisadores acadêmicos, engajar-se como militante no projeto de emancipação das mulheres (p. 247).

Não pretendemos com isso ocultar as trajetórias masculinas que nos foram apresentadas. Antes de tudo, intentamos destacar as experiências femininas em suas totalidades e particularidades e assim contribuir para um registro do fazer feminino que fuja da estigmatização do grupo das mulheres.

O desenvolvimento da pesquisa tomou novos caminhos a partir do grande número de demissões no abatedouro de frangos, com a ameaça de fechamento e a ocorrência de graves acidentes de trabalho naquele local – ambos os fatos noticiados pela imprensa local e regional, principalmente no primeiro semestre do ano de 2009. Diante de tais fatos, realizamos a coleta de informações publicadas em jornais do município de São Carlos e alguns regionais sobre os fatos que se desenrolavam no abatedouro. Além disso, conversamos com o Delegado do Trabalho de São Carlos, que permitiu a consulta do processo contendo dados das intervenções feitas pelo Ministério do Trabalho e Emprego no referido abatedouro.

O grande número de demissões no abatedouro de frangos foi bastante relatado nos jornais impressos do município de São Carlos. Colhemos e sistematizamos alguns dados dessas publicações, que contribuíram para a análise de diferentes formas: diretamente, como no casos dos graves acidentes ocorridos no interior do abatedouro; e

¹³ Foram realizadas duas entrevistas com homens e 12 entrevistas com mulheres.

indiretamente, quando os conflitos não são colocados tão claramente, por exemplo, na disputa entre alguns agentes sociais no campo jurídico.

Ao todo, foram nove reportagens¹⁴, sendo oito do JORNAL PRIMEIRA PÁGINA e uma da FOLHA DE S. PAULO – Folha Ribeirão, compreendendo o período de 22 de janeiro de 2009 a 14 de outubro de 2010. Os assuntos abordados nas reportagens sobre o abatedouro foram os seguintes:

- Acidente de trabalho com decepamento de braço de uma funcionária.¹⁵
- Visita ao abatedouro realizada por uma comissão de vereadores de São Carlos para verificar as condições de trabalho da agroindústria¹⁶; demissão de 1.100 dos 1.600 funcionários empregados; intervenções do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério Público na empresa desde o ano de 2001¹⁷.
- Atraso no pagamento dos funcionários – tanto os demitidos como os que continuavam empregados; manifestações realizadas em frente ao abatedouro por funcionários e sindicalistas.¹⁸
- A crise econômica mundial gerando grande número de demissões na opinião dos dirigentes da empresa.¹⁹
- Deferimento de um pedido de recuperação judicial feito pela empresa e concessão de prazos e condições especiais para o pagamento dos salários atrasados.²⁰
- Arrendamento do abatedouro por uma grande empresa do ramo alimentício em São Paulo com criação de novas vagas de trabalho.²¹

¹⁴ Nas citações em que aparece o nome da empresa, este termo será substituído por [abatedouro].

¹⁵ FUNCIONÁRIA deixa a Santa Casa. *Jornal Primeira Página*, São Carlos, 22 de janeiro de 2009, p. B3.

¹⁶ ROGÉRIO, Marco. [Abatedouro] recebe visita de vereadores. *Jornal Primeira Página*, São Carlos, 11 de março de 2009, p. B2.

VEREADORES visitam abatedouro. *Jornal Primeira Página*, São Carlos, 13 de março de 2009, p. A3.

¹⁷ ROGÉRIO, Marco. [Abatedouro] deve demitir 1.100 até abril. *Jornal Primeira Página*, São Carlos, 12 de março de 2009, página A3.

[ABATEDOURO] deve demitir 1.100 funcionários até o fim de abril. *Folha de S. Paulo*. 13 de março de 2009. Folha Ribeirão.

¹⁸ [Abatedouro] conclui 1.100 dispensas. *Jornal Primeira Página*, São Carlos, 07 de abril de 2009, p. Cidades.

¹⁹ EMPRESA culpa crise pela onda de cortes. *Jornal Primeira Página*, São Carlos, 07 de abril de 2009, p. Cidades.

²⁰ ROGÉRIO, Marco. [abatedouro] consegue recuperação judicial. *Jornal Primeira Página*, São Carlos, 13 de maio de 2009.

Vale ressaltar que a documentação coletada nas reportagens de jornais constituiu-se enquanto fonte complementar aos relatos das mulheres trabalhadoras e leituras bibliográficas sobre o tema, mesmo porque apresentam apenas parte do contexto social que nos propomos a averiguar. Além disso, elas não trazem elementos do cotidiano e as motivações dos agentes sociais que só são perceptíveis na riqueza das narrativas.

As reportagens dos jornais, enquanto documentos públicos não-arquivados (CELLARD, 2008), apresentam sua relevância de análise por acrescentar uma dimensão do tempo e espaço à compreensão do contexto social quando, por exemplo, colocam números de funcionários demitidos e datas específicas dos acontecimentos referentes ao abatedouro de frangos. A partir delas, também obtivemos informações sobre as intervenções do Ministério do Trabalho e Emprego de São Carlos e dos sindicatos que representam os trabalhadores e trabalhadoras do abatedouro de frangos.

Os fatos noticiados nas reportagens também nos levaram à decisão de conversar com representantes do sindicato e com o Delegado do Trabalho de São Carlos, Antônio Morillas. Entramos em contato com um dos representantes do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de São Carlos para agendar uma conversa, mas ele afirmou que tudo o que tinha a nos dizer sobre o abatedouro estava sendo noticiado pela imprensa.

Em relação ao Delegado do Trabalho, conseguimos uma conversa com ele, realizada no primeiro semestre de 2009 no Ministério do Trabalho e Emprego em São Carlos/SP. Antônio Morillas nos relatou que as denúncias às condições de trabalho no abatedouro de frangos foram feitas por algum funcionário público, pelos próprios trabalhadores e também pelo juiz do Trabalho, que verificou um grande número de demissões por justa causa.

As intervenções do Ministério do Trabalho no abatedouro se iniciaram em 2001, desde essa data, os relatórios de fiscalização verificaram as seguintes inconsistências: problemas no cumprimento da Legislação Trabalhista; *layout* da empresa que apresenta pequeno espaço, o que deixa os trabalhadores muito próximos uns dos outros, provocando acidentes; falta de intervalo entre as atividades realizadas, fazendo com que os trabalhadores executem um número elevado de tarefas repetitivas sem ao menos ter

²¹ FREITAS, Elias Taveira. Empresa de alimentos abre vagas de trabalho. *Jornal Primeira Página*, São Carlos, 14 de outubro de 2010. B4.

um período de descanso entre as tarefas; excesso de jornada; assédio moral, os encarregados exerciam uma pressão intensa sobre os trabalhadores, impedindo-os inclusive de ir ao banheiro. Foi sugerida uma alteração na planta do abatedouro, pois o pequeno espaço sendo ocupado por muitos trabalhadores somado à execução de movimentos repetitivos sem intervalo apresentam-se como uma das causas para os inúmeros acidentes ali ocorridos.

No ano de 2009, especificamente, foram realizadas duas intervenções na empresa por parte do Ministério do Trabalho. Durante a visita foram ouvidos os trabalhadores e observado o *layout* do abatedouro, verificando-se que o problema principal estava na planta, pois o prédio era inadequado para a realização do abate nas seções ali presentes.

Antônio Morillas nos afirmou que o grande problema na empresa era o atraso no pagamento dos funcionários e do acerto realizado com aqueles demitidos, pois muitos destes não receberam o FGTS. Finalizando a conversa, o Delegado mostrou rapidamente o processo contendo informações sobre as intervenções na empresa e sugeriu que eu marcasse um dia para realizar uma leitura completa do processo, já que ali as informações estavam detalhadas.

Foi realizada, então, uma consulta ao processo com informações sobre as intervenções do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)²² realizadas no abatedouro. No período de 18 de outubro de 2001 a 02 de fevereiro de 2009 foram mais de 10 ocorrências na empresa registradas no processo, envolvendo o ambiente de trabalho no interior do abatedouro e na granja de frangos.

Além dessas atividades acima relatadas, conseguimos algumas fotos da linha de produção do abatedouro²³, assim como alguns dos dados referentes aos valores das dívidas da empresa num documento que contém uma proposta de “Recuperação Judicial” desenvolvida por consultores da empresa, disponível na página eletrônica do grupo.

²² A consulta foi realizada em uma das salas do Ministério do Trabalho e Emprego de São Carlos. Como não foi autorizado que tirássemos a fotocópia dos documentos, foram selecionados os trechos relevantes para a pesquisa.

²³ As imagens do abatedouro se encontram no apêndice deste texto.

Perfil das mulheres

Apresentamos neste item as sistematizações dos dados dos questionários biográficos e das entrevistas.

Foram aplicados 14 questionários biográficos e realizadas 13 entrevistas com 12 mulheres e 2 homens durante as visitas ao campo empírico nos anos de 2009 e 2010²⁴. As conversas totalizaram aproximadamente vinte horas de gravação. As entrevistas foram transcritas e os dados dos questionários biográficos sistematizados. Com essas informações, a análise foi sendo elaborada a partir o eixo teórico-metodológico que orientou a pesquisa, abrindo espaço também para a incorporação de novos elementos que iam se apresentando durante as narrativas.

Os dados oriundos do questionário e das conversas foram utilizados na análise, tanto para traçar um perfil geral do grupo das mulheres que apontou para a transitoriedade entre os espaços rurais e urbanos, como no caso do uso dos marcos nas trajetórias, fossem eles mais particulares ou que evidenciassem elementos do contexto social em que vivem as mulheres e os homens entrevistados. As particularidades presentes nas trajetórias se encarregaram de apresentar alguns elementos relevantes para a consideração da totalidade dos fatos, como as diferentes formas de resistência, o contexto de violência doméstica, as persistências nas formas de dominação masculina na relação conjugal e os enfrentamentos no ambiente de trabalho.

No que diz respeito aos marcos biográficos, foi possível traçar o seguinte perfil das mulheres e homens entrevistados: a idade varia dos 20 aos 40, ficando na média dos 30 anos, aproximadamente. No momento em que as entrevistas foram realizadas oito mulheres e dois homens estavam casados; quatro mulheres estavam solteiras – entre elas, apenas uma nunca tinha se casado. Somente duas mulheres e um homem não tinham filhos e filhas.

Organizamos um quadro²⁵ que sintetiza algumas informações das mulheres e homens que foram entrevistados. Este quadro contém dados acerca da idade, nível de escolaridade, cor/raça²⁶, local de nascimento, número de movimentos migratórios já realizados e um breve resumo da trajetória de cada pessoa. O quadro foi elaborado com

²⁴ Foram utilizados também alguns fragmentos de entrevistas realizadas em ocasião do desenvolvimento das pesquisas de Iniciação Científica e Monografia. Nos casos em que estas entrevistas aparecem neste texto, destacamos o local e a data. Nos casos das entrevistas realizadas nos anos de 2009 e 2010, colocamos apenas o nome da pessoa entrevistada.

²⁵ Tomamos como referência de quadro-síntese o modelo utilizado por PRAZERES (2009).

²⁶ De acordo com a auto-declaração da pessoa.

o intuito de guiar a leitura no decorrer dos capítulos, uma vez que fragmentos das narrativas são apresentados por todo o texto. Orientamos que a leitora/ o leitor destaque a página que contém o quadro síntese das pessoas entrevistadas e o retome sempre que necessário no decorrer do texto, para guiar a leitura no momento em que as pessoas forem citadas.

QUADRO 1- Síntese das informações das mulheres e dos homens entrevistados

Nome	Idade	Cor/Raça	Escolaridade	Local de nasc.	Nº movim. Migrat.	Breve apresentação da trajetória
LENI	40	Branca	Fundamental incompleto	Bocaina -SP	3	Morava com a família em um pequeno sítio em Bocaina-SP, onde acompanhava o trabalho da mãe na colheita do café. Aos 15 anos realiza seu primeiro movimento migratório para trabalhar como empregada doméstica em uma casa de família. Realizou atividades no campo e na cidade. “Enfrentou” a colheita da laranja depois que o marido deixou a família e ela se tornou a principal responsável pelo sustento da casa e dos filhos. Atualmente vive com o segundo marido e os filhos e trabalha como empregada doméstica.
LIZANDRA	30	Negra	Ensino Médio completo	Pintadas -BA	4	Morava com a família em um sítio em Pintadas-BA. Seu primeiro movimento migratório se deu com o objetivo de acompanhar e cuidar da avó que estava doente. Passou uns tempos vivendo no Rio de Janeiro, onde trabalhou por poucos meses como empregada doméstica. De volta à Bahia, trabalhou como empregada doméstica e, em seguida decidiu migrar para Ibaté/SP, onde já viviam alguns de seus tios, que conseguiram o emprego para ela no abatedouro. Ela trabalhou por sete anos nesta empresa e atualmente está desempregada.
FRANCISCA	20	Negra	Ensino Médio incompleto	Bom Conselho -PE	3	Seu primeiro movimento migratório foi para Campinas/SP acompanhar os pais. O pai era reendeiro em Bom Conselho/PE e vendeu suas terras para migrar. Anos depois, a família retorna para Pernambuco. Lá, Francisca inicia os estudos de Magistério e o interrompe quando decide ir para Ibaté/SP com o marido, que já viera para o estado cortar cana. Ela se emprega no abatedouro e decide sair depois que engravida. Pretende voltar com o marido para Pernambuco antes de o filho completar um ano de idade, pois sente que “seu lugar” é em Bom Conselho.
CIDA	40	Branca	Fundamental incompleto	Araraquara -SP	1	Viveu em uma colônia em Araraquara-SP, onde realizava atividades no campo com seus familiares. Mudou-se para a cidade depois que os colonos foram expulsos da terra e se empregou na colheita da laranja, amendoim e corte de cana, onde conheceu seu primeiro marido. Realizou inúmeras atividades no campo e na cidade e foi a principal provedora dos dois filhos depois que se separou do marido. Trabalhou um ano no abatedouro e ficou afastada por três anos nesta empresa em razão de problemas na coluna e braços. Atualmente vive com o segundo marido e está desempregada.
NICE	35	Branca	Ensino Médio completo	São Carlos -SP	1	Viveu com a família em fazendas na região de São Carlos/SP, onde trabalhou em atividades na roça e também como cuidadora de crianças. Já residindo na cidade, realizou atividades no campo e também nas áreas “urbanas”. Rompeu com a situação de violência doméstica quando decidiu se separar do primeiro marido, que era o único provedor da casa. É a única das entrevistadas que continuou empregada no abatedouro.
NATHÁLIA	24	Branca	Ensino Médio completo	São Carlos -SP	1	Iniciou sua trajetória laboral acompanhando a mãe na colheita da laranja. Esta sempre foi o ponto de referência para encontrar trabalho, pois foi ela quem conseguiu o trabalho para as filhas no interior do abatedouro. Nathália tem uma filha e um filho, foi casada duas vezes e se decepcionou bastante com os relacionamentos.
MARIANA	22	Branca	Ensino Médio incompleto	São Carlos -SP	1	Irmã de Nathália. Sua trajetória laboral é idêntica à da irmã. Não concluiu seus estudos no Ensino Médio porque engravidou no período em que estava cursando o colégio e ficou envergonhada diante da turma da escola. Também casou com o pai de uma das filhas e depois se separou. Atualmente voltou a estudar, pensa em se casar e cursar uma faculdade.

MANOELA	22	Negra	Ensino Médio completo	Itaberaba -BA	3	Foi criada pela família da tia em um pequeno sítio na Bahia, onde viveu até os 13 anos de idade, quando decide migrar para o interior de São Paulo para viver com a mãe biológica. A experiência de morar com a mãe não foi muito agradável porque esta não concordava com as práticas homoafetivas dela. Depois de conseguir um emprego no abatedouro, decidiu sair da casa da mãe e viver com alguns rapazes e garotas, até conhecer aquela que viria a ser sua grande companheira, Marina. Sua rotina de trabalho intensa foi bruscamente alterada após um grave acidente de trabalho, que lhe mutilou o braço esquerdo. Atualmente, vive na casa da tia, está afastada do trabalho aguardando sua aposentadoria por invalidez.
ANDRÉIA	32	Branca	Fundamental incompleto	São Carlos -SP	1	Seu primeiro movimento migratório se deu depois que o marido abandonou a casa para viver com outra mulher. Andréia considerou que as possibilidades de emprego seriam mais elevadas em atividades rurais. E estes empregos seriam encontrados com maior facilidade se ela vivesse em Ibaté/SP, pois esta cidade conta com um número elevado de ônibus que partem para os laranjais e canaviais. Neste novo município, ela conheceu o atual esposo, que lhe conseguiu uma vaga no abatedouro. Com apenas nove dias de trabalho ela sofreu um acidente que lhe mutilou quase todo o braço direito. Atualmente, está aposentada por invalidez.
JÚLIA	29	Negra	Fundamental completo	Arari -MA	4	Cresceu em um pequeno sítio no Maranhão e logo quando criança foi “dada” por duas vezes pela avó para famílias ricas para viver na capital deste estado. Quando conhece seu atual esposo, Júlia é rejeitada pela família dele porque carrega o estigma da mãe, que era considerada pelos moradores da cidade e familiares como uma “vadia” por ter tido uma filha fora de um relacionamento. Ela migrou para o interior de São Paulo para encontrar o esposo, se empregou no abatedouro de frangos e pediu demissão por não suportar a intensidade do trabalho e a pressão exercida pelo encarregado. Atualmente está empregada em atividades autônomas, como as de revenda de produtos de beleza, manicure e depiladora.
JOÃO	28	Negro	Ensino Médio completo	Miranda do Norte -MA	1	Esposo de Júlia. Morava com os pais em uma comunidade no interior do Maranhão, onde realizava atividades ligadas ao plantio de alimentos, cultivo de animais e pesca. Sua migração para o Estado de São Paulo foi forçada pelos pais, que não aceitavam que ele se relacionasse com a namorada pelo fato dela ser considerada uma “vagabunda”. Em São Carlos/SP, ele se emprega no abatedouro de frangos, mas decide sair porque não suportava o sofrimento que aquela atividade lhe causara. Atualmente é operário de uma indústria de eletrodomésticos.
CLEUSA	37	Branca	Fundamental Completo	Garanhuns -PE	1	Realizou o primeiro movimento migratório aos 17 anos, veio para o interior de São Paulo acompanhada do marido. Em Pernambuco, ela trabalhava na terra da família e em terras arrendadas. Costumava <i>botar feira</i> com a irmã naquele estado. No Estado de São Paulo Cleusa já realizou diferentes atividades no campo e na cidade. Atualmente é empregada doméstica.
REJANE	20	Branca	Fundamental incompleto	Ibirataia -BA	5	Morava com a família em uma fazenda no interior da Bahia. Sua família passou por dificuldades financeiras em razão do problema de alcoolismo de seu pai – isso fez com que a percepção dela sobre a vida no campo fosse marcada pela condição de miséria. Aos 10 anos de idade, ela se mudou com a avó para um vilarejo com o objetivo de prestar cuidados a esta parenta. Aos 17 anos, migrou para o interior de São Paulo acompanhada da irmã. Em seguida, começou a trabalhar no abatedouro e conheceu seu marido. Atualmente é empregada doméstica.
MILTON	24	Negro	Ensino Médio incompleto	Jacobina -BA	2	É o único dos entrevistados que nunca residiu no campo. Entretanto, a transitoriedade entre o campo e a cidade se dá durante sua trajetória laboral: ele exerceu atividades como operário em várias indústrias do interior de São Paulo e trabalhou operando máquinas que recolhem a cana-de-açúcar depois de colhida. Trabalhou menos de um ano no abatedouro de frangos, período suficiente para lhe causar um quadro de depressão em razão da intensidade das tarefas realizadas.

Com exceção de uma pessoa entrevistada, as demais, em algum momento de suas trajetórias, residiram em áreas rurais. Iniciaram suas vidas em fazendas, sítios e colônias da região de Araraquara e São Carlos/SP, assim como nos sítios e comunidades em municípios do interior dos Estados da Bahia, Maranhão e Pernambuco.

Os dados do questionário biográfico apontam também que, de modo geral, a ocupação dos avôs e avós caracterizavam-se por tarefas ligadas ao espaço rural: muitos deles residiam em colônias com seus familiares, outros cuidavam das próprias lavouras em pequenas propriedades de terra. A ocupação dos pais e mães também esteve ligada às atividades agrícolas, seja por meio do arrendamento de pequenos pedaços de terra, trabalhando em fazendas, e, em um caso específico verificou-se o emprego do pai no corte de cana-de-açúcar.

No que diz respeito às atividades realizadas na infância e juventude, a maioria das pessoas entrevistadas exerceram alguma tarefa ligada à terra, mesmo que fosse em forma de “ajuda” aos pais. A maioria passou pelo assalariamento rural, em atividades no corte de cana, colheita da laranja e plantio de eucalipto.

Apresentamos abaixo um quadro com as ocupações já realizadas por cada uma das pessoas entrevistadas, onde já é possível perceber além da transitoriedade de tarefas entre os espaços do campo e da cidade, também a circulação entre os diferentes ambientes de trabalho. Por se tratar de pessoas, em sua maioria, jovens, verificamos que o tempo de permanência em cada ocupação é bastante curto²⁷.

²⁷ O quadro contém também as seções do abatedouro pelas quais as trabalhadoras e os trabalhadores já passaram. As informações deste quadro serão retomadas em profundidade no decorrer do terceiro capítulo, quando trataremos da polivalência exigida dos funcionários e funcionárias na empresa.

QUADRO 2 – Ocupações ao longo da trajetória e setores por onde as trabalhadoras e os trabalhadores já passaram no abatedouro.

Nome	Ocupações	Setores do abatedouro
LENI	Emprego doméstico, setor metalúrgico, colheita do café, colheita da laranja, abatedouro.	Corte, embalagem, evisceração
LIZANDRA	Cuidadora da avó, abatedouro e emprego doméstico.	Corte, embalagem
FRANCISCA	Abatedouro.	Embalagem, evisceração
CIDA	Trabalho na colônia, trabalho doméstico, colheita do amendoim, corte de cana, serviços de cozinha, colheita da laranja, abatedouro, indústria de laminação.	Escaldagem, evisceração
NICE	Serviços domésticos de cuidado com crianças, trabalho na fazenda, corte de cana, plantação de cana, emprego doméstico, colheita da laranja, abatedouro.	Evisceração, limpeza
NATHÁLIA	Colheita da laranja, abatedouro.	Evisceração e Serviço de Inspeção Federal
MARIANA	Colheita da laranja, setor de comércio.	Serviço de Inspeção Federal
MANOELA	Cuidado e criação de animais em fazenda, abatedouro.	Corte, escaldagem, embalagem
ANDRÉIA	Corte de cana, colheita da laranja, emprego doméstico e abatedouro.	Limpeza
JÚLIA	Serviços domésticos de cuidado com crianças, emprego doméstico, abatedouro.	Embalagem, injetora
JOÃO	Lavoura, pescaria, abatedouro.	Pendura, descarregamento de frangos, caldeira
CLEUSA	Arrendatária, roçado próprio, corte de cana, colheita da laranja, plantio de eucalipto, emprego doméstico, abatedouro.	Embalagem, escaldagem
REJANE	Empregada doméstica, cuidadora da avó, abatedouro.	Injetora e embalagem
MILTON	Engatador da cana, operário indústria de laminação, supermercado, abatedouro.	Descarregamento de frangos e sangria

No que diz respeito ao atual vínculo com as áreas rurais, se pensarmos nos laços familiares e nas relações de trabalho, é possível afirmar que a maioria mantém algum vínculo – algumas pessoas têm pais/outras parentes que vivem em sítios e fazendas,

outras saíram recentemente do trabalho na colheita da laranja e há aquelas que visualizam a possibilidade de trabalhar como assalariadas rurais.

Algumas ligações são mais fortes que as outras, na medida em que certos vínculos originais, como no caso daquelas que viveram em colônias, não podem ser restabelecidos em razão do encaminhamento do processo histórico-social que expulsou os colonos das terras.

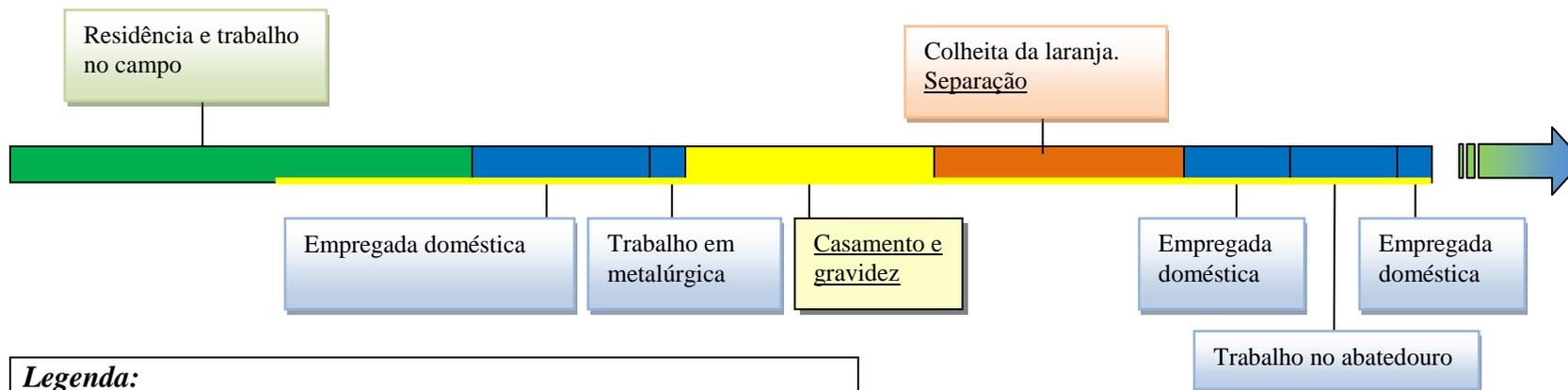
As linhas de trajetória

Feitas as considerações gerais acerca dos perfis das mulheres e homens, cabe agora atentar especificamente para os marcos nas trajetórias que evidenciam o movimento de transitoriedade entre os espaços rurais e urbanos. Para facilitar a leitura desse movimento, muitas vezes caracterizado pelas idas e vindas às formas de trabalho assalariado rural e urbano, foram elaboradas as linhas de trajetória.

As linhas representam num traço cronológico as diferentes atividades desenvolvidas pelas mulheres ao longo de suas vidas. Para cada tipo de atividade foi destacada uma determinada cor. Assim, todas as trajetórias se iniciam com a cor verde, que representa o trabalho e/ou a residência no campo. A cor amarela mostra o exercício do trabalho doméstico não remunerado. O trabalho assalariado rural é expressado pela cor laranja; e a cor azul representa o trabalho assalariado urbano e /ou a residência na cidade. A espessura de cada cor na linha é proporcional ao tempo despendido em cada atividade. Além dos trabalhos realizados, destacamos na linha cronológica os marcos biográficos, como o casamento, mudança para a cidade, separação e filhos. A linha amarela contínua, que representa o trabalho doméstico não remunerado, demonstra a dupla jornada de trabalho feminina ao longo da vida.

Apresentamos a seguir as linhas de trajetórias das mulheres e dos homens entrevistados em nossa pesquisa. Com as linhas pretendemos mostrar visualmente a transitoriedade de atividades realizadas nas áreas urbanas e rurais de forma sintetizada.

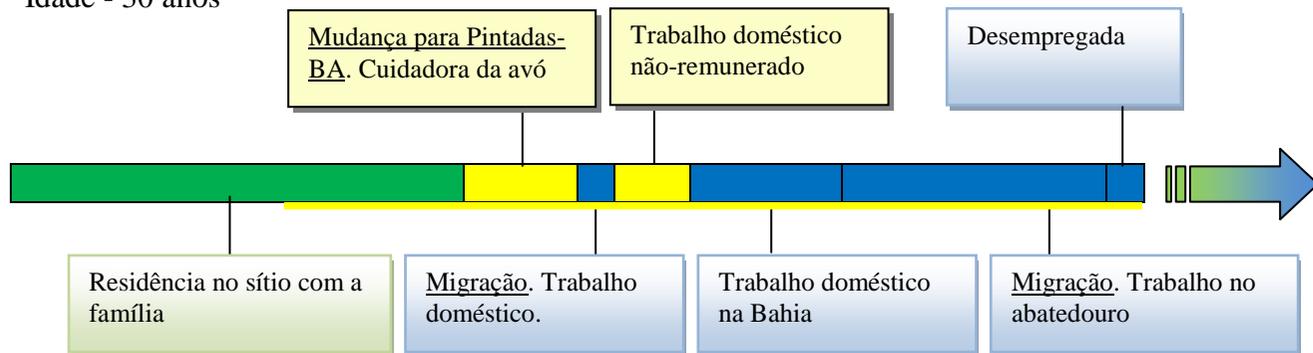
Linha 1 - Trajetória de Leni
Idade - 40 anos



Legenda:	
	<i>Trabalho e/ou residência no campo: Colônia, sítio ou roçado.</i>
	<i>Trabalho e/ou residência na cidade.</i>
	<i>Trabalho assalariado rural</i>
	<i>Trabalho doméstico não-remunerado</i>

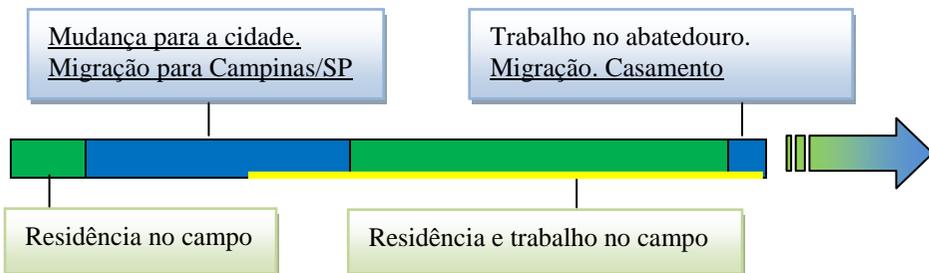
Linha 2 - Trajetória de Lizandra

Idade - 30 anos

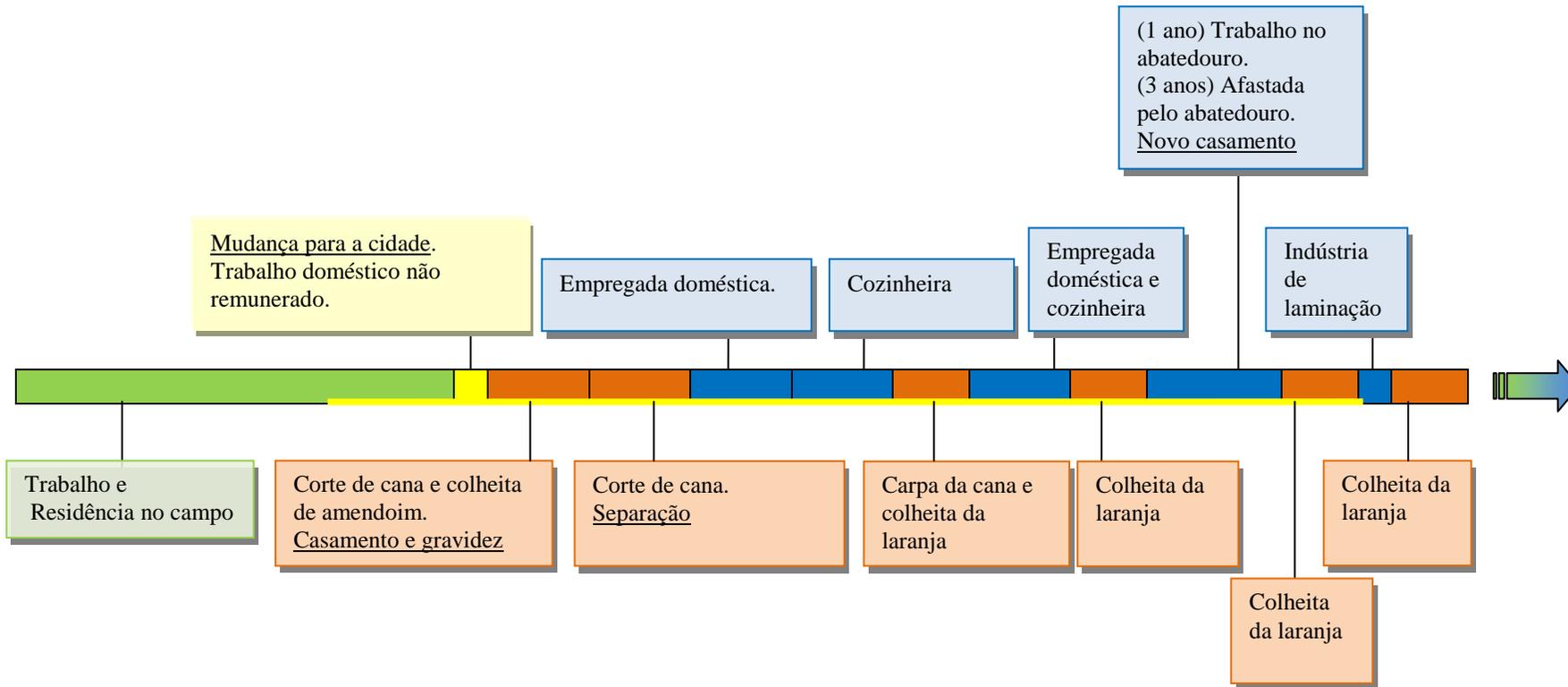


Linha 3 - Trajetória de Francisca

Idade - 20 anos

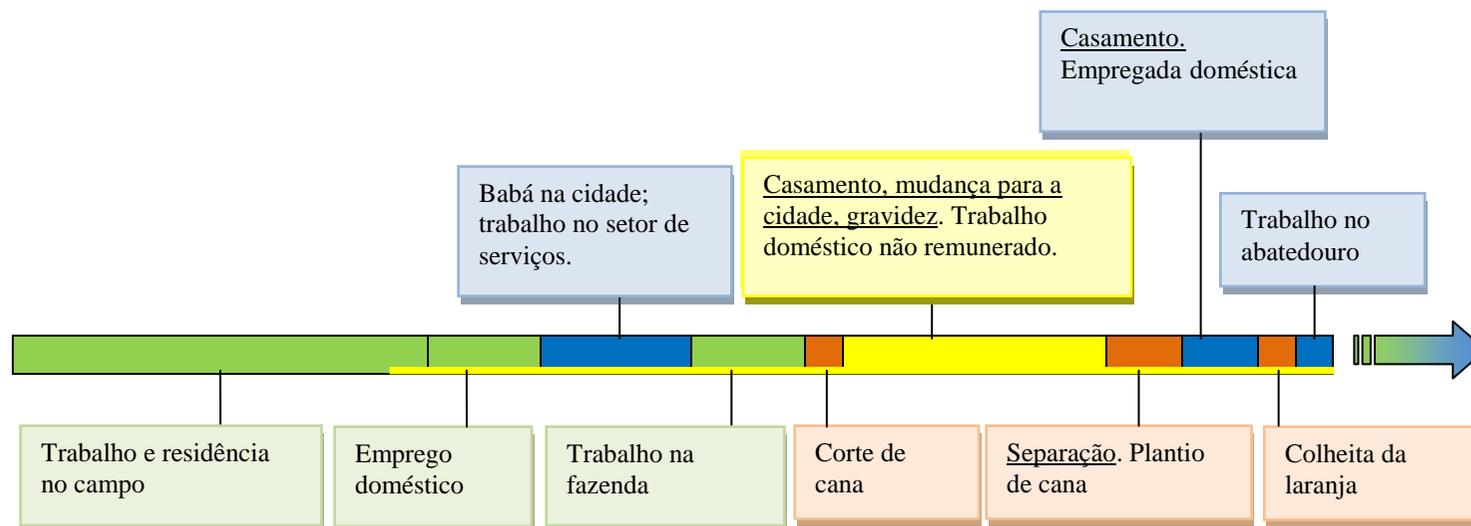


Linha 4 - Trajetória de Cida
Idade - 40 anos



Legenda:	
	Trabalho e/ou residência no campo: Colônia, sítio ou roçado.
	Trabalho e/ou residência na cidade.
	Trabalho assalariado rural
	Trabalho doméstico não-remunerado

Linha 5 - Trajetória de Nice
Idade - 35 anos

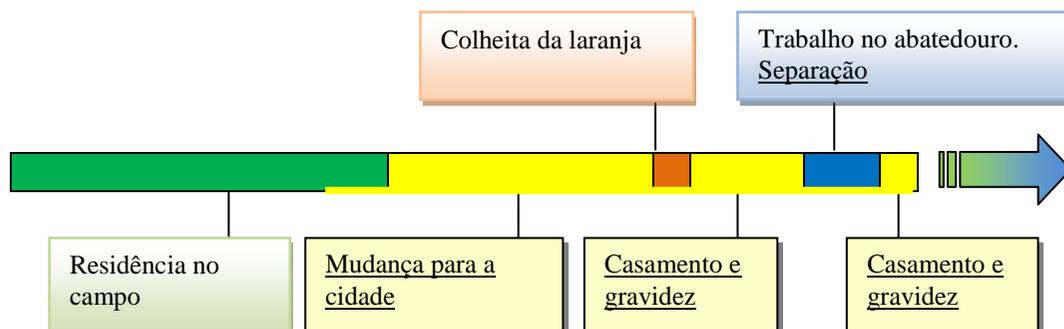


Legenda:

	<i>Trabalho e/ou residência no campo: Colônia, sítio ou roçado.</i>
	<i>Trabalho e/ou residência na cidade.</i>
	<i>Trabalho assalariado rural</i>
	<i>Trabalho doméstico não-remunerado</i>

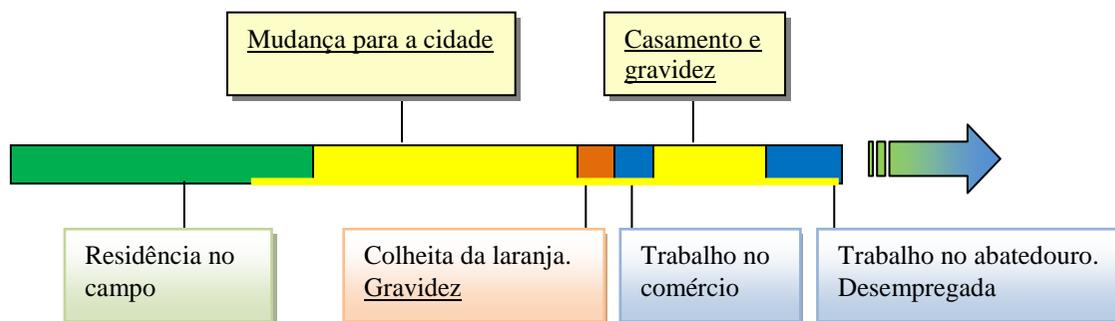
Linha 6 - Trajetória de Nathália

Idade - 24 anos

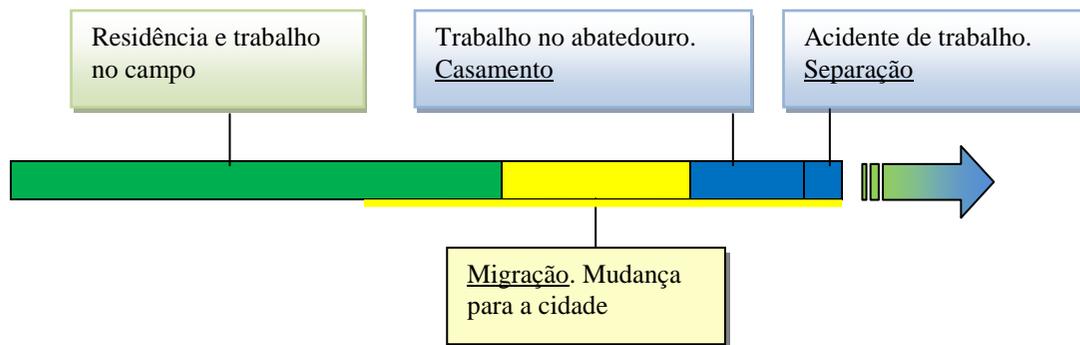


Linha 7 - Trajetória de Mariana

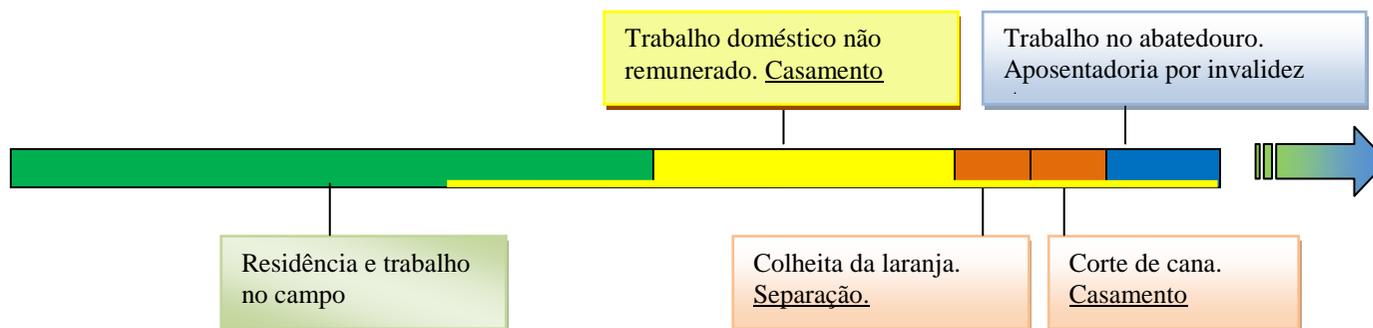
Idade - 22 anos



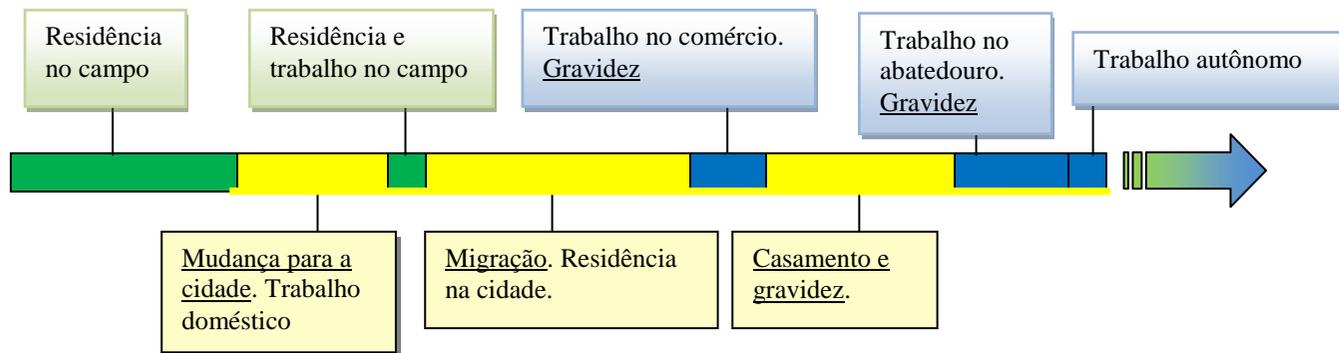
Linha 8 - Trajetória de Manoela
Idade - 22 anos



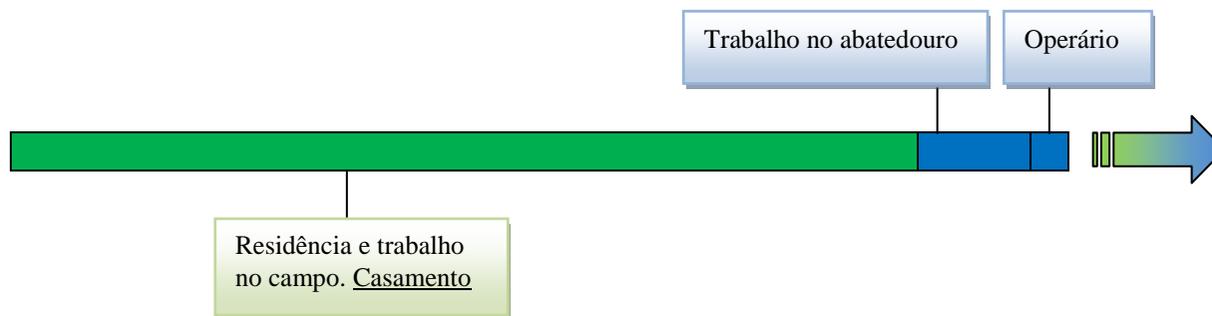
Linha 9 - Trajetória de Andréia
Idade - 32 anos



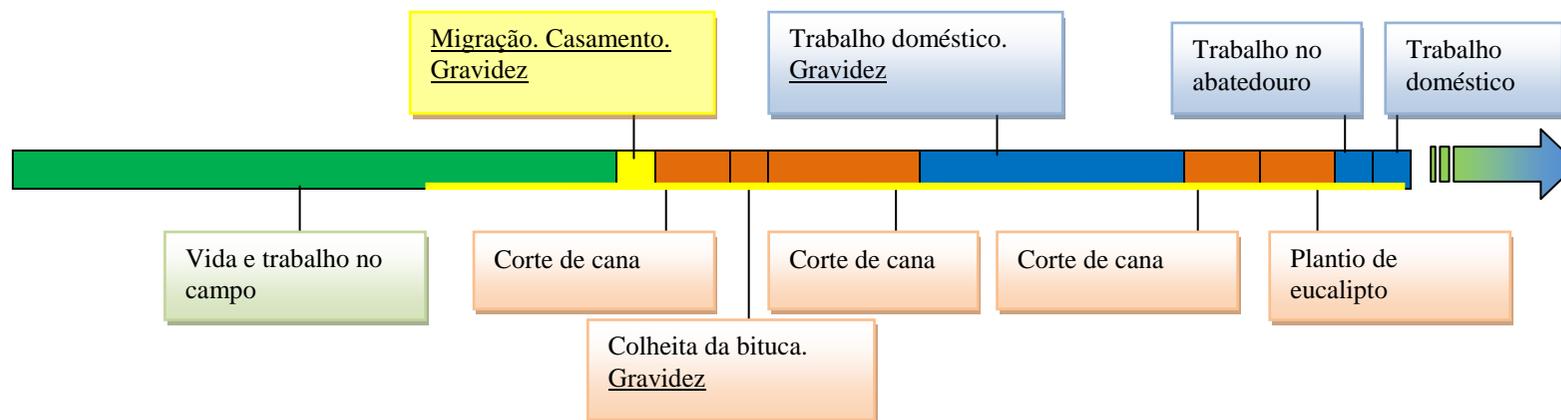
Linha 10 - Trajetória de Júlia
Idade - 29 anos



Linha 11 - Trajetória de João
Idade - 28 anos



Linha 12 - Trajetória de Cleusa
Idade - 37 anos

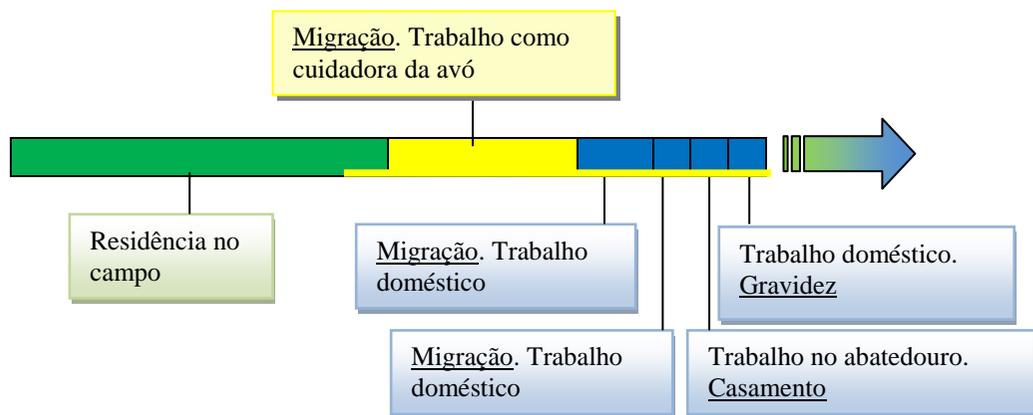


Legenda:

	Trabalho e/ou residência no campo: Colônia, sítio ou roçado.
	Trabalho e/ou residência na cidade.
	Trabalho assalariado rural
	Trabalho doméstico não-remunerado

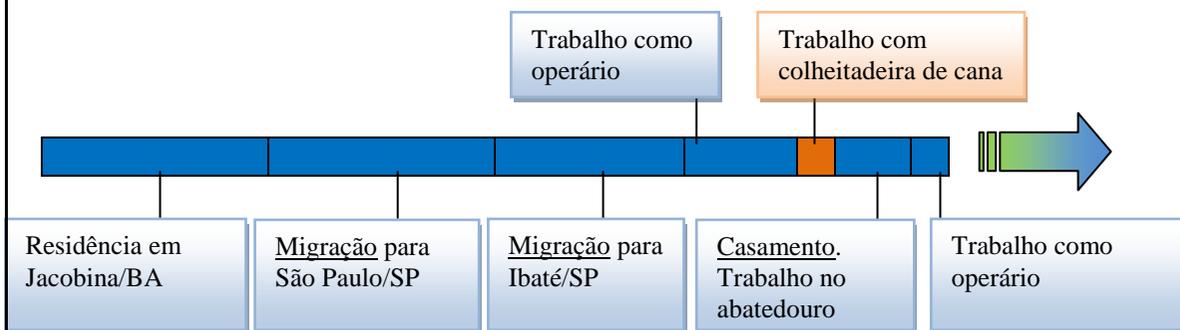
Linha 13 - Trajetória de Rejane

Idade - 20 anos



Linha 14 - Trajetória de Milton

Idade - 24 anos



Introduzindo os capítulos

Os capítulos seguem a trajetória realizada pela maioria das mulheres trabalhadoras do abatedouro de frangos: o início da vida com a família consanguínea nos sítios e roçados, realizando atividades camponesas de plantio de diversidades de culturas, criação de animais, entre outras; a passagem para o assalariamento rural, por meio do emprego em atividades agrícolas como o corte de cana e a colheita da laranja; e a proletarização urbana – momento em que as mulheres procuram atividades remuneradas no abatedouro de frangos.

A ordem dos capítulos intenta reproduzir a transitoriedade de atividades e modos de vida ligados a cada etapa. Serão consideradas não somente o teor de cada atividade, mas os marcos biográficos pertinentes a cada período, assim como as persistências e enfrentamentos no que diz respeito às demais esferas da vida social que envolvem as relações de gênero, étnico-raciais e de pertencimento geográfico.

Assim, no primeiro capítulo apresentamos o contexto de vida e moradia nos sítios e roçados em Estados da Região Nordeste, ou em áreas de colônias e fazendas no interior do Estado de São Paulo. O capítulo seguinte mostra o segundo momento na trajetória laboral das mulheres: a proletarização rural que, muitas vezes, veio acompanhada de um deslocamento entre as áreas rurais pouco povoadas e as áreas urbanas. O capítulo final – nem por isso o ponto de chegada da trajetória laboral das mulheres, já que entendemos que esta é constituída por idas e vindas – é constituído por uma análise sobre o processo de assalariamento urbano, quando as mulheres tornam-se operárias do abatedouro de frangos e realizam demais atividades ligadas ao espaço físico-social da cidade.

“Na sociedade comunista é possível para mim fazer uma coisa hoje, amanhã outra, caçar pela manhã, pescar à tarde e criar gado à noite, fazer a crítica depois do jantar, segundo meu desejo, sem jamais me tornar caçador, pescador, crítico”

Karl Marx & Friedrich Engels, *A ideologia alemã e outros escritos*.

CAPÍTULO 1 – INÍCIO DAS TRAJETÓRIAS: CARACTERIZANDO OS MODOS DE VIDA DO CAMPO

H

istória e narrativas são os instrumentos que lançaremos mão para desenvolver as reflexões presentes neste capítulo. As narrativas das mulheres que se cruzam em muitos momentos – como no assalariamento rural em atividades realizadas nos canaviais e laranjais, e no trabalho realizado no abatedouro de frangos – também se iniciam no mesmo ponto: os primeiros anos da vida passados no campo.

Sítios, roçados e fazendas nos Estados da Bahia e Pernambuco; comunidade no Maranhão; fazendas de café e sítios nos municípios de Araraquara/SP e São Carlos/SP: para além das diferenças geográficas pertinentes a cada local, o que une os pontos de origem das mulheres entrevistadas é o modo de vida das áreas rurais. O trabalho coletivo e a valorização da terra enquanto provedora da subsistência do grupo doméstico são características que evidenciam para além das práticas, uma forma de viver rememorada por meio das narrativas.

Apresentaremos, a partir desta realidade, os contextos sócio-históricos do regime de colonato e, posteriormente, as consequências da modernização agrícola que expulsou as famílias que residiam nas colônias de café e também aquelas com suas terras em municípios de alguns estados da região Nordeste. O objetivo é mostrar o início das trajetórias das mulheres trabalhadoras do abatedouro de frangos que residem nos municípios do interior paulista, Ibaté e São Carlos.

Interior de São Paulo – As colônias

Para iniciar, apresentaremos parte do debate teórico acerca do regime de colonato²⁸, pois muitas das mulheres entrevistadas passaram os primeiros anos de suas vidas em colônias com seus familiares nas regiões de Araraquara/SP e São Carlos/SP, cidades do interior do Estado de São Paulo que fazem fronteira com Ibaté/SP, onde vivem atualmente a maioria das pessoas com quem conversamos para esta pesquisa.

O sistema de colonato como regime de trabalho se iniciou no Estado de São Paulo no século XIX, permanecendo até o início da década de 1960 nas grandes fazendas de

²⁸ Intentamos, neste tópico, somente tangenciar o debate teórico acerca do regime de colonato, com a finalidade de situar o início das trajetórias estudadas. Trata-se, portanto, de uma breve apresentação sobre o tema, sem pretensões de um levantamento extensivo.

café e cana-de-açúcar do interior do Estado. A implantação do colonato foi “fundamental para a formação de uma força de trabalho livre e assalariada” (CAÍRES, 2008, p. 163).

Utilizando o trabalho de imigrantes, sobretudo italianos, espanhóis e portugueses, entre outros, o regime de trabalho permitiu a constituição de um campesinato tutelado necessário à substituição do escravismo que, desde os primeiros anos do século XIX, já se mostrava decadente, tendo sua crise se acirrado a partir de 1850, com a proibição do tráfico negreiro (Ibid., p. 163).

Os trabalhadores imigrantes e descendentes desses grupos tinham acesso “gratuito” à terra e moradia (STOLCKE, 1986), portanto, não tinham custos para adquirir a propriedade e construir ou comprar a casa, tampouco tinham gastos com a manutenção da casa, como água e gás. Enquanto trabalhador, o colono não era visto a partir de uma ótica individualizada, mas era um “trabalhador que combinava as forças de todos os membros da família: o marido, a mulher, os filhos com mais de sete anos” (MARTINS, 1979, p. 82).

Para os moradores da colônia, a terra, o trabalho e a família se completavam, apresentando um valor essencial para a vida, por isso a terra não era vista como mercadoria, mas como um elemento de desenvolvimento de seus modos de vida.

Os colonos trabalhavam nas terras do empregador em atividades na colheita de café, por exemplo, ou na realização de tarefas na fazenda, como o preparo da terra, o feitiço de cercados, o cuidado com os animais. Assim, dividiam o tempo entre a *cultura do fazendeiro* e a *cultura do colono*, esta, caracterizada pelo cultivo da lavoura de subsistência familiar:

O colono combinava a produção de café com a produção de uma parte substancial dos seus meios de vida. Especialmente nos cafezais novos era-lhe permitido plantar milho e feijão e, em menos escala, arroz, batatas, legumes etc. Essa produção lhe pertencia inteiramente, em grande parte consumida pela família e em parte vendida aos comerciantes ou, até mesmo, ao fazendeiro (MARTINS, 1979, p. 83).

As formas de remuneração se davam de diferentes maneiras: pagamentos em dinheiro pela quantidade colhida ou pela realização de serviços eventuais; pagamento em espécie, café ou algum outro alimento cultivado na propriedade.

A família de colonos era, portanto, ao mesmo tempo produtora e consumidora, na medida em que cuidava de sua subsistência sem comprometer a produção da fazenda, voltada para o mercado. Reduziam-se, então, os custos para o fazendeiro, que não sentia

necessidade de garantir rendas elevadas para os colonos (SILVA, M. A. M. 2004b, p. 556).

O trabalho das mulheres era de fundamental importância para a manutenção do regime de colonato, na medida em que estas se encarregavam das atividades produtivas e reprodutivas: realizavam as tarefas no interior da unidade doméstica, alimentavam os filhos e os maridos para trabalhar nas lavouras e muitas vezes ainda trabalhavam na roça de subsistência e nos cafezais da fazenda (SILVA, M. A. M. 2004b). Não são poucos os depoimentos de mulheres com quem conversamos em nossa pesquisa que se lembram da infância acompanhando as mães nas lavouras de café. Mesmo com a diversidade de tarefas, nas colônias, as mulheres não existiam enquanto trabalhadoras individualizadas. Essas tarefas eram controladas diretamente por homens da família – o pai, e posteriormente, o marido. (Ibid., p. 557).

Os seguintes excertos de entrevistas demonstram a rotina do período em que viviam nas colônias, as tarefas realizadas pelos membros da família, pelo pai, mãe e irmãos.

Nice – Na época, (...) meu pai levantava de madrugada, ia... é... tirar leite do gado. Aí durante o dia cuidava do gado, eu ia para a escola de manhã, na época eu estudava em São Carlos, que o ônibus vinha buscar a gente na fazenda, eu estudava em São Carlos. Eu não trabalhava porque eu era pequena, **meus irmãos trabalhavam, já, tiravam leite junto com meu pai, também trabalhavam na fazenda. Aí minha mãe cuidava da casa, tinha um sítio perto que minha mãe ia apanhar café.** Aí meu pai plantava, meu pai plantava arroz, fazia horta, criava criação na fazenda.

Juliana – Nesse período, por exemplo, que você morava na fazenda, tinha... eles davam algum espaço para sua família plantar alguma coisa?

Nice – Davam. Meu pai plantava arroz, fazia horta. **A gente sempre ia com minha mãe e meu pai, sabe? Ficava lá no meio. Eles levavam a gente, a gente era pequeno, no café.** Minha mãe trabalhava no cafezal. (...) À tarde eu ia levar almoço para minha mãe no cafezal. Ela ficava lá e a gente brincando. Ela trabalhando e a gente brincando. (Risos). Ah, é gostoso. É o tempo que a gente não esquece. O tempo que deixa saudade, era muito bom!

J – Era gostoso?

N – Gostoso, era mais família também. **A mãe ia trabalhar e levava a gente tudo junto.** Quer dizer, você ficava mais com a família. Agora, não, eu quase não vejo meus filhos. (Risos)

(Nice)

O depoimento de Nice mostra com clareza o emprego da família nas lavouras de café e nas atividades da fazenda, como aquelas citadas por ela em que os irmãos tiravam o leite junto com o pai. Fica evidente na passagem, também, a realização da dupla jornada de trabalho feminina, já que sua mãe se encarregava dos serviços na roça e das

atividades domésticas. No que diz respeito especificamente à divisão de tarefas entre os membros da família no cafezal, Martins (1979) aponta:

O homem, sobre uma escada de tripé, colhia nas partes altas do cafeeiro, a mulher nas partes médias e as crianças nas partes mais baixas, na saia da planta. Em ambos os casos, no trato e na colheita, o rendimento monetário anual do colono dependia do grau de intensificação do trabalho que podia impor à família (p. 82).

O depoimento que segue evidencia além do emprego familiar, a possibilidade de realizar a roça de subsistência familiar e as formas de mediação monetárias:

Cida – Meu pai trabalhava na diária na época [que a família residia na colônia] que... não tinha safra, né? Aí quando começava a safra ele trabalhava no corte de cana.

Juliana – Entendi. E quando não tinha a safra...

Cida – É... acabava a safra, pegava a diária para trabalhar carpindo. Carpir, roçar...

Juliana – E dava tempo de fazer uma rocinha, assim, para a família?

Cida – Ainda fazia roça, pescava.

Juliana – *Quem ajudava na roça?*

C – *Ah, era tudo nós, né? Fazia plantação de milho, de abóbora, de tudo quanto é coisa. Ai, como chama, meu Deus? Mandioca... um monte de coisa. E a gente ajudava, que era longe de casa, né? Aí a gente ajudava ele, ajudar a carpir, ajudar a trazer as coisas para casa, o milho, o feijão, tinha plantação... Vassoura, ele fazia muita vassoura lá e vendia, ele mesmo amarrava e vendia aqui.*

J – Vinha para onde?

C – Ele vinha aqui para Ibaté para vender. Ele vinha de bicicleta, chegava aqui no supermercado que a gente gastava, aí eles compravam. No mercado que ele gastava, nos outros supermercados. (Cida)

Os colonos e seus familiares encontravam-se sob uma situação em que se viam favorecidos por alguns privilégios, como o fato de receber a moradia na propriedade em que trabalhavam e de ter um espaço para o plantio de uma roça de subsistência familiar. No entanto, visto sob um aspecto mais profundo, essa possibilidade da roça de subsistência familiar era limitada (STOLCKE, 1986), uma vez que o pequeno roçado geralmente era insuficiente para a alimentação de todo o grupo familiar, assim o trabalhador tinha que passar um tempo trabalhando para o senhor no intuito de receber alguma forma de pagamento que o permitisse comprar alimentos ou recebê-los em espécie. Além disso, como nos mostra Martins (1979), os fazendeiros lançavam mão de certos recursos para intensificar o trabalho dos colonos nos cafezais, restando pouco tempo para que estes e seus familiares se dedicassem à roça de subsistência:

Uma intensificação do trabalho na lavoura da fazenda, mediante o aumento do número de pés de café que o colono deveria cuidar foi recurso usado e muito, como já ocorrera aliás sob a escravatura, para incrementar o produto do fazendeiro com menor número de trabalhadores. Com isso, subtraía-se ao colono tempo para que se dedicasse à lavoura de subsistência (p. 85-6).

Havia ainda a necessidade de compra de alimentos e condimentos, roupas e calçados para a família. Para suprir tal necessidade, os colonos e seus familiares acabavam por vender os excedentes de certos gêneros que produziam para obter uma quantia monetária e comprar outra mercadoria que não produziam diretamente (Ibid., p.84).

O fragmento da entrevista com Cida citado na página anterior demonstra que a quantia monetária de sua unidade familiar advinha do trabalho realizado pelo pai no corte de cana durante a safra e também na venda/troca das vassouras na cidade por produtos nos mercados.

Em outro momento da entrevista, Cida mostra a valorização do tempo da colônia ao destacar a tranquilidade, a diversão e a segurança como elementos peculiares a este espaço, e que não são encontrados no ambiente da cidade, onde vive atualmente²⁹. Neste fragmento é possível notar uma idealização em relação ao tempo vivido na colônia – uma idealização dos significados que essa vivência permitia a ela e aos familiares.

Juliana – Como que era viver numa fazenda?

Cida – É, eu só ajudava minha mãe a cuidar da casa e brincava o dia todo... era gostoso brincar na colônia, para mim era bom.

Juliana – Você tinha uns 13 anos, né, quando você saiu de lá?

Cida – É, por aí. Mas brincava, só... e corria com os outros que estavam brincando (risos), e brincava de pular corda. Para mim, ***o tempo melhor foi esse, quando eu morava lá.*** (Risos)

J – Foi?

C – Quando eu morava na Tamoio. ***Muito gostoso, lá era melhor do que aqui em Ibaté,*** era quase igual uma cidade a colônia que a gente morava.

J – Ah, é?

C – ***Tinha bar, tinha supermercado, tinha salão, tinha clube! E era bastante... a colônia... tinha bastante travessa.***

J – Era bem grande?

C – ***Era grande.*** Era bem melhor do que aqui.

J – Você preferia morar lá?

C – Oxe! Por causa que agora mudou muito lá, né? Mas se fosse como na época que eu morava, eu preferia morar lá. Se eu pudesse criar meus filhos lá, eu tinha criado. ***Era sossegado, você não ouvia falar nada de “coisarada” de bandido,*** que tem aqui em Ibaté. Era bem melhor (Cida).

²⁹ No item final deste capítulo são apresentadas as considerações das mulheres sobre as comparações entre os modos de vida pertinentes à cidade e ao campo.

Cida passou sua infância em uma das seções da Usina Tamoio, grande propriedade que abrigava famílias de colonos, localizada no município de Araraquara/SP. Esta Usina, durante o regime de colonato, teve uma forte expressão no cenário da indústria sucroalcooleira do Estado de São Paulo e até mesmo do Brasil. Caíres (2008), em estudo realizado sobre o regime de colonato nesta Usina, mostrou que para viver sua fase áurea de produção de cana-de-açúcar, a Usina chegou a abrigar mais de 12 mil pessoas entre trabalhadores e moradores. A autora descreve a estrutura da sede do local, mostrando a grandiosidade já apontada no trecho da entrevista de Cida, acima referida.

Possuindo uma sede industrial com estrutura urbana, equipada com cinema, teatro, dois clubes recreativos (Cruzeiro e Rancho Alegre – de brancos e de negros, respectivamente), armazém, ambulatório médico, farmácia, lojas de tecidos e de ferramentas, hospedaria, estádio esportivo, suntuosa igreja, escolas, bares, um conjunto de aproximadamente trezentas casas localizadas em um espaço esquadrinhado e ocupadas conforme a posição dos trabalhadores no processo produtivo, e dezesseis seções agrícolas estrategicamente localizadas, onde foram construídas mais de 1.200 casas, igrejas, campos de futebol, escolas rurais etc., a usina mantinha uma organização social considerada exemplar para a época (CAÍRES, 2008, p. 167).

No entanto, o modelo de organização administrativa da Usina, as formas habituais de trabalho e as relações sociais até então vigentes vão sendo transformados com a inserção de um novo plano de racionalização do trabalho baseado no processo modernizador da agricultura. O plano, de acordo com Caíres (2008):

Não apenas expulsou as famílias colonas para glebas menores e de qualidade de solo inferior à das terras até então cultivadas, interferindo diretamente em seus rendimentos, como também, ao ocupar todos os espaços disponíveis com plantações de cana da usina, eliminou toda a área de pasto e reduziu o terreno para as culturas de subsistência (p. 179).

Cida demonstra esse processo de expulsão gradual dos moradores das colônias em sua entrevista:

Juliana – E como que foi o fim da... quando a Usina faliu?

Cida – É... a gente ficou lá, meu pai começou a trabalhar como empreiteiro de uma fazenda, para fora. Ele e mais meus dois irmãos mais velhos, minha mãe e meu irmão. Aí a gente viu que não tinha mais jeito, mesmo, como ele era aposentado, aí nós viemos para Ibaté, até sair o acerto de lá. Quando saiu o acerto de lá ele comprou a casa daqui.

J – Ele comprou... ele veio sozinho primeiro?

C – Não, nós já viemos tudo nós. Aí meu tio, o irmão da minha mãe que mora aqui, aí ele arrumou a casa, a gente veio pagando aluguel. E assim que eles penhoraram bastante coisa da Usina, venderam o que penhorou, aí venderam,

pagaram ele do tempo de serviço que ele trabalhou, aí a gente comprou casa aqui (Cida).

Cleusa também traz um relato sobre o processo de expulsão dos colonos da terra. Sua narrativa demonstra que este processo foi marcado pela violência. Apesar de não ter vivido nas colônias, Cleusa se recorda do período em que realizava serviços domésticos em uma grande fazenda na região de Araraquara/SP. Ela acompanhou o período final de expulsão das famílias das terras da fazenda, que começava a arrendar sua área para as plantações de cana-de-açúcar.

Ele [dono da fazenda] chegou a atirar nas casas [dos colonos]. Teve uma época que ele bebia muito, ficava meio louco. (...) Aí teve um dia, ele bebia muito, ele bebia *whisky*, um litro de *whisky*, ele bebia sozinho, aí ficava doidão. Ele tinha um monte de arma. Teve um dia que ele pegou as armas e foi matar a turma que morava na colônia e não queria sair da casa. Eles falavam que mandavam eles embora, mas não pagavam. Aí ele não quis acordo. Ele chegou lá e foi lá atirar. (...) Ele atirou nas casas, o povo tudo correndo. Atirando na televisão, antena, essas coisas, tudo. Detonou a casa dos moradores. (...) Tiveram que correr, senão morriam (Cleusa).

É assim que os municípios da região de Ibaté/SP, Araraquara/SP e São Carlos/SP surgem como alternativa de residência para tantas famílias de colonos expulsos das terras. O processo de saída do campo para a cidade será abordado no tópico final deste capítulo.

Colocadas as memórias do tempo da colônia, cabe agora apresentar o contexto de um outro tempo-espaço: a vivência nas áreas rurais nos Estados da Bahia, Pernambuco e Maranhão, locais de origem das mulheres e homens migrantes com quem conversamos e que residem atualmente em Ibaté/SP e São Carlos/SP.

Região Nordeste – Campesinato

Assim como na descrição e análise dos modos de vida da colônia a discussão esteve ancorada nas narrativas femininas e debate teórico acerca do tema, não sendo possível realizar uma incursão a campo em razão deste contexto estar limitado a um tempo passado, as reflexões acerca das vivências em áreas rurais de mulheres migrantes que partiram de municípios dos Estados da região Nordeste do país também terão como elementos de base a diversidade de experiências das mulheres nessas regiões e as considerações de outras pesquisas desenvolvidas nessa temática.

A principal diferença dos modos de vida dos sítios e roçados na região Nordeste em relação ao regime de colonato está no fato de que aqueles ainda se encontram presentes num espaço físico. Ou seja, muitas mulheres que migraram recentemente para as cidades do interior do Estado de São Paulo ainda têm algum vínculo com as regiões de origem: além dos valores culturais presentes nas formas linguísticas, certos costumes, formas de pensar e agir, as mulheres mantêm ligações com aqueles locais porque em alguns casos os pais, parentes, amigos e até mesmo as terras e casas ficaram para trás. Assim, o retorno apresenta-se na maioria das vezes como uma possibilidade constante. Por mais que as vivências não sejam as mesmas para tempos distintos, mesmo porque os marcos biográficos são diferentes (o casamento, divórcio, gravidez, filhos), ainda é lhes apresentada a possibilidade de viver novamente os modos de vida das áreas rurais.

Nos seguintes excertos de entrevista, é possível notar a presença de elementos que formam o que Garcia Jr. (1989) caracteriza como o tripé da economia dos agricultores: a criação de animais, *colocar negócio* (feira) e colocar roça.

No que diz respeito à atividade de criação de animais, a narrativa de Manoela é bastante elucidativa para mostrar a execução dessa tarefa como uma forma de acompanhar o trabalho realizado pelos adultos da família, em seu caso específico, o avô. Esta atividade marcou o início de sua trajetória laboral, como apresentado no trecho que segue:

Teve uma vez que eu morei com os meus avós, de criação. Junto com minha tia e meu pai, minha mãe e o meu pai que me criaram e com as minhas irmãzinhas. Morava tudo junto, porque eu ajudava o meu avô, ele que queria que eu trabalhasse. Eu mexia com cavalo, gado, essas coisas, meu avô tinha fazenda e só vivia no lombo do cavalo. Vixe, trabalhava pra caramba, ajudava meu avô, tirava leite, fazia tudo isso aí, desde os 11 anos de idade que meu painho me punha em cima do cavalo pra já ir treinando, fui crescendo. Desde pequenininha eu trabalhava assim, ajudava todo mundo. (...) Eu morava com o meu avô e com a minha mãe que me criou, que é a irmã da minha mãe. E minhas duas irmãzinhas. Eu era feliz, eu levava uma vida boa, uma vida diferente. Uma vida diferente dessa daqui. Sabe, às vezes eu penso que eu queria voltar aquela vida, mas não adianta mais né, ficar lá e fazer o quê? (*Manoela*).

Nos fragmentos abaixo das narrativas de Francisca é possível observar as atividades de *colocar negócio* e *colocar roça*:

Juliana – Aí vocês voltaram para Bom Conselho e lá seu pai voltou a trabalhar como rezeiro?

Francisca – Como agricultor, né? Lá deram trabalho para ele...

J – E nessa época sua mãe ajudava ele na terra?

F – Ajuda, todo esse tempo do mês de junho é o *tempo de ir lá colocar roça*.

Juliana – E lá no Pernambuco, você pensa em fazer o que quando chegar lá?

Francisca – Ah, nem sei. Sei, não, porque lá não tem muita opção de trabalho, não.

J – Não?

F – Para mulher, não. Para os homens tem, que nem eu falei, tem agricultura, só. *Lá tem as feiras também para colocar negócio*. Só isso que tem, coisa de empresa não tem lá, não.

J – Você já trabalhou na feira?

F – Eu, não.

J – A sua mãe já trabalhou na feira, alguém da sua família?

F – Quem trabalha é meu avô.

J – Ah! Seu avô! Você já foi com ele alguma vez lá?

F – Eu, não. Trabalhar, não. Eu ia para lá porque... Por exemplo: dia de hoje, *dia de sábado é o dia de todo mundo fazer a feira lá*. Todo sábado todo mundo tem que ir comprar alguma coisa, lá é assim. *Não é que nem aqui que tem essas quitandinhas que você compra toda hora*. Lá é dia de sábado. Só que quando for dia de sábado você tem que ter dinheiro.

J – Tem que deixar já o dinheiro guardado para sábado e aí vai lá e faz a compra do mês ou da semana?

F – Da semana.

J – Aí, que produto tem mais lá, assim?

F – Ah, de tudo. (...) Fruta, roupa, calçado, tudo! Tudo o que você imaginar, tem. (Francisca)

Além da prática de “colocar roça” e “colocar negócio” nas feiras, notam-se as diferenças de temporalidades: o tempo agrícola em comparação ao tempo industrial; e o tempo de realizar as compras (as compras que podem ser realizadas a qualquer momento em razão da proximidade do comércio com as residências na cidade, e o tempo de comprar “tudo o que se possa imaginar” aos sábados na feira). Quanto à contraposição do tempo agrícola ao tempo industrial, Garcia Jr. (1989) nos mostra que

O trabalho industrial supõe que a sequência de tarefas a serem desempenhadas dependa apenas do trabalho humano, e o resultado variável guarda estrita correlação com o esforço humano despendido na obtenção do produto. (...) É exatamente no momento de esquematizar o ciclo agrícola que se percebe a clara **diferença entre nosso tempo cronológico**, de dias, semanas, meses e anos, e o **tempo agrícola**, tempo dos trabalhos agrícolas e tempo dos produtos do trabalho agrícola (p. 107).

É possível visualizar também as diferentes temporalidades no que diz respeito aos ritmos e andamentos dos festejos. As datas e as formas de comemorar no local de origem são outras.

Juliana – Se for pensar no lugar que você viveu que você mais gostou, se for escolher um lugar que você mais gostou de morar...

Francisca – Ah, do meu lugar, mesmo, Bom Conselho.

J – Bom Conselho? Por que?

F – Porque lá eu já, eu já sabia mais. Eu tenho minhas amizades, a escola, toda minha família, tudo perto. Lá também era bom... as festas que tinham. O Carnaval que é bem animado... E... das procissões que têm lá, da igreja, lá sempre é animado, vai muita gente. **É, eu gosto mais lá porque é animado, aqui é um lugar mais parado.** Não tem quase nada. Entra São João, Natal, aqui para mim é a mesma coisa. Lá, não, no Natal, Ano Novo está a família toda reunida. Aqui não tem nem como porque eu não tenho ninguém.

Juliana – Você falou que lá tinha procissão, né?

Francisca – É.

J – Tinha bastante?

F – Hum, hum.

J – Qual era a frequência?

F – Depende, de janeiro, dia de São Sebastião. Novembro, dia de Santa Teresinha. Tem a Semana Santa que tem o Corpus Christi. É, que eu me lembro são esses. Tem dos colégios das freiras também, que é comemorado todo ano, que aí no colégio tem as festas lá. Vem padres, os padres de fora vêm para lá. Eu acho mais animado lá. Tem uns... louvores, bandas que só tocam música religiosa (*Francisca*).

Apresentaremos, em seguida, um novo elemento que surge na vida das famílias que vivem em pequenos sítios e roçados. Este elemento está ligado à situação de escassez de terras e da baixa produtividade das mesmas. Tomamos a narrativa de Cleusa pelo fato desse processo estar explicitado em sua trajetória. Ela morava e trabalhava com a família nas terras que eram de seu pai e de sua mãe. Em razão da pouca quantidade de terras cultiváveis disponíveis, a família e ela arrendavam a terra de outras pessoas. Havia uma variedade de cultivos nas terras da família e nas terras arrendadas.

Cleusa – A gente plantava feijão, mandioca, milho. Verdura... quando assim, no baixo, a gente plantava verdura. Tinha caju, a gente cultivava café. Essas coisas... gado, que eles criam lá, porco, galinha, essas coisas, assim.

Juliana – E na terra dos outros também tinha?

Cleusa – Também. Na terra dos outros a gente plantava mais assim, mandioca, feijão, milho para cultivar... Dois anos, arrendava dois anos. Aí depois que a gente cultivava, aí plantava capim para os fazendeiros, era assim. (*Cleusa*)

Além das atividades relacionadas ao cultivo da terra e criação de animais, a família também *botava negócio* na feira:

Cleusa – Eu, mesma, eu e minha irmã, a gente vendia verdura na feira. A gente trabalhava na roça do meu pai até numa quinta-feira. Aí na sexta a gente colhia as verduras que a gente... verdura, farinha que fazia, aí a gente levava no sábado para a feira. A gente vendia na feira todo sábado. A gente saía de casa duas horas da manhã.

Juliana – Era muito longe, a feira?

Cleusa – Não que era longe, é que, por exemplo, até era de caminhão, aí em cada sítio, o caminhão passava para pegar a gente. Aí tinha que estar lá pelo menos

quatro horas da manhã porque algumas coisas que não tinha, aí tinha que comprar no Ceasa para revender. Aí demorava. A gente saía de casa duas horas... até passar em cada lugar, aí demorava, que era um sítio, a estrada é ruim, cheia de buraco, aí, vixe! (Cleusa)

As dificuldades encontradas na comercialização do produto não se encerram na questão da precarização das formas de transporte dos alimentos. Para Cleusa, a maior dificuldade está, mesmo, na baixa quantidade de renda obtida a partir da venda:

Cleusa – Lá em Pernambuco, o que a gente cultivava não compensava porque tinha que vender tudo barato. Uma vez meu pai vendeu 18 sacos de feijão para comprar uma televisão, na época.

Juliana – Daqueles grandões?

Cleusa – Daqueles de 50 quilos. 58... 60 quilos. Para comprar uma televisão. Olha, quanto que a gente trabalhou! Em que? Em seis pessoas, em um ano. O que a gente trabalhou em um ano para comprar uma televisão. Imagina! Em seis pessoas, o quanto que a gente trabalhou! O que desanimava lá era isso porque a gente trabalhava tanto. Igual, fazer farinha – a gente fazia, assim... [pausa para reflexão] para fazer um saco de farinha em cinco, seis pessoas vai dois dias para fazer um saco de 60 quilos de farinha, 50, 60 quilos de farinha, demora dois dias. Então, a gente perdia todo esse tempo para que? Agora, há dois meses atrás eu fui lá, eles vendiam a 20 reais. (...) Não compensa. (Cleusa)

Essa dificuldade na comercialização trata-se, também, da representação feita por Cleusa acerca da relação atual que ela estabelece com o fruto de seu trabalho, no caso – a renda. São novas formas de valorização do trabalho e das atividades realizadas nas terras de plantio e cultivo que vão ganhando força. Enquanto isso, perde-se parte da condição camponesa, que era a representação da terra enquanto um valor-de-uso, e não enquanto um valor-de-troca. Na narrativa de Cleusa, fica evidente que a forma com que ela representa a terra e os produtos daí advindos passam pelo valor-de-troca: o produto de um ano todo que lhes rendeu somente o valor de uma televisão, ou a terra que poderia ser vendida para a compra de uma casa.

No seguinte trecho é possível observar a atual percepção sobre os usos da terra:

Quer dizer, **se eu morasse lá eu não teria nem uma casa!** Eu tinha, assim, uma casa dos projetos que o Governo deu, e só. Hoje em dia, eu acho, que pelo tempo que eu estou aqui, pelo pouco tempo, quer dizer, com pouco tempo que eles estão lá, **eu tenho mais coisas do que ele, mais valorizados que eles** que moram lá porque terra lá não tem valor, também. **Terra lá não é valorizada. A terra que meu pai tem lá, se der para comprar uma casa aqui é muito.** Se der! Porque é muito barato a terra lá. É, pode até ser, até dá, dá, mas só. Tem tanta terra, mas não serve para nada. É por isso que eu falo para eles que eu não quero nada de lá. Não por orgulho porque... Eu falo assim, a parte que era para eles me darem, deixa para meus irmãos, para eles lá. **Eu tenho trabalho, eu trabalho.** (Cleusa)

Destacamos em negrito os fragmentos que demonstram a representação da terra como um valor-de-troca, como um distanciamento que leva à negação do significado simbólico da terra. Estes novos significados são construídos a partir da vivência atual de Cleusa, qual seja: a forma do trabalho inserido na produção capitalista, na qual as relações são mediadas pelo dinheiro. Portanto, é assim que ela mede a terra e os produtos daí advindos, em termos do valor que estes podem gerar para si e seus familiares.

É importante destacar também que Cleusa visualiza e representa a atividade realizada por ela no interior de São Paulo (empregado doméstico, operária do abatedouro de frangos) como *trabalho*, enquanto a atividade realizada pelos irmãos e pais que permanecem no Estado de Pernambuco (o cultivo de terras e criação de animais) acaba sendo apresentado como a forma de *não-trabalho*. Isso acontece pelo fato de Cleusa tomar por referência o trabalho inserido no modo de produção capitalista, que considera como trabalho somente a acumulação de uma renda – e não o trabalho da lida com a terra.

Apresentamos mais um fragmento da narrativa de Cleusa que simboliza o abandono e a desvalorização do trabalho camponês.

Quando eu saí de lá [Pernambuco], eu trabalhava lá na roça... Era muito ruim, na última semana que eu trabalhei, a gente estava num lugar muito ruim, aí eu joguei minha enxada dentro de um rio, dentro de um poço. A enxada nova. Meu pai procurou essa enxada, procurou, procurou e não achava. Aí depois de três meses que ele perguntou onde eu tinha colocado a enxada, aí eu falei que estava dentro do rio. Aí ele achou. (Cleusa)

A enxada é carregada de significados: é o instrumento do trabalho que caracterizava a vida camponesa e que, a partir daquele momento, será visualizada por ela como insatisfatória. Vale ressaltar que as considerações de Cleusa acerca do processo de valorização da terra também precisam ser vistas a partir de um ponto de vista do contexto social das regiões no interior de alguns estados do Nordeste, que dizem respeito ao problema das secas e da pouca presença de políticas públicas que forneçam condições adequadas para a permanência das famílias no campo – quando assim desejada por elas. Além disso, conforme apresentaremos no item final deste capítulo, houve um gradativo processo de expulsão dos camponeses de suas terras.

Para além dos elementos estruturais que fazem com que a vida no campo seja representada por meio de elementos negativos, vale apresentar também as considerações de uma das trabalhadoras – que apontam para marcos mais subjetivos em sua trajetória –

sobre a vida no campo. Apesar desses marcos serem mais peculiares à trajetória de Rejane, queremos mostrar, ao longo do texto, que muitos desses obstáculos que parecem ser particulares, na verdade advêm de construções sociais.

No decorrer de sua narrativa, Rejane rememora qual era o entendimento sobre a vida na cidade, antes mesmo de ter acesso a essa experiência, quando tinha apenas 10 anos de idade. Ela e sua família viviam em uma fazenda no interior da Bahia – o pai era o principal responsável pelo provimento da casa, mas desde a infância de Rejane, ele tinha problemas com a ingestão excessiva de álcool e isso trazia consequências para a família, entre elas estavam a escassez de alimentos na casa e o fato de o pai violentar fisicamente as mulheres da família.

Ela relatou qual era a expectativa que tinha no momento em que surgiu a possibilidade dela deixar a vida no campo. Nesta ocasião, sua avó foi até a fazenda fazer uma visita aos familiares e também um convite, pedindo autorização aos pais de Rejane para levar uma das filhas, pois já estava ficando mais velha e tinha alguns problemas de saúde. Rejane logo se candidatou, pois queria sair daquela situação de miséria, e não queria continuar vivendo na “roça”, por todos os problemas que aquilo significava: escassez de alimentos, casa em condição de pobreza, violência doméstica.

Ela se animou bastante com a possibilidade de deixar a “roça” e ir para a cidade viver com a avó. Lá chegando, qual não foi sua surpresa ao perceber que não se tratava de uma “cidade” com todos os tipos de modernidade presentes em seu imaginário, mas era um pequeno povoado, e a casa de sua avó não tinha banheiro com água encanada e as condições também eram precárias. É só quando migra para o interior de São Paulo que Rejane tem acesso aos bens e serviços por ela considerados mais “modernos”. Este local também será simbolizado pelo emprego remunerado e pela alimentação farta. Situação bem distinta daquela vivida por ela e a família no interior da Bahia.

Vale destacar outra narrativa que mostra uma vivência bastante peculiar no espaço do campo. Trata-se da história de vida de João, que realizou o movimento migratório para o interior de São Paulo há menos de cinco anos. Sua experiência é carregada pelo senso de comunidade, que acaba por definir a vida no campo de forma bastante positiva, e por esse motivo acaba se distanciando das representações sobre o campo colocadas nas narrativas de Cleusa e Rejane.

João nasceu no município de Miranda do Norte, no Estado do Maranhão, e por lá residiu exercendo atividades na comunidade onde vivia com seus familiares. A noção de

*comunidade*³⁰ foi bastante ressaltada em sua narrativa no que diz respeito à solidariedade entre as pessoas da comunidade e também no tocante ao “dever” dos filhos em cuidar dos pais até o dia em que eles falecerem.

No Maranhão, João trabalhou na lavoura do pai e também com atividades de pesca. Os excertos da narrativa que seguem apresentam a complementaridade entre as atividades exercidas por João e os familiares:

Juliana – Aí se você puder contar como era lá no Maranhão... Lá tinha a terra dos seus pais?

João – Na verdade lá no Maranhão **era uma comunidade**, sabe? De moradores que moram lá. Só que meu pai tem uma casa na cidade e uma lá no interior, só que ele vive mais no interior porque ele trabalha com pescaria, essas coisas, com campo. Lá vive mais da pescaria e do campo, de açude, peixe, essas coisas. Vai, pesca, volta, trabalha, vai de lá para a roça, quando volta joga um futebol. Lá é assim, **ficar na pescaria, na lavoura, no peixe**.

Juliana – Ele plantava o que?

João – Lá a gente plantava de tudo um pouco. Feijão, arroz, melancia, milho, melão... pepino.

Juliana – E você ajudava também na lavoura?

João – Ajudava. Eu comecei a trabalhar com o meu pai eu tinha 10 anos de idade. Eu sempre trabalhava com ele, com meu pai, trabalhava com ele em roça, na pescaria. (*João*)

No que diz respeito especificamente à atividade da pesca, João conta:

João – Vamos supor... **da pesca você vai fazer uma aventura, você vai colocar a rede e você vai aventurar**. Você coloca a rede ali, você não vai numa certa... você não tem uma certeza. Você coloca a rede, tem dia que pega, tem dia que não pega. Às vezes pega muito, mas às vezes pega pouco. Às vezes ganha pouco, às vezes ganha mais. Na pesca eu acho bom, sabe por quê? A gente tem uma profissão, é também um esporte a pesca. Eu gosto muito de pescar. Onde tem pesca, futebol, jogar sinuca, também é meu esporte preferido. (...) Comer o peixe frito, cozido, natural, mesmo. Põe cebola, tomate. Pegar o peixe natural, não tem coisa melhor que isso, com um arrozinho branco.

João – pra gente pescar, a gente saía 5 horas da manhã, pescava até as quatro, seis horas da tarde, pescava o peixe, chegava, gelava, depois meu pai transportava para a capital e lá ele vendia, lá no mercado em São Luís. (*João*)

As considerações de Witkoski (2007) nos ajudam a pensar na constituição das formas de complementaridade de atividades no campesinato. Suas constatações têm como

³⁰ Recomendamos que a leitora/o leitor fique atento a esta informação e essa construção do senso de comunidade na narrativa de João, pois esta ideia será retomada no decorrer dos próximos capítulos para pensarmos em alguns elementos que fazem com que João não aceite, por exemplo, exercer a função de líder no interior do abatedouro de frangos e também que o faz levantar elementos de contraste entre os modos de vida da região de origem e algumas características encontradas no Estado de São Paulo.

base o estudo dos camponeses ribeirinhos da várzea amazônica, mas enunciam uma situação similar àquela vivida por João na comunidade em que realizava atividades na lavoura e pesca.

um pescador completo, um pescador que conhece os segredos dos rios, paranás, igarapés, furos, lagos etc. não se constitui do dia para noite. Embora a pesca possa ser considerada uma atividade relativamente fácil de se aprender, ela demanda muito tempo e dedicação. O segredo desse ofício – ainda mais para atores sociais que são, ao mesmo tempo, agricultores, criadores e extratores (de produtos vegetais e animais, como a caça) – só pode ser revelado na transmissão do conhecimento de pai para filho, no ciclo das gerações que se sucedem. Embora a criança camponesa masculina tenha a possibilidade de se tornar “mais” agricultor que pescador ou “mais” pescador que agricultor, por exemplo, diante das múltiplas necessidades exigidas pela unidade de produção familiar, a polivalência permeia a formação técnico-social desses atores. Nesse sentido, ser um extraordinário pescador faz parte de uma das faces dessa polivalência, em que a busca dos recursos da ictiofauna é absolutamente necessária para a subsistência camponesa e sua eventual comercialização (WITKOSKI, p. 293).

Muitos elementos que são levantados pelo autor são apresentados também no decorrer da narrativa de João, tais como o conhecimento que foi passado pelo seu pai, pois ele o acompanhava desde criança nas atividades de plantio, cultivo de alimentos e a pesca. Destaca-se ainda a possibilidade de comercialização dos peixes e a complementaridade entre as atividades da lavoura e as da pesca, que não é a mesma polivalência exigida no interior do abatedouro de frangos³¹ –, pois a polivalência do camponês é passada de geração em geração, é um aprendizado que se dá por meio da vivência.

Gutman & Furtado (2009) também apresentam esta linha de argumentação ao mostrar a atividade da pesca como um elemento de coesão social. Ademais, mostram que a pescaria pode ser vista como uma expressão de arte, na medida em que requer “conhecimento, estar atento aos ‘sabores do tempo’, entender do ritmo das águas, do costume dos peixes, saber ouvir, olhar o lago e perceber o momento de lançar as redes” (GUTMAN & FURTADO, 2009, p. 12).

Para o camponês, o tempo de trabalho e o tempo de lazer não são vistos como duas realidades estanques, separadas, mas, antes de tudo, como complementares. Isso fica evidenciado na narrativa de João, no momento em que ele caracteriza a pescaria também como um esporte. Colocados tais apontamentos, entendemos que a reprodução material e

³¹ Apresentaremos mais detalhes desta discussão no capítulo final.

simbólica camponesa tem uma racionalidade que precisa ser compreendida, que não é a mesma reprodução material para a geração de riqueza inerente ao modo de produção capitalista.

Feitas essas considerações, apresentaremos no próximo tópico os processos históricos e as motivações pessoais para a saída de homens e mulheres do campo.

A saída do campo

Apresentaremos neste tópico as reflexões teóricas acerca do processo de expulsão dos trabalhadores das terras, caracterizado tanto pela saída dos moradores colonos das fazendas e também pelo movimento migratório de muitas famílias do interior de Minas Gerais (SILVA, M. A. M., 1999) e dos Estados da região Nordeste. As consequências desse processo passam pela alteração nas formas de moradia e residência, mas principalmente pelas transformações de valores culturais e dos processos de trabalho que envolvem as famílias.

Silva (1999) mostra que além do processo de expropriação direta dos trabalhadores da terra, existiu ainda o processo de expropriação simbólica que fez com que a terra de trabalho – que apresentava um valor de uso – fosse substituída pela terra de negócio – que apresenta um valor de troca. A autora mostra que o fato assim se deu em razão da aplicação das leis do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), de 1963, que acabou expulsando os pobres do campo por tornar oneroso o gasto com o trabalhador permanente, deixando a maioria dos trabalhadores em condições de volante.

À condição social anterior de moradores, colonos, parceiros, sitiantes, seguiu-se a de desenraizados, desmunidos, libertos das antigas formas de sujeição prevalentes na morada ou na colônia mas sujeitos, agora, aos grandes proprietários, sob as regras do Direito burguês que, ao produzir seus direitos, garantiu aos patrões o não-cumprimento dos mesmos direitos, justificando as expulsões e ‘volantização’ de suas forças de trabalho e de suas vidas (Ibid., p. 240).

Lygia Sigaud (1979), ao analisar a realidade nordestina, também coloca alguns elementos para entendermos esse processo de expulsão dos moradores das colônias, apresentado por ela como um ciclo de saída dos moradores. Em razão da elevação dos custos com o pagamento dos trabalhadores, que adquirem novos “direitos” com o ETR, o proprietário começa a manipular formas de dispensar os trabalhadores, colocando, por exemplo, o colono para exercer diferentes atividades durante a semana, impedindo que ele adquira certa experiência e qualificação efetiva na realização de uma tarefa.

Os trabalhadores decidem, aos poucos, sair da colônia, cabendo àqueles que ficam realizar todo o trabalho pesado. Como fazem uma quantidade maior de trabalho extra, eles têm menos tempo para se dedicar ao roçado, característica esta que é vista como o fato que lhe dá sentido enquanto morador. Pelo fato de o trabalhador sentir-se com uma dívida moral por residir na terra do proprietário com a família sem pagar nada diretamente por isso, percebe que é ilegítimo dizer “não” ao trabalho extra, restando, portanto, a alternativa de sair da fazenda.

Uma vez expulsos da colônia, as famílias se deparam com as seguintes possibilidades: trabalhar nas poucas fazendas que restaram; comprar uma pequena propriedade ou um terreno na cidade com a indenização do processo de expulsão do campo; ingressar no movimento de luta pela terra, participando de ocupações – realidade apresentada por Silva (2004a); arrendar um pequeno pedaço de terra para fazer a roça de subsistência da família; e o assalariamento rural – realizando trabalhos nos períodos de safra da cana-de-açúcar e colheita da laranja, por exemplo.

Essas possibilidades muitas vezes se apresentam de modo combinado, sendo, portanto, fluídas. Isso nos faz voltar o olhar para os aspectos subjetivos do processo que envolve os diferentes padrões de ação dessas famílias. Conforme mostra Afrânio Garcia Jr (1989), “cada agente tem um leque de estratégias de reconversão que está na estrita dependência dos recursos de que dispõe, e das práticas de seus concorrentes e opositores” (p. 240). As estratégias, os recursos e as práticas são guias fundamentais dos agentes sociais no momento das rupturas que exigem a tomada de decisões. Para Bourdieu (2007b), esse processo de escolha tem seus limites no *campo dos possíveis* oferecido ao agente social.

A determinado volume de capital herdado corresponde um *feixe de trajetórias* praticamente equiprováveis que levam a posições praticamente equivalentes – trata-se do *campo dos possíveis* oferecido objetivamente a determinado agente; e a passagem de uma trajetória para outra depende, muitas vezes, de acontecimentos coletivos (guerras, crises, etc.) ou individuais (encontros, ligações amorosas, privilégios, etc.) descritos, comumente, como acasos (felizes ou infelizes), apesar de dependerem, por sua vez, estatisticamente, da posição e das disposições daqueles que vivenciam tais eventos (p. 104).

Para Bourdieu, nas trajetórias, nem todas as posições de chegada são igualmente imagináveis para todas as posições de partida, reforçando os aspectos subjetivos que estão envolvidos nos processos de tomada de decisão.

Para além das idas e vindas nos espaços físicos, há transformações nos modos de

vida quando consideramos esse movimento realizado pelos trabalhadores e famílias. Os modos de vida da colônia não são abandonados tão facilmente ou deixados para trás. Muitas famílias tentam revivê-los, seja por meio de falas, hábitos, gestos e práticas cotidianas.

Uma das formas de reviver os modos de vida da colônia foi observado por meio do plantio de hortaliças e da criação de pequenos animais no quintal das casas na cidade de Ibaté/SP – visitada para a realização das entrevistas com as trabalhadoras. Silva (2004b) fornece elementos para a compreensão dos novos significados advindos da vida na cidade:

Morar nas cidades significou para o trabalhador a perda da roça de subsistência e da indústria doméstica e, paralelamente, o aumento dos gastos com a própria sobrevivência, tais como: água, luz, gás, impostos, aluguel, transporte, etc. O aumento de gastos não foi acompanhado daqueles referentes aos salários (p. 562).

Uma das depoentes de nossa pesquisa, Nice, expressa a valorização da terra e a (im)possibilidade de reproduzir na cidade o hábito de cultivar uma roça de subsistência familiar como no período em que vivia na fazenda. O sentimento de perda, a tentativa de restabelecer o costume da fazenda e as comparações com a cidade são apresentados por ela da seguinte maneira:

Nice – Olha, com 500... com 800 contos você vive bem na fazenda. Com 1.500, você não vive na cidade, não vive.

Juliana – Com o dobro na cidade...

Nice – Você não vive. Você vive com menos na fazenda que na cidade. Porque aqui você tem que comprar tudo. Lá na fazenda, não. Eu, quando eu casei, eu sempre morei em fazenda, eu sempre gostei de fazer uma hortinha, eu sempre fazia uma hortinha e criava galinha. Aí quando a gente veio para a cidade, sem pagar aluguel, a gente veio para a casa da minha sogra, da minha ex-sogra, sem pagar aluguel, já era difícil de viver, que aí tinha força... Na fazenda você não paga, você não paga água, você não paga força. Se é fazenda de leite você não paga leite. Se você planta, você tem uma verdura, você não paga. Você tem uma verdura, você tem uma criação. Aqui compra tudo, tudo, tudo.

Juliana – Eu vi que você tem algumas plantações. O que você planta aqui dentro da sua casa?

Nice – Eu gosto de plantar. Eu plantei *uma couvinha, uma salsinha, uma cebolinha (risos)*. A galinha passou o cercado e comeu. E tenho as galinhas. Eu falo, eu gosto muito de mexer com terra. Se eu pudesse, eu plantava tudo, só que tem que ficar gastando água para regar. Mas *se eu pudesse, eu plantava, eu fazia uma hortona!* (Nice)

É interessante notar no excerto acima as representações do mundo rural (o passado na fazenda) e o mundo urbano (a vida na cidade) nas formas como Nice expressa o cultivo de plantas e o desejo de realizar algo maior, como fazia no período em que vivia

com os familiares em regime de colonato. No passado, além do cultivo de alimentos e a criação de animais, não havia a necessidade de comprar “tudo, tudo” como ocorre na cidade.

Ao expressar as características da atual plantação em sua casa no diminutivo (“uma couvinha, uma salsinha, uma cebolinha”), Nice representa a reprodução limitada dos modos de vida da fazenda no espaço da cidade, em razão da insuficiência de espaço físico para manter a roça e o hábito de criar animais e também pelo fato de não dispor de um tempo livre para a realização dessas atividades, já que o emprego no abatedouro lhe consome boa parte do dia e da semana. A reprodução completa e total dos modos de vida da fazenda fica impossibilitada e só se encontra presente no desejo de mantê-los, que são expressos no aumentativo: “se eu pudesse, eu plantava, eu fazia uma *hortona!*”

A depoente relata ainda a valorização da terra na colônia e os modos de vida permitidos pela disponibilidade de terras:

Na fazenda era bem melhor. Era bem diferente. Meu pai plantava arroz. O sustento, a gente tirava praticamente da fazenda. Antigamente tinha bastante espaço para conseguir a terra para plantar. Aí depois, quando a gente veio para a usina, já era mais difícil porque usina, não (...) é só cana. Então, viver na fazenda é bem melhor. (*Nice*).

Sendo assim, entendemos que da mesma forma que os modos de vida da fazenda não são abandonados automaticamente, a diversidade de experiências nos revela que o processo de expropriação das famílias da colônia não leva necessariamente a um processo de proletarianização (GARCIA JR., 1989; SILVA, M. A. M., 1999). As famílias expulsas do campo não formam um grupo homogêneo, na medida em que diversos são os caminhos que marcam as trajetórias. Sigaud (1979) esclarece na seguinte passagem que não há uma determinação entre os processos de expropriação e proletarianização:

Mesmo não tendo, na conjuntura pós-64, dado lugar a um movimento coletivo de recuperação da terra e se expressando apenas, de um lado, através de estratégias individuais e, de outro, através de uma bandeira de luta de Sindicatos e trabalhadores, a aspiração pela terra entre esses trabalhadores expulsos é um elemento importante para se relativizar determinados *bias*, sobretudo aqueles que veiculam uma imagem de que com o abandono do campo os trabalhadores perdem, quase que por um passe de mágica, toda sua vinculação com a terra e se transformam automaticamente em “operários do campo” ou “proletários rurais”, passando a ver o mundo, as relações sociais em que estão inseridos e a si mesmos com os “olhos” de um operário (p. 215-216).

Tais considerações também nos fazem refletir sobre a não dicotomia entre os espaços do campo e da cidade, no sentido de que os modos de vida ligados a esses espaços físicos e sociais se entremeiam. Williams (1989) demonstra claramente a relação entre esses espaços:

O campo e a cidade são realidades históricas em transformação tanto em si próprias quanto em suas inter-relações. Temos uma experiência social concreta não apenas do campo e da cidade, em suas formas mais singulares, como também de muitos tipos de organizações sociais e físicas intermediárias e novas (p. 387).

As inter-relações e as formas intermediárias apontadas por Williams revelam a necessidade de se pensar, por exemplo, em novos grupos intermediários que precisam ser considerados nas relações sociais presentes no campo e na cidade, que ficam além da simples divisão entre grandes proprietários e os sem-terra (WILLIAMS, 1989): os homens livres, proprietários de terras menores, pequenos fazendeiros e camponeses com direitos sobre as terras comunais de pasto e de cultivo.

Vale, então, apresentar neste momento as razões pelas quais as mulheres e seus familiares que viviam em sítios e roçados na região Nordeste realizam o movimento migratório para as cidades do interior do Estado de São Paulo.

O processo migratório deve ser entendido como um acontecimento histórico que envolve os que partem e os que ficam. Nele estão envolvidos elementos objetivos, estruturais, ideológicos, culturais e subjetivos que passam pela organização social de classe, gênero, raça/etnia. Daí a importância em se considerar o migrante a partir de duas óticas, estando envolvido no processo social e histórico mais geral [espaço da determinação] e inserido numa realidade social definida por laços sociais referentes a certo espaço social e cultural. Os migrantes não só são moldados pelos processos sociais que geram os deslocamentos, mas também moldam esses processos (SILVA & MENEZES, 2006).

O envolvimento de fatores objetivos e subjetivos no processo de tomada de decisão para a realização do movimento migratório também é explicitado por Figueira (2004) na seguinte passagem:

a migração se faz pela ação combinada de atos e fatos imprevistos, como a seca, e programados, como as decisões de uma política traçada pelos governos militares e civis, tanto em relação ao Nordeste quanto ao Norte e Centro-Oeste do Brasil. Mas há também razões pessoais e familiares (p. 102).

Neste sentido, apresentaremos alguns fragmentos de entrevistas realizadas com as mulheres que migraram para o interior paulista, que demonstram suas representações e motivações para realizar tal deslocamento.

No primeiro caso, tomamos como referência a trajetória de Júlia. O movimento migratório realizado por ela é marcado pela ruptura com os padrões de dominação, que lhe atribuíam uma identidade social estigmatizada de mulher “vagabunda”, que não era “boa para casar”. Esse processo de resistência se deu no âmbito do relacionamento com o esposo. Júlia o conheceu no festejo de Santa Luzia, no Estado do Maranhão. Nesse período ela morava na capital do estado e o namorado, João, morava no interior com os pais. Quando Júlia engravidou, o casal passa por alguns problemas porque os pais de João e muitas pessoas no povoado onde ele vivia acreditavam que ele não era o pai do bebê. Diante dessa desconfiança da família de João, o casal faz planos para comprar uma casa, assim escapariam dos julgamentos que lhes eram imputados. No entanto, antes que fosse cumprido o desejo deles, Júlia fica sabendo que os pais do esposo o “mandaram” para o interior de São Paulo.

Depois de conversar com a mãe de criação, Júlia consegue um dinheiro e parte para São Paulo com o intuito de encontrar o esposo, levando consigo também uma tia que estava enamorada do primo de João, e que também era estigmatizada pelos familiares deste. Júlia tece os seguintes comentários acerca do movimento migratório realizada por ela e a tia:

Júlia – Eu trouxe a minha tia do Maranhão para cá [São Carlos/SP], eu trouxe a minha tia fugida, para morar com o primo do João. Porque ninguém queria que eles dois morassem juntos. Eu já sabia que ia morar com o João, e não queriam que morasse com ele. Os pais dele não queriam que ele morasse comigo porque diziam que eu e ela, a gente não era mulher para eles [risos]. Eu não era mulher para o João, e minha tia não era mulher para o primo de João.

Juliana – Por quê? Por qual motivo?

Júlia – Preconceito porque eu como eu morava na cidade, para eles eu não prestava. E a minha tia porque dizia que minha família não valia nada. Então não queria. Para ela vir eu tive que roubar ela, nós viemos as duas de ônibus clandestino. (Júlia)

O processo migratório realizado por Júlia e sua tia é carregado de enfrentamentos e rompimentos com os padrões e estigmas que carregavam na região de origem. Compreendemos, portanto, o movimento migratório realizado por elas a partir do ponto-de-vista proposto por Silva & Menezes (2006), conforme apresentado acima, enquanto um acontecimento histórico que envolve elementos objetivos, estruturais, ideológicos, culturais e subjetivos que passam pela organização social de classe, gênero, raça/etnia. O

movimento migratório realizado por Júlia e sua tia podem ser compreendidos, portanto, enquanto uma estratégia de resistência para escapar, ao menos no que se refere ao espaço geográfico, do olhar desaprovador dos familiares do marido. Tais formas de resistência feminina são entendidas enquanto *performances* pela antropóloga Veena Das. Ao escrever sobre o uso do termo pela autora, Carvalho (2008) mostra que nas *performances*

as mulheres atuam para além da submissão que poderia ser entendida à primeira vista, registrando também a marca de uma resistência. Esse resistir aqui irá significar, de fato, um movimento que não é calculado, mas a manutenção da *existência* dos sujeitos no jogo social. Isso significa sair da invisibilidade através de ações que, ainda que condenáveis, ou, justamente por serem assim, colocam os sujeitos – neste caso, mulheres – numa posição ativa dentro do imaginário social, manejando aquilo de que a razão não pode dar conta (CARVALHO, 2008, p. 16).

Nos casos que seguem é possível notar a exploração do trabalho de mulheres que se ocupam em atividades domésticas em “casas de família” em suas regiões de origem, caracterizado pela baixa remuneração e jornadas intensas, uma vez que os períodos de folga são praticamente inexistentes. Verifica-se, também, a visualização do Estado de São Paulo como uma possibilidade de elevar os rendimentos tão escassos.

Lizandra – Lá na Bahia até hoje é pouco para você trabalhar em casa de família, não sei se está pagando um salário mínimo, não sei se paga.

Juliana – Hoje em dia não chega a isso?

L – Não chega. É muito pouco. E quer que faça de tudo.

J – Para trabalhar todos os dias da semana...

L – Todos os dias, não tem folga, de segunda a segunda. Lá não tem folga, não.

Aí o que mais motiva pra gente vir para cá é isso. Que se você fica lá, não acha emprego decente, quando acha você não tem folga, tem que trabalhar de domingo a domingo, não tem folga, de jeito nenhum. (Lizandra)

Lizandra vive em Ibaté/SP com seus irmãos e tio, que também migraram para o Estado de São Paulo em busca de trabalho. Seu tio – como muitos outros homens migrantes que vivem em Ibaté o fazem – exerceu atividade no corte de cana-de-açúcar. Mostra-se, então, um cenário em que muitos migrantes partem de suas regiões de origem para trabalhar no corte de cana. Apesar da intensificação do processo de mecanização da colheita do produto, o setor ainda se utiliza do corte manual. Silva & Melo (2009) mostram que o processo de mecanização do corte de cana não é linear:

Ao mesmo tempo em que muitos trabalhadores são descartados, outros são empregados com baixos salários, muitas vezes, sem os direitos trabalhistas, duramente conquistados ao longo das últimas décadas (...). Os migrantes constituem uma mão de obra barata e facilmente controlada pelos donos das empresas em razão de ser temporária e facilmente descartada (p. 133).

No segmento da entrevista abaixo apresentada é possível verificar o descarte dos trabalhadores no corte de cana. Como o vínculo estabelecido com o município de Ibaté/SP se dava principalmente em razão do trabalho exercido nos canaviais, após ser dispensado pela usina, o cunhado de Francisca retorna para o Estado de Pernambuco:

Juliana – Conta então como foi a viagem, como foi a decisão de vir para Ibaté. Seu marido já tinha vindo, né? O que ele falava daqui?
Francisca – Ah, para ele qualquer lugar está bom. Ele se acostuma rápido nos lugares. Ai, ele gostava daqui porque aqui ele vê dinheiro, que lá não tem (*Risos*). Porque lá você trabalha não sei quanto para ganhar 60 reais. Aqui ganha em dois dias. Ou em um dia, depende do ritmo. Ele gosta. Só eu que não gosto muito porque longe da família é ruim, né? E *quando eu estava lá que eu pensei de vir para cá eu fiquei animada para vir porque eu pensei: “Ah, já estou enjoada desse lugar, parado, sem nada”*. Mas já hoje, sei lá, eu prefiro estar perto da minha mãe. Porque aqui só está eu e ele, não tem nenhuma família. Antes só tinha ele e meu cunhado. *Meu cunhado foi embora porque foi mandado embora, porque agora está mandando muita gente embora das usinas.* (Francisca).

No momento da entrevista, transcorria aproximadamente dois anos que Francisca vivia no município de Ibaté com o marido. Ainda assim, não se sentia animada com sua permanência na cidade, pois mantém fortemente os laços afetivos com a região de origem, onde vivem os pais e demais parentes. A aparente contradição evidenciada no fragmento da entrevista – ao mostrar sua preferência por um local quando está em outro – é uma das faces do processo de migração daqueles que ainda não estão estabelecidos há muito tempo no local de destino. José de Souza Martins³² define esse grupo da seguinte maneira: aqueles que se consideram como “fora do lugar”, que entendem que ainda não encerraram o processo de migração. O migrante assim definido é o que ainda vai voltar a ser, e não o que já é! É o não ser, não estar.

Esta indefinição fica ainda mais evidente na seguinte passagem:

Eu não comprei tanque porque *eu não moro aqui*, eu não comprei porque depois você vai embora, as coisas que perdem ficam aí porque é difícil você encontrar alguém que compre. Aí você vai ficar comprando um monte de coisa, para que? Compensa para quem mora. Só *se eu morasse aqui*, aí eu já tinha comprado. Aí eu procuro nem comprar muita coisa. (Francisca).

Verifica-se que o sentimento de não-pertencimento ao local de destino está relacionado com o processo de desenraizamento/reenraizamento que envolve a família dos migrantes que, ao partirem para novas cidades em busca de trabalho, deixam para trás

³² Apud SILVA & MENEZES, 2006, p. 8-9.

não só bens materiais, como também os laços criados com o ambiente em que passaram parte de suas vidas.

O migrante perde a paisagem natal, a roça, as águas, as matas, a caça, a lenha, os animais, a casa, os vizinhos, as festas, a sua maneira de vestir, o entoado nativo de falar, de viver, de louvar a seu Deus... Suas múltiplas raízes se partem. (...) Seria mais justo pensar a cultura de um povo migrante em termos de desenraizamento. Não buscar o que se perdeu: as raízes já foram arrancadas, mas procurar o que pode renascer nessa terra de erosão (BOSI, 2003, p. 176-7).

Apesar da semelhança de todas as mulheres apresentarem uma origem no mundo rural, o que intentamos mostrar na discussão do presente capítulo foi a multiplicidade de vivências nestes espaços que marcaram o início das trajetórias femininas. Realizamos também um encaminhamento do debate para o segundo momento de análise, que apresenta alterações consideráveis no percurso das mulheres: a residência em áreas urbanas e o assalariamento rural.

A linha de discussão que permanecerá no próximo capítulo é aquela que apresenta os processos estruturais e subjetivos envolvidos nas decisões e transformações na vida dos agentes sociais. Entoaremos um debate acerca das relações que se dão entre a estrutura e o agente e, neste sentido, apresentaremos os pormenores das relações sociais que permeiam a vida das mulheres e seus familiares nos municípios de Ibaté e São Carlos: as relações de gênero, a sociabilidade entre os moradores da cidade e as formas identitárias aí envolvidas.

“A terra não é só nitrato, e também não é só fosfato; e a extensão das culturas de fibra de algodão não é a terra. Carvão não é o homem, nem é sal, nem água, nem cálcio. Ele é tudo isso, mas é muito mais que isso, e também a terra é muito mais que o simples resultado de sua análise. O homem, que é mais que a sua composição química, caminhando na terra, batendo numa pedra e entortando o seu arado, empurrando firmemente a rabiça de seu arado para suspender os torrões de terra, calcando os joelhos na terra para comer sua singela refeição – esse homem, que é mais que os elementos que o compõem, sabe também que a terra é mais que o simples resultado de sua análise química. Mas o homem da máquina, fazendo rodar um trator morto através das terras que ele não ama nem conhece, entende somente de química; desdenha a terra e desdenha a si próprio. Quando as portas de chapa ondulada são fechadas, ele vai para casa, e sua casa não é a terra, não é o campo livre”.

John Steinbeck, *As Vinhas da Ira*.

CAPÍTULO 2. ESPAÇOS E TEMPOS CRUZADOS: O ASSALARIAMENTO RURAL E A VIDA NA CIDADE

A cidade é o lugar onde diferentes espaços e tempos se cruzam. No caso das mulheres trabalhadoras que vivem em Ibaté/SP e residiram em colônias nos municípios circunvizinhos, o espaço físico da colônia e aquele da atual residência e trabalho são muito próximos e em algumas vezes se confundem – isso porque muitas áreas das antigas fazendas ocupadas por colônias foram transformadas em imensos canaviais, onde algumas das trabalhadoras exerceram ou exercem atividade no corte de cana-de-açúcar. Assim, para elas, ainda que tenham ocorrido profundas alterações no espaço social das colônias, a área em que viviam neste período é muito próxima àquela em que residem atualmente. Enquanto isso, pode-se dizer que o “tempo da colônia”, caracterizado pela possibilidade de realizar a diversidade do plantio e pelo trabalho familiar, se apresenta enquanto um “tempo passado”. Mesmo na tentativa de manter os modos de vida da colônia, com o plantio de culturas e criação de pequenos animais no quintal da casa no bairro urbano, é sabido que já não é mais possível reviver hoje aquelas características.

Para as mulheres migrantes, o atual espaço físico e social é bastante distante e distinto daquele encontrado nas regiões de origem. No entanto, o tempo de botar roçado e fazer negócio nas feiras permanecem, mesmo que em outro espaço. Conforme apresentado no capítulo anterior, em razão da condição de migrantes, há uma possibilidade do *voltar a ser*, de estar novamente nas terras onde ficaram as pequenas propriedades.

A partir desta perspectiva, nos é possível pensar que os fatores que caracterizavam cada espaço social começam a ser entremeados por novas situações ou ainda pelas características que eram pertinentes a outro espaço físico e social. Assim, por exemplo, se antes, as cidades eram ligadas ao desenvolvimento da indústria, movimento intenso de pessoas, geração de riquezas, enquanto o campo era visto como o local de isolamento e produção de alimentos, agora as relações sócio-econômicas são outras: o campo é também o local de produção de mercadorias. Não é difícil encontrar bairros “urbanos” de alguns municípios no interior de São Paulo que fazem fronteiras com os canaviais. E a terra, anteriormente vista como o local de exercer um modo de vida, de plantar alimentos para a família, muitas vezes se apresenta somente como o local de trabalho.

Propomos, então, a partir dessas considerações, que os espaços do campo e da cidade sejam compreendidos sob uma ótica de complementaridade, enquanto espaços que vão além dos marcos geográficos, mas que evidenciem os diversos significados

apresentados pelos sujeitos que por aí transitam. Esta perspectiva está ancorada nas considerações de Queiróz (1978) acerca dos ambientes rurais e urbanos.

Rural e urbano entretêm um com o outro relações que sempre estão se modificando; e a perspectiva dialética significa (...) aceitar o postulado de que ‘as coisas sociais’ estão em movimento e transformação constantes, renovando-se e desenvolvendo-se incessantemente, o que vale tanto para ‘as coisas’ materiais, quanto para ‘as coisas’ humanas e sociais. Mas sua forma de relacionamento, embora sempre ativa, nem sempre será a de oposição (Ibid., p. 269-270).

Sendo assim, a ideia deste capítulo é apresentar, para além do cruzamento de tempos e espaços que envolvem as trajetórias laborais das mulheres pelos espaços do campo e da cidade, uma discussão também acerca da multiplicidade de fatores inseridos no processo de (re)elaboração das identidades das mulheres. Intentamos mostrar no seio da discussão do encontro de diferentes trajetórias no espaço da cidade e no momento em que as mulheres passam pelo assalariamento rural, os demais referenciais da vida das mulheres, tais como as relações de gênero, raça e aquelas que envolvem o pertencimento geográfico. Com isso, esperamos fornecer elementos para o debate acerca da relação entre indivíduo e sociedade, na medida em que serão fornecidos ao leitor/ à leitora os elementos de análise que passam pelos marcos estruturais, mas também pelas particularidades de cada trajetória.

No primeiro momento apresentaremos o contexto da “região de encontro”, qual seja: o município de Ibaté/SP, onde vivem, em sua maioria, as mulheres e os homens que narraram suas experiências para que este trabalho fosse desenvolvido. Vamos mostrar também as alterações nas formas de ocupação que envolvem o assalariamento nas principais atividades desenvolvidas por essas pessoas: a plantação e o corte de cana-de-açúcar e a colheita da laranja.

Feitas essas considerações, entoaremos o debate sobre as relações entre a sociedade e o indivíduo, pensando nas possibilidades e limites de intervenção deste frente às transformações e persistências estruturais. Com essa discussão pretendemos fornecer instrumentos para a reflexão acerca das resistências cotidianas de mulheres trabalhadoras.

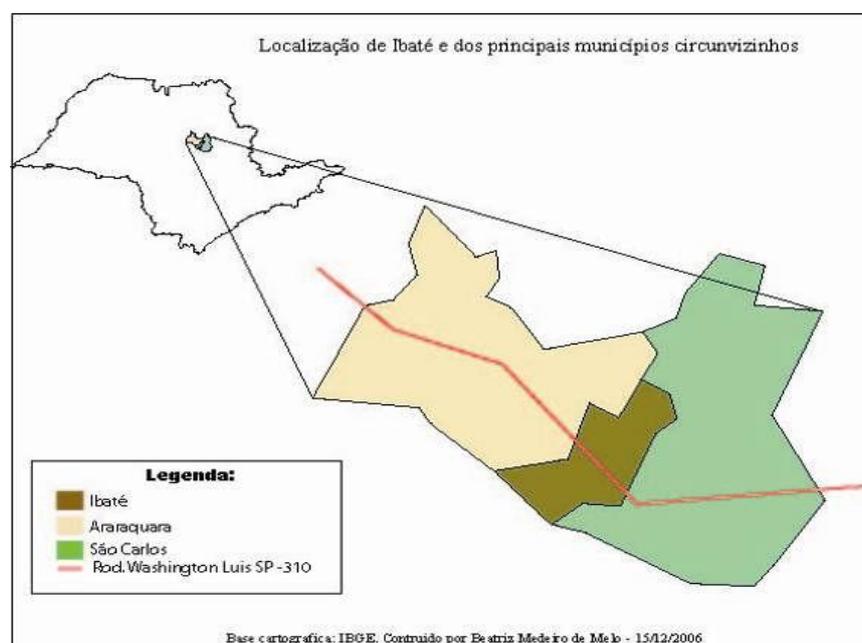
O contexto social da região

Os esforços de exposição do contexto social da região se encaminham no sentido de entender o espaço do município de Ibaté/SP como um espaço social permeado por relações sociais que serão apresentadas como um movimento de ida e vinda: os

movimentos históricos e o cenário em sua amplitude fornecem elementos para delimitar a investigação, mas também as narrativas e os acontecimentos que as cercam apresentam importantes aspectos para rever os marcos históricos e sociais em sua totalidade, lançando, assim, um novo olhar sobre esses fatos que envolvem a transitoriedade de tarefas realizadas pelas mulheres.

A cidade de Ibaté está localizada entre os municípios de Araraquara e São Carlos (Figura 1), no interior do Estado de São Paulo. Sua história é fortemente marcada pela dependência e integração às áreas desses municípios. Em 1953 é que Ibaté deixa de estar na condição de vila da cidade de São Carlos para se tornar um município (MELO, 2008, p. 37).

FIGURA 1. Localização do município de Ibaté e cidades vizinhas.



Fonte: MELO, 2008

A pesquisa desenvolvida por Beatriz Melo (2008) mostra que os primeiros moradores do município de Ibaté são ex-colonos que conseguiram adquirir sua pequena propriedade com os proventos do trabalho nas fazendas e em alguns casos, com a ajuda da família.

Com o fim do colonato, outro conjunto de imigrantes e trabalhadores nacionais (fundamentalmente mineiros e nordestinos) dá impulso ao crescimento urbano da cidade de Ibaté. No início da década de 1960 foram loteados dois bairros para abrigar os trabalhadores remanescentes da falência da Usina Tamoio (Ibid., p. 38).

Além de receber os antigos colonos das fazendas de café e cana-de-açúcar que realizaram o deslocamento campo-cidade, o município de Ibaté atraiu também, nos anos de 1970, muitos migrantes mineiros vindos do Vale do Jequitinhonha e posteriormente, migrantes dos Estados da região Nordeste, em razão do forte incentivo à produção de álcool³³.

Assolados pelas condições do clima, pela privatização contínua dos elementos naturais necessários para o plantio (como a questão da água), pelo abandono políticoeconômico que sempre privilegiou os investimentos nas ricas e férteis terras roxas do Estado de São Paulo, pelos baixos rendimentos obtidos no trabalho da diária nas pastagens dos grandes latifundiários, os nordestinos, especialmente aqueles das áreas do agreste e do sertão, viram-se recorrentemente suscetíveis à migração para as áreas de fronteira e para lugares onde se pensava conquistar uma condição de trabalho mais segura, como o assalariamento (MELO, 2008, p. 39-40).

A razão para os trabalhadores residirem em Ibaté e não nas cidades vizinhas é a questão do valor da renda da terra urbana. “Os terrenos em Ibaté têm um valor mais acessível aos trabalhadores de baixa renda, como os operários, os rurais e aqueles da construção civil, que (...) são maioria na cidade” (Ibid., p. 50).

Atualmente o município de Ibaté tem aproximadamente 31.000 habitantes (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010). Além das atividades no setor de serviços e comércio, o município não oferece muitas opções de emprego aos moradores, pois este possui apenas uma agroindústria de importância relativa, a Usina COSAN, e três destilarias, Santa Helena, Coal e Nova Era (MELO, 2008). Assim, muitos trabalhadores e trabalhadoras acabam se empregando em indústrias nos municípios vizinhos e também exercem atividade no corte de cana e colheita da laranja.

Apresenta-se, então, um cenário em que muitos trabalhadores e trabalhadoras que residem em áreas densamente povoadas dos bairros periféricos do município de Ibaté, tais como o Cruzado I e Cruzado II, tornam-se assalariados rurais nos canaviais e laranjais. A partir disso compreendemos que as áreas rurais e urbanas, até então vistas somente sob o aspecto dicotômico, se complementam. Nesse novo cenário, a distância física e social entre os habitantes dessas áreas é reduzida. Fica visível um intercâmbio de informações, hábitos e pessoas nos espaços ditos “rurais” e “urbanos”.

³³ Para maiores detalhes acerca da vida de trabalhadores rurais nordestinos no município de Ibaté, conferir MELO (2008), cuja pesquisa teve como objetivo compreender “os diferentes processos de territorialização relativos ao processo de migração de nordestinos para a cidade de Ibaté, na intenção última de analisar o processo de exclusão/inclusão precária a que estão expostos e as possíveis formas de resistência manipuladas através da constituição de territórios” (p. 25).

Daí a importância em se considerar a complexidade e heterogeneidade de relações sociais, econômicas, culturais e políticas presentes nesses ambientes. Martins (2006) nos mostra que o rural contemporâneo é constituído por “processos de ressignificações do próprio rural, com novos atores e novas disputas discursivas” (p. 68). Tais características podem ser encontradas, por exemplo, quando lançamos o olhar para as novas conjugações dos termos da agricultura e indústria, antes ligados, respectivamente, somente ao rural e ao urbano. O capitalismo, até então concentrado nas indústrias, em espaços urbanos, integra a agricultura no intuito de diminuir a dependência do trabalho humano em relação ao ciclo natural na produção agrícola.

As consequências da integração da indústria nas atividades agrícolas passam também pelas formas de trabalho no campo que, mais uma vez, demonstram as novas vivências e mediações entre o trabalhador e a terra. Muitos trabalhadores que exercem atividade nos períodos das safras já não partilham o produto de seu esforço cotidiano, tanto no sentido da diversidade de culturas que já não é preterida, como pelo fato de que o rendimento advindo dessa atividade é extremamente escasso. A partir daí é possível verificar os novos sentidos ligados aos modos de vida e costumes que expressam as várias dimensões e integrações entre os espaços “rurais” e “urbanos”.

O desenvolvimento da pesquisa, especificamente no que se refere à inserção em campo ao município de Ibaté, nos permitiu observar os sentidos acima apontados. Encontramos em certa ocasião um vendedor passando pelas casas cobrando os moradores pelos produtos adquiridos. Quando perguntamos do que se tratava, uma das mulheres entrevistadas disse que ele era um “mascate”. No entanto, ela disse que não poderia efetuar o pagamento, pois a firma em que o marido trabalhava atrasara o pagamento.

O que os fatos e as observações nos revelam é que a mobilidade de pessoas – seja entre as áreas “rurais” e “urbanas” de um município, entre as fazendas e os bairros, ou ainda em movimentos migratórios de deslocamento geográfico maior, como no caso dos migrantes da região Nordeste no interior do Estado de São Paulo – não se reduz ao deslocamento no espaço.

Essas pessoas carregam modos de falar, agir, hábitos e gestos que dão novos significados ao ambiente cotidiano que passa pelo local de moradia, relações de sociabilidade no local de trabalho, nos bairros e cidades. Recorremos à narrativa de João para apresentar à leitora/ ao leitor uma das bagagens que os migrantes transportam quando realizam o deslocamento no espaço – no caso de João, trata-se do senso de

comunidade, já citado no capítulo anterior no momento em que refletíamos sobre os trabalhos realizados por ele e seus familiares no Maranhão.

Aqui, a narrativa de João traz novos elementos que demonstram a noção de laços de solidariedade fortalecidos entre os membros da família – experiência essa que segundo ele não é vivenciada pela maioria das pessoas no Estado de São Paulo. Quando questionado acerca dos fatores que diferenciavam a vida no Maranhão e em São Paulo, João afirma:

João – As pessoas daqui [São Paulo] põem os pais para morar no asilo. Para nós não tem isso lá [Maranhão], não. Para nós, lá, os pais ficam com a pessoa até chegar o dia dele...

Júlia – Dele morrer.

João – Eu sou louco? De pegar o meu pai e colocar no asilo? Você acha que eu tenho coragem de fazer isso? Os filhos pegam os pais e põem no asilo, nem visitar lá, vai... Outra coisa também, que eu vejo, filho batendo em pai, xingando, o filho chega louco, de droga, bate no pai e na mãe, xinga a mãe, a mãe não fala nada. (...) Lá, se você chegar na minha casa, assim, eu dou comida para a pessoa. Aqui as pessoas não fazem isso, não fazem porque não têm confiança. Agora lá nós somos pessoas muito confiantes, são pessoas que confiam muito nos outros, não tem, assim, maldade. Aqui, não, as pessoas já não são assim, confiantes. (...) As pessoas daqui são tudo diferentes, traíras. Não são todas, mas tem muitas pessoas traíras. A pessoa fala com você aqui, chega ali já está metendo a faca em você. Não são todas as pessoas que a gente confia, que são gente boa. (*João e Júlia*)

Algumas vivências de Júlia no interior de São Paulo também demonstram a manutenção dos laços de solidariedade – isso fica evidenciado, por exemplo, em uma prática costumeira observada em ocasião de entrevista e principalmente das conversas “informais” com Júlia, qual seja: a de compartilhar o alimento e a experiência de preparar a refeição para ser servida aos colegas, vizinhas. Em certa ocasião, Júlia insistiu para que fosse até sua casa comer com ela e sua família uma feijoada que tinha preparado. Além disso, não são raras as vezes em que Júlia vai até a casa de alguma amiga levar um pouco da comida para que esta não faça sua refeição sozinha.

As formas de expressão da solidariedade presentes na experiência de João e Júlia nos fazem remeter ao conceito de *solidariedade mecânica* apontada nos estudos de Durkheim (1978). A presença deste tipo de solidariedade nas sociedades demonstra uma forte coesão que é mantida pelo fato de existir ‘um certo número de estados de consciência comum a todos os membros de uma mesma sociedade’ (p. 57). O dever do cuidado e a confiança demonstram o grau de coesão da comunidade de origem de João.

Por se apresentar como uma consciência, tal senso foi transportado com ele nos diferentes ambientes.

Entendemos que a reprodução dos modos de vida no local de origem indica que a despeito de estarem em contato com novos costumes no Estado de São Paulo as famílias que realizaram o movimento migratório mantêm, ainda que de forma precária, alguns traços de sua vivência cultural nos mais diversos ambientes. No caso de João, observamos que a noção de comunidade que implica no dever da solidariedade também foi carregada no espaço de trabalho do abatedouro de frangos³⁴.

Por ora, atentaremos para as transformações nas relações de trabalho advindas do assalariamento rural e as consequentes alterações nos modos de vida das mulheres e seus familiares.

Assalariamento rural – espaços reestruturados

Partindo do ponto de vista das transformações nas formas de trabalho, intentamos debater neste item a reestruturação do espaço social que se apresentou no contexto de transição da “civilização cafeeira” para a “civilização da usina” que se deu no interior do Estado de São Paulo (SILVA, M. A. M., 1999). Silva nos mostra que a reestruturação não se deu apenas na esfera econômica, mas também nas relações sociais e culturais no campo e na cidade, produzindo uma nova “leitura do espaço”:

O traço mais marcante desta nova ‘leitura do espaço’, no tocante ao campo, foi o desaparecimento da paisagem e do habitat da civilização cafeeira. Percorrendo os milhares de hectares cobertos por canaviais nesta região, percebe-se, tão-somente, a uniformidade e homogeneidade da mesma paisagem. Muitas das antigas sedes de fazendas desapareceram. Outras transformaram-se em alojamentos para os trabalhadores, provenientes de outras regiões (Ibid, p. 222).

Esta nova paisagem formada pelos imensos canaviais do Estado de São Paulo é o cenário que esconde as distintas temporalidades e espacialidades representadas pelas experiências de trabalhadoras e trabalhadores responsáveis pelo corte de cana-de-açúcar no Estado responsável por aproximadamente 60% do total de cana produzida no país. Ao contrário do que muitos pensam e propagam, há ainda um emprego elevado de mão-de-obra na colheita da cana, mesmo com a mecanização do processo, fator que gera para o trabalhador a pressão para uma maior produção de quantidade de cana cortada. Silva et al. (2006) mostram que na década de 1980 a média de cana cortada por trabalhador era de

³⁴

Esta reflexão será desenvolvida com maior profundidade no capítulo seguinte.

cinco a oito toneladas por dia, aproximadamente. No ano de 2004, a média de produtividade por trabalhador chega à 12 toneladas de cana cortada por dia!

Em razão das alterações na forma de remuneração dos trabalhadores, que começam a receber de acordo com a produtividade do dia, criam-se formas de regulação do trabalho, uma delas é manifestada na figura do feitor, o fiscal que vigia a turma, geralmente a mesma pessoa que leva os trabalhadores até o eito e que mede a produção de cada um. Além da vigilância do fiscal, o novo processo produtivo que impõe regras e normas que fazem com que o trabalhador não se aproprie do produto de sua tarefa, também cria formas de controlar a produtividade e cada trabalhador (SILVA, M. A. M., 1999, p. 110). A hierarquia constituída pelo trabalhador-fiscal-patrão produz e reproduz os mecanismos de dominação que fazem com que a intensidade das atividades no corte de cana seja cada vez mais profunda.

O mecanismo de controle externo acaba sendo introjetado pelo próprio trabalhador, de tal forma que ele se transforma em autocontrole, deixando de ser um controle de atos para ser do próprio indivíduo. Isto é conseguido por intermédio da forma de pagamento (por tonelada) e também pela concorrência velada que se estabelece entre os trabalhadores, diferenciando-os, hierarquizando-os. Produz-se, assim, a figura do “bom cortador de cana” (Ibid., p. 202).

Aquele que não é representado como um “bom cortador de cana” sente-se incapaz, envergonhado e inferiorizado. A partir disso é possível notar as maneiras pelas quais as formas de dominação impõem o ritmo e a duração do trabalho. Neste contexto, já não importa a qualidade do tempo da tarefa – o que predomina é a quantidade de trabalho para que haja o maior lucro possível. Essa ideia é expressa na seguinte passagem:

Tomar apenas a quantidade de trabalho como medida de valor, sem levar em conta a qualidade (...), supõe que os homens se apagam diante do trabalho (...). Não há por que dizer que uma hora de um homem equivale a uma hora de outro homem; deve-se dizer que um homem de uma hora vale tanto quanto outro homem de uma hora. O tempo é tudo, o homem não é nada – quando muito, é a carcaça do tempo. Não se discute a qualidade. A quantidade decide tudo: hora por hora, jornada por jornada (MARX, apud IANNI, 1995, p.185).

Esse processo em que o trabalhador é despersonalizado e apagado frente ao processo de produção tem como consequência o sofrimento diário do trabalhador que tem suas condições de trabalho violadas. Antes de ser apagado diante do trabalho, no entanto, o trabalhador tem sua experiência utilizada em proveito da empresa. Ou seja, muitas vezes a vivência como trabalhador agrícola – seja aqueles que viveram em colônias e trabalharam nas roças de subsistência e colheita de café, ou aqueles sitiantes com

experiência no tratar com a terra, todas essas disposições culturais incorporadas pelos trabalhadores e trabalhadoras eram vantajosas economicamente para os empregadores, na medida em que se eliminavam os gastos com o treinamento e adaptação às atividades nas áreas rurais (CAÍRES, 2008, p. 169-170).

Notamos que a mesma experiência é aproveitada quando as mulheres procuram emprego no abatedouro de frangos, que exige um intenso uso da força física. Durante a entrevista de admissão na empresa, um ponto “positivo” para ser aceita no trabalho de abate é ter exercido atividade no corte da cana e colheita da laranja, pois o trabalho no interior do abatedouro já é apresentado como uma tarefa “muito puxada”.

Juliana – Como você conseguiu entrar no abatedouro? Quem te indicou?

Nice – O mocinho que faz... acho que faz uns quatro, cinco anos que ele está lá. Que era o único lugar que eu pensava que eu não ia trabalhar. Os outros falavam tão mal que eu tinha até medo, eu tinha pavor. Aí eu mandei currículo para tudo quanto é lugar e eu não conseguia. E eu falei: “Eu não quero mais ir na roça. Eu quero ver se eu consigo um serviço que dê tempo de eu cuidar das crianças” porque na roça você chega muito tarde. Aí foi quando eu mandei o currículo na quarta-feira, ele conversou com o encarregado dele. O encarregado falou: “Mas ela vai aguentar?” Ele falou: “Ela trabalhou na roça”. Aí quando foi na quinta-feira me chamou, no outro dia me chamou. (Nice).

Juliana – O que precisava ter para entrar lá, você sabe quais eram os critérios para entrar no abatedouro? Precisava ter um nível de escolaridade mínimo?

Cida – Não, não tinha estudo, nada. Eu entrei lá, nem tinha estudo, nada. **A única coisa que eles perguntavam é se a gente trabalhou no corte de cana**, onde que a gente já trabalhou... só isso. Eles preferem mais gente que já trabalhou no corte de cana para trabalhar lá.

J – Ah, é? Por que?

C – Ah, **porque é um serviço puxado, que nem corte de cana**. Tem que trabalhar rápido. Então eles preferiam, na época, inclusive, eles falavam. (Cida).

Entendemos que a experiência em atividades realizadas nos espaços do campo³⁵ é usada em proveito do serviço realizado no interior do abatedouro. As práticas corporais e psíquicas adquiridas, por exemplo, nas jornadas estafantes nos eitos dos canaviais são “aproveitadas” para o serviço na linha de produção do abatedouro, que requer tanta rapidez e força como a realização do corte de cana. Recorremos ao conceito de *habitus* proposto por Bourdieu (2007a) para elucidar a questão e compreender o modo pelo qual essas práticas vão sendo incorporadas. O autor nos mostra que *habitus* se refere a um

Sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes.

³⁵ Atividades como o corte de cana-de-açúcar, colheita da laranja, plantio de eucalipto, colheita da “bituca” da cana.

Tais práticas e ideologias poderão atualizar-se em ocasiões mais ou menos favoráveis que lhes propiciam uma posição e uma trajetória determinadas no interior de um campo (p. 191).

Tais práticas se atualizam e entram em jogo quando as mulheres procuram o emprego no abatedouro de frangos. Podemos pensar ainda no esquema de *autocontrole* (ELIAS, 1990) para compreender a interiorização das formas de dominação e exploração das mulheres trabalhadoras nos diferentes ambientes de trabalho. O autor nos mostra que existem em nossa sociedade esquemas de comportamento que são “inculcados no indivíduo desde a infância, como uma espécie de segunda natureza, e (...) nele são mantidos alerta por um poderoso controle social com uma organização cada vez mais estrita” (ELIAS, 1990, p. 259). O autocontrole é estabelecido por meio de um sistema de modelação social pelo qual o indivíduo é habituado a uma constante contenção. Com isso, forma-se um sistema estável de autocontrole que passa a operar, na maioria das vezes, de forma automática.

Para inculcar e desenvolver certos tipos de comportamento existem: o sistema psicogenético de autocontrole que acaba por definir a estrutura psíquica do autocomando mais instintivo e aquele mais consciente; e o sistema sociogenético, que nos leva a entender os processos de transformação na estrutura social como um todo (Ibid., p. 231). Esses conceitos são pertinentes para a reflexão aqui suscitada: os corpos e estrutura psíquica das mulheres trabalhadoras vão sendo moldados socialmente para que suportem a intensidade das tarefas realizadas. O “treinamento” desenvolvido ao desferirem milhares de golpes de facão no eito do canavial é “aproveitado” quando são contratadas pelo abatedouro de frangos e precisam executar a atividade no ritmo intenso das máquinas na linha de produção.

Percebemos, com isso, a dupla passagem que se realiza na trajetória laboral das mulheres: primeiramente, a experiência do trabalho familiar nas colônias e pequenas propriedades é aproveitada para a realização do corte de cana; no momento posterior, as práticas e estruturas psíquicas desenvolvidas no corte de cana são utilizadas como um saber para a realização das atividades no interior do abatedouro.

Nesse percurso de realização de uma variedade de tarefas percebe-se, então, a transitoriedade de atividades realizadas pelas mulheres entre os espaços rurais e urbanos: elas passam do trabalho no corte de cana e colheita da laranja para o interior das fábricas em um curto período de tempo. Para adentrar o espaço do abatedouro de frangos, a qualificação exigida não diz respeito ao nível de escolarização, mas à “aptidão” adquirida

nas intensivas jornadas nos canaviais ou laranjais. Assim, do ponto de vista dos empregadores do abatedouro, a experiência das mulheres nas atividades rurais não é vista como uma limitação ou depreciação, mas antes de tudo como uma forma de perceber se as trabalhadoras estão prontas para enfrentar a velocidade da máquina e a intensidade da tarefa realizada no abatedouro.

Em todo este caminho, vemos que as experiências laborais nas trajetórias das mulheres são transformadas em sofrimento prolongado: o corpo vai sendo domesticado para “suportar” a intensificação da jornada de trabalho. No entanto, as consequências dessa intensificação do trabalho só entram em cena em caso de morte de algum trabalhador.

A morte, evidentemente, é o extremo limite que não se quer atingir, mas enquanto não se está morto, ao fim de uma hora de trabalho, do ponto de vista dos patrões, é que se pode ainda trabalhar mais. Assim é que, da mesma forma, todos os dias se batem novos recordes sem que ninguém imagine que o limite tenha sido atingido. (WEIL, 1979, p. 122)

Aparentemente, acredita-se que o sofrimento no trabalho foi bastante atenuado e os limites do sofrimento no trabalho não são atingidos pelos trabalhadores em razão do processo de mecanização, que teria abolido as obrigações mecânicas e o trabalho desumanizante.

Infelizmente, tudo isso não passa de um discurso retórico, pois só o que as empresas revelam são as suas fachadas, oferecidas aos olhares dos curiosos visitantes. Por trás destas vitrinas iluminadas do progresso, existe o sofrimento dos trabalhadores, que assumem inúmeras tarefas arriscadas para a saúde, em condições tão precarizadas, quanto aquelas de antigamente e, por vezes mesmo, agravadas pela intensificação do trabalho e por frequentes infrações das leis trabalhistas (SILVA, et al., 2006, p. 82).

Além dos sofrimentos prolongados e descumprimentos da legislação trabalhista, verifica-se que muitas das mulheres antes empregadas no corte da cana-de-açúcar agora são dispensadas desse serviço por não apresentarem, de acordo com os fiscais e empreiteiros que contratam os trabalhadores para a safra da cana, a produtividade elevada como os homens – os “bons cortadores de cana” – apresentam.

A produção da figura do “bom cortador” contém germes de uma verdadeira segmentação do emprego de homens, fortes, jovens e dotados de uma moral, que coincide com os desejos da usina. Os fracos, os mais velhos, as mulheres são descartadas deste modelo (SILVA, M. A. M., 1999, p. 206).

Uma vez alijadas da atividade de corte de cana, as mulheres procuram atividades em outros setores, como a colheita da laranja, plantio do eucalipto, colheita da “bituca”³⁶ da cana, serviços domésticos remunerados, trabalhos em outras agroindústrias, como o caso do abatedouro de frangos. Cria-se, então, uma situação de instabilidade em relação às ocupações que, em boa parte dos casos, também são marcadas pela precarização.

Cleusa mostra em sua narrativa que sua trajetória laboral foi marcada pela execução de atividades no corte-de-cana, colheita da laranja, colheita da “bituca” da cana e plantio de eucalipto. Sobre esta última ocupação, a trabalhadora tece os seguintes comentários.

Cleusa – O eucalipto a gente plantava, plantava eucalipto, matava mato, formiga.
Juliana – Trabalhava com veneno?
Cleusa – Trabalhava.
Juliana – Era o que, uma bombinha?
Cleusa – Era, de 15 litros, 15, 20. Eu, mesma, eu só colocava 12 litros porque a bomba era maior do que eu, quase [risos], grandona, pesada. A gente tinha que andar, vixe! Como daqui na outra esquina com aquela bomba nas costas, o mato cobrindo a gente. Era por exemplo assim – era na sombra, assim, quando o eucalipto estava grande. Aí quando o eucalipto era pequeno, quando o eucalipto era pequenininho, do tamanho assim, mais ou menos, a gente passava no trator. Aí era uma equipe de oito mulheres, passando o trator, eles adaptavam as mangueiras e a bomba de veneno em cima do trator, e a gente passava em volta do pé de eucalipto. Esse estava pequeno, aí o eucalipto grande a gente tinha que passar com aquelas bombas, aquelas que põem nas costas. (Cleusa)

Verifica-se, portanto, que a atividade do plantio de eucalipto é marcada pela precarização. As trabalhadoras estão submetidas a constantes riscos, pois têm que lidar com o veneno, e ainda precisam carregar as bombas nas costas, que costumam ser muito pesadas.

Para além da situação de precariedade, vale destacar os usos que as trabalhadoras fazem da situação de instabilidade tão marcante nas atividades acima apresentadas. No caso da colheita da laranja, por exemplo, muitas vezes esta ocupação é preterida justamente por não ter, em boa parte dos casos, registro em carteira. Durante as conversas e entrevistas, as mulheres disseram que trabalharam na colheita da laranja no período em que estavam no seguro-desemprego, já que para ter o direito de receber, não é permitido estar empregado com carteira assinada enquanto durar o seguro-desemprego.

³⁶ A colheita da “bituca” é uma atividade predominantemente feminina, que consiste em pegar as canas que foram deixadas pelas máquinas colheitadeiras de cana, ou pelos trabalhadores do corte manual. As “bituqueiras” – como são chamadas as mulheres que realizam tal atividade – trabalham praticamente o dia todo agachadas, pois precisam pegar as canas deixadas ao chão e posteriormente, carregam as canas para formar um “monte”.

Juliana – De todos os trabalhos realizados, você se lembra quais eram com carteira assinada?

Cida – Que eu trabalhei, todos foram com carteira assinada. *Só na laranja que eu trabalhei sem carteira assinada.*

J – Foi sem carteira assinada?

C – Mas *eu não registrei porque eu não quis.* (Risos)

J – Por que você não quis?

C – Ai, eu estava no seguro, porque eu saí do abatedouro, *eu estava recebendo o seguro e eu não queria registrar porque se eu registrasse, eu perdia o seguro.* E depois também já estava acabando a safra. “Agora também eu não vou registrar, mais, não adianta mais”. Aí eu não registrei. (Cida)

O trabalho realizado na colheita da laranja se apresenta com um caráter de precariedade por não viabilizar aos empregados e empregadas o direito trabalhista do registro em carteira, tirando, assim, a possibilidade de receber os diferentes tipos de auxílio, como o pagamento das férias e 13º salário. Justamente por apresentar esse caráter de instabilidade que caracteriza as relações de trabalho precárias, é que Cida procurou o trabalho na colheita da laranja, pois assim não perderia o valor referente ao seguro-desemprego após ser dispensada do abatedouro de frangos.

Outras mulheres disseram ter procurado o trabalho na colheita da laranja quando estavam recebendo o seguro-desemprego. Tal estratégia permite-lhes continuar recebendo o dinheiro referente ao seguro-desemprego e também ganhar um pouco mais com o trabalho exercido na colheita da laranja. Além disso, não há um forte controle sobre as faltas, e como recebem por produção, elas têm maior liberdade para ir trabalhar de acordo com a necessidade.

Apesar de certas “facilidades” e “conveniências” da atividade na colheita da laranja, ficou perceptível que muitas mulheres buscaram emprego no corte de cana. No entanto, não tiveram êxito. Muitas relataram que procuraram os turmeiros que arranjam os trabalhadores para o corte da cana, mas eles lhe diziam que não tinham vagas disponíveis. Em certa ocasião, durante ao desenvolvimento das pesquisas de Iniciação Científica com homens e mulheres assalariados rurais que residiam em Ibaté/SP, realizamos uma entrevista com um turmeiro que levava trabalhadores para o corte de cana e colheita da laranja. Em sua narrativa é evidenciado esse processo de expulsão das mulheres do trabalho no corte de cana:

Juliana – Aqui na sua turma [do corte de cana] são 33 trabalhadores?

José – 33. Cinco mulheres.

Juliana – Cinco mulheres só?

José – Na laranja tinha 23 mulheres, era metade, metade. Na laranja sempre levo metade, metade.

Juliana – Por que é diferente na cana e na laranja?

José – As próprias Usinas exigem, de pegar de 5 a 10, só. Não pode pegar mais. Na laranja pode pegar.

Juliana – Na laranja eles não ligam?

José – Não, na laranja pode pegar, se trabalhar bem, você leva. (*José, turmeiro, em entrevista realizada no dia 14 de maio de 2005, em Ibaté/SP*).

No excerto da entrevista notamos a preferência de mulheres para a realização do trabalho na colheita da laranja e a exigência das Usinas para a contratação de um número determinado de trabalhadores homens e mulheres.

Silva (1999) mostra que a prioridade das mulheres no trabalho de colheita da laranja é estabelecida por critérios valorativos, segundo os quais as mulheres apresentam uma produtividade mais elevada na colheita da laranja em razão da maior habilidade com as mãos. Nesta atividade, a forma de remuneração, assim como no corte de cana, também é por produtividade. As trabalhadoras e trabalhadores ganham pela quantidade de caixas de laranjas colhidas. “A maior habilidade com as mãos e a rapidez dos reflexos são avaliados como elementos do trabalho leve, portanto, podendo ser desempenhado por mulheres e crianças” (SILVA, M. A. M., 1999, p. 98). A autora mostra que a presença de tais elementos valorativos no mercado de trabalho mascara as reais condições de trabalho na laranja: “número de trabalhadores determinados pela indústria e número de trabalhadores homens em cada turma já constituída” (p. 99). Esta situação evidencia o domínio e o controle da indústria sobre o número de trabalhadores por meio de um crivo sexista que coloca uma cota para o emprego de homens e mulheres.

É preciso pensar, então, nas formas de violência a que as trabalhadoras estão submetidas, uma vez que suas “habilidades manuais” são apresentadas como um atributo positivo para a colheita da laranja. No entanto, essas habilidades não passam de valores internalizados pelas mulheres e que posteriormente funcionam como um “treinamento” à situação de dominação nos diferentes âmbitos da vida social. Moreira et al. (1992) evidenciam o processo de internalização da desvalorização das mulheres e suscetibilidade à violência da seguinte maneira:

A desvalorização e o desconhecimento da mulher são violências que antecedem a todas as outras e, de certo modo, possibilitam todas as outras. Estes valores passam a ser constitutivos da vida psíquica da mulher, da representação que ela tem de si própria como ‘a menos’. Sua mera internalização já tornaria a mulher vulnerável a violências (p. 180).

Em outra situação, conversamos com uma mulher que tinha saído do abatedouro de frangos e estava em busca de um emprego. Disse que tentaria trabalhar na colheita da laranja:

Juliana – Então você prefere trabalhar na colheita laranja?

Cida – Não é que a gente prefere... Eu preferia mais cortar cana.

Juliana – Ah, é?

Cida – Ou então trabalhar na fábrica de laminação, mas não estão pegando. No corte de cana também não está pegando mais.

Juliana – Por que no corte de cana não está mais pegando?

Cida – Ai, eles pegam mais no começo da safra. É bastante gente... Quando você vai procurando, não tem mais vaga.

J – Essa safra você procurou no começo?

C – Procurei, mas não teve jeito. Meu marido foi tentar procurar para mim, mas não conseguiu. Eles pegam poucas mulheres. Pega 5, 6 mulheres, só, cada ônibus.

J – Por que eles estão pegando pouca mulher?

C – Não sei... De primeiro, antigamente, não... Agora é que inventaram esse negócio de pegar pouca mulher no corte de cana. É que os homens trabalham, rendem mais, né? Trabalha mais, tem mais... E as mulheres já... por duro que seja, o rendimento é menos, né? Eles preferem mais os homens. E tem muita mulher que talvez engravida, tem que ficar afastada, então por causa desses problemas, eles... muitas porque têm crianças, precisa ficar em casa, então eles escolhem mais homens para trabalhar. (Cida)

Além de apontar a restrição imposta às mulheres na realização do corte de cana, Cida coloca suas considerações sobre os motivos pelos quais é feita essa exclusão. Em sua trajetória, o trabalho no corte de cana foi realizado por muitos anos. Tendo em vista sua experiência na atividade, ela questiona a atual exclusão das mulheres no corte de cana. Posteriormente, Cida justifica a expulsão com algumas características que evidenciam as representações das relações de gênero, que colocam as mulheres como as únicas responsáveis pelas realizações de atividades domésticas e também pelo cuidado com as crianças.

O conceito de *habitus* apresentado por Bourdieu (2007a), novamente nos ajuda a compreender a divisão do trabalho baseada em critérios sexistas, que colocam os homens como portadores de elevada força física – por isso o maior número de empregados homens no corte de cana – e a representação das mulheres como portadoras de maior destreza e habilidade nas mãos – justificando, assim, o emprego delas na atividade da colheita da laranja. Entendemos que os trabalhadores e trabalhadoras estão submetidos a um sistema de disposição que tende a produzir determinadas práticas que se ajustam à estrutura. Esse ajuste de práticas nada mais é que o *habitus* incorporado no decorrer das trajetórias.

Os critérios para a expulsão das mulheres no trabalho do corte de cana passam pelas marcas da representação de gênero que colocam os homens como aqueles que *trabalham e produzem mais* e as mulheres como aquelas que *precisam ficar em casa, cuidar das crianças* e que *talvez fiquem grávidas* – como colocado por Cida no trecho da entrevista acima referida.

Silva (1992) mostra que a possibilidade de gravidez aparece como mais um critério para que as mulheres sejam eliminadas do processo de escolha para o trabalho no corte de cana, na medida em que a gravidez representa gastos para o empregador, pois a Legislação Trabalhista garante o período remunerado de licença-maternidade. A autora nos apresenta esse processo da seguinte maneira:

Com o aumento da mecanização do corte da cana, a demanda de mão-de-obra tem diminuído sensivelmente. Os resultados já se fazem sentir: muitas usinas estipularam em até nove, o número de mulheres por caminhão³⁷. Outras, alegando os gastos com a licença-maternidade de quatro meses, impedem as mulheres grávidas de subirem no caminhão. Outras, ainda, “exigem”, através dos empregadores, o “atestado de esterilidade” (SILVA, M. A. M., 1992, p. 166).

Diante disso, muitos empregadores optam, então, pela redução de possíveis gastos. Segundo dados levantados por pesquisadores do Instituto de Economia Agrícola, no ano de 2007, as mulheres representavam somente 12,4% do total de pessoas empregadas no corte de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo.

Vale ressaltar os usos das representações de gênero no processo total do trabalho na cana, compreendendo a transversalidade das categorias gênero e classe e as formas de violência simbólica a que estão submetidos os trabalhadores e trabalhadoras.

A análise feita por Silva (1999) sobre os trabalhadores e trabalhadoras migrantes da agroindústria da cana-de-açúcar na região de Ribeirão Preto/SP, demonstra o processo de violência simbólica a que as mulheres estão submetidas na realização de uma tarefa específica no processo de trabalho da cana: o descarte.

A atividade do descarte se refere ao “reconhecimento das doenças, classificação e recuperação da planta mediante a retirada das partes afetadas (descarte) e da aplicação de agrotóxicos” (p. 173). O trabalho do descarte exige muita atenção, pois é necessário encontrar a variedade de anomalias da cana. Expressam-se, então, as representações das relações de gênero que colocam as mulheres como pessoas mais *atenciosas*, possuidoras

³⁷ No período a que se refere a pesquisa desenvolvida por Silva (1992), os trabalhadores e trabalhadoras eram transportados das cidades para os canaviais em caminhões, em condições de elevada precariedade. Só depois de alguns anos é que o caminhão foi substituído pelos ônibus, que ainda assim não apresentam condições adequadas de transporte.

de *maior capacidade* e maior *responsabilidade*, sendo, portanto, preferidas para realizar a tarefa do descarte – ao contrário do trabalho no corte de cana, que emprega preferencialmente os homens em razão da exigência de um emprego elevado de força física.

Silva (1999) nos mostra ainda a feminização da atividade realizada pelas “meninas do descarte” – forma como são reconhecidas, e a percepção destas como superiores às trabalhadoras rurais que exercem atividade no corte de cana.

A trabalhadora internaliza o cuidado da cana como um verdadeiro ato de maternagem, não pelo instinto natural de ser mãe porque é mulher, mas pelos arranjos sociais existentes na sociedade, que definem uma divisão sexual do trabalho baseada nas diferenças biológicas entre homens e mulheres. Tais diferenças não causam a divisão sexual do trabalho. Elas são percebidas como tais. O que há, reitera-se, é uma determinação social, que transforma as diferenças biológicas em causadoras desta divisão (p. 183-4).

Além da transversalidade das categorias de classe e gênero que se dão no processo de exploração/dominação das trabalhadoras, fica evidente ainda o processo de violência simbólica, já que o trabalho realizado pelas “meninas do descarte” é representado por elas como uma atividade leve, que lhes dá prazer. No entanto, como mostra Silva (1999),

a positividade destas percepções é fruto, justamente, do desconhecimento das relações de dominação assentadas numa sorte de violência invisível, doce, que só pode existir, ao contrário da violência aberta (física), a partir do desconhecimento e do reconhecimento dos dominados (p. 182).

Cuidar e enfrentar: se no caso das “meninas do descarte”, a atividade realizada na seleção de doenças das plantas era vista como um ato de cuidado tão atribuído ao fazer feminino, para aquelas que estão empregadas no corte de cana, o enfrentamento é o que melhor expressa o trabalho realizado nos canaviais. Às poucas mulheres “escolhidas” para a realização do corte de cana resta a submissão dos corpos às atividades que exigem um grande emprego de força física.

De acordo com Silva et al. (2006) atualmente os trabalhadores cortam aproximadamente 12 toneladas de cana por dia – tamanha produtividade é bastante elevada quando comparada àquela predominante na década de 1980, quando o trabalhador cortava cerca de cinco a oito toneladas de cana por dia. No período de 2004 a 2007, tamanha exigência de produtividade teve como uma de suas consequências a morte de 21 trabalhadores somente no Estado de São Paulo (OCADA & MELO, 2008), supostamente por excesso de força física.

As mortes representam o limite extremo da precarização e exploração dos trabalhadores no campo. Elas revelam como os corpos dos trabalhadores e trabalhadoras respondem à intensa jornada de trabalho. Muitas mulheres atualmente empregadas do abatedouro, ex-cortadoras de cana, narram seus problemas de saúde que passam por dores intensas na coluna e braços. A experiência no trabalho do corte de cana muitas vezes é narrada com muita tristeza – a atividade no eito dos canaviais é apresentada como um verdadeiro *enfrentamento*.

Durante a pesquisa de campo realizada em Ibaté/SP, encontramos uma jovem de aproximadamente 30 anos com sérios problemas na coluna. Recém-operada, Fernanda nos contou que foi para o hospital realizar uma cirurgia por apresentar uma hérnia de disco. No entanto, sua internação não foi simples e aconteceram alguns fatos inesperados: ela sofreu duas paradas cardíacas e teve diagnosticado pela psicóloga do hospital um quadro de depressão. Fernanda já tinha trabalhado no abatedouro de frangos, mas antes de ser internada estava empregada no corte de cana-de-açúcar. Observar Fernanda com limitações em seus movimentos e atividades cotidianas revelou parte das implicações em médio prazo dos trabalhos realizados no corte de cana e no interior do abatedouro. Neste caso fica bastante evidente que os efeitos das atividades são sentidos muito rapidamente pelos corpos.

A trajetória laboral de Fernanda, assim como as de muitas outras mulheres, aponta para a transitoriedade de tarefas executadas, seja como assalariada rural (corte de cana) ou urbana (operária do abatedouro de frangos).

A diversidade de tarefas característica das trajetórias femininas pode ser entendida como um fator para o entendimento da situação de precariedade. Piñeiro (2008, p. 66) mostra que os trabalhadores em condição de mudança frequente de atividade passam por períodos de desocupação não remunerados. A insegurança de obter ou não um novo emprego deixa-os mais vulneráveis às pressões salariais, aceitando condições de trabalho impróprias. As considerações de Saffioti (2004) se aproximam daquelas colocadas acima ao sugerir que a rotatividade da força de trabalho, antes provocada pelos empregados

em busca de empresas dispostas a remunerá-los com certa generosidade, introduzindo fatores de humanização no ambiente de trabalho, hoje se produz em consequência da necessidade de menor dispêndio com salários de trabalhadores, a fim de aprofundar o processo de exploração-dominação e, desta maneira, tornar mais rentáveis seus empreendimentos (p. 12).

A diversidade de tarefas realizadas pelas mulheres também inclui a dupla jornada de trabalho. Como mostramos na apresentação deste estudo, especificamente no tópico sobre as linhas de trajetórias, é possível perceber que o trabalho doméstico não-remunerado é exercido pelas mulheres ao longo de suas vidas, independente do local onde estejam trabalhando, elas se responsabilizam pelas atividades domésticas, que passam pela limpeza e manutenção da casa e o preparo de alimentos. Há, ainda, o trabalho emocional, que pode ser definido como “a responsabilidade, na esfera privada, pelo cuidado com os filhos, com os idosos, com os deficientes, bem como pela manutenção das relações entre o casal” (VENOSA, 1994, p. 59).

Percebemos, durante a pesquisa de campo, o peso que o trabalho emocional tem na vida das mulheres. Na ocasião em que estivemos no município de Ibaté/SP e conversamos com Fernanda, ela nos contou que tinha saído do hospital há pouco tempo e se viu numa situação de desespero ao retornar para a casa, pois percebera que ninguém tinha tomado conta dos serviços domésticos e dos cuidados com as crianças. Ela disse que os cômodos da casa estavam muito sujos e as crianças não tinham tomado banho e arrumado os cabelos.

Presenciamos a conversa dela com sua vizinha, que também se mostrou bastante preocupada com a situação, afirmando que as coisas ficariam mais fáceis se ela tivesse alguma *irmã* para ajudar. E se a *mãe* estivesse viva, seria uma “mão na roda”. Apesar de ter um irmão que vive na mesma cidade, Fernanda não o citou como uma possibilidade de ajuda nesse período. Ficam evidentes aí as redes de solidariedade que se dão entre mulheres, sejam elas parentes consanguíneas, afins, ou até mesmo vizinhas. Neste caso, a rede de vizinhança estabelecida entre as duas mulheres é que dará segurança para Fernanda no momento em que está doente. Lisboa (2003) mostra que a solidariedade entre vizinhos

é a forma mais primária de ajuda mútua, pois manifesta-se na vida cotidiana. O “vizinho ocasional solidário” é de grande valor; é aquele que vem em auxílio das pessoas em situações extremas: de doença, de falta de água e comida, que cuida da criança quando a mãe necessita sair, etc. Este tipo de solidariedade tem seu valor medido pelo afeto, o reconhecimento, a aceitação e a amizade (p. 92).

Neste caso, o vínculo com a vizinha é fundamental para a ajuda no momento em que Fernanda está doente. Fica perceptível, também, o peso da atribuição dos papéis de gênero, que colocam as mulheres como principais responsáveis pela realização das tarefas no interior da unidade doméstica. Mais uma vez, é possível notar que o capital se

utiliza das características atribuídas às mulheres para reduzir os custos com a reprodução da força de trabalho:

O fato da mulher da classe trabalhadora, apesar de sua participação no trabalho assalariado, continuar sendo definida primeiro como esposa e mãe, tem uma vantagem a mais para o capital. Além do trabalho doméstico não-pago – porque definido como ‘improdutivo’ – da mulher permitir ao capital reduzir os custos de reprodução da força de trabalho, também a natureza subsidiária do trabalho assalariado da mulher permite ao capital incluir ou excluir a mulher da força de trabalho impunemente, dependendo das pressões por melhores salários ou do decréscimo da demanda (GAZZOLA & AZAMBUJA, 2000, p. 45).

Bruschini et al. (2008), em estudo sobre a situação das mulheres no mercado de trabalho nas regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, também mostram que há progressos e atrasos no processo de inserção laboral feminina:

De um lado, a intensidade e a constância do aumento da participação feminina no mercado de trabalho, que vem ocorrendo desde a metade dos anos 1970, de outro, o elevado desemprego das mulheres e a má qualidade do emprego feminino; de um lado, a conquista de bons postos e o acesso a carreiras e profissões de prestígio por parte de mulheres escolarizadas, de outro, o predomínio do trabalho feminino em atividades precárias e informais (BRUSCHINI et al., 2008, p. 15).

É preciso destacar também, além das resistências e persistências que envolvem a participação feminina em trabalhos remunerados, os aspectos subjetivos que estão relacionados com a execução das atividades femininas. Pode-se dizer que para muitas mulheres o início da vida laboral se dá como uma forma de obediência à autoridade paterna, em alguns casos, especificamente naqueles em que o acesso à escolarização não era facilitado, o ingresso na atividade laboral era a única alternativa:

O meu pai, quando eu cheguei na quarta série, ele chegou em mim e falou para mim – para você ver como esse povo de antigamente era diferente: “Oh, aprendeu, aprendeu”. Para ele, saber escrever o nome já estava de bom tamanho! Às vezes eu ia com minha mãe trabalhar, ela me levava para a roça. Então, quando chegou nessa idade, com 13 anos, eu fui trabalhar de empregada doméstica. (*Leni*)

A trajetória laboral de Leni de início e interrupção das atividades remuneradas se deu por obediência à autoridade paterna (quando começou a trabalhar), cumprimento à autoridade do marido (quando parou de trabalhar fora de casa) e, depois, quando se tornou chefe de família com a separação do marido:

Juliana – Então dos 18 aos 27 anos você ficou sem trabalhar fora?

Leni – Eu fiquei lá cuidando de casa porque eu casei. Ele [esposo] nem deixava eu trabalhar (...) Aí a gente se separou. Ele foi embora, ficamos dois anos separados. Aí depois de dois anos nós voltamos, eu fiquei grávida. Aí, depois que eu larguei dele eu fiz três safras de laranja, depois fui trabalhar como empregada doméstica de novo, fazendo faxina. (*Leni*)

O trabalho das mulheres muitas vezes também se apresenta como uma forma de correspondência à solidariedade familiar: elas se responsabilizam pelo cuidado de crianças, filhas e filhos de seus parentes, vizinhos e amigos próximos.

No que diz respeito especificamente ao processo de co-responsabilização pelo cuidado de crianças, a análise de Fonseca (2002) sobre a “coletivização” de responsabilidades pelo cuidado de crianças em periferias urbanas é bastante elucidativa. A autora mostra que nessa dinâmica não cabe apenas aos pais a responsabilidade pelas crianças. Há, na verdade, um alto índice de “coletivização” de tal responsabilidade, traduzido num alto grau de circulação de crianças. Não é incomum encontrar nesses grupos pessoas que já tenham vivido em diferentes lares, que não o de seus genitores e que, portanto, têm várias “mães”. Essa prática é condenada pelos adultos das camadas médias e altas da sociedade que julgam os pais que permitem a circulação dos filhos como “desnaturados” – modo também de marcar a distinção entre as famílias respeitáveis e aquelas moralmente repreensíveis.

Fonseca (2002) mostra que são diversos os processos e sujeitos que envolvem a prática de circulação de crianças: as próprias crianças, os genitores, vizinhas e vizinhos, parentes consanguíneos (irmãs, avós, tios e tias) e até estranhos. O que mais pesa na circulação é o interesse dos adultos: casais que precisam de companhia e que buscam o convívio com a criança; pais adotivos que procuram mais uma forma de obter prestígio nas redes sociais; homens e mulheres que querem presentear parentes estéreis com um de seus filhos, entre outros.

No caso das operárias do abatedouro de frangos, todas as mulheres entrevistadas que já são mães deixam seus filhos e filhas pequenos com parentes consanguíneos ou com vizinhas no período em que estão trabalhando. Algumas pagam as mulheres que ficam com as crianças, outras, no entanto, encaram o cuidado como uma troca – isso ocorre, principalmente, entre os parentes consanguíneos. É possível notar ainda que algumas mulheres criam os netos e as netas. Devido à criação de laços mais intensos com as avós e a não-residência com os pais biológicos, essas “avós” acabam tornando-se, na verdade, “mães”. São diversos os motivos pelos quais a genitora deixa para trás a prole: muitas são ainda jovens e solteiras, desprovidas de renda para sustentar os filhos e as

filhas. Outras, arranjam outros companheiros que não aceitam os filhos do casamento antigo e vêem como alternativa “garantir” a união com o novo companheiro:

Na vida de uma mulher, o recasamento representa uma ruptura ainda maior que a separação conjugal, pois é nesse momento que ela não somente mudará de casa, como também, muitas vezes, será obrigada pelo novo companheiro a se livrar dos filhos nascidos em leitos anteriores (FONSECA, 2004, p. 69).

Isso mostra não só que, em alguns casos, a trajetória feminina é subsumida à trajetória masculina, como também que o poder da mulher frente ao companheiro é restrito, ou até mesmo ausente.

Além da solidariedade feminina em relação ao cuidado com as crianças, verifica-se também a responsabilização das mulheres pelo cuidado com as pessoas mais velhas que apresentam alguma doença, ou ainda daquelas que necessitam de atenção especial.

No caso de Lizandra, o trabalho realizado como forma de corresponder à solidariedade familiar marcou duplamente sua trajetória de movimento migratório. Num primeiro momento, ela deixou a cidade em que vivia com os pais e os irmãos para cuidar de sua avó que apresentava problemas de saúde. Anos depois, foi ao Rio de Janeiro substituir temporariamente o trabalho de sua tia:

Juliana – E aí quando você decidiu ir para Pintadas?

Lizandra – A minha avó adoeceu e aí a minha tia tinha ido para o Rio de Janeiro – a mais velha, e tinha outra que era casada. Aí a minha avó morava sozinha, ela e meu avô, e tinha uma mais nova, era pequenininha, ela não sabia fazer as coisas. Aí o médico falou que ela não podia lavar a roupa porque ela tinha problema de saúde, diabete, colesterol. Aí a minha mãe achou melhor eu ir lá cuidar dela e aí levou eu para cuidar dela. Aí ela fazia as coisas também, mas eu ajudava ela porque eu era maior do que a minha tia, eu ajudava ela a fazer bastante coisa (...)

Juliana – E como foi essa história de você ir para o Rio de Janeiro?

Lizandra – Porque a minha tia, ela casou aí foi para lá. Aí ela engravidou, quando ela foi ganhar neném, daí não tinha quem ficasse no lugar dela, aí a patroa dela mandou ela ver se ela conseguia alguém para substituir ela, aí ela perguntou se eu ia, aí eu fui lá substituir ela. Porque se arrumasse outra ia tomar o emprego dela. A mulher não ia poder mandar a outra embora, aí ela achou melhor eu ir para substituir o serviço dela, depois eu voltava para Pintadas e ela continuava no emprego. (*Lizandra*)

O mesmo aconteceu com Rejane, que saiu da casa dos pais duas vezes, na primeira delas com o objetivo de acompanhar a avó que estava doente, e na segunda para ajudar a irmã a cuidar do filho pequeno. A expressão dessas formas de solidariedade é apresentada nos fragmentos da narrativa que seguem:

Mas aí a gente tinha essa avó que morava em outra cidade, que é essa perto de Salvador, ela foi buscar a gente. Aí chegou lá, como ela morava sozinha, ela pediu uma filha para meu pai. Ela falou: “Eu quero uma pequena, das grandes eu não quero, que já são mocinhas”. Aí eu era a mais esperta: “Eu, vó, eu. Leva eu, leva eu”. Ela me levou, me pôs dentro do carro e levou embora.

(...)

Porque assim, quando eu vim [para o interior de São Paulo], eu vim para olhar o menino dela [irmã de Rejane]. Na verdade, eu vim só para ajudar ela na viagem. Aí quando chegou aqui, ela queria ir trabalhar e ela queria que eu ficasse em casa, só que eu não queria porque eu queria trabalhar também. E eu precisava trabalhar.
(Rejane)

Outra questão a ser considerada no tocante ao trabalho feminino remunerado é o fato desta atividade ser vista como uma complementação à renda do cônjuge. Para algumas mulheres entrevistadas, o companheiro poderia ser considerado o principal provedor da casa ou o responsável pelas despesas mais “pesadas”, enquanto a quantia advinda dos trabalhos femininos representava, muitas vezes, a possibilidade de um dispêndio na compra de móveis novos, itens femininos, roupas e calçados para as crianças:

Juliana – Pensando agora no homem e na mulher: o que você acha que o homem tem que fazer pela família e o que a mulher tem que fazer pela família?

Francisca – É, ele tem que trabalhar porque se o homem não trabalhar, como é que vai ser? Porque a mulher trabalha para ajudar, mas eu acho que não é a obrigação da mulher trabalhar.

Juliana – Você acha que não é obrigação?

Francisca – Eu acho que não. Eu acho assim, que ela tem a obrigação, se ela quiser, de ajudar. Quem tem consciência ajuda o marido, mas se você casar e disser assim que você tem a obrigação de trabalhar, eu acho que não. A obrigação mais é dos homens. Porque por exemplo, você vai trabalhar e o homem vai ficar em casa? Não vai. Eu acho que isso aí...

J – Você aceitaria uma situação dessa?

F – Eu, não, só se ele não arrumasse, mesmo. Tudo bem, agora contra a vontade, você ir e trabalhar para ele. Eu não ia, não. Você é solteira, por exemplo, você não trabalha, você casar para depois você sustentar o homem!? Eu não acho certo, não. (Risos)

J – E quando você trabalhava no abatedouro, você usava o dinheiro para que?

F – Ah, eu dava para ele colocar na poupança e pegava um pouco também.

J – Aí comprava o que com esse dinheiro?

F – Ah, alguma roupa que eu me interessava. Coisas, esmalte, só de mulher. Eu não gastava muito, não. (Francisca)

Juliana – E hoje em dia, que estão os dois [a entrevistada e o cônjuge] trabalhando, como vocês dividem as despesas? Como está sendo distribuído?

Nice – Olha... Eu tenho uma mocinha que fica com eles [crianças pequenas], meu marido paga o aluguel, paga as prestações, paga o mercado. **Eu pago** a quitanda, água, força, **essas coisinhas. Mas a responsabilidade é dele.** Roupas para as crianças sou eu que compro porque tem a pensão, né? Comida, essas coisas, ele que dá. Agora, roupa, essas coisas, eu já compro com a pensãozinha dele, que

também não é justo eu tacar tudo em cima dele, né? Mas assim, tudo que vai fazer: “Ah, vou comprar tal coisa”, pergunta, não faz nada sem perguntar para o outro. Às vezes aperta mais do lado dele, aí eu vou lá e ajudo. (*Nice*)

Embora recebam, em boa parte dos casos, a mesma quantia que seus maridos, os rendimentos do trabalho das mulheres aparecem como simples “ajuda”, ou ainda como possibilidade para a compra de “coisinhas”, consideradas secundárias na totalidade das despesas do lar. Nota-se, então, a desvalorização da atividade feminina gerada pela socialização de homens e mulheres na ordem patriarcal de gênero (SAFFIOTI, 2004) que atribui qualidades positivas aos homens e negativas, embora nem sempre, às mulheres. Por isso a pequena proporção de mulheres que não portam ideologias dominantes de gênero, questionando sua inferioridade social. Este processo também evidencia as razões de existência de um número incalculável de mulheres machistas (Ibid.).

As subjetividades das tarefas realizadas pelas mulheres ao longo de suas vidas nos permitem verificar os mecanismos de introjeção de encargos elevados às mulheres que se iniciam no âmbito familiar, ao responsabilizá-las pela execução de tarefas domésticas e cuidado com as crianças, idosos e pessoas doentes. Nota-se, a partir disso, que antes mesmo de serem exploradas no ambiente de trabalho, as mulheres são socializadas no ambiente familiar para aceitar as situações de dominação/exploração.

Eis a marca na trajetória laboral das mulheres que transitam pelos espaços do campo e da cidade: a precarização das atividades realizadas por elas nos ambientes de trabalho³⁸. Feitas essas considerações, empreenderemos no próximo tópico uma discussão acerca da multiplicidade das relações sociais que marcam as trajetórias das mulheres e que vão além da classificação do grupo enquanto mulheres trabalhadoras.

A multiplicidade dos sujeitos

O argumento que orienta a discussão apresentada neste item é aquele segundo o qual os sujeitos estão envolvidos numa multiplicidade de relações sociais. O emprego da metodologia da história oral, bem como a observação ao campo empírico, nos permitem apreender por meio das histórias de vida a diversidade de dimensões sociais. A perspectiva que orienta a pesquisa desenvolvida, qual seja, a da multiplicidade das relações sociais que envolvem os sujeitos, nos leva a dedicar o espaço deste tópico à discussão de certas dimensões da vida social que dão sentido às formas identitárias, tais

³⁸ A intensificação do trabalho no abatedouro de frangos será apresentada com maiores detalhes no terceiro capítulo.

como as relações de gênero e as relações raciais. Entendemos que tais relações, enquanto dimensões da vida das trabalhadoras, apresentam elementos importantes para compreender a totalidade das trajetórias.

A proposta é utilizar o referencial teórico para pensar a relação que as mulheres e seus familiares estabelecem entre si no âmbito da esfera doméstica, e também sob um aspecto mais geral, envolvendo a sociabilidade em outros espaços sociais e físicos: familiares e amigos do Estado de origem, vizinhança, antigos moradores dos municípios onde vivem atualmente, contatos nas igrejas, comércio local e pontos de ônibus. Pretende-se, num primeiro momento, compreender em que medida as visões do grupo e sobre o grupo somente dão continuidade aos acontecimentos no *campo dos possíveis* (BOURDIEU, 2007b) disponível e acessível aos indivíduos ou dão abertura para uma atuação diferenciada, demonstrada por meio de resistências e enfrentamentos às amarras da estrutura.

Nesse sentido, lançaremos mão de reflexões acerca da relação entre indivíduo e sociedade. Georg Simmel (2006) oferece importantes pistas para pensarmos na referida relação. Em sua análise sobre a unidade indivisível da pessoa, ele mostra a impossibilidade de se colocar lado a lado, separadas, a existência da pessoa no que a iguala aos demais daquela que a faz única. O autor mostra que a sociedade é um conceito abstrato,

mas cada um dos incontáveis agrupamentos e configurações englobados em tal conceito é um objeto a ser investigado e digno de ser pesquisado, e de maneira alguma podem ser constituídos pela particularidade das formas individuais de existência (p. 11).

Nota-se que a sociedade é entendida, então, como uma totalidade que vai além da somas das partes e existências individuais, sendo necessário, portanto, enxergar nas relações entre os indivíduos o que há de social. Esta visão é possibilitada quando recorremos ao conceito de *habitus* proposto por Bourdieu (2007a). Retomamos a definição do conceito já apresentada neste capítulo para elucidar a questão. O *habitus* é compreendido como um:

Sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes. Tais práticas e ideologias poderão atualizar-se em ocasiões mais ou menos favoráveis que lhes propiciam uma posição e uma trajetória determinadas no interior de um campo (p. 191).

Fica evidente na passagem que o autor considera, num primeiro momento, a relação indivíduo-sociedade sendo de mão dupla: o sujeito não apenas reproduz a estrutura, como também atua no sentido de gerar práticas e disposições que serão incorporadas posteriormente pelos agentes.

Norbert Elias (1994) também fornece importantes considerações sobre a relação entre indivíduo e sociedade, mostrando que apesar das singularidades dos indivíduos, há composições específicas compartilhadas pelo grupo enquanto sociedade. Em sua interpretação, o habitus é entendido como a composição social dos indivíduos e aparece como um solo no qual “brotam” as características pessoais que diferenciam cada indivíduo dos outros membros da sociedade. Essas composições sociais são cambiantes, na medida em que representam os habitus das figurações. Na análise de Elias (2001), a figuração é entendida como

uma formação social, cujas dimensões podem ser muito variáveis (os jogadores de um carteadado, a sociedade de um café, uma classe escolar, uma aldeia, uma cidade, uma nação), em que os indivíduos estão ligados uns aos outros por um modo específico de dependências recíprocas e cuja reprodução supõe um equilíbrio móvel de tensões (ELIAS, 2001, p. 13)

O trecho acima evidencia também a relação de dependência recíproca entre os membros que formam as diferentes figurações sociais, o que nos leva a pensar que não há uma oposição marcada entre a ação do indivíduo e a coerção exercida pela sociedade. No que se refere às características do indivíduo moldando a estrutura da sociedade e também sendo moldado por esta, a compreensão de Elias parece se aproximar daquela apresentada por Bourdieu:

O que é moldado pela sociedade também molda, por sua vez: é a auto-regulação do indivíduo em relação aos outros que estabelece limites à auto-regulação destes. Dito em poucas palavras, o indivíduo é, ao mesmo tempo, moeda e matriz. Uma pessoa pode ter mais funções de matriz do que outra, mas é sempre também uma moeda (ELIAS, 1994, p. 52).

Embora a análise de Elias dê espaço para uma interpretação não-dicotômica da relação indivíduo-sociedade, parece haver certo limite para as interferências dos agentes frente à coerção da sociedade. Mesmo reconhecendo que os diferentes grupos de pessoas formem ao longo do tempo figurações específicas, o autor afirma que as figurações parecem ter um tipo de existência fora dos indivíduos.

Justamente o que caracteriza o lugar do indivíduo em sua sociedade é que a natureza e a extensão da margem de decisão que lhe é acessível dependem da estrutura e da constelação histórica da sociedade em que ele vive e age. De nenhum tipo de sociedade essa margem estará completamente ausente (ELIAS, 1994, p. 49).

Bourdieu (2007a) também parece ver a ação dos indivíduos com certa limitação ao desenvolver o conceito de habitus enquanto um

sistema de disposições inconscientes que constitui o produto da interiorização das estruturas objetivas e que, enquanto lugar geométrico dos determinismos objetivos e de uma determinação, do futuro objetivo e das esperanças subjetivas, tende a produzir práticas e, por esta via, *carreiras objetivamente ajustadas* às estruturas objetivas (p. 201-202).

Essa compreensão dos esquemas de disposições, incorporações e dependência recíproca nos leva a pensar que há restrições no campo de atuação dos indivíduos. A visão da restrição da atuação do indivíduo, de certa maneira, é compartilhada por Thompson (1981). O autor afirma que a vida social é assimilada pelos indivíduos na família, no trabalho e na comunidade imediata enquanto regras e expectativas aprendidas no “habitus” de viver (THOMPSON, 1981, p. 194). Nesse processo de aprendizagem, as pessoas exercem certas escolhas entre valores, mas estão envolvidas num procedimento em que os termos da decisão e parte daquilo que selecionam são social e culturalmente determinados.

Bourdieu nos atenta para o fato de que os processos de decisão encontram seus limites do *campo dos possíveis* oferecido ao agente social. Como mostramos no primeiro capítulo, o campo dos possíveis pode ser compreendido como um feixe de trajetórias que é oferecido ao agente social, que tem a posse de um volume de capital específico.

Essa ideia é fundamental para a compreensão da trajetória dos grupos sociais que está relacionada diretamente à posição do indivíduo no espaço social como também às disposições adquiridas por ele ao longo da vida, manifestadas por meio do *habitus*. No entanto, conforme apresentado acima, para Bourdieu, a relação entre indivíduo e sociedade não é de mão única, uma vez que nas trajetórias nem todas as posições de chegada são igualmente imagináveis para todas as posições de partida, o que nos leva a pensar na dinâmica dos processos de resistência.

Para uma maior reflexão acerca da variedade de escolhas e posições sociais ocupadas pelos agentes, cabe neste momento apresentar os conceitos de campo e espaço social. De acordo com Bourdieu (2007c), a elaboração de uma teoria do espaço social deve romper com a tradição marxista, que reduz o campo social ao campo econômico. A

proposta do autor se dá no sentido de entender o campo social enquanto um espaço multidimensional, "construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que atuam no universo social considerado, quer dizer, apropriadas a conferir, ao detentor delas, força ou poder neste universo" (p.133-134). Neste espaço social são definidas as posições relativas dos agentes e grupos de agentes.

Podemos pensar que embora os campos sociais estejam numa rede social, pode-se dizer que existe certa autonomia no interior de cada campo, que forma o espaço social. As propriedades que atuam no campo dão a seus agentes diferentes formas de poder e capital. Assim, a posição de cada agente num determinado campo dependerá do volume de capital que ele possui nesse campo. Existe também um poder simbólico que diferencia e identifica os agentes nos diversos campos. As relações de diferenciação que se dão pela posse variada dos tipos de capitais são mantidas por uma relação de poder e hierarquia.

Além da característica do espaço multifacetado, é possível encontrar dois tipos de deslocamentos no espaço social: o primeiro deles e também o mais comum é o deslocamento vertical, que pressupõe "somente uma modificação do volume da espécie de capital já dominante na estrutura patrimonial" (BOURDIEU, 2007b, p. 123); o segundo deslocamento, denominado transversal, pressupõe "a passagem para um outro campo, portanto, a reconversão de uma espécie de capital para uma outra ou de uma subespécie de capital econômico ou de capital cultural para uma outra" (Ibid., p. 123). Esses deslocamentos podem ser entendidos enquanto estratégias de reconversão para que um grupo possa se deslocar no espaço social.

Pensando no caso específico da experiência das mulheres assalariadas rurais, é possível pensar que as relações de trabalho a que estão submetidas permitem um deslocamento VERTICAL no espaço social, uma vez que há um aumento no volume de capital (neste caso, capital econômico, pois a renda familiar é elevada com o trabalho remunerado). Nesse mesmo processo, não há, entretanto, o deslocamento TRANSVERSAL, já que essas pessoas dificilmente terão acesso aos códigos dos bens simbólicos presentes no interior de um campo que os circulam, mas o qual lhes é negado o acesso, ao menos quando consideradas as relações sociais com as pessoas que residem na mesma cidade. Serão sempre vistos pelos demais moradores da cidade enquanto ocupantes de uma posição inferior, nos diferentes aspectos da vida social: os que fazem o trabalho sujo, os causadores da desordem local, más companhias para jovens.

Apresentada, assim, a relevância das relações sociais que vão além das mediações econômicas, voltaremos o olhar para as diferenças nas relações de poder, para as diferenças ao acesso e posse de determinados bens e capitais simbólicos. Bourdieu nos mostra que o campo de poder é constituído por

relações de forças entre as posições sociais que garantem a seus ocupantes um quantum suficiente de força social – ou de capital – de modo a que estes tenham a possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder, entre as quais possuem uma dimensão capital as que têm por finalidade a definição da forma legítima do poder (BOURDIEU, 2007c, p. 28-29).

As manifestações desses conflitos pelo poder se dão, muitas vezes, no espaço de interação dos grupos sociais. Para compreender o que pode ou não ser dito pelos agentes sociais nesses espaços é preciso conhecer as “leis de formação”, ou seja, quem é excluído por quem, em quais circunstâncias, o que é preciso dizer ou fazer para que haja a exclusão ou inclusão de uma pessoa num grupo.

O processo de exclusão acompanha o processo de desvalorização da cultura do outro para reafirmar posições: “A desvalorização da cultura concorrente constitui, via de regra, o meio mais cômodo e mais seguro de valorizar a cultura transmitida e de reassurar quem a transmite acerca de seu próprio valor” (BOURDIEU, 2007a, p. 218). No entanto, não é qualquer grupo que pode desvalorizar a cultura do outro, mas somente aqueles que carregam consigo determinados bens simbólicos. Sob um ponto-de-vista das relações cotidianas, é possível afirmar que a posse de determinados bens simbólicos permite ao detentor autorizar o acesso e frequência de indivíduos a certos espaços, como também dizer que pessoas terão prestígio nesses locais. Para adquirir tais bens, não é suficiente ter acesso aos espaços físicos deste grupo, mas antes de tudo “falar a mesma língua” para se inserir no espaço social.

Além disso, vale ressaltar a importância de “quem diz” e “qual a posição de quem diz”, pois esses elementos é que dão legitimidade às informações transmitidas:

O poder das palavras não reside nas próprias palavras, mas nas condições que dão poder às palavras criando a *crença coletiva*, ou seja, o *desconhecimento coletivo* do arbitrário da criação de valor que se consuma através de determinado uso das palavras. A imposição de valor (...) é um caso particular de todas as *operações de transferência de capital simbólico* (BOURDIEU, 2006, p. 162).

A pessoa que faz uso das palavras está numa posição de prestígio e valorização social, portanto, portadora de um capital simbólico que lhe autoriza a fazer certos tipos de

comentários que funcionarão como verdadeiros “ingressos” aos espaços sociais requisitados por diferentes grupos.

Elias e Scotson (2000) apresentam a reflexão sobre os diferenciais de poder em estudo realizado sobre uma comunidade dividida em dois grupos: um deles estabelecido desde longa data na comunidade e o outro que residia há pouco tempo no local e tinha sua identidade retratada pelo primeiro grupo de forma estigmatizante. Entre os grupos não havia diferenças de nacionalidade, ascendência étnica, “cor”, “raça”, ou ocupação. A partir disso, os autores perceberam que os recursos de poder que o grupo dos estabelecidos lançava para afirmar a superioridade moral em relação ao grupo dos outsiders era o alto grau de coesão e integração do grupo dos estabelecidos. Esse diferencial de poder era mantido por meio das fofocas elogiosas e depreciativas - feitas para enaltecer o carisma do grupo e atribuir a desonra ao grupo alheio.

Nesse caso podemos pensar de que modo a fofoca elogiosa (ELIAS & SCOTSON, 2000) com a função de estabelecer um carisma no próprio grupo, também pode funcionar, nos termos de Bourdieu, enquanto operações de transferência de capital simbólico. A informação transmitida pela fofoca só ganha legitimidade porque quem a faz são os grupos dos estabelecidos, que lançam mão do volume de capital simbólico que dispõem. Esses fenômenos “encontram expressão em formas estereotipadas de auto-enaltecimento e noutras, igualmente estereotipadas, de censura, invectivas e calúnias dirigidas contra os outsiders” (Ibid., p. 132-133).

O referido estudo nos ajuda na compreensão dos mecanismos de introjeção de características que são construídas e atribuídas aos diferentes grupos da sociedade e que acabam por reproduzir na estrutura de pensamento e tomada de decisões dos indivíduos propriedades enaltecedoras ou depreciativas:

A identidade coletiva e, como parte dela, o orgulho coletivo e as pretensões carismáticas grupais ajudam a moldar a identidade individual, na experiência que o sujeito tem de si e das outras pessoas. Nenhum indivíduo cresce sem esse alicerce de sua identidade pessoal na identificação com um ou vários grupos, ainda que ele possa manter-se tênue e ser esquecido em épocas posteriores, e sem algum conhecimento dos termos elogiosos e ofensivos, dos mexericos enaltecedores e depreciativos, da superioridade grupal e da inferioridade coletiva que a acompanha (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 133).

A desonra grupal e a atribuição estereotipada e estigmatizante de características ao grupo dos outsiders [num processo de coisificação, uma vez que o estigma é materializado] também podem ser relacionadas com a imposição da legitimidade por

meio da *violência simbólica*, nos termos de Bourdieu. “A imposição da legitimidade é a forma acabada da violência simbólica, violência atenuada, que só pode ser exercida com a cumplicidade de suas vítimas” (BOURDIEU, 2006, p. 183).

A violência a que alguns grupos estão submetidos não se refere tão somente ao que é dito sobre eles, mas também às formas de relacionamento e contato social. Uma delas diz respeito ao processo de *desenraizamento* - pensado aqui no sentido da cultura dominada perdendo os meios materiais de expressão de sua originalidade (BOSI, 2003, p.176). Para as famílias que realizam o movimento migratório, quando chegam ao local de destino, esperam manter, desenvolver e praticar sem perturbação suas atividades mais rotineiras, que envolvem a fala, as vestimentas, o andar, as práticas religiosas e aquelas ligadas ao lazer.

Recorremos aos conceitos de *enraizamento* e *desenraizamento* elaborados por Weil (1979) para compreender a forma como se dão os diferentes processos de violência que envolvem a vivência das pessoas que realizam o movimento migratório.

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, isto é, que vem automaticamente do lugar, do nascimento, da profissão, do ambiente. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber quase que a totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual, por intermédio dos meios de que faz parte naturalmente (WEIL, 1979, p. 347).

No que diz respeito ao processo de desenraizamento, a autora assim o define:

O desenraizamento é, evidentemente, a mais perigosa doença das sociedades humanas, porque se multiplica a si própria. Seres realmente desenraizados só têm dois comportamentos possíveis: ou caem numa inércia de alma quase equivalente à morte, como a maioria dos escravos do tempo do Império Romano, ou se lançam numa atividade que tende sempre a desenraizar, muitas vezes por métodos violentíssimos, os que ainda não estejam desenraizados ou que o estejam só em parte (Ibid., p. 351).

O processo de desenraizamento que marca a vivência das pessoas que realizaram o movimento migratório está ligado também à perda das possibilidades de lazer, já que as novas formas de sociabilidade na cidade são bastante reduzidas por diferentes razões, entre elas está a escassez de tempo livre para desfrutar ao lado de amigos e familiares, já que as jornadas de trabalho costumam ser bastante extensas³⁹. Além disso, quando há um

³⁹ No caso dos trabalhadores e trabalhadoras que estão empregados em jornadas noturnas, o cenário é ainda mais complexo pelo fato deles passarem a madrugada trabalhando e quando retornam para suas casas repousam durante o dia, portanto, quase não convivem com os familiares.

tempo livre, as alternativas de transporte coletivo são muito reduzidas, o que dificulta a saída das pessoas para as atividades de lazer.

No fragmento da narrativa abaixo o processo de desenraizamento e busca pela reenraizamento fica evidenciado. João migrou para o interior de São Paulo, mas afirma que ainda não se acostumou – um dos motivos é a falta de alternativas de lazer.

João – Eu acho que quando eu cheguei aqui, eu achava que eu não ia acostumar a morar aqui. Quando eu cheguei aqui, passou um mês, bateu aquele desespero de ir embora, eu fiquei desanimado, por mim eu voltava, eu voltava. “Aqui eu não fico, eu não acostumo aqui nesse lugar”. A mulher do meu primo: “Não, fica aí, fica aí, arruma serviço”. Eu digo: “Não, eu vou embora”. Me dá saudade dos pais, dos meus tios que moravam lá... “Eu não vou ficar aqui, não”. Aí eu fui me acostumando... com o clima daqui. Mas eu vou falar para você, ainda não acostumei bem, bem aqui... o suficiente aqui, não. Não estou à vontade, não. Eu não vou mentir. Não vou dizer assim: “Não, estou à vontade”.

Juliana – O que falta aqui?

João – Falta um lazer.

Juliana – Aqui na cidade tem algum lugar que você gostaria de ir, mas não vai? Tem algum lugar para passear?

João – Nem tem, né, como eu falei... A gente trabalha, às vezes dá vontade de sair, não é que não queira. A gente mora longe, tem que ir à pé, nesse sol, a gente mora tão longe, e para ir de ônibus.

Juliana – Mas qual lugar você iria?

João – Ah, às vezes dá vontade de ir no zoológico, comer um lanche, ir no shopping... Ir em algum lugar, pescar um pouco, ir num pesque e pague. (*João*)

A situação vivida por João em sua comunidade, em que o tempo de trabalho e tempo de lazer se uniam já não é mais possível de ser encontrada na cidade onde vive atualmente. Este novo espaço geográfico em que vivem as trabalhadoras e trabalhadores estão carregados de novas formas de sociabilidade, relações de trabalho e condições de moradia.

A não-aceitação da expressão dos costumes e tradições culturais violenta não somente o indivíduo, como o grupo todo. Os seguintes trechos das narrativas de Manoela e Cleusa demonstram uma dimensão desse processo de violência, que acaba impondo novas formas de expressar costumes e valores. A linguagem falada é um exemplo elucidativo de como esse processo de violência se dá numa dimensão mais cotidiana e prática da vida social, na medida em que os grupos entram em contato e o resultado dessa interação muitas vezes é a imposição de uma forma lingüística sobre a outra.

Juliana – E como é que foi quando você chegou [no interior de São Paulo]? O que você achou?

Manoela – Nossa, maior diferente, maior estranho. As pessoas estranhas, diferentes de lá. Mas depois fui me acostumando, fui levando a vida diferente e

fui aprendendo com eles aqui, aprendendo a ler, a escrever igual eles aqui. Porque lá é completamente diferente a nossa leitura, né, aí eu fui aprendendo aqui as coisas, e estou aí hoje. Aqui fala, por exemplo, assim, o "e" fala "ê", e lá fala "é", nossa é completamente diferente... O "r" fala "rre", nossa, completamente diferente. Eu aprendi, graças a Deus, a falar como o povo daqui. Eu fui aprendendo devagarinho as coisas, mas foi mó difícil. Mas por que que tem que ser assim, né? Minha mãe falava "filha, tem que ser assim, agora é diferente". Eu falava: "**eu queria falar igual antes**". (Manoela)

Juliana – Alguém da sua família, você, já sofreu algum tipo de preconceito?

Cleusa – Ah, já. Daqui, mesmo, eu já sofri. Por a gente ser nordestino eu já também.

Juliana – Já? Falaram o que para você?

Cleusa – Ah, ficam zombando da gente, às vezes, **porque a gente não sabe falar direito**. Eu já me senti muito baixa. (...) Eu sei que um dia eu cheguei a chorar aqui por causa disso. Quando eu cheguei aqui. Hoje em dia eu não ligo mais. Pode falar o que for, a gente não deve dar ouvido para as pessoas que queiram magoar a gente. Eu também, graças a Deus, assim, em todo lugar que eu trabalho eu sempre fui recebida, sabe? Tem alguns lugares que a gente tem diferença, mas agora, não. (Cleusa)

A narrativa de Manoela demonstra que houve uma resistência por parte dela em falar a linguagem do local de origem. No entanto, logo sua mãe a alertou de que deveria “ceder” e aceitar a nova linguagem. A frase que encerra o excerto da narrativa de Manoela parece demonstrar um desejo de reenraizamento, uma vez que se obtivesse êxito em “falar como antes”, iria manter um vínculo com o passado, ainda que de modo parcial.

No que diz respeito à narrativa de Cleusa também é possível notar que esse processo de violência gerou bastante sofrimento, na medida em que ela compartilhava das práticas de um grupo bastante estigmatizado no Estado de São Paulo: os migrantes vindos de Estados do Nordeste. É válido ressaltar que a língua é uma arma simbólica na luta pelo poder (BAGNO, 2010), e sua posse acaba conferindo prestígio a uns e estigma a outros. A manifestação da linguagem é também uma expressão da memória. Assim, cada vez que se impõe uma nova forma de linguagem sobre a outra, junto com os acentos e formas particulares de falar se esvai também a memória do grupo.

Elias (1994) mostra que nos casos em que não há espaço para a livre expressão dos costumes, a “identidade-nós” é abalada, podendo gerar o que ele chama de *morte coletiva*, em que as tradições culturais são absorvidas em unidades maiores, são deixados para trás os grandes feitos de pessoas que viveram e cresceram com essas tradições. Para evitar esse processo e garantir a sobrevivência do grupo, é preciso espaço e condições para a expressão da continuidade de sua língua e dos modos de falar característicos de

determinadas regiões, sem que haja estigmatizações e constrangimentos; para a transmissão de lendas, da história, da música e de muitos outros valores culturais do grupo.

O grupo das mulheres trabalhadoras e seus familiares são referidos de diferentes maneiras. No que se refere especificamente ao espaço das relações de trabalho, Verena Stolcke (1986) fornece uma importante análise sobre as designações populares aplicadas aos trabalhadores temporários que trabalhavam na colheita do café⁴⁰ que revelam insultos e injúrias. Termos como “bóia-fria”, “pau de arara” e “biolos” demonstram marcas e estereótipos das condições desse grupo em relação, respectivamente, à alimentação, transporte e vestuário. O emprego desses termos – vale lembrar que raramente os termos são empregados entre membros do próprio grupo, o que nos leva a pensar em “identidade atribuída” – não agrada aos homens e mulheres por se apresentar como símbolo da condição de subordinação.

Há ainda as “marcas” da representação do grupo de migrantes no que se refere à origem regional e também à questão étnico-racial. Conforme nos aponta Silva (1999), essas pessoas são representadas como “baianos”, “mineiros”, gente dos “países do Norte”. Nestes casos, “a cor passa a ser o atributo disfarçado sob o envelope da origem regional. A mística da miscigenação, da democracia racial freyreana cobre a divisão étnico-racial do trabalho e contribui para a reprodução destas diferenças” (p. 230).

As famílias de migrantes são vistas pelos moradores de longa data da cidade como um grupo homogêneo quando, na verdade, apresentam suas particularidades. As observações em campo no município de Ibaté/SP demonstram esse tratamento homogeneizador. Em certa ocasião, a pesquisadora se encaminhava para a casa de uma trabalhadora com quem já tinha conversado, Francisca, que tinha se mudado de sua região de origem – no Estado de Pernambuco – há menos de dois anos para viver no interior de São Paulo. Depois de chamar algumas vezes pelo nome dela, uma criança pequena aparece do outro lado da rua e se aproxima, dizendo que o nome dela era “Baianinha”. É provável que este seja o apelido de Francisca na rua e no bairro onde vive. Trata-se, portanto, de uma homogeneização das formas de identificação atribuída aos migrantes.

Veremos, então, como se dão os processos de formação das identidades ligadas à questão étnico-racial e aquela referente à construção das relações de gênero; e como tais

⁴⁰ Situação tal que pode ser comparada àquela vivida pelas trabalhadoras que exerceram atividade no corte da cana.

identidades podem representar e reproduzir os conflitos entre grupos, mas também podem se constituir como alternativas para a eliminação de situações de desigualdade e exclusão.

O termo identidade é apresentado por Ken Plummer como uma palavra “derivada da raiz latina *idem*, que implica igualdade e continuidade, (...) tem uma longa história filosófica que examina a permanência em meio à mudança e a unidade em meio à diversidade” (PLUMMER, 1996, p. 369).

Muitas vezes o processo identitário como um todo tem um início, mas não é concluído. Assim, enquanto alguns grupos se encontram em fase de busca por uma identificação em comum, seja ela étnica, de origem e vivências, outros grupos já encontraram tais partilhas, mas ainda não são reconhecidos pelos outros como desejam, e sim sob um olhar estigmatizador, que os classifica segundo os termos da cultura dominante. Sobre essa questão, Lisboa (2003) nos mostra que no caso de grupos que migram do campo para a cidade, esse processo de busca pelo reconhecimento e aceitação da alteridade fica bastante evidente:

Com a intensificação das migrações do campo para a cidade o problema das diferenças se intensifica. Nela convivem pessoas de origens culturais, condições étnicas e sociais diferentes, crenças religiosas variadas, ideologias opostas que dão origem tanto a processos de aproximação identitária como de discriminação e exclusão (p. 116).

As considerações de Scott também contribuem para a reflexão aqui proposta por apresentar que *indivíduos* e *grupos*, *igualdade* e *diferença* não são termos opostos, são “conceitos interdependentes que estão necessariamente em tensão. As tensões se resolvem de formas historicamente específicas e necessitam ser analisadas nas suas incorporações políticas particulares e não como escolhas morais e éticas intemporais” (SCOTT, 2005, p. 3). Portanto, é válido pensar nesses elementos em suas interligações e peculiaridades inseridas em um contexto.

No tocante ao acesso à igualdade, Scott mostra que “os indivíduos não serão tratados com justiça (na lei e na sociedade) até que os grupos com quais eles são identificados sejam igualmente valorizados” (2005, p. 2). Essa valorização passa pelo processo de luta por reconhecimento da identidade do grupo, aceitando a diferença, e não incorporando-a a sua cultura e também pela eliminação das situações de desigualdade e exclusão. A autora aponta ainda as considerações sobre a heterogeneidade de indivíduos e a heterogeneidade de grupos identitários:

Se identidades de grupo são um fato da existência social e se as possibilidades de identidades individuais repousam sobre elas tanto em sentido positivo quanto negativo, então não faz sentido tentar acabar com os grupos ou propositadamente ignorar sua existência em nome dos direitos dos indivíduos (SCOTT, 2005, p. 11).

Essa sentença mostra a não dualidade dos termos (indivíduo e grupo; igualdade e diferença) e uma preocupação de que o reconhecimento da identidade do indivíduo não elimine a possibilidade de aceitação da identidade coletiva do grupo em suas particularidades.

No que diz respeito, especificamente, aos direitos e à construção das diferentes formas de identidade dos negros nas esferas da vida social, Guimarães (2002) oferece em sua análise uma discussão de alta relevância para exemplificar essa questão. Sua contribuição está na força da argumentação de que o conceito de “raça” pode ser entendido como uma categoria política e como categoria analítica:

“Raça” é não apenas uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo no Brasil, mas é também categoria analítica indispensável: a única que revela que as discriminações e desigualdades que a noção brasileira de “cor” enseja são efetivamente raciais e não apenas de “classe” (Ibid., p. 50).

Tomaremos como âncora esta teorização de Guimarães (2002) para apresentar a discussão acerca das relações étnico-raciais que envolvem a vivência das mulheres e seus familiares nos diferentes espaços sociais. Lembramos a leitora/ o leitor que muitas mulheres e homens com quem conversamos têm suas identidades marcadas pelo fato de serem negras e negros. As implicações desse pertencimento étnico-racial nem sempre foram explicitadas no desenrolar das conversas e entrevistas realizadas. Tal invisibilidade é facilmente percebida quando o tema é tratado de forma direta: boa parte das pessoas que declararam sua cor/raça como negra disseram não lembrar de alguma atitude preconceituosa a elas dirigidas ou afirmaram que jamais vivenciaram uma cena discriminatória. Tal esquecimento pode representar uma recusa de um passado marcado por atitudes e situações desumanizantes vivenciadas por negros e negras no Brasil.

Apresentaremos aqui algumas ocasiões em que a questão étnico-racial surgiu com mais força nas narrativas: três delas emergiram diretamente no momento das entrevistas, e as demais foram observadas pela pesquisadora no campo empírico, em um momento que se aproximava mais do cotidiano, pois se tratava de uma conversa informal entre vizinhas.

Iniciamos então pelos relatos da ocasião de observação ao campo empírico. O contexto a ser visualizado é uma tarde de sexta-feira no apartamento de Júlia, mais especificamente no quarto de suas filhas e filho, onde ela costuma realizar seus trabalhos de manicure e depiladora. Eu estava sentada na cama aguardando Júlia concluir o trabalho em uma de suas clientes, Adriana, para que pudesse terminar o preenchimento do questionário biográfico. Enquanto isso, mais uma de suas vizinhas, Luciana, adentra o espaço do apartamento e as três conversam sobre os mais variados temas: trabalho, filhos, afazeres domésticos, relacionamento conjugal. Por vezes eu também tecia alguns comentários.

A certa altura da conversa, quando falavam de relacionamentos conjugais, as clientes dirigem a fala à Júlia em tom de brincadeira, afirmando que jamais se relacionariam amorosamente com ela, pois era baixa e negra, e este não era o perfil delas. Uma delas reforça a ideia, dizendo que “as negras” não estavam entre as preferidas em seu gosto amoroso. Júlia não compartilha do sorriso que estampava o rosto das clientes, sua reação de tristeza é demonstrada ao abaixar a cabeça.

A segunda situação se deu instantes depois da primeira, no mesmo local. Dessa vez o assunto foi tratado sob um teor de “seriedade” e o preconceito racial foi apresentado mais diretamente. Uma das clientes de Júlia, Adriana, cujo marido trabalha como encarregado de uma indústria em São Carlos, comentou que o esposo diz que “os negros são os que dão mais trabalho” na empresa. Adriana confia a Júlia em um tom de aparente lamentação que o marido é racista – mas logo justifica a atitude discriminatória do marido afirmando que este pensa e age dessa maneira porque o casal mora ao lado de um rapaz negro, que costuma fazer muito barulho em horários inapropriados. Luciana reforça o argumento de Adriana e posteriormente afirma que o racismo parte dos próprios negros.

Alguns pontos merecem ser destacados nesse contexto. O primeiro deles diz respeito ao questionamento de Luciana sobre o fato de os negros compartilharem e reproduzirem atitudes discriminatórias. Pensamos que as ideologias de exclusão, como o racismo e o machismo não escolhem sexo/gênero, cor/grupo étnico-racial para serem disseminadas. Mulheres negras têm introjetadas em seus corpos e mentes as mesmas ideologias que se assentam sobre homens brancos, negros e mulheres brancas. Portanto, não caberia uma cobrança maior por parte dos grupos inferiorizados, pois até o momento em que passamos por um processo de tomada de consciência quanto aos processos de exclusão, estamos sob a mesma estrutura que pretere certos grupos da sociedade.

O segundo ponto a ser ressaltado do contexto acima narrado diz respeito ao lugar social que Júlia ocupa/deveria ocupar enquanto mulher negra. Júlia, Adriana e Luciana vivem em apartamentos localizados no mesmo condomínio. Luciana e Adriana são brancas, esta é casada com um engenheiro de produção. Entendemos que ao comprar o apartamento Júlia realizou um movimento de resistência à condição subalternizada. Entretanto, certos comentários tratam de “colocar Júlia em seu devido lugar”, aquele marcado pela inferioridade. Quando anunciam que “Júlia não faz o perfil por ser negra” e que “trabalhadores negros dão mais trabalho”, Adriana e Luciana mostram qual lugar Júlia deveria ocupar.

Além disso, em outras conversas informais com Júlia, esta afirmou que algumas de suas tias e avó costumam dizer que ela é “metida e esnobe”. Júlia considera que este tratamento é direcionado a ela porque foi a única na família que conseguiu comprar um apartamento depois de realizar o movimento migratório para o interior de São Paulo.

As considerações de Bento (1995) acerca da resistência de mulheres negras no ambiente de trabalho nos ajudam a refletir sobre o processo que apresentamos. A autora mostra que o esforço das mulheres negras aparece enquanto

uma estratégia de ‘ser o que se espera’ para se chegar onde não se é esperada. Este comportamento (...) aparece como estratégia para chegarem a seus objetivos, para quebrarem o estereótipo de inferioridade racial e para ocuparem, enquanto negras, lugares sociais tido como de brancas. (p. 487).

As próximas situações foram relatadas em ocasião de entrevistas realizadas com Nice, Lizandra e João. No fragmento da entrevista de Nice que segue, as atitudes preconceituosas são relatadas por ela de forma direta. Conversávamos sobre as possibilidades de adoção de crianças e Nice afirmou que tinha o desejo de adotar um garoto negro, por considerar que este grupo é bastante rejeitado.

Nice – Se eu tivesse condições, eu queria adotar um “pretinho”! Eu queria um escurinho, sabe? Se eu fosse uma pessoa que tivesse condições financeiras, porque não adianta eu pegar para sofrer também, né? Eu adotaria.

Juliana – Por que seria um “pretinho”?

Nice – Porque eu acho, assim, são muito rejeitados. E na minha família tem bastante gente escura, então não tenho preconceito, né? Eu acho assim, principalmente crianças, eles querem adotar só bebês. Eu adotaria uma criança de sete, até os nove anos eu adotaria (...) Mas, assim, eu gostaria de adotar uma pessoa escurinha. (...) Porque eles procuram geralmente de olho azul, clarinho, branquinho, o que eles mais procuram no orfanato. Eu adotaria, se eu tivesse condições, se eu fosse uma pessoa que tivesse um espaço, que tivesse condições, eu adotaria uma pessoa moreninha! Porque eu acho tão bonitinho. (risos) Eu acho tão bonitinho, que meus tios são morenos. Quando minhas tias casaram, meu avô

não aceitou, que minhas tias são loiras, claras, casaram com negros, ele não aceitou, ele rejeitou os netos. Eu não cheguei a conhecer meu avô, mas diz que ele era bem ruim. Então, sei lá, eu acho que a sociedade rejeita muito. A gente não sabe se o Deus da gente é branco, se é escuro, não é para rejeitar, não é verdade? (*Nice*)

Nice percebe a existência de um tratamento diferenciado em relação aos negros e cita um exemplo bastante próximo de sua família em que isso aconteceu. Ela aponta a situação de rejeição que as mulheres de sua família passaram por realizarem uma união interétnica, entrando em contato, portanto, com um grupo “não-branco”. A rejeição direcionada aos netos evidencia o “medo” da mistura, como se houvesse uma contaminação que simboliza uma contaminação moral. Parte dessa representação está assentada na ideia de que “o sangue negro deteriora o branco. O negro seria marcado pela imaginação, sensibilidade e sensualidade e o branco, pela inteligência, praticidade, ética e moral” (SANTOS, G. A., 2005, p. 53).

Na ocasião de entrevista de Lizandra, quando questionada sobre a possibilidade de ter vivido ou presenciado uma atitude preconceituosa, ela nega tais experiências, mas considera que existem pessoas que discriminam.

Juliana – Você já sentiu algum tipo de preconceito, tanto no seu lugar de trabalho como nesses lugares que você vai, aqui, na praça, você já percebeu alguém te olhando diferente?

Lizandra – Não. Que eu percebesse, não.

Juliana – Você acha que isso acontece com as pessoas?

Lizandra – Ah, acontece. Com um bocado de gente, acontece.

Juliana – O que você já viu acontecer?

Lizandra – Ah, eu já percebi. Às vezes um fica falando mal do outro... por causa da cor. Mas comigo eu nunca percebi nada.

Juliana – De preconceito, você viu que situação? Você lembra de algum caso?

Lizandra – Eu não lembro, não.

Juliana – Mas falava o que da pessoa?

Lizandra – Ah, a gente vê passar na televisão, do pessoal ter preconceito da cor, principalmente da cor negra, sempre é mais criticada. (*Lizandra*)

Ressaltamos o fato de que Lizandra percebe a existência de atitudes discriminatórias em seu ambiente de sociabilidade, mas não sente ter sido vítima delas, nem consegue se lembrar de um caso específico para relatar. Compartilhamos das considerações de Bento (1995) no que diz respeito à negação das atitudes discriminatórias – estas, muitas vezes, podem ser compreendidas enquanto uma reação que resulta da necessidade de fugir da dor que advém da discriminação.

Percebemos, também, que nas ocasiões em que as atitudes discriminatórias eram percebidas e narradas, estas não eram compreendidas como um problema a ser combatido. O seguinte trecho da narrativa de João aponta a percepção da atitude discriminatória envolvendo a negritude e o pertencimento geográfico:

Juliana – Você já sofreu algum tipo de preconceito aqui no Estado de São Paulo? Algum tipo de preconceito, a pessoa olhar feio, falar alguma coisa?
João – Não. Assim, de vista, não. As pessoas ficam chamando de baiano. No abatedouro chamavam de baiano, de neguinho, mas em termos de apelido. Mas eu não me importo se a pessoa jogar um preconceito. Eu não me importo, não.
(João)

João percebe a atitude discriminatória que lhe é direcionada, mas não se importa com essa forma de tratamento, pois acredita tratar-se de um “apelido”. Lembramos, ainda, que a atribuição do termo “baiano” a João (que realizou o movimento migratório da Maranhão para o interior de São Paulo há poucos anos) revela um processo de homogeneização das pessoas que migram.

Parte da invisibilidade das experiências narradas de atitudes discriminatórias encontra-se também na perpetuação do mito da “democracia racial” no Brasil, que dissemina a ideia da existência pacífica e harmônica dos diferentes grupos étnicos no país. A ocultação das atitudes discriminatórias direcionadas às negras e aos negros também é um reflexo da ideia propagada de que as condições desfavoráveis pelas quais estes grupos passam podem ser eliminadas na medida em que a condição de pobreza também for apagada. Guimarães (2001) aponta essas questões e nos alerta:

Mesmo sendo patentes as desigualdades e progressivamente mais visíveis os movimentos em torno da sua superação, a crença em que somos um exemplo de “democracia racial” tem levado a que a sociedade brasileira tenda a explicar o fado dos negros pela sua condição de pobreza, antes que pela discriminação alimentada no racismo (p. 239).

Compreendemos que as relações étnico-raciais e aquelas que envolvem o pertencimento de classe precisam ser debatidas enquanto dimensões sociais complementares. Portanto, não se trata de eleger uma categoria como a mais importante e fundamental, mas antes de tudo, visualizar que diferentes ideologias – entre elas, o racismo – são reproduzidas no interior do desenvolvimento capitalista como forma de manter as negras e os negros no lugar (inferior) que a sociedade tende a impor (SILVA, P. B. G., 1987, p. 41).

Quando tratamos especificamente de trabalhadoras negras, o lugar social destinado a elas é aquele marcado pela precarização das atividades. Este espaço designado às mulheres negras no trabalho é denominado por Bento (1995, p. 482) enquanto o “gueto da subalternização e da realização de atividades manuais”. É justamente este espaço que nos foi apresentado nas narrativas das mulheres trabalhadoras, seja nos imensos canaviais, nos trabalhos domésticos e também no chão do abatedouro de frangos.

Em razão de apresentarmos as categorias de classe, gênero, raça/etnia como dimensões entrelaçadas é que entendemos que as vivências das mulheres negras são carregadas de processos de violência antes mesmo da experiência delas como trabalhadoras. Os relatos de mulheres negras obtidos para um estudo⁴¹ de Grossi (1994) apontam como violência específica contra as mulheres negras

a forma como são discriminadas tanto no acesso formal ao trabalho, sob a clássica exigência de ‘boa aparência’, quanto no plano mais subjetivo das representações veiculadas pela mídia, onde o padrão de beleza é o da mulher branca, assim como na preferência em casamentos interétnicos por parte dos homens negros (p. 482).

Trata-se, portanto, de variadas formas de discriminação que passam por múltiplas esferas da vida social e que se encarregam de retirar das mulheres negras, em boa parte das vezes, as possibilidades de autonomia. Pacheco (2006) mostra que o racismo e o sexismo, juntos, “regulam práticas históricas e colaboram para um imaginário social em que as mulheres negras, ainda, têm pouco poder de ‘escolhas’ se comparadas com os outros grupos raciais” (p. 188).

É válido apresentar também – para o debate aqui iniciado – as reflexões sobre as relações de gênero, conduzindo a análise para a compreensão das formas como a dominação vai sendo introjetada nas mulheres, apontando também os caminhos possíveis de resistência. A perspectiva adotada é aquela segundo a qual o gênero é entendido e utilizado para mostrar as relações sociais entre os sexos, indicando as “construções sociais” sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. O termo refere-se às origens sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres (SCOTT, 1990). Neste ponto-de-vista destaca-se o fator *social* (SAFFIOTI, 2004) que envolve as relações

⁴¹ O estudo teve por objetivo levantar o tema da violência contra a mulher a partir das lutas feministas e apresentar as quatro categorizações de violência contra a mulher: abuso sexual infantil, assédio sexual, violência conjugal, violência contra mulheres de grupos étnicos não brancos.

entre homens e mulheres (e também de cada grupo entre si) para afastar o essencialismo biológico que coloca como naturais e essencializadas as características de homens e mulheres.

Vale lembrar, no entanto, que o gênero não pode se desvincular de outras categorias sociais (DOMINGUEZ & OQUENDO, 2002), já que os homens e as mulheres não formam um grupo homogêneo: as mulheres trabalhadoras estão ligadas a uma raça/etnia, são provenientes de certas regiões, apresentam modos de vida que lhe são peculiares. Não serão desconsideradas, portanto, as especificidades de cada grupo, antes de tudo, as observações buscam apresentar momentos das histórias de vida que demonstram também uma recusa da construção hierárquica entre masculino e feminino, numa tentativa de se aproximar da proposta de Scott (1990), qual seja: a de reverter ou deslocar os funcionamentos da referida construção hierárquica.

Scott apresenta ainda quatro elementos que devem ser considerados para a compreensão da totalidade das relações de gênero. O primeiro deles diz respeito aos símbolos culturais disponíveis que evocam representações simbólicas; o segundo elemento é constituído por conceitos normativos que evidenciam as interpretações do sentido dos símbolos; o terceiro diz respeito à noção de político com uma referência às instituições e à organização social (pensando numa perspectiva de gênero que inclua não só o parentesco, mas o mercado de trabalho e a educação, por exemplo); e o quarto elemento refere-se à construção da identidade de gênero historicamente situada (Ibid., p. 15).

Feitas essas considerações, é possível pensar nos elementos que vão sendo introjetados nos modos de vida das mulheres e homens no decorrer de suas trajetórias a partir do contato com o grupo social, envolvendo relações familiares, ambiente escolar, comunidade religiosa, sociabilidades no local de trabalho, nos bairros e ruas onde viveram e vivem os grupos.

Nas narrativas apresentadas em nossa pesquisa, o casamento e a separação se apresentaram como estratégias das mulheres para sair da condição de dominação da autoridade exercida pelos pais ou pelo marido. Numa delas, o movimento migratório aparece como estratégia para separar do marido e sair da situação de violência doméstica. Em outro caso, foi a união do casamento que serviu como uma verdadeira “fuga” à dominação exercida pelos pais. Uma entrevistada, Cida, conta que fugiu com o namorado, pois essa era a única forma encontrada por ela para obter a autorização dos pais e sair à noite. Mas depois, durante a entrevista, diz que os pais agiram corretamente

em não autorizar sua saída sendo uma mulher jovem, pois, de acordo com ela, as mães devem segurar as meninas em casa até que estejam casadas.

Cida – O pouco que eu saía quando eu era adolescente, eu ia na praça, mas eu logo casei.

Juliana – É?

Cida – (risos) Quando eu fugi eu estava com 14 para 15 anos.

Juliana – Fugiu?

Cida – Quando eu casei, quando eu fugi eu estava com 14 anos, com o pai dos meus meninos. Só que depois eu larguei.

Juliana – Você fugiu com ele? Para onde vocês foram?

Cida – Nós fugimos, assim, falo o modo de “fugir” assim... que nós trabalhava junto na roça, trabalhava até na Usina Maringá, cortando cana. Aí... eu conheci ele quando eu... minha mãe não deixava, minha mãe era assim, não deixava nós sair de casa. Aí eu saí de casa e fui morar na casa da mãe dele, fui lá para a casa da mãe dele. (*Cida*)

Em outro momento da entrevista, as marcas das representações de gênero aparecem:

Juliana – E se for pensar no que seu pai e sua mãe fizeram para você, o que você acha que eles acertaram? E se eles erraram, no que você acha que eles erraram?

Cida – Ah, eu acho que eles não fizeram errado porque... Que nem eu falei que eu fugi nova foi porque ela me segurou dentro de casa, mas se for ver, é o certo. E as mães, não é para deixar as filhas mulheres, assim, soltas. E ela fez o certo, só que a gente não obedece. Mas eu acho que criaram certo (*Cida*).

Cida mostra em seu relato a função que cabe às mães, envolvendo o ato de cuidar e zelar para que as filhas não fiquem “soltas”. Novamente se apresenta o diferencial em relação aos homens, que não recebem a mesma pressão para não sair de casa.

Silva (2004) nos ajuda a pensar as persistências cotidianas advindas de um conjunto de representações sociais. Muitas mulheres são independentes economicamente, algumas delas são ou foram em algum momento de suas vidas as principais provedoras do lar. No entanto, a autora nos mostra que

A independência econômica feminina não representou o término das desigualdades entre homens e mulheres porque elas não se resumem à esfera econômica e material. Estão presentes na cultura, nas idéias, nos símbolos, na linguagem, no imaginário; enfim, formam um conjunto de representações sociais que impregnam as relações (p. 563).

Sendo assim, podemos compreender que os espaços de resistência convivem com os espaços de persistências, na medida em que os percursos de vida das mulheres trazem elementos que simbolizam diferenciais entre as atribuições femininas e masculinas que não se alteram tão facilmente, uma vez que as práticas são incorporadas enquanto *habitus*, conforme apontado no item introdutório deste capítulo.

As persistências das situações de subjugações femininas ficam perceptíveis nos casos de violência, sejam elas físicas, simbólicas, sutis ou grosseiras. Durante a pesquisa de campo ouvimos diferentes relatos sobre o uso da força física pelos pais, maridos e namorados das mulheres. Moreira et al. (1992) nos mostram que a violência pode ser entendida como

toda e qualquer ação que torna o outro coisa, objeto desprovido de desejo, de autonomia, de auto-determinação. (...) Essa lógica é tão profundamente internalizada pelos sujeitos que faz as relações de violência de homens contra mulheres parecerem natural, modelo próprio e intrínseco das relações entre os sexos (MOREIRA et al., 1992, p. 176).

Nas narrativas das mulheres foi possível visualizar diferentes momentos em que elas ocupavam o *lugar social* da violência. Por *lugares sociais* compreendemos aqui as posições que os agentes sociais ocupam em diferentes dimensões da vida social. Nesse sentido, homens e mulheres, de acordo com suas posições nos diferentes campos que ocupam, recebem atributos que lhes darão um feixe de possibilidades de atuação. É assim que o *habitus*, enquanto sistema de disposições, vai sendo introjetado nos corpos e nos sistemas de pensamentos de homens e mulheres:

A divisão entre os sexos parece estar ‘na ordem das coisas’, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas ‘sexuadas’), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação (BOURDIEU, 2005, p. 17)

Apontaremos alguns dos lugares sociais ocupados pelas mulheres ao longo das trajetórias e que nos permitirão observar os usos das representações femininas e também as imposições sociais que fazem com que as mulheres sejam subjugadas.

Recorremos às experiências de vida de Manoela e Júlia para adentrar o debate sobre os lugares sociais atribuídos a certos grupos de mulheres. Conforme apresentado no item introdutório dessa dissertação, ambas carregam os estigmas pertinentes à condição de mulher negra migrante, vinda do Nordeste, que vive em bairros pobres periféricos. Contudo, a história de vida delas se cruza antes mesmo do nascimento. Isso porque suas mães tiveram filhas com homens que não se tornaram seus maridos. Suas mães geraram os bebês e, assim como os pais, decidiram não tomar para si a responsabilidade pelo cuidado das filhas. No entanto, apesar do abandono duplo, foram as mulheres quem carregaram o peso por não terem cuidado das filhas e assim, “descumprido” o atributo

pertinente à maternagem. O mesmo peso da responsabilidade não recaiu sobre os homens.

Entendemos que a cobrança diferenciada em relação ao cumprimento da maternagem e paternagem se dá em razão da valorização também diferenciada sobre homens e mulheres em relação à responsabilização pelo cuidado com os filhos. É perceptível que sobre as mulheres recai o peso do dever e compromisso moral da maternidade (SILVA et al., 2007).

Ainda que as mães biológicas de Manoela e Júlia não tenham “cumprido” o dever materno, recaiu sobre outras mulheres a responsabilidade pelo cuidado das crianças. Essa forma de coletivização do cuidado com as crianças é apresentada por Claudia Fonseca (2002) enquanto um processo de *circulação de crianças*, no qual estas passam por diferentes lares no decorrer de suas vidas, por razões diversas, dentre as quais está a impossibilidade dos genitores em criar os filhos.

No caso de Júlia, a circulação se deu de forma mais intensa porque sua avó, que recebeu o encargo de cuidar dela quando sua mãe decidiu não tomar para si a responsabilidade do cuidado, também não poderia oferecer condições que garantissem a sobrevivência da neta, é então que decide “dar” a criança para viver com outra família na capital do Estado do Maranhão.

Fica perceptível que à Júlia – desde o período da infância – seria destinado o lugar social da violência, na medida em que durante um período longo de sua vida ela foi considerada um objeto desprovido de desejo, sem qualquer tipo de autonomia. Antes de completar seis anos de idade, ela foi “dada” pela primeira vez para um casal de fazendeiros ricos. Em sua nova casa, o lugar social que lhe era destinado era aquele referente à realização dos serviços domésticos e cuidado com as crianças. No excerto de narrativa que segue, ela apresenta a situação que evidencia o processo de violência que a tornou “coisa” e o sofrimento que isto lhe causava:

Júlia – Eu tinha um quarto, o quarto que eu dormia, as baratas passavam por cima de mim. Era quase como um galpão. Então as baratas passavam por cima de mim, aí para mim dormir eu cobria todo o meu rosto com um lençol fininho.

Juliana – Era fora da casa isso aí?

Júlia – Era. Nossa, eu acordava com cada pelota no meu corpo que dava dó. (...) Dormia com as baratas. (...) E o dia que o filho dele pegou uma arma, e eu não sabia que aquela arma ali era de verdade – o filho dele mais velho –, e veio com a arma em cima de mim, me ameaçando, que eu era negra, e eles tudo branquinhos. Tinha 13 anos, o moleque. Queria me matar porque eu era negra, que eu não fazia parte da família. E eu dizia assim: “Vai, mata, mata”, mas não sabia que a arma

era de verdade. Aí a mãe dele chegou: “Entrega essa arma aqui, essa arma é do seu pai”, para ver se ele entregava a arma. Aí eu saía de perto dele, ele dizia: “Estou quase matando essa negra, imunda”. (*Júlia*)

O lugar separado da casa e a ameaça sofrida por Júlia eram formas de demonstrar e reafirmar qual era o lugar social que ela deveria ocupar na família. Não poderiam restar dúvidas acerca da possibilidade dela se inserir no convívio da família de forma com que os laços fossem estreitados. Ao empregar o termo “imunda”, o garoto demonstra procurar uma situação que se aproxime da pureza social, não queria que sua família fosse “contaminada” pela imundície trazida por uma mulher negra.

Os estudos de Guimarães (2002) nos ajudam a compreender tal insulto racial destinado à Júlia, na medida em que ele se apresentou com a função de institucionalizar um inferior racial, sendo capaz de fazer a pessoa insultada retornar simbolicamente a um lugar inferior historicamente constituído.

Em outro momento de sua narrativa, é possível verificar que um novo processo de violência demonstra, dessa vez, o lugar social que Júlia **não** deveria ocupar.

Júlia – Aí teve uma noite de Natal, eu nunca esqueci. Ela comprou um urso maravilhoso... branquinho. E na época estava aquela carteira do dinossauro. Era uma febre aquilo! E eu fiquei contente pensando que o urso era para mim. Como eu tinha tirado a sobrinha dela lá no sorteio, ela comprou aquele urso maravilhoso para eu dar para a menina. Adivinha o que veio para mim? [pausa] Uma carteira do dinossauro. Um urso lindo, lindo, lindo. Quando eu olhei, meus olhos brilhavam pensando que era para mim, imagina! Aí eu falei assim: “Não era para mim?”. Ela falou: “Imagina! Isso aqui é para a Natália, não é para você”. Eu falei: “Nossa!” Eu passei duas noites chorando, eu não dormia, febrão, fiquei doente pelo urso... (*Júlia*)

Os lugares sociais se materializaram, não eram somente lugares simbólicos, mas também espaços físicos traduzidos no quarto separado e no urso branco que foi alvo do desejo de Júlia, mas que não lhe era destinado, afinal ela era apenas a pessoa encarregada dos afazeres domésticos.

Depois de sair da casa da primeira família que a criou⁴², Júlia é mandada de volta para a casa da avó. Lá chegando, se depara mais uma vez com a situação de violência que dizia qual era o lugar social que lhe cabia. Em sua narrativa fica evidenciada a situação de desprezo e preconceito que alguns familiares criavam para a vivência de Júlia.

Juliana – Então depois que você saiu da casa do primeiro casal para ficar na sua avó, você ficou um ano, mais ou menos?

⁴²

As razões dessa saída serão apresentadas adiante.

Júlia – Fiquei só um ano. Lá, os meus tios diziam que... sabe, me xingavam, diziam que eu não ia dar o que prestasse. Eu sofri muito na casa dos outros, viu? E lá no interior meus tios só queriam saber de me bater. Nossa! Meus tios, minha filha, só viviam querendo me chinelar. Porque eles não gostavam de mim. Diziam que eu ia ser uma vagabunda. Porque a minha mãe, na verdade [pausa], a minha mãe viveu mais foi no mundo. Minha mãe foi para a cidade com outra mulher e me deixou lá na casa de minha avó, me deu para minha avó. Uma vez minha avó mandou eu lavar a roupa no açude, e eu fui, e nisso, eu tomando banho, adivinha? Peguei, lavei toda a roupa, fiquei dentro do açude banhada. Menina! Dali a pouco chega uma tia minha com um pedaço de corda, ela me batia dentro desse açude, tanto, tanto, tanto. Depois quase me matou afogada. Aí chegando em casa falaram para a minha avó que minha tia estava querendo me matar dentro do açude, aí a minha tia pegou e falou assim que eu era vagabunda, que eu era uma cachorra. (Júlia)

O processo de violência acompanhou a trajetória de Júlia em sua infância. Nos diferentes lugares pelos quais circulava (entre os familiares consanguíneos, ou na primeira casa que a recebeu para ser “criada”), ela era tratada como um objeto, portanto, um ser desprovido de desejo. Carregava consigo também o estigma de ser “vagabunda” e “cachorra” pelo fato de sua mãe ter vivido “no mundo”, como aponta Júlia em sua narrativa.

A manifestação do desejo de Júlia era sempre controlada por aqueles que diziam que lugar ela deveria ocupar: a violência dos tios porque a consideravam uma “vagabunda”; a tia dizendo que ela não deveria se banhar no açude, lançando mão de um xingamento que reforçava o estereótipo daquela que não servia para nada, era uma “cachorra”.

Para Saffioti (2004), as diferentes formas de uso da violência têm parte de suas origens nos incentivos da sociedade para que os homens exerçam sua força-potência-dominância contra as mulheres (SAFFIOTI, 2004), e isso implica, muitas vezes, em considerá-las como seres prontos a atender aos mais diferentes desejos e necessidades masculinas. As variadas formas de violência – física, sexual, emocional e moral – a que as mulheres são submetidas cotidianamente não ocorrem de forma isolada.

Qualquer que seja a forma assumida pela agressão, a violência emocional está sempre presente. Certamente, se pode afirmar o mesmo para a moral. O que se mostra de difícil utilização é o conceito de violência como ruptura de diferentes tipos de integridade: física, sexual, emocional, moral. Sobretudo em se tratando de *violência de gênero*, e mais especificamente *intrafamiliar* e *doméstica*, são muito tênues os limites entre quebra de integridade e obrigação de suportar o *destino de gênero* traçado para as mulheres: sujeição aos homens, sejam pais ou maridos. Desta maneira, cada mulher colocará o limite em um ponto distinto do *continuum* entre agressão e direito dos homens sobre as mulheres. Mais do que

isto, a mera existência desta tenuidade representa violência (SAFFIOTI, 2004, p. 75).

Para a autora, o que acontece é a aceitação das situações de rompimento dos diferentes tipos de integridade como um fato que não deve ser questionado.

Justamente por apresentar o entendimento de que as situações de violência física estão acompanhadas (antes, durante e após o emprego desta) das formas de violência moral e psicológica, é que a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, cria disposições para resguardar as mulheres de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Esta Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher é também conhecida como Lei Maria da Penha e recebeu este nome como forma de reparar simbolicamente os danos causados à Maria da Penha Maia Fernandes. Ela se deparou com a negligência do Estado brasileiro, que até então não havia punido seu marido, que tentou matá-la duas vezes: na primeira delas, o tiro nas costas deixou-a paraplégica, meses depois ele tentou eletrocutá-la. Tal negligência teve como consequência a condenação do Brasil pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos. A Comissão exigiu do Estado brasileiro uma tomada de posição frente aos casos de violência contra a mulher, costumeiros no país⁴³, e também uma indenização à Maria da Penha (MERLINO, 2009, p. 35).

Em uma de suas declarações, Maria da Penha ressalta a necessidade do conhecimento da amplitude da referida Lei, na medida em que esta prevê coerções não só a situações de violência física, mas também a outras formas de violência.

Uma mulher nunca foi assassinada na primeira violência. Ela começa com a violência psicológica, moral, e vai se agravando. Se a mulher não se apercebe e não tem conhecimento que a lei também pode protegê-la da violência psicológica e moral, ela vai aguentando, achando que aquilo não tem solução. Mas a lei prevê isso (Maria da Penha, em entrevista à Tatiana MERLINO, 2009, p. 35).

As formas de violência não se revelam somente por meio de agressões, mas também dos gestos, impedimentos e discursos que permeiam a vida social, independente do grupo social, pois entendemos que as relações de gênero se dão em conjunto com as relações de classe, gerações e raça/etnia. Os discursos e as práticas expressam as formas diferenciadas dos *habitus* que os agentes sociais incorporam ao longo de suas trajetórias.

⁴³ Quatro mulheres são espancadas por minuto no Brasil (SAFFIOTI, 2004).

No caso de Manoela, as formas de violência que mais se mostraram presentes em sua trajetória dizem respeito ao estereótipo de lésbica e deficiente física. Tais atributos identitários a colocavam como *diferente, estranha e anormal*. No seguinte trecho de sua narrativa visualizamos o estigma de “pessoa diferente” na forma como ela vê o relacionamento com a companheira. Ela descreve o momento em que decide ir até a casa da “pretendente” para conversar com os pais dela e “pedir autorização” para namorar:

Quando eu cheguei lá, menina, cheguei na porta eu comecei a tremer que nem uma vara verde, e o pai dela falou assim: "entra aí moça", eu falei: "Vixe! Quer ver que o pau vai quebrar agora?", aí ele começou a conversar comigo e tal, e ela perto de mim, ela só dava risada... Ela começou a falar assim: "ó, fala pro meu pai", "falar pro seu pai, o que?", "não sei, meu pai..." E eu: "Nossa, o que eu vou falar pro seu pai? Que *nós somos diferentes?*" (Manoela)

O lugar social da diferença continuou sendo ocupado por Manoela, tendo reforçada essa posição em razão da ausência do braço. Ela assim apresenta os momentos em que percebe atitudes preconceituosas:

Sabe, eu sofri muito, sofro até hoje às vezes muito preconceito, as pessoas têm muito preconceito. Você sai na rua, as pessoas te olham porque *eu sou diferente*, falam: “pô, *ela é diferente de mim*”. (Manoela)

Colocamos dois fragmentos da entrevista com Manoela em que aparece o termo “diferente” como identidade atribuída, por ela própria e pelas pessoas que a cercam. São momentos e atributos relacionados à identidade de lésbica e também à identidade da pessoa com deficiência.

A identidade de Manoela, que no período que precedia o acidente assentava-se fortemente no trabalho⁴⁴ e nos usos intensos que ela fazia dessa atividade passa a estar ancorada também na sexualidade e na deficiência. O corpo que foi explorado no abatedouro deixou suas marcas até o último dia de trabalho – o suor e o sangue. Agora, ele ganha nova significação na esfera da sexualidade, é o corpo de uma mulher negra, lésbica, deficiente, que é usado como entretenimento para jovens garotas. Ao relatar os momentos de sociabilidade vividos após o acidente de trabalho, Manoela apresenta as seguintes considerações:

Quando eu ia na praça só [tinha] emo, só menina bonitinha... *Elas começaram a brincar né: “eu tenho uma curiosidade de ficar com mulher, ainda mais uma com um braço só, melhor ainda”, elas brincavam né, eu falava: "hum, vocês não*

⁴⁴ A reflexão sobre a intensificação do trabalho no interior do abatedouro de frangos será apresentada em detalhes no capítulo que encerra esta dissertação.

falam isso, hein, que esse aqui é melhor do que eu ter dois", *e as meninas davam risada... Elas ficam zoando, brincando*. Elas falam pra mim assim, e eu falo "então, vamos ver né, quem sabe mais pra frente... a gente está se conhecendo agora". Ih, não dá nada, não. Tudo louquinha. (*Manoela*)

Destacamos nesse excerto da entrevista o fato de Manoela ser o alvo da curiosidade alheia em um ambiente de sociabilidade localizado em uma praça pública com fluxo intenso de pessoas. Quando enfatizam o fato de Manoela ter um único braço, as garotas a colocam numa situação de exposição, numa espécie de exploração, como se fosse um tipo de aberração humana.

Leite Jr. (2006) já vem estudando as diferentes maneiras pelas quais o extraordinário foi/é exposto em locais públicos, e mostrando que o lado “esquisito” ou “estranho” dos seres é explorado para gerar os mais diversos tipos de emoções. Ao traçar um breve histórico da exposição pública dessas pessoas, o autor comenta:

A apresentação pública de “monstros” e anomalias humanas já acontecia desde a Idade Média nas festas religiosas e, após o Renascimento, eles passam a ser exibidos em tavernas, feiras e especialmente nas cortes para os nobres. (...) Nascem assim os *freak shows*, espetáculos em que são apresentados para apreciação pública todo o tipo de coisa estranha, esquisita ou bizarra. Mas o grande sucesso destes eventos se deve às anomalias e deformidades humanas, que envolviam não apenas as estranhezas físicas como as “anormalidades” psíquicas, tais como os vários tipos de deficiência mental. Os mais variados e distintos físicos expõem-se à admiração como verdadeiros monstros e prodígios da natureza (LEITE JR., 2006, p. 2).

Esses tipos de *freak shows* são criados com o intuito de apresentar um corpo monstruoso, uma “maravilha”, um “prodígio” que pode causar medo ou repulsa, e provocar riso ou excitação. (LEITE JR., 2006). É justamente o sentimento de riso e “zoação” (conforme destacamos em negrito no fragmento acima da entrevista) que as garotas demonstram diante da deficiência de Manoela. A curiosidade também está assentada no fato dela ser lésbica.

É como se a experiência afetiva com pessoas do mesmo sexo fosse “facilitada” em razão de Manoela não ter um dos braços, já que esta se encontra numa situação de exposição, conforme colocado acima. Neste caso, Manoela é aquela que existe sempre para o olhar do outro. Bourdieu (2005, p. 79) nos ajuda a pensar essa relação ao sugerir que a experiência feminina do corpo é o limite da experiência universal do corpo-para-o-outro. O corpo feminino, segundo o autor, está exposto ininterruptamente à objetivação operada pelo olhar e pelo discurso dos outros.

Para uma melhor compreensão acerca das construções sociais que colocam o corpo feminino no alvo do olhar e desejo dos outros, propomos um debate acerca do lugar social do desejo tendo como ponto de partida a sexualidade feminina. A sexualidade precisa ser entendida como um fenômeno social e histórico, e como uma série de crenças, comportamentos, relações e identidades socialmente construídas e historicamente modeladas (WEEKS, 2000).

Mais uma vez, recorreremos às narrativas femininas para demonstrar como o corpo da mulher é voltado para o olhar do outro, o olhar do desejo, deixando a elas pouca possibilidade de autonomia, pois o que se percebe com frequência é o uso das mais diferentes formas de violência que as colocam numa posição de objeto. Lembramos aqui que muitas das protagonistas são mulheres negras, que têm seus atributos corporais tratados, de forma geral, de modo bastante estigmatizante. Moutinho (2006, p. 112) nos mostra como a cor da pele acaba por se constituir enquanto uma das categorias que funcionam como “tensões libidinais que orientam os sujeitos na busca por corpos e prazeres. Nesse sentido, a cor negra aparece marcada pelo erotismo e paira sob o universo erótico dos encontros amorosos – sejam eles homo ou heterossexuais”.

No fragmento de entrevista abaixo, é possível perceber o que se intenta retratar aqui: o corpo feminino como alvo do desejo, tendo reforçada a ideia de que a mulher negra carrega uma carga de erotismo, estando pronta a servir aos desejos sexuais⁴⁵. Júlia conta as razões pelas quais saiu da casa de sua primeira “família de criação”:

Júlia – Eu... quando eu fiz 10 anos, eu estava dormindo, eu acordei com ele dentro da rede.

Juliana – O filho que você tinha criado?

Júlia – Não, o mais velho estava dentro da rede comigo. O dono! O pai! O pai estava deitado comigo dentro da rede. Estava deitado comigo dentro da rede, passando a mão na minha vagina e no meu peito porque eu já era mocinha. Eu acordei, ele estava deitado lá comigo. Aí ele tapou a minha boca, pediu para mim não gritar e não falar nada porque a mulher dele estava em casa. Pegou, saiu de dentro da rede e falou que naquela noite ele não ia fazer nada comigo. Aí eu fiquei desesperada, desesperada, mesmo. Eu falei: “Ele vai me matar”. Ele falou para mim que se eu falasse, ele me matava. (*Júlia*)

Júlia, além de ser responsável pelos serviços domésticos e o cuidado com as crianças, deveria estar pronta também para servir de forma calada – pois estava sob ameaça de morte – aos desejos sexuais do pai de criação. “A desdenhada imagem da

⁴⁵ No capítulo seguinte apresentaremos também a discussão sobre o assédio sexual direcionado às mulheres trabalhadoras do abatedouro de frangos, tendo como principais alvos os encarregados e líderes de turmas.

mulata, síntese da mulher irresistivelmente sedutora e moralmente depravada, eximia homens brancos de qualquer responsabilidade, culpando em vez disso a mulher” (STOLKE, 2006, p. 38). A negritude de Júlia era como um atestado que dava ao senhor, branco, a liberdade para realizar os atos sexuais que lhe aprouvesse.

Para além dos processos de violência, a resistência também marcou a trajetória de Júlia, na medida em que ela decide romper com a experiência na casa de sua família de criação. Ela conta qual foi a estratégia que lançou mão para que pudesse sair da casa da família sem que sua palavra fosse jogada contra a do pai, afinal de contas, ela estava numa situação na qual seus sentimentos tinham pouco ou quase nenhum valor, portanto, não seria ouvida. Júlia prossegue a narrativa:

Aí eu peguei – eles tinham comprado um carro, eu peguei, no outro dia de manhã cedinho, subi em cima de uma mangueira, subi do muro para a mangueira, pisei em cima do carro, peguei uma caneta, uma caneta velha e rascunhei todo o carro dele! Tudo com o meu nome. Tudo, tudo, tudo. Eu rascunhei todo o carro dele. A mulher dele chegou do serviço e viu. Quando viu, ela ficou louca: “Vamos mandar ela embora agora para a casa dos avós dela”. E eu só por dentro: “Graças a Deus, graças a Deus”. Ele me jogou na parede, me deu cinco lapadas de corda, ficou a marca nas costas. (*Júlia*)

Com isso não pretendemos mostrar que Júlia rompeu e derrubou um sistema de dominação que faz com que as mulheres sejam desprovidas de autonomia para desejar e corresponder ao desejo, mas a estratégia lançada por ela foi a forma encontrada de sobreviver temporariamente nesse sistema de dominação. Muitas vezes, conforme nos mostra Scott (2002), a luta cotidiana é a alternativa que resta às pessoas na busca pela autonomia e a garantia de direitos.

A busca da autonomia e os movimentos de resistência também marcaram parte da trajetória de Manoela. Uma vez conquistada a autonomia financeira, Manoela decide sair da casa da mãe e viver com sua companheira. Por essa razão, ela era vista como “a diferente” nos locais de sociabilidade: trabalho, ambiente familiar e entre a vizinhança. Algumas pessoas consideravam que ela era bastante “estranha” por viver com outras mulheres. O que estava por trás dessas formas de caracterização é a escolha pela autonomia que passa pela sexualidade. Tal autonomia é bastante difícil de ser negociada, na medida em que as introyecções dos atributos masculinos e femininos e a manutenção dos padrões heteronormativos colocam a forma com que homens e mulheres devem agir e se relacionar afetivamente e propõem as sentenças àqueles que fogem aos padrões.

No bairro onde vive Manoela um jovem garoto foi violentado sexualmente de forma bastante brusca e assassinado. O corpo do garoto foi encontrado em uma represa com uma espécie de pau de madeira que foi introduzido em seu ânus, como uma forma de punição por evidenciar publicamente uma identidade homossexual. Este fato foi narrado por uma mulher que reside no mesmo município de Manoela, e que relatava o medo que sentia de o filho ter práticas homossexuais e posteriormente ser punido da mesma forma.

Pensamos que a sanção colocada aí diz respeito à punição aos homens que desejam outros homens. O garoto não infringiu uma norma ao desejar, mas o fez quando colocou como alvo do desejo outro homem. A mesma sanção parece cair sobre as mulheres que desejam, tal como fez Manoela quando decidiu se mudar da casa de sua mãe para viver com outra mulher, evidenciando assim uma prática de sexualidade não hegemônica. A sanção que recaiu sobre Manoela está inserida na ideia de que o desejo feminino, quando tende a se mostrar, merece punição (CALLIGARIS, 2010).

A primeira forma de punição é a atribuição de uma identidade de “anormal” e “diferente”. Em seguida, o “destino” se encarregou de punir a sexualidade “desviante” de Manoela: tirou-lhe parte de seu corpo. É assim que muitas pessoas da cidade onde vive Manoela comentam o acidente de trabalho causado pela intensificação do ritmo de trabalho e excessivo controle na linha de produção do abatedouro: “Apesar dela ser daquele jeito, não merecia tamanho sofrimento”.

Retomando a ideia da “monstruosidade” que precisa ser exibida, conforme mostra Meneguel (2008), pode-se pensar que durante muito tempo, a explicação para as causas das deformidades estavam relacionadas às transgressões cometidas pelos afetados ou seus genitores. “A monstruosidade representa uma transgressão dos limites naturais, podendo ser atribuída a infrações, ultrapassando os limites da lei civil, religiosa ou divina” (MENEGHEL, 2008, p. 428). Seguindo esta linha argumentativa, é como se Manoela recebesse uma punição pela transgressão de ter desejado, quando, na verdade, às mulheres cabe somente servir aos desejos dos homens.

O conceito de *micropoderes* proposto por Foucault (1984) nos ajuda a compreender: de que forma se dão os diferentes níveis de introjeção de modos de vida que colocam as mulheres enquanto “objetos” desprovidos de desejo; e como tais introjeções também podem ser compreendidas à luz do conceito de *regimes de verdade* presentes na sociedade. Por regime de verdade, entende-se:

Os tipos de discurso que [a sociedade] acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1984, p. 12)

É assim que os conteúdos e as informações que subjagam as mulheres são produzidos e transmitidos de diferentes formas nos níveis institucionalizados ou não, tais como o sistema escolar e os meios de comunicação (Ibid., p. 13). As introjeções dos conteúdos influenciam no exercício de poderes que envolvem as relações de gênero em seu âmbito direto e indireto.

Foucault (1984) desenvolve ainda a idéia da *microfísica do poder*, que diz respeito a um deslocamento do espaço da análise e também do nível em que esta se efetua. Isso implica em considerar os procedimentos técnicos de poder que realizam um controle detalhado, minucioso do corpo por meio de gestos, atitudes, comportamentos, hábitos e discursos. São poderes que se exercem em vários níveis e pontos da rede social, podendo ou não ter vínculos com o Estado. Assim, para o autor, o poder se exerce não apenas como poder repressor, mas também como poder normativo. O poder repressor se utiliza da violência física e é mais direto. O segundo é mais sutil e lança mão do discurso para impedir a atuação e participação direta dos dominados (FOUCAULT, 1984). Isso nos leva à compreensão do fato de que as mulheres muitas vezes se punem em relação a suas atitudes, como por exemplo as formas de se sentar e o que falar na frente de determinadas pessoas.

As considerações de Foucault nos fornecem importantes referenciais para entender que o grupo das mulheres não são apenas vítimas passivas dos homens e de um sistema que lhes impõem maneiras de ser, agir e sentir. Silva (2004b) nos mostra que, no caso das mulheres que partiram das colônias para o assalariamento rural, as estratégias de recusa vão sendo construídas, ainda que as trajetórias sejam marcadas pela dominação na esfera do trabalho e no ambiente doméstico:

O processo de individualização do trabalho libertou, por um lado, as mulheres das amarras do poder do pai-marido-patrão, apesar de, por outro lado, ter aumentado as esferas da dominação, através de outros agentes como os feitores, fiscais, empreiteiros de mão-de-obra etc. Paradoxalmente, foi nos porões dessas relações de dominação/exploração de classe e gênero, que as mulheres foram construindo suas estratégias de recusa (SILVA, M. A. M., 2004b, p. 572).

As estratégias de recusa se manifestam das mais diferentes formas: quando entram em conflito nas relações familiares, quando desfrutam da decisão da aplicação da renda familiar. Este é o caso de algumas das entrevistadas de nossa pesquisa que são beneficiárias de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. Neste programa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a mulher é eleita como a titular para o recebimento do benefício por ser representada como um membro da família que se responsabiliza pela administração do lar, aplicando a renda em benefício do grupo familiar.

Deere e León (2002), em estudos sobre os direitos à terra e propriedade na América Latina, constataram que o controle da propriedade da terra e da renda pelo homem não implica, necessariamente, em aplicação do dinheiro para o bem-estar coletivo. Ao contrário, quando a mulher tem a posse de bens, expande-se “o leque de atividades geradoras de renda em que ela pode se envolver, o que aumenta suas opções de estratégias disponíveis” (p. 40). Ou seja, as mulheres, quando controlam a renda, tendem a contribuir para a garantia de alimentação da família e o bem-estar dos filhos.

O exercício de poder feminino também passa pela esfera das lutas cotidianas nas relações de sociabilidade nos bairros e locais de trabalho. Além dos enfrentamentos no ambiente de trabalho e os instrumentos de negociação que elas lançam mão nas diferentes tarefas realizadas ao longo de suas trajetórias, a pesquisa empírica realizada com a observação do cotidiano das mulheres nos permitiu verificar, por exemplo, uma situação de exercício do poder feminino numa rede de dominação, em que os homens subjagam as mulheres.

Em certa ocasião em que a pesquisadora encontrava-se no ponto de ônibus do município de Ibaté/SP, foi observada uma prática de enfrentamento às condições de dominação: duas mulheres conversavam, uma delas relatou à outra sua estratégia de controlar a renda familiar e tentar escapar dos mandos do marido sobre como aplicar o dinheiro. Ela dizia que quando o marido lhe dava uma quantia para ir ao supermercado, ela separava, sem que ele soubesse, ao menos alguns centavos para, aos poucos, juntar uma quantidade para gastar do modo que lhe interessava.

Nesta perspectiva, se entendemos que as mulheres têm poderes, mesmo que inseridas num sistema de dominação patriarcal, a temática se mostra bastante relevante, essencialmente devido a dois pontos:

1) há necessidade de denunciarmos o sistema de dominação patriarcal em toda a sua estrutura hierarquizada, desigual e subjugadora, fazendo emergir de forma crítica a subjugação da mulher dentro desta estrutura, ainda que haja brechas de atuação e transformação através da mulher como agente social; 2) a representação social acerca do poder das mulheres ainda se dá de forma preconceituosa, pré-concebida pelos ditames da dominação masculina milenar na história do ocidente. Assim, evidenciar o(s) poder(es) feminino(s) não significa anular a existência de um poder masculino e sim, uma forma de transformar a representação social acerca desta temática (NOVAES, 2001, p. 65).

Quando apresentamos situações em que as mulheres não aceitam as condições que lhes subjagam enquanto grupo – rompendo com as diferentes formas de violência, identificando-as como injustas e, em alguns casos, colocando formas de resistência – contribuimos para o entendimento das relações de gênero que colocam as mulheres como protagonistas da história. Nos aproximamos, assim, do entendimento de Michelle Perrot (1988), segundo o qual elementos como a miséria, a opressão e a dominação não são suficientes para contar a história das mulheres:

Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra (p. 212).

Ao voltarmos nosso olhar para a situação de pesquisa no que diz respeito ao relacionamento das mulheres e seus familiares nos diferentes âmbitos da vida social, intentamos trazer à leitora/ ao leitor elementos que possibilitem a apreensão dessas práticas cotidianas e a construção de uma outra história que não coloque as mulheres em situação de invisibilidade.

Mostramos, assim, de que forma as relações de poder se manifestam por meio de processos de violência simbólica e física, mas apresentamos também os conceitos de modo a avistar as possibilidades de rompimento com o *habitus* incorporado, mesmo compreendendo que as amarras do indivíduo à estrutura da sociedade são substanciais.

Foi possível visualizar essa situação de atuação diferenciada frente às estruturas em algumas situações de resistência: momentos em que as mulheres não aceitam o que lhes é imposto, por exemplo, quando se divorciam dos maridos após uma situação de insatisfação, mesmo sabendo que esta não é uma atitude bem vista por membros da igreja que frequentam. Ou ainda o caso de mulheres que decidem migrar para o interior de São Paulo e deixam os filhos e/ou filhas nas regiões de origem – elas convivem com a pressão

advinda da idéia de que a mulher é a principal responsável pelo cuidado e educação dos filhos. O mesmo impacto não é causado quando o homem “abandona” os filhos.

Nota-se, assim, que as resistências podem ser entendidas enquanto acasos – ações individuais, mesmo que manifestada nas micro-relações – no campo dos possíveis das trajetórias marcadas por diferenças na distribuição de capital simbólico e econômico. Tais acasos podem ser compreendidos como iniciativas de derrotar a racionalidade do poder, constituindo uma visão que permita a igualdade na diferença: livre manifestação das identidades, sem constrangimentos que envolvem as relações sociais marcadas por distinções de classe, gênero e raça/etnia.

A compreensão dos elementos teóricos unidos à observação ao campo empírico e outras fontes escritas nos permitiram um olhar diferenciado sobre a transitoriedade de tarefas executadas pelas mulheres. Para além dos detalhes de cada ocupação, foram reveladas as diferentes dimensões da vida social, evidenciando a importância em considerarmos o contexto social que envolve não só as dimensões econômicas presentes nos espaços de trabalho, mas aquelas simbólicas que envolvem as relações de gênero, etnia/raça e outras formas de diferenciação social que se apresentam no cotidiano.

Apresentaremos parte desse processo de diferenciação social na vida das mulheres, no que diz respeito ao contexto do abatedouro de frangos, especificamente. O intuito é fornecer ao leitor e à leitora elementos dessa empresa que vão além dos conteúdos formais, evidenciando aí as hierarquias, enfrentamentos e entendimentos das trabalhadoras sobre a tarefa realizada.

“As coisas representam o papel dos homens, os homens representam o papel das coisas: eis a raiz do mal”

Simone Weil, *A condição operária e outros estudos sobre opressão*.

CAPÍTULO 3 – NA CADÊNCIA DA MÁQUINA - AS VIVÊNCIAS DAS OPERÁRIAS.

Intentamos neste espaço percorrer os caminhos do abatedouro de frangos a partir dos aspectos humanos que o envolvem. Assim, para além da enunciação das condições, rotinas de trabalho e condição da empresa, serão apresentadas algumas situações pelas quais os trabalhadores e trabalhadoras foram/são submetidos cotidianamente e suas formas de enfrentamento.

O abatedouro de frangos a que se refere esta pesquisa está localizado em São Carlos/SP, município reconhecido regional e nacionalmente por seu centro tecnológico de pesquisa. Denise Elias (2003), em pesquisa desenvolvida acerca do processo de produção do território de Ribeirão Preto⁴⁶ em contexto de globalização, assim demonstra:

Devemos realçar (...) a atuação da região de Ribeirão Preto na produção de novas tecnologias, especialmente associadas às suas principais culturas agrícolas, seja para o setor agrícola ou industrial. O nível de desenvolvimento econômico e tecnológico apresentado pela região favoreceu o surgimento de um dos poucos pólos de pesquisa e produção de alta tecnologia do Brasil, localizado na cidade de São Carlos. A existência de importantes instituições públicas de ensino e pesquisa, nas quais se enfatizam as pesquisas de conteúdo tecnológico, possibilitou a formação de um tecnopólo voltado à pesquisa e produção em áreas fundamentais para a produção material (p. 131).

O município de São Carlos também tem destaque nos setores da indústria e agroindústria. Além do abatedouro, há ainda três grandes empresas de relevância na cidade: Electrolux, Lápis Johann Faber e Tecumseh. Todas empregam também trabalhadores de pequenos municípios vizinhos. Entretanto, os olhares diferenciados que consideram os aspectos objetivos e subjetivos do contexto social nos permitem ver o município de São Carlos não apenas como um grande centro de desenvolvimento de tecnologias que abriga Universidades e grandes indústrias, e sim entendê-lo a partir de relações que envolvem as múltiplas dimensões do espaço social.

Sendo o espaço um produto social, resultado das relações entre as pessoas e o meio, ele assume, também, uma dimensão estratégica e política. Não se pode fazer referência ao 'urbano' sem apontar a lógica que preside sua estruturação. Portanto, quando falamos em 'urbano', teremos sempre que nele englobar o espaço central (lugar do poder de decisão) e o espaço periférico (lugar da segregação, do abandono) (FERNANDES, 2004, p. 47).

Entendemos que no caso de São Carlos, o lugar central é ocupado pelas esferas de decisão, do desenvolvimento de riquezas e tecnologias, aí incluídas as indústrias e

⁴⁶ A pesquisa de Elias (2003) levou em consideração a Região Administrativa de Ribeirão Preto, formada por 80 municípios, dentre os quais estão Araraquara, São Carlos e Ibaté.

também as duas grandes Universidades públicas que desenvolvem pesquisas em áreas tecnológicas: UFSCar e USP. A primeira delas, inclusive, teve um curso de graduação desenvolvido com o objetivo de prover as necessidades científico-técnicas para alguns setores da agroindústria, evidenciando, assim, a relação imbricada que se dá entre empresa e universidade, conforme nos apresenta Denise Elias (2003). A autora mostra que as inovações geradas também pelas pesquisas acabam por redefinir os espaços rural e urbano:

O processo de modernização agropecuária foi um dos mais intensos de todo o Estado [de São Paulo] e, conseqüentemente, do país, atingindo índices de difusão de inovações dificilmente comparáveis aos de outras áreas. Uma série de políticas e programas do governo federal, seja em infra-estrutura, pesquisa tecnológica, crédito agrícola, entre outras, patrocinaram uma verdadeira revolução de sua atividade agropecuária. O que se viu foram inúmeras inovações científico-técnicas reorganizarem essa produção e, como consequência, seu espaço rural e urbano (Ibid., p. 71).

No entanto, o desenvolvimento do espaço gerador de grandes riquezas e a intensidade do processo de modernização camuflam as relações de desigualdades presentes nesses espaços. Ianni (1995) assim coloca: “As maravilhas da ciência e da técnica não se traduzem necessariamente na redução ou eliminação das desigualdades sociais entre grupos, classes, coletividades ou povos. Ao contrário, em geral preservam, recriam ou aprofundam as desigualdades” (p. 157).

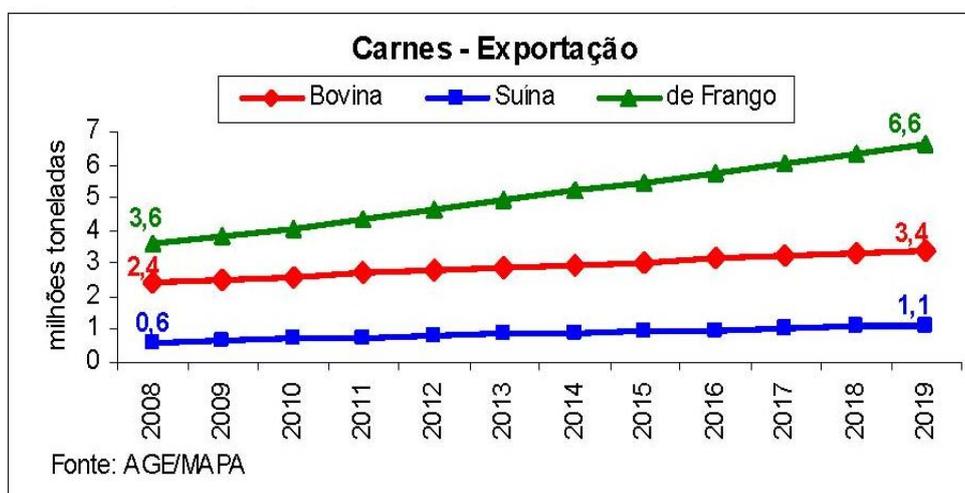
Essas desigualdades se reproduzem no espaço da cidade, nos ambientes de sociabilidade, nas formas de (não) acessar os produtos da riqueza e também nos locais de trabalho. Este capítulo se encarrega, então, de apresentar o ambiente de segregação que se dá no interior do abatedouro, tratando de evidenciar os fatores que colocam as mulheres trabalhadoras numa situação de extrema precarização.

O setor da avicultura e o abate de frangos.

Apresentaremos neste tópico como a agroindústria de frangos de São Carlos se estrutura para que a empresa se insira no promissor setor da avicultura. Este setor tenta alcançar sua meta de estar na segunda posição no *ranking* dos produtores de frango no mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, e manter sua posição de fornecedor de carne de frango para mais de 150 países, respondendo por quase 40% do comércio internacional.

O setor da avicultura mostra sua importância ao país por fornecer o terceiro produto na pauta de exportação do agronegócio brasileiro e o quinto no *ranking* geral das exportações. A depender das projeções para a exportação de carne de frango, o setor receberá um destaque ainda mais elevado na década que se inicia:

GRÁFICO 1 - Projeção de exportação de carnes no Brasil para os anos de 2008 a 2019 (em milhões de toneladas)



Fonte: BRASIL (2009), Mapa.

Nota-se que, segundo a previsão realizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) (Gráfico 1), a exportação brasileira de carnes de frango praticamente será dobrada até o ano de 2019. Os números referentes à criação de aves para corte nos municípios de São Carlos e Ibaté – região onde estão concentradas as granjas que abastecem o abatedouro de frangos que trataremos nesse estudo – demonstram o peso significativo desse setor.

De acordo com o levantamento censitário feito pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA, Projeto LUPA, (TORRES et al., 2009) no município de Ibaté existiam 14 Unidades de Produção Agropecuária (UPA) que criaram, juntas, no período referente ao ano de 2007, por volta de 5 milhões de cabeças de aves para corte. Para o município de São Carlos, no mesmo período, foram 75 UPAs criando aproximadamente 23 milhões de cabeças de ave.

Ademais, no intuito de aumentar a produtividade, as empresas do setor de avicultura costumam investir em pesquisas tecnológicas para diminuir a dependência dos fatores naturais, diminuindo também o tempo de produção. A aplicação de tecnologias

faz reduzir também os ciclos naturais de reprodução biológica dos frangos. Conforme apontado por Elias (2003), os computadores vêm sendo utilizados na criação de aves de corte,

fornecendo informações rápidas e precisas sobre os índices técnicos dos rebanhos ou até mesmo individuais (...). Para a criação de frango, os softwares oferecem planilhas com índices de mortalidade e causa, classificação de reprodutores, matrizes e filhotes, seleção de ração, previsão de vendas etc (...). Uma das mais recentes inovações introduzidas na pecuária regional foi o controle automático da temperatura nos locais de criação de pintinhos. O sistema computadorizado propicia que a temperatura considerada ideal seja gravada em programas com leitura contínua por microcomputador. Se a temperatura não acompanha a registrada no programa, um alarme soa automaticamente (p. 85).

A autora mostra que as empresas que aplicaram essa tecnologia obtiveram um ganho de produtividade significativo, “tendo conseguido aumentar de cinco para nove as criadas anuais, além de baixar a mortalidade de pintos e aumentar de quinhentos para 640 gramas o peso médio das aves em 21 dias” (Ibid., p. 85-6).

Apesar de ter passado por um período de crise que fez com que a empresa de abate de frangos de São Carlos levasse a demitir 1.100 de seus 1.600 funcionários, o abatedouro em questão tem buscado retomar seu crescimento por meio de contratações e também com o acréscimo dos turnos existentes antes do período de crise.

Conforme dados obtidos na página eletrônica da empresa, no final do ano de 2008, a empresa contava com 1927 funcionários (alocados no interior do abatedouro e em suas granjas) e 321 proprietários rurais que criam frangos em parceria com a empresa pelo sistema de integração. Para a realização dos 194 mil abates de frango diários no período, 1.553 funcionárias e funcionários do interior do abatedouro dividiam-se em três turnos, fazendo com que o abate fosse realizado durante as 24 horas do dia.

Os trabalhadores deste abatedouro recebem, em média, 600 reais mensais. Além da contribuição sindical, são descontados na folha de pagamento também o valor do transporte⁴⁷ e do FGTS. Há ainda um vale-alimentação mensal no valor de 60 reais. No entanto, o pagamento dos salários e benefícios tiveram algumas alterações em razão do período de crise econômica⁴⁸ pela qual o abatedouro passou no final do ano de 2008, que teve como consequência, além das demissões e atrasos nos pagamentos, o fato de que os

⁴⁷ A empresa realiza o transporte das trabalhadoras e trabalhadores em ônibus circulares, semelhantes àqueles utilizados para transportar trabalhadores rurais do corte de cana e colheita da laranja.

⁴⁸ Aprofundaremos o debate sobre esse fato mais adiante.

trabalhadores passaram a receber o equivalente do vale-alimentação em forma de caixas de frango.

Uma vez que nossa presença no interior do abatedouro não foi permitida⁴⁹, colocamos a seguir a descrição apresentada por Rizzi (1993) em sua dissertação de Mestrado desenvolvida no Instituto de Economia da Unicamp a respeito da indústria de frangos no Brasil. A descrição coloca os detalhes do processo produtivo no interior dos abatedouros de frangos:

O processamento industrial de aves está dividido em etapas que compreendem: *a recepção das aves* que chegam ao abatedouro, *o atordoamento*, que consiste na aplicação do choque elétrico nas aves penduradas no transportador aéreo (Nória), com o intuito de facilitar o relaxamento muscular e a extração de maior quantidade de sangue; *a sangria*, que é a realização do corte da veia jugular das aves imobilizadas e que passam depois por um túnel onde o sangue é captado em canaletas e conduzido a recipientes coletores, com o comum aproveitamento para a produção de farinha; *a escaldagem*, processo em que as aves são imersas em tanque contendo água quente, a uma temperatura de 55 a 60 °C, durante 90 a 120 minutos; *e depenagem*, feita por ação mecânica. Após a escaldagem, as aves passam por cilindros rotativos, que removem as penas, toda a operação é acompanhada de lavagem através de chuveiros; a escaldagem de pé é feita de forma semelhante à escaldagem para remoção das penas, ou seja, por imersão das aves penduradas na correia transportadora – após a escaldagem são retiradas as cutículas dos pés, feita geralmente de forma mecânica; e *evisceração* que consiste na remoção do fígado, coração, moela (vísceras comestíveis), intestino e pulmão. As outras etapas do abate consistem nas seguintes: *pré-resfriamento*, realizado em unidades denominadas *spill-chiller*, que contém água resfriada à base de adoção contínua de gelo e providas de parafusos sem fim com a finalidade de arrastar as carcaças de uma extremidade à outra no tempo de aproximadamente 30 minutos, gotejamento das carcaças ou remoção do excesso de água, *embalagem* e despacho e/ou estoque (RIZZI, 1993, p. 39).

⁴⁹ Conseguimos algumas imagens do interior do abatedouro que constam no Pedido de Recuperação Judicial da empresa. As imagens podem ser conferidas no final deste texto.

A configuração do trabalho no abatedouro

“Nossa, aquilo é um abatedouro de gente, não de aves!”

Janaína

“As mulheres que trabalham lá são todas podres”

Cristine

(Dizeres de duas trabalhadoras do abatedouro em São Carlos, em entrevista realizada em setembro de 2006, em Ibaté/SP)

Nas narrativas das mulheres, a intensificação do trabalho, o sofrimento e riscos a que estão submetidas no local de trabalho se mostraram bastante presentes. Quando conversamos com as pessoas sobre o abatedouro de São Carlos, muitas diziam que se tratava de um local “doentio” e que aquilo nada mais era do que um “abatedouro de gente”. Evidencia-se, então, a exploração dos trabalhadores para que haja o lucro capitalista e a opressão dessas pessoas no chão da fábrica, que se traduz em sofrimentos prolongados.

Pretendemos, neste tópico, descrever o cenário de descarte e desgaste das mulheres trabalhadoras a partir do trabalho realizado por elas no momento em que estão empregadas no abatedouro. Nos capítulos anteriores, ao percorrer as trajetórias laborais femininas, ficou perceptível que nas vidas das mulheres vão sendo retiradas, de diferentes maneiras, algumas possibilidades de trabalho, ao mesmo tempo em que elas vão elaborando outras.

Chegamos ao momento do abatedouro. É preciso lembrar o leitor/ a leitora de que, nesse instante, as mulheres, seus corpos, suas mentes, seus entendimentos, já passaram por processos que na maioria das vezes foi imposto ou ainda que tenham deixado marcas físicas e simbólicas, na medida em que se encontram submetidas a diferentes tipos de dominação e processos de exclusão, enquanto migrantes e negras – quando têm seus modos de ser e falar estigmatizados; como mulheres, quando se vêem em condições de exploração física e simbólica no ambiente doméstico; enquanto trabalhadoras, por terem sido expulsas das colônias e, em seguida, alijadas do trabalho realizado no corte de cana.

É assim que se encontram as mulheres no abatedouro. São essas as expressões do capital na vida das mulheres.

O trabalho realizado no interior do abatedouro se insere no contexto da reestruturação produtiva, caracterizado pela maior flexibilização das atividades e pelo afrouxamento dos vínculos dos empregados em relação à empresa. No que diz respeito ao processo de descarte de trabalhadores e trabalhadoras, em seu estudo sobre a forma de ser da classe trabalhador, Antunes (2005) faz as seguintes considerações e que podem ser pensadas para o caso das mulheres trabalhadoras da agroindústria de frangos e para tantos outros setores da economia que desprezam e utilizam essas pessoas da forma que lhes é conveniente:

A força humana de trabalho é descartada com a mesma tranquilidade com que se descarta uma seringa. Assim faz o capital, e há então uma massa enorme de trabalhadores e trabalhadoras que já são parte do desemprego estrutural, são parte do monumental exército industrial de reserva que se expande em toda parte (2005, p. 200).

Esse cenário apontado pelo autor está inserido no processo de reestruturação produtiva, que impõe um novo padrão de acumulação do capital e transforma as relações sociais, alterando a organização da produção, as relações de trabalho, reconfigurando o mundo do trabalho e a classe trabalhadora. Como consequência tem-se o processo destrutivo que elimina postos de trabalho, aumenta o número de desempregados, gera enorme precarização do trabalho e exclui milhares de trabalhadores e trabalhadoras (ARAÚJO et al., 2004).

Antunes (2005) mostra que a reestruturação produtiva foi a resposta do capital a sua crise estrutural, sobretudo a partir da década de 1970. Tratava-se, de acordo com o autor, de reestruturar o padrão produtivo,

estruturado sobre o binômio taylorismo e fordismo, procurando, desse modo, repor os patamares de acumulação existentes no período anterior, especialmente no pós-45, utilizando-se de novos e velhos mecanismos de acumulação (p. 36).

Nesse contexto de flexibilização das atividades produtivas, a polivalência é uma característica bastante desejável e incentivada no interior das indústrias. Exige-se dos trabalhadores e trabalhadoras uma capacidade de trocar de tarefas continuamente. Tal exigência foi relatada pela maioria das pessoas com quem conversamos.

Juliana – Nesse período você ficou só em um setor, ou você passou por vários setores?

Leni – Olha, eu fiquei só em um setor, já no começo, depois que mudou, que virou essa anarquia, essa bagunça... *fui para o corte, fui para a embalagem, voltei para a evisceração (Leni).*

Francisca - Só sei que o que mais não gostava era isso, chateação, *ficar colocando você num lugar, em outro. Logo assim, você trabalhar com peito, com coxa ou asa é muito diferente.* Porque o modo de passar de cada coisa é diferente. Aí você vai colocando devagar, a pessoa não tem habilidade para colocar as coisas. Aí já começa a falar alguma coisa, aí já começa a reclamar: “Embora, embora, vamos trabalhar mais rápido”, se você não tem prática naquilo ali. Isso era chato. *(Francisca)*

Foram só algumas horas, mas eu já passei por um monte de lugar. Já embalei frango inteiro, peito, coxa, asa, pé, já cortei, já fui no corte, já fui um dia na coxa, um dia na asa, outra dia... Quando você é novata você vai fazendo banheiro para todo mundo. Eles falam: “Vai lá naquele setor lá que você vai ter que fazer banheiro para a menina”. *(Rejane)*

Eu era da embalagem, se faltava gente da linha, eles queriam obrigar a gente, que nunca tinha trabalhado na linha porque quem trabalha na linha é um jeito. Igual, tem que mexer com faca, tudo, e se você não tem prática é perigoso até você se machucar. (...) Às vezes você está fazendo aquela atividade, o encarregado já tira você para fazer aquela outra que você nunca fez. E tem que fazer, não quer saber se você sabe, tem que fazer. Mesmo que não sabe, tem que fazer. É assim. Não tem esse negócio de não saber, não. Com dois dias, se for uma atividade que você demora três, quatro dias para aprender, dentro de dois dias você tem que aprender. Na marra! Vixe! Tem que aprender, tem que se virar. Que sabe ou não sabe, tem que se virar. *(Cleusa)*

Antunes (2005) mostra que a polivalência feminina, já exercida por muito tempo no ambiente doméstico – uma vez que elas são responsáveis por uma variedade de tarefas – é aproveitada pelo capital de forma intensiva, tanto no espaço produtivo, como na esfera reprodutiva:

O capital percebeu a polivalência feminina no trabalho produtivo e utiliza e explora isso intensamente. Já explorava o trabalho feminino no espaço doméstico, na esfera da reprodução, ampliando a exploração para o espaço fabril e de serviços (ANTUNES, 2005, p. 203).

Nota-se, então, que as mulheres são as mais afetadas pelo processo de transformação na organização do trabalho, sendo submetidas às formas precárias de emprego, tais como o trabalho em tempo parcial, a subcontratação e o trabalho informal (CUNHA, 1998). O paradigma produtivo reforça, ainda, as diferenças já existentes entre homens e mulheres, tais como a desigualdade entre os grupos “em termos de salário, condições de trabalho, acesso a treinamentos e promoções” (ARAÚJO et al., 2004, p. 10). Bruschini et al. (2008) mostram que o diferencial de rendimentos entre os sexos de acordo com os anos de estudo dos grupos “revela com clareza a discriminação sofrida

pelas mulheres apesar de o nível de escolaridade feminino ser mais elevado que o masculino” (p. 30).

No chão da fábrica, as tarefas entre homens e mulheres também são diferenciadas. As qualidades requeridas para as operárias passam pela “habilidade manual, meticulosidade, acuidade visual, submissão ao controle direto dos chefes” (HIRATA, 2002, p. 179). Elas efetuam trabalhos sob forte pressão do tempo e ritmo de trabalho imposto pela linha de montagem e também pela supervisão de chefes. Já os homens executam trabalhos mais pesados, que exigem o maior emprego de força física, como o setor que realiza o descarregamento das caixas com os frangos vivos, que chegam das granjas.

É preciso atentar, entretanto, para os fatores em comum encontrados nas tarefas realizadas por homens e mulheres. Dentre eles está a marcante precarização das atividades. Os depoimentos introdutórios deste item demonstram perfeitamente que o trabalho é representado como algo que traz sofrimento às trabalhadoras.

Diariamente, elas estão submetidas a riscos no local de trabalho, que variam de acordo com o setor, mas em geral podem ser apresentados os seguintes problemas: chão molhado, que provoca escorregões; manuseio de produtos em temperaturas extremas, queimando a pele e provocando o choque térmico; ruído intenso, gerando dores de cabeça e ouvido; lugares muito quentes ou gelados demais que provocam, diariamente, desmaios; cortes nos dedos e nas mãos pelo uso do facão – o espaço entre um trabalhador e outro é tão pequeno e o ritmo é tão intenso que, muitas vezes, um corta o outro; desmaios provocados por altas temperaturas e suor excessivo; problemas dermatológicos – urticárias e unhas quebradiças – em decorrência do manuseio de produtos químicos. Há ainda as doenças relacionadas ao trabalho, como tendinite e L.E.R. (Lesões por Esforços Repetitivos). Cunha (1998) define esta doença da seguinte maneira:

um conjunto de disfunções músculo-esqueléticas que acometem os membros superiores e a região cervical e estão geralmente relacionadas ao trabalho, em áreas como indústrias de produtos eletroeletrônicos, de alimentos, químicas, têxteis, serviços de telefonia e de entrada de dados em terminais de computação (p.266).

Prazeres (2009), em estudo realizado sobre o trabalho desenvolvido por mulheres no pesponto dos calçados em unidades produtivas de diferentes portes em Franca/SP, também demonstrou a ocorrência de doenças provenientes do trabalho, já que “o trabalho no pesponto requer da trabalhadora grande esforço físico, pois para a realização de seu

trabalho, ela deve permanecer na mesma posição durante toda a jornada de trabalho” (p. 94). Além disso, muitas dessas trabalhadoras são terceirizadas e desenvolvem suas atividades no interior de seus domicílios. Para estas, as condições de trabalho são ainda mais precárias, pois o local para realizar a atividade muitas vezes é improvisado e inadequado: “geralmente as máquinas utilizadas são de qualidade inferior às utilizadas nas fábricas, as cadeiras são totalmente inadequadas, velhas, mancadas, fora da altura ideal, além da falta de iluminação, de organização, de higiene e de segurança” (p. 96).

O desenvolvimento da L.E.R. nos corpos das trabalhadoras implica em outro agravante que passa pela construção das atribuições sociais destinadas a homens e mulheres. Castro et al. (1994) nos apontam essa reflexão ao mostrar que a L.E.R.

interfere no espaço social feminino, uma vez que a construção da identidade feminina na nossa sociedade, ainda hegemônica, passa pela responsabilidade de garantir a organização do lar, através da administração e execução do trabalho doméstico e cuidado dos filhos, atividades estas que requerem, em sua maioria, o trabalho manual (p. 143).

Para além das condições de organização do trabalho e os riscos diretos para o corpo das trabalhadoras e trabalhadores, a hierarquia apresentada no interior do abatedouro com sua vigilância ao trabalhador geram neste uma pressão para manter o ritmo da produção.

A hierarquia do abatedouro é colocada da seguinte maneira: trabalhador – líder – encarregado – supervisor – gerente. As trabalhadoras afirmam que a realização de suas tarefas está sob vigilância do “pessoal do controle”, que são os líderes e encarregados de cada setor. Essas pessoas observam o trabalho, realizam algumas atividades quando o trabalhador tem que deixar a linha, trocam os trabalhadores de posição, tirando de uma atividade para outra e autorizam a ida dos trabalhadores ao banheiro ou a saída para beber água. No entanto, em boa parte das vezes, a abordagem do “pessoal do controle” para com os trabalhadores é feita de forma hostil e com excessivo rigor, configurando uma situação de assédio moral. Os seguintes excertos das narrativas demonstram o tratamento que os líderes e encarregados dispensam aos trabalhadores e trabalhadoras.

Juliana – Tem algum fiscal que fica olhando a produção?

Janaína – Tem. O que tem desses nojentos lá, dá nojo! (risos) tem de monte, tem até demais. Não é fiscal...

Juliana – É o que?

Janaína – Tem chefe, tem encarregado, e outros que colocaram lá agora, é igual fiscal... chamam eles “do controle”. São nojentos mais que os fiscais. Eles ficam lá, eles não trabalham, só ficam em pé, olhando, se cai frango no chão eles já estão reclamando, eles não podem ver sangue no chão. Na sala da gente, ficam dois, três estancados. Me dá até nervoso, eu falo: “Manda ele trabalhar”. Tem hora que cai um frango, você não está aguentando nem pegar porque do jeito que a linha está correndo, se você perder um gancho daquele, a outra que está na frente que sofre para poder voltar e encher todos, tem que passar um a mais. E ele não gosta quando passa para lá, às vezes passa dois, três. Tem dia que a gente não aguenta nem pegar. “Ah, cara, vem pegar!” Fica lá em pé olhando, o frango caiu, a gente não pode soltar a linha, ainda tem que pegar o frango. São folgados... eu odeio aqueles “do controle”. (*Janaína, em entrevista realizada no dia 17 de setembro de 2006, na cidade de Ibaté/SP*).

Juliana – E como era a relação com os encarregados?

Lizandra – Ah, tinham uns lá que eu gostava, mas tinham outros que não. Tinha uns que eram muito estúpidos e não davam liberdade para o pessoal. Quer dizer, não dava liberdade, assim, o pessoal conversava com eles, eles não estavam nem aí, só queria o serviço feito, não estavam nem aí para o pessoal. O pessoal contava que não estavam em condições de trabalhar e eles não estavam nem aí, só queriam ver o serviço. (*Lizandra*)

Era assim, minha filha: você trabalhando e eles te olhando, o dia inteiro (*Rejane*)

Era muita pressão. Muita pressão, mesmo. Ele ficava ameaçando: “Ai, eu vou chegar no gerente, eu vou falar para ele que você não quer trabalhar”. Entendeu? Nossa, eu chorava, me dava um... Eu só vivia chorando lá dentro, parecia uma bezerra desmamada chorando lá dentro. Muita pressão, muita pressão, mesmo. E o pior, eu trabalhava bem, hein!? (*Júlia*)

Então era assim, você estava trabalhando ali, e ele em cima, o encarregado: “ai, faz”. [risos] Lá era assim, não podia olhar para lugar nenhum. (...) Quando eu saí de lá eu me senti um passarinho no ar livre. [risos] Oh! Era uma prisão lá, Deus me livre! (*Cleusa*)

O encarregado não fazia nada, mesmo, ficava enrolando a noite inteira. Lá tinha muita gente que mandava e poucos que trabalhavam. O duro de lá era isso. (*Milton*)

As pessoas lá são... acho que são pior que o serviço. Eles tratam a gente que nem... É muita gente para mandar e poucas para trabalhar. (*Mariana*)

Os encarregados diziam: “Oh, vamos aí, se não trabalhar eu vou dar gancho, hein!”. Vixe, eu peguei uns par de gancho quando eu trabalhava na pendura. (*João*)

Os encarregados parecem que são preparados para mexer com o psicológico da gente. É desse jeito... (*Júlia*)

O controle exercido sobre os trabalhadores, ininterruptamente, era uma forma de garantir a intensificação do trabalho e o aumento da produtividade. Diante dos olhares atentos dos encarregados, as trabalhadoras e os trabalhadores tinham, assim,

internalizados em seus corpos a pressão para produzir. O seguinte trecho da narrativa de Júlia demonstra que este controle era ainda mais intensificado:

Júlia – O gerente, a sala dele era em frente a nossa mesa, ele ficava olhando de lá pelos vidros (...).

Juliana – Ele via o que passava por tudo ali?

Júlia – É, tinha a visão de tudo. (*Júlia*)

Os olhares dos líderes e encarregados não se restringiam ao interior do abatedouro de frangos, uma vez que grande parte do “pessoal do controle” reside nos mesmos bairros ou em locais próximos onde vivem as trabalhadoras. Portanto, os ambientes de sociabilidade – como os bares, as igrejas e as praças da cidade – também são marcados pela vigilância.

Neli (2006)⁵⁰ bem nos mostra o uso do controle de superiores hierárquicos nas empresas para eliminar as formas de não trabalho. O autor demonstra como o poder é exercido sem que haja um confronto físico direto, na medida em que as pessoas que estão sob constante vigilância têm inscritas em seus corpos as relações de poder que as circulam.

As variadas formas de assédio moral – dentre as quais está o excessivo controle exercido por líderes e encarregados da empresa – também foram temas da Audiência Pública realizada no dia 06 de julho de 2007 com o intuito de averiguar as denúncias feitas pela Subdelegacia do Trabalho de São Carlos⁵¹, que constatou situações de assédio moral, excessiva jornada de trabalho e irregularidades nas formas de contratação dos trabalhadores.

Somado ao assédio moral, as mulheres trabalhadoras do abatedouro de frangos foram vítimas ainda de uma forma específica de expressão dessa violência: o assédio sexual. Este assunto foi levantado uma única vez nas conversas e entrevistas. Quem deu o encaminhamento ao tema foi Milton, no momento em que ele tecia comentários sobre um dos aspectos negativos do ambiente de trabalho no abatedouro.

Milton – O encarregado ficava assediando os outros.

Juliana – Falava o que?

Milton – Ele chamava para sair. Falou para minha mulher.

Rejane – As mulheres que trabalham lá, a maioria é casada, sabe? Tinha uns encarregados lá que eles eram muito chatos. Você estava trabalhando e ele ficava

⁵⁰ O autor realizou um estudo sobre as condições precárias de trabalho em um abatedouro de frangos no contexto da chamada reestruturação produtiva.

⁵¹ As intervenções do Ministério do Trabalho e os enfrentamentos dos trabalhadores serão apresentados em detalhes no tópico final deste capítulo.

em cima, sabe? Com aquela conversa mole... Aí você já está ali, a pessoa está enchendo seu saco! Nossa! Pelo amor de Deus! É a maioria... das mulheres dos encarregados trabalhavam ali, elas trabalhavam. Aí é horrível porque... ai, Deus me livre! Tinha uns encarregados lá que eram muito insuportáveis, chatos, pega no seu pé, fica te fazendo pergunta, sabe?

Ao tocar no assunto, Rejane – que esteve presente em boa parte da entrevista com Milton – também se “encoraja” em abordar o tema e outros assuntos que já tinham sido levantados anteriormente⁵². Assim como as marcas da violência gerada pelo preconceito étnico-racial, muitas vezes, a situação de assédio sexual também é silenciada pelas pessoas vítimas desse processo. No entanto, compreendemos que este silêncio não pode ser interpretado como um consentimento, mas antes de tudo, como a forma de resistência possível (SILVA, M. A. M., 1999).

Colocado esse cenário em que as atividades no interior do abatedouro são realizadas sob riscos para a saúde física e mental dos trabalhadores e trabalhadoras, apresentamos o conceito de trabalho precário desenvolvido por Diego Piñeiro (2008) para encaminhar a reflexão sobre as condições subjetivas que se dão nas formas de vivência das trabalhadoras. A definição do autor leva em consideração tanto os fatores objetivos como as relações subjetivas que o trabalhador estabelece com seu trabalho:

el trabajo precario es aquel en que el trabajador no sólo tiene vínculos precarios con su empleo, sino también tiene vínculos de precariedad en su relación con la tarea concreta que lleva a cabo. Los vínculos precarios con su empleo son objetivamente verificables y tienen que ver con la inestabilidad del contrato laboral, los bajos ingresos, la falta de protección social y de control de las condiciones de trabajo por parte del trabajador. Los vínculos precarios con su tarea, son generados por la insatisfacción del trabajador con el producto de su trabajo, con los ingresos relativos que percibe, o con las relaciones de sociabilidad en su entorno laboral (PIÑEIRO, 2008, p. 13).

Partindo desta definição é possível identificar inicialmente que os trabalhadores do abatedouro mantêm vínculos precários com o emprego e também com a realização de suas tarefas cotidianas. As considerações de Piñeiro (2008) vão ao encontro daquelas apontadas por Fortino (2009), que também elenca a compreensão dos próprios trabalhadores acerca das atividades realizadas para a análise e classificação daquilo que ela denomina de trabalho penoso, que passa pela precarização subjetiva do trabalho e

⁵² A entrevista com Rejane foi realizada horas antes da conversa com Milton, e este não estava presente.

também pelo conflito em relação ao valor do trabalho.

As exposições dos autores apontam a relevância de analisar os fatores subjetivos envolvidos no processo de trabalho. Cabe, portanto, neste momento, apresentar as condições de trabalho evidenciadas nas narrativas que demonstram as diferentes visões sobre o trabalho realizado no abatedouro.

Todas as pessoas com quem conversamos usaram termos como “cansativo”, “puxado” e “sofrido” para representar o trabalho realizado nas linhas de produção. Para além dos significados imediatos dos termos apresentados por elas, as narrativas evidenciaram também conflitos, formas de sociabilidade, enfrentamentos, dores advindas da tarefa e comparações com as demais atividades realizadas em sua trajetória laboral.

De modo geral, enquanto estão empregadas no abatedouro, como mostramos atrás, as mulheres realizam atividades em mais de um setor. No entanto, qualquer que fosse o setor em que elas estivessem empregadas, o ambiente físico não lhes agradava: a temperatura em algumas salas era muito elevada (como evisceração e escaldagem), em outras, muito amena (setor da embalagem); em alguns setores, o sangue ficava impregnado nas roupas, causando um forte incômodo.

Apesar de serem destinadas a um setor, durante a jornada de trabalho, as operárias do abatedouro estão suscetíveis a mudar de tarefa, de acordo com a necessidade da equipe, como no caso em que uma trabalhadora precisa se ausentar – por falta ou outro tipo de afastamento. Quem escolhe a pessoa que trocará de atividade e em qual momento essa alteração será realizada é a líder/ o líder da equipe. Tal situação é o motivo de muito constrangimento para aquelas que fazem a troca, pois interfere nas formas de sociabilidade e nas possibilidades de se aprimorar na tarefa executada.

A maioria das atividades é realizada coletivamente, gerando certos vínculos, ambientes de conversa e proximidades com determinadas pessoas. No momento em que uma pessoa é escolhida para trocar de mesa ou ficar em uma máquina ela corre o risco de realizar uma atividade solitária – situação que é vista de forma negativa, pois impede a interação com as demais trabalhadoras, fazendo também com que o tempo seja percebido de forma mais lenta –, ou de ser colocada em uma mesa cuja tarefa ela não está habituada, tendo de se submeter ao ritmo já acelerado daquelas que já estão acostumadas com a atividade, sendo pressionada duplamente: pelas trabalhadoras com quem divide a tarefa e pelos líderes de equipe.

O trabalho, por ser realizado em equipes formadas por trabalhadoras de uma mesma mesa⁵³, é visto a partir de um aspecto de coletividade. De acordo com as palavras de uma operária do abatedouro, a organização do trabalho em equipe na mesa em que passam os frangos é como “um jogo de futebol: se passar a bola errada e fizer uma jogada sem pensar, prejudica lá na frente, dificultando a recuperação da posse de bola”. Nesse depoimento fica evidente o caráter “coletivo” do trabalho realizado nas linhas de produção.

O caráter coletivo do trabalho, no qual as “novatas” e as “mais experientes” compartilham a atividade, precisa ser destacado sob dois aspectos: o primeiro deles diz respeito à redução de custos com o treinamento das funcionárias novas que entram. Como destacado nas narrativas anteriores, não há um treinamento específico para a realização de cada tarefa no interior do abatedouro. As pessoas que chegam observam o trabalho das mais experientes e tentam reproduzi a atividade às pressas, em meio ao controle rígido dos encarregados. O segundo ponto a ser destacado é que esta forma de organização do trabalho (em que trabalham as “novatas” e as “experientes”) conta com a rapidez da execução de atividades de umas como forma de compensar os possíveis “prejuízos” causados pela lentidão da execução das tarefas das “novatas”.

A velocidade da máquina e a presença autoritária e constante do “pessoal do controle” provoca tal situação. Ou seja, se uma pessoa da mesa não desempenha a função como esperado – não consegue “acompanhar o ritmo” – daquelas mais experientes, restará às demais intensificar o trabalho como forma de compensar o trabalho daquela:

Você tem que trabalhar mais que os outros porque tem umas que dão uma de moleza, ficam por ali, colocam só um frango e você tem que trabalhar mais porque se você não trabalhar, a mesa vai enchendo. E o encarregado vem no nosso ouvido: “Você não está trabalhando? Vou te mandar embora, por isso e aquilo”. Sexta-feira, estava um monte de mulherada novata, que não fazem “bosta” de nada. A mesa encheu, sabe quantas horas eu fiquei na mesa? Aquilo não pode, ninguém aguenta ficar na mesa uma hora, eu fiquei duas horas na mesa, pendurando! Na minha mesa só caíam os frangos, só caíam. Do lado de lá, estavam aquelas mortas, eram novatas. Quando eu entrei, eu fui novata, mas eu comi o pão que o diabo amassou porque a encarregada fez eu chorar na linha, ficava no meu pé, que estava passando o gancho e “você vai fazer isso e aquilo” (*Janaína, em entrevista realizada no dia 17 de setembro de 2006, em Ibaté/SP. No dia da conversa, ela estava empregada no abatedouro havia um ano e meio.*)

O sistema coloca um operário em oposição aos outros: “ultrapassado pelas

⁵³ As fotos do interior do abatedouro mostrando a divisão dos trabalhadores e trabalhadoras em equipes nas mesas podem ser vistas ao final deste texto.

cadências, o operário que ‘atrasa’ atrapalha os que estão atrás dele na corrente dos gestos produtivos” (DEJOURS, 1987, p. 39). Como aponta o seguinte depoimento, o trabalho coletivo não implica na solidariedade entre os membros da equipe, isso fica ainda mais evidente no “conflito” entre as operárias mais velhas e as “novatas”:

Os mais velhos querem mostrar serviço para os encarregados, então falam que a gente não trabalha direito. Ainda mais se você é “novata”, se deixar, eles pisam em você até umas horas. Sempre tem um que fala: “Ah, não trabalha, fica aí fazendo moleza, corpo mole”. Aí o encarregado sempre acredita no outro. *(Renata, em entrevista realizada no dia 21 de setembro de 2006, na cidade de Ibaté/SP. No dia da conversa, ela estava empregada no abatedouro havia seis meses).*

A pressão exercida sobre as trabalhadoras para que haja alta produtividade gera situações de conflito no ambiente de trabalho, pois as mulheres não escutam passivamente os gritos e mandos dos líderes, encarregados e companheiras de mesa. Os enfrentamentos estão presentes no cotidiano, em situações em que fica perceptível o tratamento hostil e até desumano. Não foram raras as manifestações de descontentamento com as regras colocadas, por exemplo, em relação à ida ao banheiro. O seguinte trecho demonstra a resistência das mulheres no ambiente de trabalho:

Juliana – E para usar o banheiro, tinha algum problema?

Lizandra – Às vezes, no início, quando eu entrei lá, tinha porque você tinha que pegar o crachá com o encarregado e ele tinha que autorizar você a ir no banheiro. Se ele falasse que não podia, você não podia ir, a não ser que você desobedecesse ele e fosse.

Juliana – E o que acontecia se desobedecesse?

Lizandra – Eles queriam dar advertência, queriam dar gancho, era isso que eles queriam fazer. Queriam mandar vir para casa. (...) As pessoas pediam para ir ao banheiro, ele não queria liberar. Eu, mesma, já fui muitas vezes sem a autorização dele porque eu queria ir no banheiro, ele não queria deixar eu ir, eu pegava e ia. *(Lizandra)*

O fragmento da narrativa de Natália que apontamos em seguida expressa o descontentamento em relação à maneira como os encarregados se destinam aos trabalhadores e as formas de enfrentamento possíveis:

Juliana – E você, Natália, já chamaram sua atenção?

Natália – Ah, chamar, chamar atenção, de me xingar, não, sabe? Só falava para prestar mais atenção porque eu não deixava que xingasse. Se xingasse, eu xingava também.

(...)

Natália – Eu brigava com o encarregado todo dia.

Juliana – Ele falava o quê?

Natália – Ai, ele vinha falar que estava passando [os frangos na esteira], eu mandava ele ficar no meu lugar trabalhando. Porque é assim: para quem está olhando é fácil, agora, para quem está trabalhando lá. Aí ele vinha falar. E eu: “Então fica aqui, já que você faz melhor que eu, entra no meu lugar”. Aí ele virava as costas e saía porque se ele fosse falar eu iria continuar falando.
(Natália)

Situações de humilhação e desvalorização também foram apresentadas nas narrativas das mulheres. É muito elevado o número de pessoas que se afastam por doenças advindas do trabalho no abatedouro. Para chegar a essa situação, o corpo vai dando alguns sinais: elas apresentam dores de cabeça, coluna, braços e mãos em razão da execução dos movimentos repetitivos, além disso, suas unhas ficam rachadas por manusearem o frango em alta temperatura.

As dores e doenças causadas são tão frequentes que o número de atestados médicos apresentados pelas trabalhadoras e por trabalhadores do abatedouro é elevadíssimo, só nos primeiro trimestre de 2009 foram aproximadamente 2.200 atestados, o que corresponde a uma média de 25 atestados médicos por dia. No entanto, quando isso acontece e voltam no dia seguinte apresentando o atestado, este muitas vezes não é aceito pelos encarregados, que afirmam que as trabalhadoras estão fazendo “corpo mole”. Em alguns casos, os encarregados exercem um tipo de “punição” às trabalhadoras que faltaram no dia anterior, trocando-as de atividade diversas vezes num mesmo dia. Para elas, o esforço que o trabalho no abatedouro exige deveria ser mais bem recompensado tanto financeiramente como no aspecto da valorização da atividade.

O esgotamento físico e o cansaço não se limitam ao ambiente de trabalho, a ocorrência de doenças ocasionadas pelo trabalho provoca nas mulheres uma sensação de invalidez, “na medida em que passam a se perceber como seres incompletos, porquanto incapazes de desenvolver seu trabalho doméstico ou de cuidar delas próprias” (CUNHA, 1998, p. 273). Novamente, as representações das relações de gênero no tocante à divisão de atividades no interior do lar marcam também a forma como a doença e a dor é vivenciada. O seguinte trecho de entrevista revela tais representações:

Renata – No primeiro dia [de trabalho no abatedouro], a primeira coisa que eu fiz quando eu cheguei foi dormir. Minha mão dava choque, não conseguia nem fechar minha mão.

Juliana – E para fazer os serviços domésticos, doía?

Renata – Doía, mas eu tinha que fazer.

J – Seu marido falava o que, ele sabia que a dor era do trabalho?

R – Ele não falava nada, ficava com dó, mas não sabia o que fazer.

J – Ele fazia as tarefas domésticas?

R – Ah, ele olhava o neném para mim, só. Mas ele não faz nada, não.

J – Mas você não falava que estava com dor?

R – Ele manda eu tomar remédio (risos). (*Renata, em entrevista realizada no dia 21 de setembro de 2006, na cidade de Ibaté/SP*).

O relato da experiência de Renata revela que as dores permanecem após o período em que está no abatedouro. Além disso, em razão das responsabilidades atribuídas às mulheres, ela tem que realizar as atividades domésticas, tratando de controlar e conter as dores advindas do trabalho. Dejours (1987) mostra as consequências nos corpos e mentes das intensas jornadas de trabalho que caracterizam uma situação de violência:

Quando se é mulher não se pode permitir estar doente, por causa dos filhos. (...) não se trata de evitar a doença, o problema é domesticá-la, contê-la, controlá-la, viver com ela. As mulheres, dizem, são todas doentes, mas essas doenças são, de alguma maneira, mantidas à distância pelo desprezo. Somente são reconhecidas aquelas que se exprimem por sintomas muito evidentes para serem escondidos (p. 30).

É justamente o que ocorre no abatedouro: há um grande número de trabalhadores e trabalhadoras que sofrem as consequências da intensidade das tarefas realizadas cotidianamente. No entanto, como mostramos acima, as dores e reclamações advindas desse sofrimento, quando chegam aos ouvidos do “pessoal do controle” e encarregados dos setores, é compreendida como “moleza” e “corpo mole”. O impacto da estrutura do trabalho só é reconhecida quando ocorrem graves acidentes.

Pensando nessas questões, propomos um debate mais detalhado acerca do contexto social (interno e externo ao abatedouro de frangos) que envolve os acidentes de trabalho no interior desta agroindústria.

O protagonismo da máquina e o descarte das trabalhadoras

Antes de adentrar o debate específico sobre os acidentes de trabalho ocorridos na empresa, é preciso atentar para as consequências do processo de organização de trabalho nos corpos e mentes das trabalhadoras e trabalhadores. Para isso, lançamos mão do entendimento enunciado por Ferreira (1994) acerca dos processos sociais que envolvem a compreensão do corpo. A autora assim demonstra:

O corpo é um reflexo da sociedade, não sendo possível conceber processos exclusivamente biológicos, instrumentais ou estéticos no comportamento humano. Ao corpo se aplicam sentimentos, discursos e práticas que estão na base de nossa vida social. Por sua vez, o corpo é emblemático de processos sociais (p. 101).

A partir disso, retomamos as narrativas para demonstrar os processos sociais que advêm do ambiente de trabalho, mas que têm consequências em dimensões que vão além do tempo de trabalho que se passa no interior da agroindústria. Rejane mostra que desenvolveu problemas na bexiga porque o encarregado não permitia que a produção fosse interrompida. Como ainda estava no período de “experiência”, preferiu aceitar a recomendação.

O primeiro dia de trabalho, menina, foi horrível, eu fiquei quatro dias sem ir ao banheiro, muito triste. Passava mal quase todos os dias, sabe? Eu tive problema, eu fiquei 15 dias afastada porque eu tive uma coisa na barriga, eu senti uma dor muito grande. Era horrível, eu gritava, gritava, gritava, ninguém sabia o que eu tinha. Aí eu fui, peguei um atestado, fiz exame. Eu fiquei muito tempo sem ir no banheiro, então eu estava prendendo os gazes porque quando eu fiz o exame, o médico viu um monte de bolinha. (...) Eu fiquei 15 dias em casa, eles não me pagaram nem um centavo para eu ficar em casa. (*Rejane*)

A dimensão social aí envolvida diz respeito a exigência pela intensificação do trabalho, que impedia os trabalhadores de desfrutar até mesmo de um tempo para ir ao banheiro. Além disso, a empresa não aceitava os atestados médicos trazidos pelos trabalhadores e, portanto, não pagavam o período referente ao afastamento causado por problemas de saúde advindos do ambiente de trabalho.

O cheiro forte dos animais em alguns setores do abatedouro também traziam alguns problemas para a saúde dos trabalhadores, como demonstra João em sua narrativa:

João – Só que quando chegava lá o cheiro era muito forte, sabe? Porque lá caem só os miúdos, aí tinha que lavar, subia aquele cheirão. Nossa, aquilo embrulhava. Nem conseguia tomar café. Aí eu peguei doença.

Juliana – Você teve o que?

João – Tudo o que eu comia fazia mal para o fígado.

Júlia – Ele não se alimentava direito, tudo o que ele comia atacava o fígado dele porque ele não estava comendo direito.

João – Tinha dia que eu chegava em casa, eu estava sem fome, não conseguia almoçar, parece que aquele cheiro ficava assim. Olhava para a comida e parecia que eu estava enxergando aquilo. Nossa, aí eu comecei a desanimar. Não, você desanima.

A falta de apetite e o desmaio eram constantes entre os trabalhadores no interior do abatedouro:

Rejane – O encarregado fala: “se você estiver passando mal você vem até mim”, mas aí a pessoa está ali, a gente está vendo, porque ali está lotado, é o que mais tem ali é encarregado para te olhar trabalhar. Então eles estão vendo, só que eles fingem que não vêem. Sabe? Vai deixando passar, aí tem pessoas que não agüentam e acabam desmaiando, mesmo. Para trabalhar lá tem que ser muito forte! Muito forte porque no meu caso eu entrei lá fraquinha e fiquei pouco tempo. Porque você vai perdendo o apetite em casa, vai perdendo a vontade de comer. Eu não queria mais ver frango na minha frente [risos]. Todo mundo fala isso, que trabalhou lá.

O trecho da narrativa de Rejane citado acima destaca também a negligência dos encarregados no atendimento às pessoas que apresentavam sinais de fraqueza. O excerto da narrativa de João aponta a omissão dos encarregados no setor da pendura, na medida em que estes não permitiam que os trabalhadores interrompessem a atividade para a retirada das excretas das aves que caíam em seus rostos durante o abate:

Às vezes a gente estava lá, tudo certo, usava máscara, mas às vezes não tinha máscara para pôr lá porque a gente catava os frangos, assim, o frango cagava na gente, sabe? A gente usava avental, eles cagavam no rosto da gente, a gente não tinha nem papel para limpar o rosto. E o encarregado lá direto: “vamos, vamos, vamos, é 30 frangos por minuto, se não colocar 30 frangos por minuto vai tomar gancho”. (João)

A narrativa de João nos permite visualizar a intensificação da jornada de trabalho, traduzida pela pressão em abater o maior número de frangos em um curto período de tempo e pelo controle exercido por líderes e encarregados que observam o trabalho e também fazem com que o trabalho seja executado sempre de forma acelerada. As considerações de Manoela enunciam ainda a rapidez com que os frangos passam pela linha:

Juliana – Qual velocidade está passando [a linha]?
Manoela – Minha filha, agora eu não sei. Mas ela vai assim, você nem vê ela passar! Você vê ela passar assim na sua frente e você nem olha, é rapidinho... Tem que fazer as coisas rapidinho com o braço assim. E dói o braço, hein!? E para pendurar o frango, meu Deus do céu! É rapidinho, não pode vacilar nada porque o encarregado está olhando para tu. Tu deixou um gancho sem passar, é fumo. É xingo, que “você é incompetente, que você é irresponsável, que você não tem capacidade”. (Manoela).

Verifica-se, então, que o controle exercido pelo encarregado e a alta velocidade em que passam os frangos fazem com que as trabalhadoras e os trabalhadores intensifiquem o ritmo de trabalho. Simone Weil (1979), em estudo sobre a condição operária, mostra como a cadência da máquina e a ordem dada pelos superiores condicionam o ambiente fabril:

A rapidez: para alcançá-la, é preciso repetir movimento atrás de movimento, numa cadência que, por ser mais rápida do que o pensamento, impede o livre curso da reflexão e até do devaneio. Chagando-se à frente da máquina, é preciso matar a alma, oito horas por dia, pensamentos, sentimentos, tudo. Quer se esteja irritado, triste ou desgostoso, é preciso engolir, recalcar tudo no íntimo, irritação, tristeza ou desgosto: diminuiriam a cadência. E até a alegria. As ordens: desde o momento em que se bate o cartão na entrada até aquele em que se bate o cartão na saída, elas podem ser dadas, a qualquer momento, de qualquer teor. E é preciso sempre calar e obedecer (WEIL, 1979, p. 65).

No caso do abatedouro a que nos referimos, para além dos fatores acima citados para o controle do trabalho, existiu ainda uma situação que fez com que a jornada de trabalho fosse prolongada e intensificada. No ano de 2008, a empresa passou por uma grave crise financeira e demitiu aproximadamente 1.000 funcionários, restando aos 500 que permaneceram intensificar o ritmo e manter a produtividade, para isso, tiveram que trabalhar em vários setores no abatedouro e dobrar turno por vários dias. Isso possibilitou à empresa diminuir os gastos e manter a produtividade. No entanto, quem pagou o preço da recuperação financeira foram a mente e o corpo dos trabalhadores.

Em razão do contexto de crise financeira, a possibilidade de demissão era constante, o que gerava uma pressão para que os trabalhadores intensificassem a jornada, demonstrando, assim, um esforço extra que lhes garantiriam a permanência na empresa. Dejours (2000) assim demonstra:

A ameaça de demissões individuais, por vezes associada à ameaça de falência da empresa, permite obter deles mais trabalho e melhor desempenho, quando não sacrifícios, sob pretexto de que é preciso fazer, individual ou coletivamente, um ‘esforço extra’. ‘Se vencermos essa etapa difícil, poderemos tornar a fazer contratações’ (p. 74).

A intensificação do trabalho pode ser visualizada na narrativa de Manoela, que chegou a dobrar turno por 30 dias seguidos! Ela costumava fazer uma série de atividades no interior do abatedouro, que para ela era sua verdadeira “casa”.

Juliana – Qual turno que você fazia?

Manoela – Embalagem.

Juliana – Mas era o primeiro, o segundo ou o terceiro?

Manoela – Era o primeiro turno... Mas eu fazia o primeiro, segundo, terceiro... Eu morava dentro do [abatedouro], eu morava... Vixe! Dobrava, fazia hora extra, terceiro, segundo, primeiro, tudo, eu não estava nem aí, não...

Juliana – Você já trabalhou no corte?

Manoela – Tudo. Cortando... tudo, ali.

Juliana – Por tudo você já passou?

Manoela – Passei por tudo ali, o que mandavam eu fazer eu ia. Cortar peito, desossar coxa, pra fazer filé, eu já fui na escaldagem, nossa... Já fiz de tudo ali. (Manoela)

Nota-se, com isso, a existência de um controle sobre o trabalho e também sobre a vida da trabalhadora, pois já não restava tempo para que esta mantivesse outras atividades de socialização e lazer. O trabalho lhe consome o corpo e suas horas de descanso: nos dias em que dobrava turno, mal sobrava tempo para dormir, pois chegava em casa depois das 21 horas e tinha que se levantar por volta das 4 horas no dia seguinte. Com essa prática, a empresa descumpria a Legislação Trabalhista, que garante ao trabalhador um intervalo de pelo menos 11 horas entre duas jornadas de trabalho⁵⁴.

A trabalhadora quis contribuir com seu trabalho para tirar a empresa da situação de crise, para isso decidiu seguir uma lógica de participar intensamente para a recuperação financeira da empresa. Vemos no excerto de entrevista abaixo como a extensão da jornada lhe trazia um forte cansaço físico e a percepção de que estava morrendo:

meu Deus do céu, aquele dia eu trabalhei e o outro dia eu tive que ir trabalhar cedo, porque eu não podia faltar, não, eu ia cansada, morrendo de sono... Mas eu ia, chegava lá e eles falavam: "você vai ficar de novo? Fica aí pra ajudar, que uma das meninas não veio hoje", e eu falava: "nossa, meu, estou só morrendo"... Eu falei: "Eu vou ficar só olhando? Eu vou é trabalhar, meu filho, porque eu estou vendo que não tem ninguém pra trabalhar meu filho, vai ficar tudo nisso aí", eu não suportava ver aquele monte de frango, uma sujeira, um monte de povo pisando, e eu falo: "gente, isso aqui não é comigo", pelo amor de Deus, eu ficava louca... Eu catava, eu lavava, jogava fora quando era para condenar, jogava fora, sabe, sempre assim: caía coisa no chão, eu ia pegava, lavava, não prestava eu jogava fora, era desse jeito. Sempre fazia de tudo, tudo, tudo... E sempre cansada, sabe? (Manoela).

Percebemos que a trabalhadora internalizou o processo de dominação, na medida em que buscava incessantemente a realização do trabalho para além dos limites do corpo. Ela já tinha internalizado a noção de produtividade ao relatar que “não suportava ver aquele monte de frango, uma sujeira, um monte de povo pisando”, referindo-se ao acúmulo de frangos nas mesas gerado quando a produção não é intensificada. Os frangos vão passando na linha com muita rapidez, mas nem sempre é possível acompanhar o ritmo, além disso, na ocasião, havia uma quantidade menor de funcionários em razão da demissão, então o trabalho ficou bastante acumulado.

⁵⁴ Os termos do artigo 66 da CLT garantem: “Entre 2 (duas) jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 11 (onze) horas consecutivas para descanso”. (BRASIL, 2010).

Outra forma de controle sobre o trabalho é a escolha por pessoas que já tenham trabalhado em atividades que exigem grande emprego da força física, pois isso seria um indício de que elas suportariam as atividades tão desgastantes e intensas no abatedouro de frangos, como demonstramos no capítulo anterior. Vê-se, então, que as particularidades e o passado do trabalhador só interessam na medida em que este representa um acúmulo de experiências em outras atividades que exigem emprego de força física e treinamento para a disciplina, como o trabalho realizado na colheita da laranja, corte de cana-de-açúcar e colheita da bituca da cana. O excerto abaixo da narrativa de Rejane demonstra essa ideia:

Eu acho que as pessoas entram lá [no abatedouro] porque precisam. Muita gente que você vê lá você vê que é porque já trabalhou na cana, já trabalhou na bituca, a maioria das mulheres – então acha que lá é melhor. E muita gente fala: “nossa, antes ter ficado lá na bituca ou na cana, ou lá na roça, 10 vezes melhor do que aqui”. Porque lá [no abatedouro] o pessoal humilha você, quando você entra, é triste. Eles te humilham para chuchu. (*Rejane*)

Kuenzer (1989), em estudo sobre as relações de produção e a educação do trabalhador numa fábrica de médio porte, nos mostra que a prática da preferência pela contratação de operários que já tenham trabalhado em alguma outra indústria se dá pelo fato dessas pessoas estarem treinados para aquilo que ela nomeia de processo pedagógico capitalista:

Desde que existam atitudes favoráveis quanto à disciplina, à utilização de equipamentos de segurança, aos cuidados com a saúde, à necessidade de esforço pessoal e comprometimento com os objetivos da empresa, ou seja, desde que o operário já tenha se submetido a alguma forma de processo pedagógico capitalista, o aprendizado do trabalho é resolvido internamente, sem nenhuma dificuldade (KUENZER, 1989, p. 134).

Uma vez incorporadas as disposições culturais nas quais estão inseridas a noção de disciplina e comprometimento com a produção, o trabalhador já está treinado para exercer as funções na empresa. A vivência do assalariamento rural, que exige muita disciplina, é aproveitada quando as mulheres procuram trabalho no referido abatedouro de frangos.

Soma-se a todas as formas de controle do trabalho acima elencadas o protagonismo das máquinas. Com isso intentamos dizer que estes instrumentos tomam o lugar dos sujeitos, tornando-se personagens principais e ativas na cadeia de abate do frango. A apresentação dessa discussão é ainda mais significativa levando-se em consideração os objetivos deste tópico, que passam pela elucidação acerca dos graves acidentes de trabalho ocorridos em máquinas no interior do abatedouro.

Os fragmentos das entrevistas que seguem mostram que as máquinas são representadas como agentes no processo de produção. Elas são dotadas do poder de *engolir, destruir e matar* aqueles que se aproximam delas. Os trechos das entrevistas apontam as considerações sobre as máquinas onde ocorreram os acidentes com as trabalhadoras e também sobre outros equipamentos no interior do abatedouro que representa um risco imediato de grave acidente. Manoela tece os seguintes comentários acerca dos acidentes de trabalho, um dos quais mutilou o braço de Andréia:

Juliana – [Como era] isso aqui? Isso aqui é o espiral⁵⁵ que fica rodando ou não?
Manoela – **Isso aí mata um**. Se você cair aí dentro, ele te mata. Ele roda, se cair **ele destrói você inteirinha**... Isso aqui é junto, ele **mói você inteirinha**, isso aqui.

Tem uma mulher, que ela caiu aqui dentro e hoje ela é toda quebrada. Esse negócio é enorme, **o negócio é GRANDE, é monstro!** Ele vai rodando assim, ó, uma roda gigante... Assim ó, pra levar o frango assim, até chegar nas mesas, entendeu? Então isso aí ó, destrói qualquer um (...)

Aquele pré-chillynho, com aquelas partezinha pequenininha, que passava o coração né... Então ali, colocava o contrário, assim, e foi ali onde ela perdeu o braço. Então... Alguém tinha que explicar pra ela o que aquilo ali fazia, ninguém explicou pra ela. Não explicou que se ligasse e ela tivesse com a mão, **ela ia engolir ela inteira**, porque engole inteira, porque **aquilo tem uma força enorme**. É igual a esteira, tem uma força, vixe, terrível. Até aquilo lá desligar, aí minha filha, já arrancou o braço, já perdeu tudo, **já engoliu você. Aquilo é capaz de destruir mesmo**. Ainda bem que foi o pequenininho, porque se fosse grandão, **tinha matado ela**. (...)

Aquelas máquinas passando, aquelas linhas passando na sua frente... **Máquina trabalhando**, aquele barulho, nossa senhora, que estresse. (*Manoela*)

Destacamos em negrito os qualificativos das máquinas e outros instrumentos de trabalho que demonstram que eles são representados de forma ativa, são portadores de um poder que o trabalhador não tem, pois teve destituído o conteúdo de seu trabalho. Em alguns de seus estudos, Marx (1984;1985) já mostrava que o poder dos homens se transforma no poder das coisas, na medida em que as máquinas se tornam ativas no processo de produção. O autor também apontou as proporções que os instrumentais ganham nas fábricas e a monstruosidade da máquina:

Como sistema articulado de máquinas de trabalho, que recebem seu movimento apenas de um autômato central através de uma maquinaria de transmissão, a produção mecanizada possui sua forma mais desenvolvida. No lugar da máquina individual surge aqui um monstro mecânico, cujo corpo enche prédios fabris inteiros e cuja força demoníaca, de início escondida pelo movimento quase festivamente comedido de seus membros gigantescos, irrompe no turbilhão febril de seus inúmeros órgãos de trabalho propriamente ditos (1984, p. 14).

⁵⁵ Espiral inserido na máquina de fazer miúdos de frango.

As “*máquinas monstros*” impõem o ritmo do trabalho a ser executado. O trabalhador já não pode mais decidir o teor de sua atividade, está naquele local tão somente para servir a máquina, pois esta é que é dotada de poderes. Nos fragmentos da entrevista, é possível verificar que os verbos utilizados se referem somente às ações das máquinas: elas trabalham, destroem, engolem, moem e matam. O trabalhador é apagado diante de tamanha grandeza e atuação: “da noite para o dia torna-se um suplemento da máquina, um pouco menos que uma coisa, e não se preocupam de forma alguma com que ele obedeça sob o impulso dos mais baixos motivos, contanto que obedeça” (WEIL, 1979, p. 356).

No que diz respeito às causas imediatas dos acidentes de trabalho, alguns autores já vêm demonstrando que muitos estudos costumam destinar a culpa aos trabalhadores, afirmando que estes não tiveram o cuidado devido no momento do acidente. As considerações de Silva (2008b) nos orientam para refletir sobre as causas desses acidentes. A autora aponta que muitas vezes o acidente de trabalho é caracterizado como

um acontecimento imprevisto, originado da desatenção e da falta de cuidado do trabalhador. Essa definição é muitas vezes proferida pelos empregadores, os quais consideram que o advento de um acidente depende da desatenção de seus funcionários. Para estudiosos do assunto, o acidente pode ser um acontecimento casual, totalmente imprevisto, que pode ocorrer sem que haja um responsável percebido explicitamente, ou mesmo por desatenção dos trabalhadores. Mas essa desatenção, quando ocorre, pode ou deve estar relacionada intimamente com a própria organização do trabalho (p. 16).

Na mesma linha de argumentação, Almeida & Gonçalves Filho (2009) demonstram que a análise ergonômica do trabalho (AET)

permite visualizar as razões do comportamento do trabalhador com base em seu ponto de vista na situação de trabalho. Aos poucos, vai se demonstrando que o comportamento no trabalho não se origina de suposta vontade do trabalhador de expor-se desnecessariamente a perigos, nem do fato de que o trabalhador tenha personalidade descuidada, ou relapsa (p. 11).

Os seguintes trechos das narrativas de Manoela e Andréia – trabalhadoras que tiveram seus braços amputados por uma máquina e esteira no interior do abatedouro, evidenciam o processo de culpabilização das trabalhadoras pelos acidentes ocorridos no ambiente de trabalho.

Manoela – Falam que eu fui a culpada de por a mão lá, muita gente fala, a empresa, mesmo, fala. Jamais eu ia querer perder meu braço, jamais eu ia querer arrancar uma parte do meu corpo e sentir a dor que eu sinto. Ninguém ia por a mão lá sabendo que aquela porcaria ia arrancar, porque jamais eu ia por a minha

mão ali debaixo porque eu queria. Porque eu nunca pensei em nenhum momento... Eu não imagino, sabe assim, eu não me conformo. Eu falo assim, “Meu Deus, eu perdi metade do meu corpo, que era o meu braço”.

Beatriz⁵⁶ – E eles falam que a culpa é sua?

Manoela – Eles falam que a culpa é nossa! Tudo o que você perde lá é culpa sua, “você que foi irresponsável” – desse jeito que eles falam.

No caso de Andréia, a culpa recaiu sobre ela, principalmente pelo fato dela ser uma “novata”. A trabalhadora perdeu o braço quando tinha transcorrido nove dias da data de sua entrada no abatedouro. Durante algumas conversas que tivemos com trabalhadoras e trabalhadores, era destacado o fato de Andréia ser uma “novata” quando tocávamos no assunto do acidente. É como se ela carregasse a culpa pelo acidente em razão do pouco tempo que passou no abatedouro.

O relato de Andréia acerca do momento do acidente, entretanto, demonstra a preocupação por parte da empresa em não interromper a produção, assim como a falta de treinamento para manusear as máquinas. Andréia estava no final do turno quando aconteceu o acidente, e conta que não recebeu qualquer tipo de treinamento.

Andréia – É. Eu estava limpando, aí pegou a cabeça deste dedo aqui deste braço. Só que não teve como puxar [o braço], porque ela [a lâmina da máquina] vai rodando e ela é bem lenta e nisso que ela vai rodando o dedo já ficou preno, e aí já vem a outra por cima passando. É um monte, é um “negoção” bem grandão, cumprido.

Juliana – Começou na ponta do dedo e já foi pegando?

Andréia – Foi, e não teve jeito aí já foi apertando o braço e já foi picando. Não teve como tirar por causa que é bem rasiado, nossa é bem apertadinho embaixo, não tem como você tirar o dedo, já vinha pegando a mão, esses dedos meus foi tudo cortado, eu vi a mão, eu levei a mão em cima do meu colo ainda, não estava cortado, não.

[a máquina] já estava querendo me engolir. Aí eu puxava para cá, para ela não me levar, se não ela ia me levar, ia me comer inteira a máquina.

Juliana – Não teve treinamento, nada?

Andréia – Teve nada, fala que você não pode, tem que esperar as máquinas parar, parar e mandava trabalhar com a máquina ligada, só limpa ligada? Disse que teve uma época aí que colocaram o botão de emergência, e a menina estava limpando e ligou sozinha de novo...

Juliana – Este botão de emergência, caso aconteça alguma coisa é para a pessoa poder parar?

Andréia – Desligar! Não tinha, nem sei onde que era, ninguém desligou. (Andréia)

A narrativa demonstra a despreocupação da empresa em relação à integridade física das pessoas que ali exercem atividades por diversos motivos, dentre os quais estão

⁵⁶ Beatriz Medeiros de Melo é pesquisadora do Grupo de Pesquisa *Terra, Trabalho, Memória e Migração*. Ela esteve presente às entrevistas realizadas com Manoela e Andréia.

a falta de treinamento que deveria ser destinado ao trabalhador e a pressão para não interromper as atividades. Tais formas de omissão por parte da empresa são reveladoras do tratamento dispensado às trabalhadoras e trabalhadores.

Quanto aos operários que darão suas forças a essa máquina, ninguém pensa neles. Ninguém pensa mesmo que seja possível pensar. Quando muito, se prevêem, de tempos a tempos, vagos aparelhos de segurança, embora na prática os dedos cortados e as escadas das fábricas diariamente molhadas de sangue fresco sejam tão frequentes (WEIL, 1979, p. 357).

O descarte e a frieza com que o abatedouro lida com os trabalhadores são expressados de forma bastante clara no seguinte trecho da entrevista com Andréia, em que a trabalhadora narra a maneira com que a empresa encaminhou a produção minutos após ter seu braço “engolido” pela máquina em que ela realizava a limpeza durante o trabalho.

Andréia – Ah! Eu ouvi falar que a perícia ficou brava porque mal jogou uma aguinha e falou que não podia ficar parada, não, a máquina.

Juliana – No mesmo dia?

Andréia – Oh, na mesma hora, tiraram meu braço de lá, falou que tinha que funcionar porque não podia ficar parada. Ficaram bravos, diz que a perícia ficou brava.

Transcorridos alguns minutos do momento do acidente, a empresa providenciou a continuidade de produção e fez o possível para que a máquina não parasse de trabalhar. A **máquina** manteve seu trabalho, uma breve interrupção e a cadência retornada. A **empresa** continuou sua rotina, alta produtividade, milhares de frangos abatidos. A **trabalhadora** deixou ali seu suor, seu sangue, seu braço.

O descarte e a desvalorização do trabalhador no momento em que este sofre algum acidente de trabalho também foram apontados por João em sua narrativa.

João – E a outra vez que o cara caiu lá dentro da geleira, no chilly? Passou mais ou menos meia hora lá dentro. Cortou a perna dele aqui [na altura da coxa], assim.

Júlia – Comeu todinha a perna dele.

João – Eu não sei como o cara conseguiu resistir ali dentro.

Juliana – Mas por que? Ele caiu inteiro?

Júlia – Era mecânico.

João – Ali é onde o gelo cai para triturar o gelo, para chegar em pedra, para chegar miudinho lá na embalagem. Aí disse que chamaram o SAMU⁵⁷. Aí o gerente disse que não era para chamar o SAMU, não.

Juliana – Disse que era para fazer o quê?

⁵⁷

SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.

João – Disse que era para dar um jeito de tirar ele de lá sem chamar o SAMU. Porque a firma de lá, graças a Deus, eu trabalhei lá, mas é uma firma que os gerentes, os encarregados lá não dão valor para ninguém, não. (*Júlia e João*)

A experiência em ser descartada pela empresa foi vivenciada por Manoela. Ao narrar a forma como se deu o acidente de trabalho na esteira, ela também levanta alguns aspectos importantes que precisam ser considerados, como a polivalência – no momento do acidente ela fazia uma atividade que não era a sua de origem – e a pressão para não interromper a produção.

Como faltou funcionário, eu tive que ajudar as meninas que estavam lá [na esteira]. Aí eu catei a caixa, e vim trazer pra por na esteira. Eu nem cheguei a por os produtos em cima, nada, e ele pediu um ganchinho pra mim, assim, que você puxa o carrinho: “Ô, Manoela, empresta seu ganchinho pra eu pegar minha tampinha de caneta?”. E eu: “Mas aonde está essa tampinha de caneta?”, e ele falou: “Está aqui debaixo”. Só que até hoje eu nunca olhei no olho dele e perguntei para ele como que aquela tampinha de caneta caiu lá dentro, lá debaixo. Eu não sei como aquela tampinha de caneta foi parar lá, meu Deus do céu, até hoje não tem como explicar. Aí ele pediu a tampinha da caneta, pediu um tempo pra pegar a tampinha de caneta. E a esteira naquele momento estava desligada, ninguém ligou nada e ele lá cutucando. Aí ele pôs a mão, a mão dele era maior do que a minha, não tinha como ele pegar, não. Aí ele falou assim, "nossa, queria tanto essa tampinha de caneta". Daí eu falei, "eu vou pegar", e ele falou assim: "Manoela, cuidado com o seu braço"... E quando ele falou essa parte, "cuidado com o seu braço", que eu consegui pegar a tampinha da caneta... eu senti nos meus dedos ela assim ó, ela era pequenininha assim... E até hoje eu não esqueço, quando eu pus a mão para pegar, que ele falou assim: "cuidado com a mão", a moça ligou a esteira. Nossa, meu Deus do céu, daí não lembro de mais nada. Beatriz – E por que essa moça ligou essa esteira?

Manoela – Ah, por causa de outro supervisor que tinha lá, né, porque ele começou a brigar, a discutir lá com a moça, que a esteira estava cheia, e ele queria saber por quê, mas ele não importava se meu braço estava lá ou não, eles queriam produção. Eles queriam que tirasse aquilo lá da frente deles, porque estava cheia a esteira. Mandou a moça ligar, e a moça ligou. (*Manoela*)

As considerações de Almeida & Gonçalves Filho (2009) nos ajudam a compreender que o trabalhador não deve ser responsabilizado pelos riscos apresentados no ambiente de trabalho. Os autores nos mostram que

Os conhecimentos relativos ao uso de critérios de seleção de medidas de prevenção nos ensinam que quando há risco de lesão grave num acidente a equipe de segurança deve considerar inaceitável que a prevenção seja baseada exclusivamente em medidas ditas “ativas”, ou seja, dependentes de comportamentos do trabalhador (p. 18).

Como bem demonstraram os trechos das narrativas de Manoela e Andréia, o ambiente de trabalho nas máquinas e esteira eram repletos de riscos à integridade física

das trabalhadoras. Nos setores onde predominavam as atividades masculinas, o perigo também estava presente, como mostra o excerto da narrativa de Milton. Ele trabalhava na *espera dos frangos vivos*. Nesta atividade, os trabalhadores ficam suspensos em uma plataforma que se eleva para que os trabalhadores possam tirar as caixas com os frangos vivos de cima do caminhão e utilizam uma mangueira com água para molhar as aves, com a finalidade de evitar o choque térmico, já que os animais serão submetidos a uma baixa temperatura quando adentrarem ao espaço interno do abatedouro. O trabalhador tece os seguintes comentários sobre a atividade realizada por ele:

Milton – O serviço que eu fazia era bom, só que era muito perigoso, isso me irritava, nossa senhora! Não adiantava falar! Não adiantava falar, fora a enchecção de saco.

Juliana – Qual é o perigo ali?

Milton – Cair e se esborrachar no chão, não sobrava nada.

Juliana – Ah, tá. Você não ficava assim [pendurado]?

Milton – Não. Tinha um cinto, pendurado em um cabo de aço, só que na época que eu trabalhei, fiquei uns quatro meses andando naquela loucura, com medo de cair. (...) O ruim é que tinha que ficar com putaria de ficar arrastando a mangueira e levar por cima. Uma vez... oh! Eles não tinham condições de comprar uma mangueira, não é possível! Você tinha que pegar a mangueira, aí tinha que dar a volta, tinha que pegar a mangueira, segurar e subir no caminhão, aí puxava – sabe quando você puxa e a coisa não vem? Nossa, dava aquele medo de cair. Aí puxava e ficava em cima. E quando dava umas tropeçadas? Quantas vezes eu falei isso, para fazer um tipo de um sistema. Sabe, eu dei a ideia lá, de fazer uma mangueira por cima. Não, eles não estavam nem aí. Já trabalhei sem cabo de aço.

Juliana – Já trabalhou sem?

Milton – Uh! Eu trabalhei umas quatro vezes, eu não falei para você? Eu trabalhei umas quatro, cinco vezes, só no equilíbrio. Aí às vezes pisava na gaiola que estava aberta, aí a mangueira que me segurou uma vez. A mangueira! Era para eu cair... (*Milton*)

João, que trabalhou no mesmo setor de Milton, descreve também os riscos advindos do local de trabalho e o medo constante dos trabalhadores em saber que alguém já sofreu um grave acidente naquele local que acabou tendo como consequência a morte.

João – Uma pessoa que trabalha em cima das caixas morreu, já. Em cima da caixa... porque fica em cima do caminhão, né? Porque é 10 metros de altura. Você sabe aquelas caixas que descarregam frango, né?

Juliana – Eu já vi esse caminhão, é gigante, né?

João – É, é alto. O cara estava lá em cima, quebrou o pescoço. Só que isso, a gente não trabalhava lá, sabe? Os colegas que são mais antigos, que são mais velhos lá. Eu não cheguei a trabalhar lá quando ele morreu.

Juliana – Ah! Ele estava carregando caixa?

João – Descarregando.

Juliana – Ele estava lá no alto?

João – Lá no alto, aí escorregou os pés. Só que agora eles usam cinto de segurança, mas de primeiro não usava nada. Porque lá agora eles colocaram um cabo, assim, de aço, aí põe lá em cima e põe o cinto, fica uma forma de

segurança, mas de primeiro não colocava nada lá. Quando eu comecei a trabalhar não tinha nada, negócio de cinto, não tinha nada. (*João*)

Os trabalhadores desse setor se vêem numa situação em que têm não só que arriscar suas vidas nos momentos em que estavam desprovidos do Equipamento de Proteção Individual – neste caso, a corda de aço que os prenderiam –, mas também têm que conviver cotidianamente com o medo advindo do fato de um trabalhador já ter morrido naquele local. Não por acaso os homens eram destinados a realizar essa atividade – a construção social das relações de gênero atribui a eles a virilidade, cuja expressão está na demonstração de coragem e enfrentamento às situações de perigo (DEJOURS, 2000).

Entendemos que a mesma construção social – que atribui ao homem elementos como a coragem – faz com que os cargos de liderança sejam exercidos no abatedouro, em sua maioria, por homens. Como demonstramos no tópico anterior deste capítulo, os encarregados e líderes dos setores costumam destinar aos trabalhadores e às trabalhadoras um tratamento bastante hostil, como demonstra o seguinte trecho da narrativa de Júlia.

Júlia – Porque assim, [o encarregado] queria que eu fizesse o meu serviço como eu faria com a outra que era encarregada. Só que com ele era diferente, ele não sabia chegar em mim e dizer assim: “Júlia, por favor, você pode ir em tal mesa?” “Júlia, estou te mandando em tal mesa”. Ele não tinha educação para falar com a gente, e aquilo deixava a gente irritada. Eu, mesma, eu não vou mentir para vocês, eu ficava irritada. O tom de voz dele me irritava. Aí eu não ia porque ele não tinha educação para falar comigo. Chegava era mandando: “você tem que ir”. “Putá merda, você não tem educação para falar, não, meu?”. Aí ele ficava no meu pé: “você vai ter que ir”. Aquilo me dava um estado de nervo. Eu ia chorando de ódio porque eu não aguentava nem olhar para a cara dele. (*Júlia*)

O tom de voz elevado do encarregado – um homem branco – destinado a uma trabalhadora negra é uma demonstração da relação de dominação marcada por construções sociais de gênero e étnico-raciais. Vale destacar também a questão da virilidade masculina, na medida em que o encarregado lançava mão dos padrões de masculinidade que o colocam numa posição de dominação, demonstrando seu poder por meio dos processos de violência que imputava às trabalhadoras. As considerações de Dejours acerca da temática nos ajudam a compreender que a virilidade é medida justamente pela violência que se é capaz de cometer contra outra pessoa,

especialmente contra os que são dominados, a começar pelas mulheres. Um homem verdadeiramente viril é aquele que não hesita em infligir sofrimento ou dor a outrem, em nome do exercício, da demonstração ou do restabelecimento do domínio e do poder sobre o outro, inclusive pela força (DEJOURS, 2000, p. 81).

Verificamos, contudo, uma recusa por parte de um dos líderes em infligir sofrimento ao grupo de trabalhadores. João foi o único entre as pessoas entrevistadas para essa pesquisa que já tinha exercido a função de encarregado/líder. Sobre tal experiência, ele apresenta as seguintes considerações:

Aí eu entrei lá e me botaram para ser líder lá. Eu saí porque eu vi aquilo. Eles falavam para mim e eu ia ter que falar para eles, mas eu não aguentava aquilo, né? Eu me sentia, assim, mal. Meus colegas trabalhavam tudo na linha, né, cara? No início, tudo na linha... Aí depois botaram eu para ser líder... meus colegas, criar amizade aqui dentro para depois descreir amizade. Saí de lá por causa disso, porque eu não aguentava quando eu era líder porque tinha que dar duro com meus colegas. O encarregado chegava e me enchia a cabeça: “Olha, você tem que dar duro lá para ter a meta. Vai, vamos aí”. Eu digo: “Não, eu não quero isso para mim, não”. (João)

Para a reflexão acerca da recusa de João em exercer tal função, cabe retomar a ideia apresentada nos capítulos anteriores, referente à noção de *comunidade* bastante fortalecida que o trabalhador carrega com ele em sua trajetória. Apontamos que a referida noção tem como implicação a manutenção dos laços de solidariedade e respeito em relação às pessoas que convivem no grupo. Visualizando a narrativa de João, percebemos, então, que esse entendimento não foi abandonado no momento em que ele adentrou o espaço do abatedouro, mesmo com toda a transformação nos padrões de relações de trabalho ocorrida.

A noção de comunidade prevaleceu diante da situação em que tinha que infligir sofrimento a pessoas que eram consideradas por ele enquanto pertencentes a um grupo, do qual ele fazia parte. Ao recusar a posição de líder, João mostra ser portador de um outro *habitus* que não é aquele que prevalece nas sociedades capitalistas. Trata-se, portanto, de um processo de resistência individual que, embora não tenha um caráter coletivo, muito nos diz sobre os limites do capital. Merece ser destacado também o fato de que o *habitus* camponês introjetado em João se reforça no momento da recusa e contribui para definir a subjetividade de trabalhador do abatedouro, que até então era apagado diante da máquina.

Além do descarte dos trabalhadores, a atividade no abatedouro é marcada pela polivalência, são diversas as tarefas executadas por João nessa agroindústria. Entretanto, essa polivalência em nada se compara às tarefas complementares que ele executava em sua comunidade no Maranhão – cultivo de terras e pesca –, neste caso a diversidade de tarefas era marcada pelo tempo da natureza. No caso do abatedouro, é o tempo da

máquina e a busca pela produtividade que acaba determinando o teor e o ritmo da atividade a ser executada.

O produto dessas atividades – o peixe e o frango – estão carregados de significados que remetem às condições e organização do trabalho. O peixe simboliza o trabalho coletivo, uma sabedoria que é passada por meio das gerações. O alimento é consumido pelos membros da comunidade e representa o trabalho que lhe permite vivenciar os momentos de lazer, e por essa razão a atividade é considerada como um esporte.

A mesma combinação entre o tempo de trabalho e tempo de lazer, entretanto, não é permitida quando está empregado no abatedouro de frangos, onde passa significativa parte de seu dia. Como apontado outrora em alguns fragmentos das narrativas, as condições físicas das pessoas que retornam para seus lares após uma intensa jornada de trabalho são caracterizadas pela estafa e pela falta de apetite. Assim, apesar da abundância das aves congeladas nos lares, este alimento não será preterido pelos trabalhadores, na medida em que o cheiro forte e o contato com o sangue e excreta dos animais vão, aos poucos, fazendo com que as pessoas percam o apetite. Ademais, o frango representa toda uma vivência de sofrimento e exploração no ambiente de trabalho.

É importante destacar que a situação de riscos constantes no ambiente de trabalho, somada à intensificação das jornadas, pressão dos encarregados por produtividade e o trabalho em turnos e noturno, acabavam por gerar um quadro depressivo em muitos trabalhadores, como demonstrado nos depoimentos que seguem.

Na parte que eu fazia – tanto é que eu só molhava, assim, e organizava a parte de molhar para não dar choque térmico no frango. Só que chegou uma época, nossa senhora, é uma encheção de saco do caramba, eu quase entrei... Aliás, eu entrei um pouco em depressão. Eu não queria trabalhar de jeito nenhum! Falava em trabalhar no abatedouro, nossa, me dava aquela agonia. Aquela agonia: “Nossa, eu não vou trabalhar”. Eu estava mal, mesmo. Eu trocava de horário direto. Aí, tanto é, que eu pedi para sair de um serviço bom e fui para um ruim, mas pelo menos não tinha encheção de saco. (*Milton*)

O irmão de Cleusa também desenvolveu um quadro depressivo. No momento em que realizamos a entrevista com ela, ele ainda estava exercendo atividades no abatedouro e já tinha sido afastado do trabalho para ser internado em uma clínica psiquiátrica.

Cleusa – Tem gente que sai até com problema de cabeça de lá [abatedouro]. Meu irmão, mesmo, teve uns tempos que ele ficou até internado com depressão. A maioria do povo que trabalha lá fica com depressão. (...) Meu irmão queria se matar, depois ele ficou assim, depressivo, só chorava, queria se matar, ia trabalhar

não conseguia trabalhar, entendeu? Porque sei lá, depende do serviço não dorme direito. Se você não come direito, só trabalha, não come direito, não dorme direito, a mente fica... como que fica? E lá, com aquela barulheira, é um barulho de máquina, é um barulho, nossa, insuportável! O dia inteiro na cabeça da gente. E com aquela falação, aquela... ai! [pausa] Se você fosse lá um dia, você não ficava nem... [pausa]. (Cleusa)

As considerações de Dejours (2000) acerca dos processos que envolvem o desenvolvimento de doenças mentais nos ajudam a compreender que a perda do sentido do trabalho para aqueles que o exercem gera um sofrimento incalculável. Como tentamos mostrar no decorrer deste capítulo, parte desse afastamento em relação ao produto do trabalho se dá pelo uso intensivo da maquinaria, que acaba por substituir o protagonismo de mulheres e homens no ambiente de trabalho – e podemos observar que o descarte dessas pessoas tem como consequência um sofrimento que vai além do ambiente de trabalho no abatedouro.

Não há crise psicopatológica que não esteja centrada numa crise de identidade. Eis o que confere à relação para com o trabalho sua dimensão propriamente dramática. Não podendo gozar os benefícios do reconhecimento de seu trabalho nem alcançar assim o sentido de sua relação para com o trabalho, o sujeito se vê reconduzido ao seu sofrimento e somente a ele. Sofrimento absurdo, que não gera senão sofrimento, num círculo vicioso e dentro em breve desestruturante, capaz de desestabilizar a identidade e a personalidade e de levar à doença mental. Portanto, não há neutralidade do trabalho diante da saúde mental. (DEJOURS, 2000, p. 34- 35)

No que diz respeito à saúde mental dos trabalhadores, vale apresentar que muitos deles também usavam drogas para conseguir intensificar a jornada e dobrar os turnos. Essa era forma encontrada pelas trabalhadoras e trabalhadores para suportar o trabalho tão intensificado.

Milton – Muita gente se drogava para trabalhar lá porque ali...

Rejane – Até mulheres, eu já ouvi falar que tinha uma moça lá que ela fazia isso direto. Se drogava para trabalhar.

Juliana – Na sua turma tinha alguém?

Milton – Na minha turma, não, mas eu via o pessoal lá. Cheirava cocaína para ver se trabalhava mais um pouco. Só daquele jeito para conseguir trabalhar.

Juliana – O pessoal que cheirava, aí dobrava turno?

Milton – Aí dobrava.

Juliana – Conseguia dobrar turno?

Milton – Conseguia. A pessoa se matava para ver se conseguia algum dinheiro.

Rejane – É verdade, tinha a dobra, o pessoal dobrava turno. Já tinha trabalhado oito horas, trabalhava mais oito. Tinha gente que fazia doze horas sem trocar o turno, eu já ouvi falar.

Milton – É. Ficava 24 horas lá dentro.

Rejane – Tinha gente que chegava a trabalhar vários dias sem dormir. Só que era tudo na base do pó. (Milton e Rejane)

O estudo elaborado por Motta (2006) já demonstrou que o uso abusivo de drogas e álcool por trabalhadores de abatedouros de frangos está relacionado à implantação de novos métodos de trabalho em ambientes inseguros. Ao lançar mão de um estudo epidemiológico⁵⁸ verificando as ocorrências anotadas nas Comunicações de Acidente de Trabalho de uma indústria frigorífica, a autora mostrou também a presença de um *ciclo vicioso de acidentes de trabalho*, na medida em que muitos trabalhadores são afastados em razão das doenças advindas da tarefa por eles executadas. Para os trabalhadores que permanecem na empresa, resta intensificar a jornada, pois os trabalhadores afastados, em sua maioria das vezes, não são substituídos. Assim,

Cria-se um ciclo vicioso, pois aqueles trabalhadores que estão sob pressão para recuperar a produtividade da vaga, então perdida, fadigam-se por total falta de condições físicas e mentais, e novamente são vítimas de acidente ou doença do trabalho (MOTTA, 2006, p. 27).

Apontamos também o ambiente de medo e trauma gerado em razão dos inúmeros acidentes que ocorrem no abatedouro com mutilações dos membros superiores. Nice e Francisca demonstram as impressões que os acidentes causaram para as pessoas que já trabalhavam ou que pretendiam trabalhar no abatedouro:

Juliana – O que você ouvia falar do abatedouro?

Nice – Ah, que lá, assim... Um ano que eu estou lá teve dois amputamentos de braço e um de dedo nas máquinas lá. Então os outros falavam e eu morria de medo (Nice).

Juliana – Teve alguém lá no abatedouro que você conhece que se machucou?

Francisca – Que eu conheço, não. Só os outros, né? Eu não sei se você já viu que uma perdeu um braço...

Juliana – Vi.

Francisca – É, foram duas que perderam o braço. (...) Nesse dia eu faltei, eu nem vi. Eu não sei, uns falam que é porque ela foi pegar uma tampa de caneta lá na... na onde colocam as caixas... na esteira. Aí foi abrir um negócio que tinha assim para pegar a tampa da caneta, aí a coisa puxou a mão dela. (...) Por uma tampa de caneta! Eu, hein! Eu deixava para lá! Se for isso que disseram. Deus me livre eu perder minha mão por causa de uma tampa de caneta! Ela foi pegar – dizem que foi. Eu não sei... ***Eu sei que depois disso muita gente ficou com medo.*** Saiu umas pessoas, logo no sindicato, isso foi no tempo do sindicato... estavam fazendo acordo, ***aí teve gente que saiu porque viram e ficaram que nem traumatizados.*** Eu nem vi, nesse dia eu estava de atestado, hein!? Eu não vi, não (Francisca).

⁵⁸ Os estudos epidemiológicos trazem fontes de dados que permitem correlacionar o contexto sociodemográfico com as incidências das doenças e das condições socioeconômicas (MOTTA, 2006).

Além dos riscos a que estão submetidos e os sofrimentos causados pela intensidade do trabalho realizado, há entre os trabalhadores e trabalhadoras do abatedouro um sentimento de medo, em razão dos graves acidentes ocorridos num curto período de tempo no local, que levou, inclusive, uma Comissão de vereadores de São Carlos⁵⁹ a realizar uma visita ao interior do abatedouro para averiguar as condições de segurança no ambiente de trabalho.

São estes os resultados de um modelo de exploração de trabalhadores e trabalhadoras que se define pela intensificação de jornadas para que haja o lucro capitalista e pela opressão no local de trabalho que se traduz em sofrimentos prolongados (WEIL, 1979), já que, como demonstramos acima, as mulheres carregam consigo os desgastes oriundos da realização de tarefas ao longo de suas trajetórias laborais. Para Weil (1979), a solução ideal para esse modelo de exploração seria uma organização do trabalho tal que em

cada fim de tarde saíssem ao mesmo tempo o maior número possível de produtos bem feitos e de trabalhadores felizes. Se... pudéssemos encontrar esse método de trabalho, suficientemente perfeito para tornar o trabalho alegre, não haveria mais problema. Mas esse método não existe, e o que acontece é exatamente o contrário (p.114-5).

Apresentadas as condições de trabalho nas quais se dão os acidentes de trabalho graves no abatedouro, cabe, neste momento, retomar a reflexão que iniciou o presente tópico, qual seja, a de que o corpo é carregado de sentidos advindos dos processos sociais que o envolvem. Nesse sentido, pensaremos nas formas como as trabalhadoras que tiveram seus braços decepados no interior do abatedouro vêem seus corpos, e como elas lidam com a deficiência física.

Manoela e Andréia tiveram suas experiências marcadas por vivências comuns, como o fato de elas terem passado por um período depressivo nos momentos seguintes ao acidente. Tais períodos foram caracterizados por sentimentos de angústias, revolta, culpa e questionamentos sobre o sentido em permanecer vivas. No que diz respeito ao atendimento nos serviços de saúde, elas também enfrentaram algumas dificuldades, pois

⁵⁹ ROGÉRIO, Marco. [Abatedouro] recebe visita de vereadores. *Jornal Primeira Página*, São Carlos, 11 de março de 2009, p. B2.

VEREADORES visitam abatedouro. *Jornal Primeira Página*, São Carlos, 13 de março de 2009, p. A3.

tinham que fazer os curativos e os postos de saúde localizados próximos a suas residências não tinham os equipamentos necessários para a realização dos mesmos.

Andréia demonstra que buscou forças de várias maneiras para que sua saúde mental não fosse tão prejudicada:

Andréia – Quando sofri o acidente, eu pedi tanto para Deus, quase eu entrei em depressão, aí eu pedi tanto para Deus, pois eu tinha meus filhos, não deixar eu entrar em depressão porque eu tinha as crianças, pensou? Eu já tive começo de depressão, é terrível! Aí pedi tanto para não entrar em depressão, e o que eu sofri era para ter entrado em depressão, mas graças a Deus não, minha filha, não entrei em depressão nada.

Beatriz – O quê que você pensava?

Andréia – Ah, eu pensava que eu tinha que erguer a cabeça para frente porque tenho meus meninos, não queria deixar meus meninos nas mãos dos outros, cuidar dos meus meninos. Ah, não, nunca deixei meus filhos jogados não.

Juliana – E teve alguém que te deu algum apoio assim, que ficou falando para você pensar na vida, você falou que seu marido ajudou bastante, tem mais alguém?

Andréia – Minha irmã e minha mãe, falavam que eu tinha que erguer a cabeça e pensar... porque muita gente falava para mim que eu perdi o braço, a vida eu não perdi

Beatriz – E ele [filho mais novo] ficou com quem?

Andréia – Ah! Ele ficou com minha mãe em São Carlos, meus meninos ficaram lá, meu marido também ficou lá, porque eu fiquei internada lá em São Carlos.
(Andréia)

Os trechos da narrativa de Andréia são bastante elucidativos para demonstrar algumas questões que levantamos no desenvolvimento deste texto, dentre as quais estão o peso da responsabilização pelo cuidado da casa e dos filhos que recai sobre as mulheres, e a solidariedade feminina. Depois do acidente, Andréia contou principalmente com a ajuda da mãe para cuidar do filho menor, que ainda não tinha completado um ano quando ela sofreu o acidente. No que diz respeito à responsabilização pelos cuidados, é válido retomar as reflexões de Dejours (1987) de que “quando se é mulher não se pode permitir ficar doente”, para pensar a força que essa representação teve na vida de Andréia para que ela se recuperasse logo e cumprisse com seus “deveres” de dona-de-casa e mãe cuidadora. Ela não queria correr o risco de deixar os filhos “jogados” e ser considerada uma mãe que não cumpre com seus papéis de cuidadora. No que diz respeito ao dever em cumprir as tarefas domésticas de limpeza e preparo de alimentos, Andréia completa:

Andréia – A turma pensa que eu ponho alguma pessoa, porque muita gente perguntava se eu pagava alguma pessoa, né, mas não.

Juliana – Eles falam o quê da sua casa?

Andréia – Eles entram aqui e falam como que eu limpo a casa, limpinha não é... para fazer o serviço desse jeito. Eu faço, eu torço o pano e tudo.

Beatriz – Você cozinha?

Andréia – Faço tudo, lavo roupa, olha o jeito que eu estendo⁶⁰. Faço tudinho.

Juliana – Alguém te ajuda? Você tem a ajuda de alguém?

Andréia – Não. Ponho fralda no menino, quando meu marido está em casa, ele me ajuda. Mas faço tudo, faço comida, lavo louça, faço tudo. (*Andréia*)

Manoela também contou com a solidariedade feminina. Depois do acidente recebeu a ajuda de uma tia, com quem estava morando no momento em que a entrevista foi realizada. Ela passou a viver com a tia porque abandonou a casa em que vivia com sua companheira. Manoela interrompeu o relacionamento por considerar que sua companheira não era obrigada a conviver com uma pessoa que era “somente a metade”. Ela tece algumas considerações sobre sua experiência após o acidente, levantando aspectos sobre a forma como vê o corpo, a sociabilidade e o sentimento de revolta por ter aceitado a situação de intensificação do trabalho no abatedouro:

Eu não tenho coragem. Sabe, não cheguei na frente do espelho assim, pra me olhar. E daí falam: "você se arruma como?", eu falei: "eu não sei, eu olho, procuro minha tia, minha prima, mas eu não sei ver o espelho, eu não consigo". Porque eu falo, pô, antes eu chegava e tinha dois braços, e a realidade é essa, eu tenho que chegar e ver que está faltando um pedaço de mim, me dói muito... Nossa, é muito difícil. E eu falo pras pessoas que trabalham lá: “faz o que vocês podem, não faz o que os outros mandam”, que eles falam: “ô fulano, fica até que horas”, "ô fulano, faz isso, faz aquilo". Não, faz o teu serviço. Não faz igual eu não, que eu fazia de tudo, e hoje eu to aí ó... Tenho que entrar na justiça pra ganhar alguma coisa. Eu fazia de tudo, de tudo ali dentro, tudo o que você imaginar eu fazia lá dentro... Eu colocava gaiola de frango inteiro, eu fazia de tudo, tudo, tudo. Batia caixa, fazia de tudo. Eu não estava nem aí, não... O que mandava eu fazer, eu fazia. Hoje, não valeu a pena pra nada. (...)

Eu estou levando... Às vezes me bate aquela tristeza, às vezes me bate aquela angústia... Aquela raiva, aquele ódio, aquela mágoa... Porque eu falo, pô, se tivesse explicado que ia fazer aquele estrago, não tinha acontecido isso comigo. (*Manoela*)

Os trechos da narrativa de Manoela demonstram a situação de revolta em perceber que o acidente de trabalho no abatedouro lhe retirou algo mais que o braço, lhe tomou a condição que estruturava sua vida e sua identidade: a de mulher trabalhadora. Lembramos a leitora/ o leitor que o trabalho representava na vida de Manoela uma relativa autonomia – já que a mãe não aceitava a manifestação de sua sexualidade; além disso, como demonstramos no capítulo anterior, a intensificação do trabalho de Manoela era uma forma de se destacar sobre as demais trabalhadoras, já que tinha sua identidade marcada pela estigmatização de se relacionar afetuosamente com outras mulheres. A intensificação

⁶⁰

Andréia aponta as roupas penduradas no varal, que fica em um nível alto do quintal da casa.

do trabalho era uma forma, portanto, de compensar esta marca e o preconceito advindos do fato de ser lésbica.

Com essa discussão pretendemos mostrar que as vivências das trabalhadoras – apesar de estarem submetidas às mesmas condições de trabalho degradantes no interior do abatedouro e ao longo de suas trajetórias em tarefas domésticas e naquelas realizadas nos eitos dos canaviais, nos laranjais – não devem ser homogeneizadas. Não intentamos com isso mostrar elementos particularizados, mas antes de tudo, levantar as dimensões sociais presentes nas subjetividades das experiências femininas.

A despeito de as vivências no local de trabalho trazerem bastante sofrimento às trabalhadoras, intentamos no próximo tópico deste capítulo apresentar as estratégias de resistência e os enfrentamentos cotidianos das operárias e dos operários do abatedouro de frangos, bem como os demais conflitos advindos de situações inesperadas, como a crise financeira pela qual a empresa passou no final do ano de 2008 e primeiro semestre de 2009.

Agentes sociais nos conflitos de trabalho

O objetivo deste tópico é apresentar um cenário inesperado para o desenvolvimento dessa pesquisa, qual seja: a crise financeira que se deu na empresa de abate de frangos a partir de setembro de 2008. O fato se mostrou relevante para os intuitos da pesquisa não só por evidenciar os conflitos advindos do ambiente de trabalho e da situação de instabilidade econômica, mas também por revelar as condições da empresa no que diz respeito ao (des)cumprimento à Legislação Trabalhista, os acidentes de trabalho no interior do abatedouro e as formas de resistência cotidiana das trabalhadoras e dos trabalhadores, fatos estes que marcam os acontecimentos da empresa muito antes do período de crise financeira.

Buscaremos, nesse sentido, apresentar os conflitos que envolvem, pelo menos, os seguintes agentes: trabalhadores, sindicato, empresa e Ministério do Trabalho. Para tanto, vincularemos a análise aos seguintes eixos: debate teórico que envolve o tema do trabalho, sob a forma de conflitos cotidianos e aqueles considerados “macro-estruturais”; narrativas das mulheres e observações em campo empírico; artigos de jornais veiculados na imprensa escrita da região de São Carlos no primeiro semestre do ano de 2009 que apresentam a temática do abatedouro; conversa realizada com o Delegado do Trabalho de

São Carlos; e a consulta ao processo contendo dados sobre as intervenções do Ministério do Trabalho na empresa.

Quando tratamos de *formas de resistência cotidiana* fundamentamos nosso debate nas considerações de James Scott (2002) sobre a luta dos trabalhadores no âmbito mais cotidiano: na fábrica pela jornada de trabalho, pelo salário, pela autonomia e direitos. Essas formas de resistência não são facilmente notadas por não produzirem grandes manchetes. O autor nos mostra que

assim como milhões de pólipos de antozoários criam um arrecife de corais, milhões e milhões de atos individuais de insubordinação e de evasão criam barreiras econômicas e políticas por si próprios. Há raramente alguma confrontação dramática, eventualmente digna de ser noticiada. (...) É muito raro que os produtores desses micro-atos busquem chamar a atenção sobre eles mesmos (p. 13).

A proposta se dá, justamente, em considerar como resistência as ações que estão além das manifestações envolvendo movimentos sociais e sindicatos porque classificar apenas os atos abertos e radicais como resistência significa “aceitar que a estrutura de dominação define para nós o que é o que não é resistência” (Ibid., p. 29).

Marilda Menezes (2002) também compartilha das considerações de Scott em seu estudo sobre as formas de resistência cotidiana de trabalhadores rurais que, em geral, são caracterizados enquanto um grupo que carece de organização de classe ou política. A autora mostra que as práticas e representações das relações de dominação que o grupo apresenta geralmente são compreendidas pela literatura enquanto conformismo, acomodação e/ou submissão. Ela sugere uma análise diferenciada que leve em conta os aspectos da luta desses trabalhadores fora de um âmbito mais organizado e formal.

Quando lançamos esse olhar diferenciado, propondo apresentar elementos do cotidiano, entende-se que são fornecidos novos elementos para a compreensão das particularidades do grupo, não enquanto uma entidade homogênea, mas que apresenta expressões nem sempre visíveis em uma análise de âmbito mais estrutural. Por isso a importância em se destacar a dimensão simbólica das relações de dominação. Nesta forma de abordagem,

os trabalhadores passaram a ser interpretados a partir das práticas e não da posição na estrutura social, deixando, como consequência dessa nova abordagem, de serem vistos como uma classe trabalhadora ‘atrasada’ e incapaz de questionamento. Muda-se o foco das condições de vida e das práticas político-institucionais da classe operária para as práticas cotidianas e as representações,

resgatando assim, a heterogeneidade social e também histórica da formação das classes sociais brasileiras (RAMIRO, 2006, p. 21).

Os relatos das mulheres mostram os enfrentamentos possíveis e as diferentes formas de resistências no ambiente de trabalho. Como mostramos anteriormente, não são poucas as trabalhadoras que discutem com líderes e encarregados no abatedouro, questionando as imposições colocadas por eles no que diz respeito à intensidade e formas de realizar o trabalho, assim como o controle sobre o tempo de ir ao banheiro e beber água. Outra prática de resistência narrada pelas mulheres destaca as ações de um grupo que trabalha em um dos setores iniciais da linha produtiva de abate de frangos, o corte.

Juliana – Como os encarregados tratavam as pessoas da linha? Como as pessoas da linha tratavam os líderes e encarregados? Como era a relação dos grupos?

Francisca – Ai, tinham uns que... Tem pessoas que não respeitam, não, os encarregados. Porque nesse tempo que teve muita gente mandada embora, muitos trabalhadores deixaram a linha rodando sozinha e foram embora. Não quiseram saber, não. Deu 3h30, que era o horário combinado. Quando deu 3h30, a linha não parou, continuou rodando, aí os trabalhadores deixaram os frangos lá, um bocado de dia. Até eles verem que... ou eles paravam na hora certa, ou eles deixavam lá. Porque bem dizer é trabalhar de graça porque eles falam “a hora extra, a hora extra”, a hora extra não vem! Aí por isso eles deixavam. Aí depois era bagunça, aí sobrava para os líderes, encarregados, supervisor ir lá para o corte, para não deixar muito, senão estragava. (*Francisca*)

João também destaca em sua narrativa os momentos de resistência dos trabalhadores do setor da pendura, considerada uma das tarefas mais degradantes no interior do abatedouro, pois neste local os trabalhadores entravam em contato com os excrementos dos animais e eram impossibilitados de limpar a sujeira que ficava em seus rostos, pois a pausa diminuiria a produtividade, tão exigida em todo abatedouro.

Só que a gente era bagunceiro, a gente quebrava a linha, enroscava os ganchos na linha. Fazia de tudo um pouco lá porque dava raiva, mesmo, porque os frangos cagavam na cara dos peões, na boca, não tinha nem papel para limpar. (*João*)

A forma de resistência possível aos trabalhadores era a interrupção das atividades. A empresa pressionava de um lado, tentando estender a jornada de trabalho sem oferecer os devidos pagamentos de hora-extra, e os funcionários usavam as ferramentas que estavam ao seu alcance, pois nas negociações coletivas quase sempre os trabalhadores saíam fracassados.

A insatisfação em relação ao trabalho realizado no abatedouro trouxe um sentimento de revolta que é assim narrado por Milton:

Se eu tivesse condições. Nossa! Se eu tivesse condições, eu deixava só o dono lá dentro e explodia! Ou senão deixava ele um dia só – o dono – na pendura. Eu ia deixar ele na pendura. Primeiro eu ia mandar ele fazer o serviço que eu fazia, para ele ver como é que era, depois ele ia na pendura, depois ele ia na sangria, depois ele ia lá na câmara fria, deixa ele lá para ele ver como os outros passavam frio lá. Ele ia ver, não precisava matar, não, porque matar acabou, não tem mais graça.
(Milton)

As mulheres relatam que no período de crise financeira pela qual o abatedouro passou foram feitas diversas reuniões, nas quais a empresa pedia tranquilidade e paciência aos trabalhadores que estavam com os pagamentos atrasados. A empresa pedia a contribuição e compreensão dos trabalhadores para que estes não entrassem em greve porque se isto fosse concretizado, não teriam como produzir, vender e conseqüentemente, conseguir o dinheiro para efetuar os pagamentos atrasados.

O valor total da dívida da empresa, em julho de 2009, estava em torno de 88 milhões de reais. No entanto, as dívidas trabalhistas representavam somente 0,5% deste valor, ou seja, aproximadamente 400 mil reais. O restante do valor inclui o pagamento a bancos e fornecedores. Para cortar gastos, a administração da empresa reduziu o abate diário que era de 194 mil frangos em dezembro de 2008 para 85.000 frangos em janeiro de 2009. Com isso, o quadro de funcionários do abatedouro reduziu de 1.553 trabalhadores para 642, operando assim em apenas um turno. A empresa também paralisou a parceria com 203 produtores de granjas do sistema de integração.

Colocado o cenário de grave crise mundial a partir de setembro de 2008, que afetou diferentes setores de mercado, inclusive o de frigoríficos, tendo como consequência um grande número de funcionários demitidos e uma situação de desemprego, cria-se uma circunstância inibidora de greves.

Em estudo realizado sobre o histórico das greves no Brasil, Eduardo Noronha (2009) mostra que dificilmente o fenômeno das greves pode ser reduzido a uma variável, em razão de sua complexidade. No entanto, nos fornece algumas pistas para pensarmos neste fato em sua dimensão mais ampla, envolvendo circunstâncias econômicas e políticas. Geralmente, trata-se de um conflito em que trabalhadores, sindicatos e empresas lançam suas armas para negociar de acordo com o que lhes é conveniente e também segundo interesses político-partidários e político sindicais. Sobre o cenário e os recursos dos agentes, o autor comenta:

O aumento das taxas de desemprego é indiscutivelmente um inibidor de greves, bem como a expansão do emprego propicia-lhes condições favoráveis. (...) No conflito capital-trabalho, o recurso primário de poder dos empregadores é a oferta

de empregos, e o dos empregados, a decisão de trabalhar ou não. A demissão e a greve são, portanto, as armas básicas utilizadas. (Ibid., p. 152)

Sabine Fortino (2009) compartilha dessas considerações ao sugerir que as situações de altos índices de desemprego geram uma pressão sobre os trabalhadores, pois estes são considerados “privilegiados” por ainda desfrutarem do emprego. Então, quando surge um problema, como o caso de atraso nos pagamentos, os trabalhadores têm que suportar os riscos objetivos e subjetivos encontrados no ambiente de trabalho. Submetem-se, assim, ao prolongamento de jornada de trabalho e ao tratamento hostil por parte dos líderes e encarregados.

Os trabalhadores e trabalhadoras do abatedouro não realizaram greves com interrupção da jornada de trabalho. Houve, porém, o abandono da linha de abate no fim da jornada e vários protestos de operários e operárias⁶¹ – mediados pelo Sindicato da categoria (Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação) – em frente ao abatedouro reivindicando os pagamentos atrasados e melhores condições de trabalho.

Apesar das mediações do sindicato nos conflitos entre os trabalhadores e a empresa, este parece não ser representado de forma muito positiva pelas trabalhadoras e pelo Delegado do Trabalho de São Carlos. Em razão de uma conversa para o desenvolvimento desta pesquisa, ele apresentou suas considerações sobre a atuação do sindicato, afirmando que “lamentavelmente, a atuação deste sindicato é inexpressiva”. Nos relatos das mulheres, a mesma impressão parece ser evidenciada quando falam que a presença do sindicato não tem qualquer serventia e nada estavam fazendo para alterar a situação do atraso no pagamento e não recebimento dos Fundos de Garantia para os trabalhadores dispensados. Em alguns jornais do município de São Carlos, o representante do Sindicato aparece com suas considerações sobre a crise, as demissões e também se mostra preocupado com a situação, inclusive participando da manifestação ocorrida em frente ao abatedouro⁶².

Também tivemos acesso a uma parte do Termo da Audiência Pública realizada no dia 06 de julho de 2007, que constou como “denunciante” a Subdelegacia de Trabalho de São Carlos, como “denunciado” o referido abatedouro e como “objeto”, “a jornada de

⁶¹ [ABATEDOURO] conclui 1.100 dispensas. *Jornal Primeira Página*, São Carlos, 07 de abril de 2009, p. Cidades.

⁶² “O presidente do sindicato diz que as homologações das rescisões de contratos de trabalho estão sendo realizadas para que os operários possam pelo menos receber o FGTS (...). ‘A empresa alega que não tem como honrar com estes compromissos assumidos’, diz [o representante do Sindicato], que já comandou vários protestos na entrada da empresa” In: [ABATEDOURO] conclui 1.100 dispensas. *Jornal Primeira Página*, São Carlos, 07 de abril de 2009, p. Cidades.

trabalho, assédio moral e contrato de trabalho”. Neste Termo de audiência constam a presença de um representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de São Carlos, bem como o seguinte trecho: “Primeiramente, foi oportunizada a palavra ao representante do sindicato da categoria profissional, que, em suma, externou desconhecer a existência de problemas trabalhistas generalizados na denunciada, com a qual mantém contato frequente” (*Termo de Audiência realizada no dia 06 de julho de 2007, em Araraquara/SP*). Em nova Audiência Pública realizada no dia 02 de fevereiro de 2009, o Procurador do Trabalho apresentou para a empresa, ainda, a seguinte denúncia: “O Sindicato de trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de São Carlos esteve na sede da empresa para elaborar as reclamações trabalhistas, cobrando 10% do proveito econômico resultante de cada ação” (*Termo da Audiência*). O desconto cobrado pelo sindicato também é apresentado em uma das narrativas:

Eu sei que depois dos acidentes⁶³ muita gente ficou com medo. Saiu umas pessoas, logo no sindicato, isso foi no tempo do sindicato... estavam fazendo acordo para sair, aí teve gente que saiu porque viram e ficaram que nem traumatizados. Os trabalhadores pediram para sair. O sindicato foi lá, perguntou quem quisesse fazer o acordo, que eles só estavam cobrando 10% pelo sindicato. Aí muita gente saiu nessa época. (*Francisca*)

Percebe-se, aí, os cruzamentos das fontes orais constituídas pelas narrativas das mulheres com o documento que consta no processo com as intervenções trabalhistas, para a compreensão dos embates entre trabalhadores e sindicato. Nesse sentido, além de ser um importante documento para mostrar o tratamento da empresa no que diz respeito ao cumprimento da Legislação Trabalhista (jornada de trabalho, condições de trabalho), o processo consultado nos fornece relevantes pistas para a compreensão de um campo de conflitos no qual estão envolvidos diferentes atores: os trabalhadores, representantes da empresa, representantes sindicais e a Subdelegacia de Trabalho de São Carlos. As posições não são pré-estabelecidas, ou seja, o sindicato ora se mostra em defesa dos trabalhadores, ora parece se posicionar ao lado da empresa, quando assume que desconhece as condições reclamadas na audiência pública.

Além da intervenção do Ministério do Trabalho por meio de autuações, fiscalizações e realização de audiências em defesa dos direitos trabalhistas, outro importante grupo de intervenção foi a Comissão de Relações de Trabalho da Câmara Municipal de São Carlos, formada por três vereadores deste município. No início do mês

⁶³ Trata-se dos graves acidentes ocorridos no interior do abatedouro, com mutilações dos membros superiores.

de março de 2009 eles visitaram o abatedouro com o objetivo de buscar melhorias para os trabalhadores, dialogar com estes e com a direção da empresa, no intuito de garantir a segurança do trabalho. Após a visita ao interior do abatedouro, os membros da comissão concluíram que a linha de produção é perigosa, colocando os operários em risco de novos acidentes, exigindo, portanto, alterações nas condições de trabalho.

As inconsistências já vinham sendo apontadas por diferentes atores envolvidos no processo: denúncias de trabalhadoras, trabalhadores, juízes do Trabalho, Delegado do Trabalho. Em maio de 2007, o juiz da 2ª. Vara do Trabalho de São Carlos informou:

A empresa vem demitindo trabalhadores por justa causa, por desídia, (faltas ao trabalho), sendo que estes empregados apresentam atestados médicos e não são aceitos pela empresa. Inúmeros trabalhadores tem procurado esta sucursal para denunciarem e se orientam quanto a maus tratos de seus líderes, tratamentos com excessivo rigor, não permitem que trabalhadores se dirijam ao banheiro. (Informe do Juiz da 2ª Vara do Trabalho de São Carlos ao Ministério do Trabalho e Emprego de São Carlos anexado ao processo com informações sobre a atuação do Ministério Público do Trabalho de São Carlos no abatedouro de frangos deste município)

Fundamentada nessas denúncias, a Procuradoria Regional do Trabalho realiza a primeira audiência pública tendo como denunciado o referido abatedouro, no dia 06 de julho de 2007, no município de Araraquara/SP, tendo como objeto “jornada de trabalho, assédio moral e contrato de trabalho”.

A segunda audiência é realizada no dia 26 de julho de 2007, já com o aceite de um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta do abatedouro perante o Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, Ministério do Trabalho e Emprego, Delegacia Regional do Trabalho do Estado de São Paulo e Subdelegacia do Trabalho de São Carlos. Apresentamos a seguir a transcrição dos compromissos estabelecidos pela empresa frente aos órgãos supracitados:

1. Compromete-se, imediatamente, a não exigir de seus empregados uma carga extraordinária superior a duas horas diárias, ressalvadas as exceções legais, remunerando as suplementares prestadas com o adicionado legal;
2. Compromete-se, imediatamente, a consignar em registro mecânico, manual ou sistema eletrônico, os horário de entrada, saída e período de repouso efetivamente praticados pelo empregado;
3. Compromete-se, no prazo de 40 (quarenta) dias, a orientar, de forma individual, clara e comprovada por documento, todos os seus atuais empregados, bem como daqueles admitidos durante o prazo supra, acerca do que dispõe a Lei 8.213/91, art. 60, parágrafo 4º, explicitando as vantagens de poderem contar com serviços médicos fornecidos pela empregadora, prestando informações à

Subdelegacia do Trabalho, trimestralmente, da quantidade de atestados pagos e não pagos⁶⁴;

Parágrafo único: Na hipótese de dispensa, por justa causa, dos atuais e futuros empregados, motivada em faltas reiteradas e desde que presentes atestados médicos, deverá ser realizada apuração, facultando a participação do sindicato da categoria profissional respectiva, reproduzida em documentação formada pela empregadora e à disposição dos órgãos fiscais, além do MPT, onde se garanta a defesa do trabalhador e se finde com a elaboração de deliberação escrita, seja ela qual for;

4. Compromete-se, no prazo de 40 (quarenta) dias, a orientar individualmente, de forma clara e comprovada por documento, todos os seus atuais empregados, bem como daqueles admitidos durante o prazo supra, de que podem fazer uso dos sanitários sempre que necessitarem, bastante para tanto a simples comunicação ao encarregado do setor, o qual mandará alguém substituí-lo, e que, em casos de urgência, basta que o empregado avise seu colega de linha, o qual, por sua vez, avisará o encarregado. Deve ainda ser esclarecido ao empregado que a necessidade de comunicar o empregado, para dirigir-se ao banheiro não significa restrição, mas um controle necessário para a empregadora poder atender suas exigências técnicas, uma vez que se trata de um trabalho coletivo;

Parágrafo Único: Ficam excluídos dessa orientação, por não ser a eles aplicáveis, os empregados que desenvolvem serviços não diretamente ligados à produção;

5. Compromete-se, no prazo de 20 (vinte) dias, a orientar, documentalmente, todos os seus atuais representantes e empregados que chefiem (encarregados, supervisores etc), bem como daqueles admitidos durante o prazo supra, a tratarem os demais trabalhadores com urbanidade e dignidade, não procedendo com excessivo rigor ou praticando outro ato que possa configurar assédio moral;

(...)

O presente TC tem eficácia de título executivo extrajudicial (*Ata da Audiência Pública realizada no dia 26 de julho de 2007 - anexada ao processo com informações sobre a atuação do Ministério Público do Trabalho de São Carlos no abatedouro de frangos deste município*).

Já em fevereiro de 2009, há uma nova audiência. O Ministério Público do Trabalho/ Procuradoria Regional do Trabalho 15ª Região apresenta as seguintes denúncias contra o referido abatedouro:

- 1 – Grave acidente de trabalho [com mutilação de um braço de uma funcionária];
- 2 – Ocorrência frequente de acidentes de trabalho com mutilações nas dependências da empresa;
- 3 – Elevadíssimo número de reclamações trabalhistas;
- 4 – Nas recentes reclamações, há pedido de rescisão indireta;
- 5 – Ausência de intervalo intrajornada;
- 6 – Ausência de adicional de insalubridade e de adicional noturno;
- 7 – Falta de depósito de FGTS;
- 8 – O Sindicato de trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de São Carlos esteve na sede da empresa para elaborar as reclamações trabalhistas, cobrando 10% do proveito econômico resultante de cada ação;

⁶⁴ A Lei 8.213/91, art. 60, parágrafo 4º dispõe: “§ 4º A empresa que dispuser de serviço médico, próprio ou em convênio, terá a seu cargo o exame médico e o abono das faltas correspondentes ao período referido no § 3º (15 dias consecutivos), somente devendo encaminhar o segurado à perícia médica da Previdência Social quando a incapacidade ultrapassar 15 (quinze) dias”. (BRASIL, 2009).

A partir dessas denúncias e pelo fato do não-pagamento dos acertos e salários é estabelecido um novo Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta. A diretoria da empresa alega que a crise financeira iniciada em setembro de 2008 nos Estados Unidos é a razão da demissão do grande número de funcionários do abatedouro.

Durante a realização da pesquisa de campo entre março e junho de 2009 foram ouvidos diferentes relatos sobre o elevado número de pessoas dispensadas. Conversamos com pessoas que ainda estavam empregadas no abatedouro e também com pessoas que tinham sido dispensadas ou saído por conta própria. Entre as que foram dispensadas, a maioria recorreu a advogados “por fora” do Sindicato por acreditarem que este não resolveria a situação. Algumas trabalhadoras não receberam as férias, nenhuma delas tinham recebido o FGTS - no período de setembro de 2008 a fevereiro de 2009. Entre as mulheres que continuavam trabalhando no abatedouro, o pagamento estava atrasado e a empresa não estava pagando o vale-refeição. Para tentar driblar a situação, a administração sugeriu que as funcionárias levassem para casa enormes caixas de frangos e tentassem vender por conta própria nos supermercados e entre amigos, vizinhos. A sugestão foi acatada no segundo semestre de 2009: a empresa fornece caixas de frango para os trabalhadores no lugar do vale-alimentação, cada um se responsabiliza pela venda ou consumo dos frangos; quanto aos R\$ 300,00 referentes a cinco parcelas atrasadas do vale-alimentação para cada funcionário, a empresa se comprometeu a pagar aos poucos.

Milton e João narram com muita insatisfação essa troca do vale-alimentação por caixas de frangos. João aponta a negociação dos trabalhadores e as indagações feitas no momento da tomada de decisão. Os trabalhadores foram consultados pelo Sindicato e não aceitaram a proposta, mas o acordo não foi cumprido, como mostram os seguintes trechos das narrativas:

Aí o pessoal foi lá, fizeram um acordo: “olha, vocês aceitam tíquete vale?” Aí: “Por que vocês não vendem esse frango e paga a gente em dinheiro, que é melhor, porque a gente vai comer só frango? Não tem outras coisas para comprar?”. Pô, dá uma caixa de frango, fica na geladeira, enche o congelador de frango, vai comer só frango? E as outras coisas pra gente comprar? Um arroz, outra coisa, uma mistura? A gente não aceitou. (...) Aí cada um que quisesse dar uma palavra, se estava achando errado. Eu só falei: “Em vez de você dar o frango para nós, você não pode pegar uma carreta de frango, vender aí fora e dar o dinheiro para nós? Não acha melhor?”. Aí “não sei o que”... O pessoal: “É, está certo”. Porque aqui, vamos supor, “se der uma caixa de frango para cada funcionário, não vai ser o mesmo preço se você vender lá fora e dar o dinheiro

para nós? Se você me der uma caixa de frango, eu chego, ponho na geladeira, aí eu vou comer só frango em casa com meus filhos? E o arroz? Eu quero comprar um legume, uma coisa, uma abóbora, vou comprar com que? Vou trocar o frango em mistura?” Aí ficou assim... Não falaram nada, não. (*João*)

E vale? Vale? Vale refeição o cacete! Vale frango! Comer frango todo dia na marmita. Vale frango! Eles davam uma caixa de frango de 60 contos. Vale? Ah! Para com isso! Oh! Lá era horrível, horrível, eu vou falar, é humilhante trabalhar lá, é humilhante. (*Milton*)

Além da dispensa de elevado número de pessoas, a empresa lança mão de diferentes recursos para não arcar com os prejuízos causados pela crise financeira, passando os custos diretamente para os trabalhadores (dispensados ou não). Ademais, contou com o deferimento de seu pedido de recuperação judicial concedido em maio de 2009 pelo juiz titular da Terceira Vara de Justiça Civil de São Carlos. Tal concessão permitiu que a empresa tivesse um prazo maior para elaborar um plano de recuperação financeira. Em termos práticos, a empresa teve mais facilidades para pagar as contas atrasadas – referentes aos fundos de garantias dos funcionários⁶⁵.

Tanto o Delegado do Trabalho como os trabalhadores percebem e relatam essas estratégias da empresa. Durante a realização da pesquisa de campo, conversamos com uma trabalhadora que tinha sido dispensada há poucos meses do abatedouro. Ela e seu tio expressaram a insatisfação em relação à condição dos trabalhadores e trabalhadoras do abatedouro. O tio nos disse que os responsáveis pela empresa não pagam os direitos trabalhistas, mas querem recuperar as dívidas da empresa, e assim que recuperam, não dividem o lucro com os trabalhadores, por isso que não pagam. Disse, inclusive, que achava que não iriam pagar os direitos trabalhistas devidos mesmo depois da recuperação porque poderiam simplesmente passar as dívidas do abatedouro para o nome de outra empresa e reabrir com um nome diferente para escapar dos pagamentos das dívidas trabalhistas.

O Delegado de Trabalho de São Carlos, ao tecer suas considerações sobre a atuação do Estado e a lentidão na conclusão do processo de dívida trabalhista da empresa, apontou que muitas vezes a burocracia impede que as decisões sejam tomadas rapidamente, pois enquanto o processo está em andamento, os trabalhadores estão sofrendo as consequências da não-aplicação dos direitos, tendo seus pagamentos suspensos. Além disso, apontou algumas estratégias das empresas que têm seus bens

⁶⁵ ROGÉRIO, Marco. [abatedouro] consegue recuperação judicial. *Jornal Primeira Página*, São Carlos, 13 de maio de 2009.

sequestrados para não realizar o pagamento dos funcionários. Elas se utilizam da lentidão na execução do processo: enquanto recorre às instâncias superiores da Justiça tentando impedir o sequestro dos bens, a empresa passa os bens para outro setor, como o da citricultura.

Assim, se por um lado a empresa desfrutou de alguns privilégios, por outro, é preciso lembrar também da atuação da Subdelegacia do Trabalho frente ao cumprimento da legislação trabalhista – seja por meio das denúncias e convocações de audiências, ou ainda pela aplicação de multas e notificações à empresa. Portanto, cabe aqui a avaliação de que a atuação do campo jurídico não se apresenta apenas como um instrumento a serviço da classe dominante (SILVA, M. A. M., 2008a, p. 217). As relações jurídicas se encontram imbricadas nas relações de conflito e negociação entre as classes.

Para melhor compreensão das mediações realizadas pelo campo jurídico, recorreremos às discussões apresentadas nos estudos de Thompson (1987) e Bourdieu (2007c). Thompson realizou um experimento historiográfico apontando as origens da Lei Negra – que envolvia a punição à caça ilegal de cervos – no contexto da história social do crime no século XVIII na Inglaterra. Percebeu em seu estudo a dificuldade em verificar as origens desta Lei, pois a principal documentação sobre os julgamentos dos Negros tinha se perdido. Apresentou, assim, as circunstâncias de criação da Lei envolvendo o cumprimento de interesses particulares, favorecendo as classes dominantes, mas evidenciando também os enfrentamentos da população diretamente envolvida, como os habitantes de florestas atingidas pela rígida legislação.

O estudo de Thompson (1987) nos é relevante por apresentar o domínio da lei enquanto um domínio de classe, os movimentos duplos da lei, os limites de sua eficácia e sua função ideológica. Assim, no tocante ao primeiro aspecto, o autor coloca:

A lei é por definição, e talvez de modo mais claro do que qualquer outro artefato cultural ou institucional, uma parcela de uma ‘superestrutura’ que se adapta por si às necessidades de uma infra-estrutura de forças produtivas e relações de produção. Como tal, é nitidamente um instrumento da classe dominante de fato: ela define e defende as pretensões desses dominantes aos recursos e à força de trabalho – ela diz o que será propriedade e o que será crime –, e opera como mediação das relações de classe com um conjunto de regras e sanções adequadas, as quais, em última instância, confirmam e consolidam o poder de classe existente. Portanto, o domínio da lei é apenas uma outra máscara do domínio de uma classe (p. 350).

Entretanto, ele deixa claro que o domínio da lei não é a aplicação pura e simples da vontade das classes dominantes. Para que tenha eficácia, a lei precisa aparentar ser

justa e livre de manipulações: “Se a lei é manifestamente parcial e injusta, não vai mascarar nada, legitimar nada, contribuir em nada para a hegemonia de classe alguma” (Ibid., p. 354). Nesse sentido, percebe-se um movimento duplo, em que a “justiça” e a “eficácia” da lei se apresentam como instrumentos para que os grupos dominantes imponham definições para proveito próprio, extinguindo, por exemplo, o direito de uso da terra. Por outro lado, a lei media as relações de classe através de formas legais, que continuamente impõe restrições, inclusive, às ações dos dominantes (Ibid., p. 356).

Sendo assim, é possível entender os movimentos em que o cumprimento das legislações ora parece favorecer o grupo dos trabalhadores, ora o grupo empresarial. Esse movimento fica claro quando pensamos nas ações e intervenções do Ministério do Trabalho e Emprego, por meio de convocações de Audiências Públicas para averiguar o ambiente de trabalho no interior do abatedouro e as inconsistências trabalhistas quanto ao pagamento de salários. As intervenções objetivam o cumprimento da legislação trabalhista, para isso lançam mão de notificações, aplicação de multas e também de encaminhamentos de proposta de assinatura dos Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta, conforme demonstramos acima.

Mesmo com a assinatura do Termo de Compromisso, a empresa ainda apresentou atrasos nos pagamentos e prolongamento das jornadas, como pudemos verificar nas narrativas das mulheres que estiveram empregadas no abatedouro após a data de assinatura do Termo.

Entendemos que na circunstância em que a empresa entra com Pedido de Recuperação Judicial e naquelas em que as trabalhadoras procuram os serviços de advogados (“por fora” ou “pelo sindicato”), esses agentes sociais, trabalhadores e administradores da empresa, passam a aceitar as regras do campo jurídico. O conceito de *campo* aqui é entendido enquanto um espaço multidimensional,

construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que atuam no universo social considerado, quer dizer, apropriadas a conferir, ao detentor delas, força ou poder neste universo. Os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas posições relativas neste espaço (BOURDIEU, 2007c, p. 133-134).

Quando decidem entrar no “jogo” do campo jurídico, os agentes aceitam a adoção de um modo de expressão e de discussão que implica em renunciar à violência física e às formas elementares da violência simbólica, como a injúria (Ibid., p. 229). Eles entendem que o direito possa resolver o conflito.

O campo jurídico reduz aqueles que, ao aceitarem entrar nele, renunciam tacitamente a gerir eles próprios o seu conflito (pelo recurso à força ou a um árbitro não oficial ou pela procura direta de uma solução amigável), ao estado de clientes dos profissionais; ele constitui os interesses pré-jurídicos dos agentes em causas judiciais e transforma em capital a competência que garante o domínio dos meios e recursos jurídicos exigidos pela lógica do campo (p. 233).

Os advogados, juízes da Vara da Justiça Civil que aprovam pedidos de recuperação judicial, delegados do Ministério do Trabalho e Emprego e promotores do Ministério Público, enquanto agentes que ocupam um espaço social no campo jurídico, possuem, em comum, o capital que lhes permitem transmutar o conflito direto entre as partes em debate jurídico que compreende o conhecimento das leis escritas e não escritas do campo (Ibid., p. 229). Embora possuam o mesmo tipo de capital – que os diferencia, enquanto grupo, daqueles que não estão inseridos no campo jurídico na condição de profissionais – o volume de capital desses agentes jurídicos não é o mesmo. Justamente essa diferença no volume de capital que passa por valores, visões de mundo e posição ideológica no campo é que permite os diferentes movimentos de embate de interesses entre as classes.

Vejamos, por exemplo, um caso que demonstra o que mostramos acima a respeito da aplicação da lei nem sempre favorecer as classes dominantes e também sobre os diferentes volumes de capital. Em março de 2008, a Justiça do Trabalho de Minas Gerais proferiu uma sentença favorável à ação movida por uma trabalhadora rural, cortadora de cana, contra a Usina empregadora. A sentença impôs o pagamento de aproximadamente 400 mil reais referente à indenização por dano moral, material e despesa com tratamento médico da trabalhadora, que foi afastada depois de adquirir doenças advindas do trabalho (como tendinite e bursite). Para argumentar o nexo causal entre o trabalho executado no corte de cana e as doenças apresentadas pela trabalhadora, o Juiz do Trabalho apresentou alguns itens da doutrina justrabalhista que se apresentam enquanto um capital pertinente à sua posição social no campo jurídico. Apresentou também em sua argumentação as Normas Regulamentadoras sobre o ambiente de trabalho em seus aspectos físicos e ergonômicos, itens da Declaração dos Direitos Humanos e dois textos acadêmicos sobre as condições de trabalho no corte de cana-de-açúcar – um texto escrito pelo professor Francisco Alves, do Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos e um artigo escrito pelo Grupo de Pesquisa *Terra, Trabalho, Memória e Migração*, coordenado pela professora Maria Aparecida de Moraes Silva. Comprendemos que a aplicação da sentença e a linha de argumentação lançada pelo juiz

demonstram que a lei não manifestou os interesses da classe dominante, representada neste caso pela Usina empregadora, e ressalta a posição ideológica que confere ao juiz determinado volume de capital que legitima e efetiva a sentença aplicada.

Colocadas, assim, as diferentes intervenções dos agentes sociais (trabalhadores, sindicato, empresa, campo jurídico), suas ferramentas e motivações para os conflitos e negociações, evidencia-se a importância de confrontar os aspectos levantados durante a realização da pesquisa. A diversidade das fontes demonstra, por exemplo, que as intervenções do campo jurídico e sindicato ora se aproximam, ora se afastam dos interesses dos trabalhadores no que diz respeito ao oferecimento de condições adequadas no ambiente de trabalho e no momento em que os trabalhadores são dispensados. Para o exercício sociológico proposto, a busca da diversidade de fontes e seu confronto foram fundamentais para a análise que o capítulo intentou desenvolver, revelando assim uma imagem coesa, não no sentido de apresentar “a verdade dos fatos”, mas para que os diferentes dizeres e relatos apontassem para a estrutura que envolve os fatos apresentados num primeiro olhar.

Considerações Finais

O estudo das trajetórias femininas das trabalhadoras do abatedouro de frangos nos permitiu verificar que as vivências em comum se dão muito antes da experiência de precarização do trabalho como operárias nas linhas de produção da referida agroindústria. Ao apresentar os caminhos percorridos por homens e mulheres operários do abatedouro, mostramos que essas pessoas têm o início de suas trajetórias marcado por vivências camponesas nos sítios, roçados e colônias.

Evidenciamos os processos sócio-históricos para contextualizar a experiência transitória das mulheres, apontando elementos como a expulsão das famílias do campo, a falta de oportunidades de trabalho e condições de precarização da condição camponesa nos Estados de Pernambuco, Bahia e Maranhão. Além dos fatores mais estruturais, mostramos que o movimento migratório também é marcado por fatores subjetivos que podem envolver, por exemplo, o rompimento com padrões de dominação.

As marcas da construção social de gênero que atribuem às mulheres o peso da responsabilidade pelo cuidado dos filhos e parentes também se apresentaram como elementos estruturadores dos movimentos migratórios realizados por algumas trabalhadoras nos seguintes sentidos: ora como forma de solidariedade a um membro do grupo familiar que necessitava de atenção e residia em outro município; outrora como forma de escapar à estigmatização e preconceito.

Apontamos que as experiências de vida no campo são apresentadas nas narrativas ora sob um caráter positivo, evidenciando, por exemplo, a possibilidade de combinar o tempo do lazer e o tempo do trabalho em uma só atividade. Em outras narrativas, entretanto, este “viver” no campo foi representado muito mais como uma experiência de sofrimento em razão da escassez de alimentos disponível ao grupo familiar; das dificuldades de comercialização dos produtos cultivados pelos membros da família; das condições precarizadas de moradia; e também por processos de violência doméstica que marcaram a convivência familiar no período de residência no campo, como o abuso sexual e a violência destinada às filhas por parte do pai alcoolizado.

No que diz respeito ao transitar feminino no interior de São Paulo, utilizamos os referenciais dos estudos de Silva (1999) para demonstrar o processo de transformação da civilização cafeeira para a civilização da usina que acaba por gerar alterações nos modos

de vida das famílias que partem para as cidades e se tornam, individualmente, assalariados rurais em condições precarizadas.

Mostramos, portanto, que algumas trajetórias femininas simbolizam as transformações ocorridas nos espaços rurais, como no caso daquelas que residiram em colônias e se tornaram assalariadas rurais. Destacamos que apesar de o espaço da colônia ter se transformado em um imenso canavial, os modos de vida pertinentes àquele espaço-tempo não ficaram para trás. Ao transitarem da residência no campo para a cidade, entendemos que novos elementos são somados e passam a interagir. Ademais, por se tratar de uma transição, evidencia-se uma situação de não rigidez e não oposição das estruturas. Notamos que as mulheres carregam os elementos dos modos de vida do campo e da cidade, elas não transitam somente nos espaços, mas também nos modos de vida daí advindos.

Destacamos ainda a atividade realizada pelas mulheres no corte de cana-de-açúcar e colheita da laranja, demonstrando a existência de um verdadeiro adestramento do corpo na execução dessas tarefas – adestramento este que é lançado mão no momento em que procuram o trabalho no abatedouro de frangos.

Para além das experiências laborais que engrenam a transitoriedade pelos espaços do campo e da cidade, procuramos destacar as demais dimensões sociais que envolviam a passagem de um trabalho para o outro. Mostramos que algumas construções sociais ancoradas nas relações de gênero, raça/etnia, costumam acompanhar as mulheres e os homens pelos diferentes espaços.

As construções sociais de gênero e raça/etnia costumam colocar, por exemplo, as mulheres negras como seres erotizados e desprovidos de desejos. Elas se encarregam também de destinar aos negros e às negras um tratamento que lhes diz qual o lugar social devem ocupar: aquele marcado pela inferiorização social, o lugar da segregação. Destacamos que estes aspectos nem sempre são destacados de forma direta nas narrativas em razão da perpetuação do mito da democracia racial, que coloca de forma enganosa a ideia da convivência pacífica entre os povos no Brasil, quando, na verdade, o que vemos cotidianamente é uma situação de estigmatização dos grupos de negras e negros, que tratam de colocá-los em uma posição subalterna no trabalho e nos espaços de sociabilidade.

Daí a relevância dos estudos das trajetórias que não busquem somente o vivenciar dessas pessoas nos espaços laborais, na medida em que as experiências fabris não

apresentam a complexidade de relações sociais envolvidas por trás da simples apresentação do trabalho como algo precarizado.

São as experiências subjetivas que nos permitem apontar um caminho de permanências e resistências às formas de dominação impostas. As particularidades apontaram, por exemplo, os múltiplos processos de resistência cotidiana – seja nos ambientes domésticos, ou naqueles ligados ao ambiente de trabalho. Nestes casos, destacamos a estratégia de procurar emprego na colheita da laranja no período do seguro-desemprego; no caso do abatedouro damos ênfase ao movimento de alguns trabalhadores em parar as atividades na linha para conseguir, ainda que por alguns instantes, um momento de descanso não oferecido pela empresa.

É preciso lembrar ainda da reflexão das trabalhadoras e trabalhadores quanto à situação de humilhação pela qual estão submetidos no abatedouro. A despeito de a experiência na agroindústria ser representada como uma possibilidade de conseguir uma renda fixa para a manutenção do grupo familiar – este peso é ainda mais acentuado no caso das mulheres que são as únicas provedoras dos lares –, a passagem dessas pessoas pelo abatedouro significou uma vivência de sofrimento dificilmente encontrado em outros trabalhos ou ambientes.

A experiência de sofrimento no trabalho se deu em razão da intensificação das jornadas, elevada pressão exercida pelos encarregados, que controlavam sob olhares e sentenças hostis a produção de cada trabalhador, não permitindo que se perdesse qualquer instante de produção – por esse motivo não aceitavam que as trabalhadoras conversassem ou se ausentassem do posto de trabalho para ir ao banheiro ou beber água.

Merece destaque também as condições insalubres como o alto nível de ruído no interior do abatedouro, o forte odor do local, os riscos biológicos em razão do contato com o sangue e excretas dos animais, as temperaturas elevadas ou muito amenas, o risco de acidentes em razão da falta de Equipamentos de Proteção Individual, gerando nos trabalhadores um sentimento de medo constante.

Todos esses elementos causavam em uns a falta de apetite, em outros infecções urinárias em razão do tempo que ficavam sem ir ao banheiro, em algumas pessoas problemas nos braços e colunas. Nos casos mais graves, a intensificação do trabalho, as jornadas noturnas e o controle exercido pelos encarregados causavam um quadro de depressão e acidentes de trabalho com mutilação dos membros. Alguns trabalhadores cheiravam cocaína para conseguir realizar dois turnos seguidos.

Procuramos elucidar o contexto dos acidentes de trabalho escapando de um ponto-de-vista que culpabiliza a trabalhadora/ o trabalhador, ou que levante somente as questões diretas relacionadas ao ambiente fabril como possíveis causas desses acontecimentos. Antes de tudo, partimos de um olhar sociológico que levasse em consideração as dimensões sociais envolvidas no processo de organização do trabalho, mas também as vivências dos sujeitos na agroindústria de frangos.

Destacamos na análise o transitar feminino no interior do abatedouro, na medida em que diversas eram as atividades realizadas pelas trabalhadoras e trabalhadores quando eram obrigados a trocar de setor para substituir as pessoas afastadas por problemas de saúde, ressaltando que essa polivalência em nada lembra a complementaridade de tarefas executadas pela família camponesa – que tem a transitoriedade de tarefas determinada pelo ritmo da natureza, e não pelo ritmo da máquina, como acontece no abatedouro, onde as máquinas se tornam protagonistas e acabam por descartar o fazer das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Já no desfecho do estudo, levantamos também os processos de negociações coletivas gerados em razão da situação de falência decretada pela empresa, que teve como consequência direta um número elevado de demissões e a redução dos turnos de trabalho. Como implicações indiretas foram verificadas: a intensificação da jornada por parte daqueles que permaneceram no abatedouro, e o não-pagamento dos valores referentes ao salário e vale-alimentação.

Ao levantar todas essas questões referentes ao transitar feminino, mostramos que existem elementos que permanecem, como a condição de precarização das atividades. Mas buscamos, antes de tudo, nos aprofundar em uma reflexão que fugisse do entendimento colocado pela lógica capitalista, a de que as trabalhadoras e os trabalhadores nada mais são que prolongamentos das máquinas. Tal reflexão nos permitiu visualizar distintas histórias de vida, marcadas por angústias e alegrias, ainda que aquelas predominem sobre estas.

Compartilhar mesmo que parcialmente das experiências de vida das trabalhadoras e dos trabalhadores nos conduziu a uma reflexão acerca do sentido das coisas, dos relacionamentos, do tempo que passamos em cada atividade de nosso dia, em como o desenvolvimento do capitalismo e a chamada sociedade global chegou nesse estágio em que a vida humana não merece qualquer respeito. Só o que vale para o abatedouro é o corpo que produz com intensidade, não importa o que vem antes ou depois, não interessa a história de vida que a pessoa carrega, tampouco as consequências da violência do

trabalho nos membros. Pouco importa se do abatedouro sairão diariamente 194 mil frangos abatidos e várias trabalhadoras mutiladas ou se sairão os mesmos frangos e as trabalhadoras e trabalhadores saudáveis, prontos para realizar outras atividades cotidianas. Na verdade, o que acontece é que as pessoas são descartadas, a cada mês há novos currículos que a empresa recebe, a cada mês há mais gente disposta a enfrentar o trabalho ali dentro. Eis aí o modo de produção vigente com os encaminhamentos dados pela sociedade que afetam a vida das pessoas para além do ambiente de trabalho, transformando-as em meros objetos.

Esperamos, com este estudo, fornecer elementos para uma reflexão acerca das múltiplas formas de experiências de mulheres e homens que muitas vezes são invisibilizados: falamos de pessoas que têm cada membro do corpo, cada entendimento da alma sugados para a geração da riqueza de um grupo bastante reduzido da sociedade; mas falamos também de mulheres e homens com modos próprios de falar, agir, sentir e resistir... Que carregam consigo as experiências adquiridas pelo percurso... São estas as experiências que desejamos não serem apagadas nas grandes narrativas e no fazer cotidiano.

Fotos da Linha de Produção do Abatedouro

As fotos foram obtidas de um documento do Plano de Recuperação Judicial elaborado por consultores da empresa. Neste plano – disponível na página eletrônica do abatedouro – constam oito fotografias da Linha de Produção do interior do abatedouro. No entanto, nem todas as etapas estão representadas nas imagens. Não é possível, por exemplo, visualizar os frangos no momento em que eles chegam ao abatedouro, vivos, para ser realizada a degola. As narrativas das mulheres mostram que as salas dos setores iniciais do processo são bastante impregnadas do sangue das aves. Portanto, a sequência de imagens apresenta tão somente, os setores “limpos” do abatedouro.

Mantivemos a ordem das fotos tal como elas são apresentadas no documento de Recuperação Judicial.



Foto 1.

Foto 2. Esta é a primeira foto em que os frangos aparecem. Nota-se que eles já foram abatidos e depenados.





Foto 3.

Foto 4.



Foto 5.



Foto 6. Nesta imagem é possível visualizar a enorme quantidade de frangos que ficam nas mesas.

Foto 7. Esta imagem deixa evidente a divisão das mesas em equipes de trabalho.



Foto 8. Esta imagem mostra o trabalho de um dos últimos setores do processo produtivo: a embalagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

ALMEIDA, Ildeberto Muniz; GONÇALVES FILHO, Anastácio Pinto. Análise de acidentes do trabalho, gestão de segurança do trabalho e gestão de produção. *INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente* - v.4, n.1, Artigo 1, abr./ ago 2009.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; AMORIM, Elaine Regina Aguiar; FERREIRA, Verônica Clemente. Os sentidos do Trabalho da Mulher no contexto da Reestruturação Produtiva. In: *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Coimbra, Portugal, 2004. Disponível em : HTTP://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel29/AngelaAraujo_ElaineAmorim_VeronicaFerreira.pdf. Acesso em 09 de dezembro de 2009.

BAGNO, Marcos. Língua Difícil? *Revista Caros Amigos*. Ano XIV, n. 160. 2010 P. 10.

BECKER, Howard S. Capítulo 4 – “A História de Vida e o Mosaico Científico”. In: *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo, Editora Hucitec, 1993.

BENTO, Maria Aparecida Silva. A mulher negra no mercado de trabalho. *Revista Estudos Feministas*, n. 2, 1995. Pp. 479-488.

BOSI, Ecléa. “1 – A SUBSTÂNCIA SOCIAL DA MEMÓRIA”; “1 – O QUE É DESENRAIZAMENTO”. In: *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. 4a. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. “A ilusão biográfica”. In: *Usos & abusos da história oral*. Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, coordenadoras. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 183-191.

_____. “Capítulo 4 – Campo de Poder, Campo Intelectual e Habitus de Classe”; “Capítulo 5 – Sistemas de Ensino e Sistemas de Pensamento”. In: *A Economia das trocas simbólicas*. Org. Sérgio Miceli. São Paulo, Perspectiva. 2007a.

_____. “O Costureiro e sua Grife: contribuição para uma teoria da magia”. In: *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos* – 3. ed. – Porto Alegre, RS, Zouk, 2006.

_____. “2. O espaço social e suas transformações”. In: *A Distinção: crítica social do julgamento*. Tradução de Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, Zouk, 2007b.

_____. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz (português de Portugal). 11ª Ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2007c.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBODERON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude, *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*; tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ, Vozes, 2007.

BRASIL, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *LEI Nº 8.213, de 24 de julho de 1991*. Disponível em: <http://www.cna.org.br/RelacoesTrabalho/Previdencia/Lei8213.htm>. Acesso em: 30 de janeiro de 2010.

BRASIL. Projeções do agro-negócio (2008/09- 2018-19) *MAPA*. Brasília, 2009.

BRUSCHINI, Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez; MERCADO, Cristiano Miglioranza. “Trabalho e Gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional”. In: COSTA, Albertina de Oliveira; SORJ, Bila; BRUSCHINI, Cristina e HIRATA, Helena (orgs.). *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. P. 15-34.

BUENO, Juliana Dourado. *Da cana à agroindústria do frango: participação e representação das mulheres*. São Carlos: UFSCar/Departamento de Ciências Sociais, 2006. 45p. Monografia de Conclusão de Curso.

CAÍRES, Ângela Cristina Ribeiro. O colonato na Usina Tamoio. In: NEVES, Delma Pessanha & SILVA, Maria Ap. de Moraes (orgs.) *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, volume 1: formas tuteladas de condição camponesa*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008.

CALLIGARIS, Contardo. Eu sou atriz pornô, e daí? *Folha de São Paulo*, 29 de julho de 2010. Consultado em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2907201024.htm> no dia 10 de agosto de 2010.

CARVALHO, João Eduardo Coin., “Violência e Sofrimento Social: a resistência feminina na obra de Veena Das”. *Saúde Soc. São Paulo*, 17, 3, 2008, pp. 9-18.

CASTRO, Ana Lúcia et al. “Capítulo 11 – Mulher, muler: saúde, trabalho, cotidiano”. In: ALVES, Paulo Cesar. *Saúde e doença: um olhar antropológico*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.

CELLARD, André. “A Análise documental”. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa – enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. P. 295-316.

CHAUÍ, Marilena de Souza. “Os trabalhos da memória”. In: BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: Lembranças dos velhos*. 3. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. P. 17-33.

CUNHA, Maria Amália de A. No brilho do verniz, a corrosão das operárias. *Cadernos PAGU* (10). 1998, pp. 257-280.

DEERE, Carmen Diana & LÉON, Magdalena. *O empoderamento da mulher – Direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. São Paulo: Cortez-Oboré, 1987.

_____. *A banalização da injustiça social*. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

DOMÍNGUEZ, Mariluz; OQUENDO, Luis. “Si me permiten hablar...”. *Escritos*, Revista del Centro de Ciencias del Lenguaje. 2, 2002, p. 51-65.

DUBAR, Claude. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 19, n. 62, abril de 1998.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Abril Cultural. Os Pensadores, 1978.

ELIAS, Denise. “2. Reestruturação Produtiva da Agropecuária”; “3. Organização dos Complexos Agroindustriais”. In: *Globalização e Agricultura: A Região de Ribeirão Preto – SP*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2003. P. 59-185.

ELIAS, Norbert. “I – Introdução: sociologia e história”; “II – Observação preliminar sobre a formulação do problema”; “III – Estruturas de habitação como indicadores de estruturas sociais”; “IV – Particularidades da figuração aristocrática de corte”. In: *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Tradução de Pedro Sússekind. Prefácio, Roger Chartier. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 7-96.

_____. *A sociedade dos indivíduos*. Organizado por Michael Schröter; tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____. *O processo civilizacional – Investigações sociogenéticas e psicogenéticas*. Tradução de Lídia Campos Rodrigues. 2º Volume. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L.. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

EMPRESA culpa crise pela onda de cortes. *Jornal Primeira Página*, São Carlos, 07 de abril de 2009, p. Cidades.

FERNANDES, Maria Esther & ADAS, Sérgio. Capítulo I – “A produção da subcidadania no processo de (des)organização da cidade corporativa”. In: FERNANDES, Maria Esther (Coord.). *A cidade e seus limites: as contradições do urbano na “Califórnia Brasileira”*. São Paulo: Annablume; Fapesp; Ribeirão Preto: Unaerp, 2004. P. 43-77.

- FERREIRA, Jaqueline. “Capítulo 8 – O corpo sócio”. In: ALVES, Paulo Cesar. *Saúde e doença: um olhar antropológico*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994. p. 101-112.
- FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- FONSECA, Claudia. *Caminhos da Adoção*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. *Família, fofoca e honra – Etnografia e relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- FORTINO, Sabine. *Palestra “A modernização do trabalho na perspectiva das novas formas de conflitos e penosidades”*, 2009, Fundacentro: São Paulo.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Org. e trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 4ª. Ed. 1984.
- FUNCIONÁRIA deixa a Santa Casa. *Jornal Primeira Página*, São Carlos, 22 de janeiro de 2009, p. B3.
- FUNDAÇÃO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE, *Censo 2010*. Disponível em www.ibge.gov.br/censo2010 Acesso em 03 de janeiro de 2010.
- GARCIA JR., Afrânio. *O Sul – caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo, Marco Zero, Brasília DF, Editora da UnB, MCT-CNPq, 1989.
- GAZZOLA, Tranquillo; AZAMBUJA, Maria Lúcia Franco. A mulher e o processo produtivo. *Publicativo UEPG. Ciências Humanas*. 8(1): 31-49, 2000.
- GROSSI, Miriam Pilar. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. *Estudos Feministas*, Florianópolis. 1994. P. 473-483.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *Classes, raças e democracia*. São Paulo, Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, Ed. 34, 2002.
- GUIMARÃES, Nadya Araújo. Os desafios da equidade: reestruturação e desigualdades de gênero e raça no Brasil. *Cadernos Pagu*. (17/18) 2001/02: pp.237-266.
- GUTMAN, Saul Menezes & FURTADO, Marivania Leonor Souza. Territorialidade e sustentabilidade: o sistema de produção lavrador-pescador no entorno do Lago de Viana-MA. In: I Colóquio Internacional sobre desenvolvimento local e sustentabilidade, 2009. São Luís. P. 1-18.
- HIRATA, Helena. “Crise Econômica e emprego das mulheres: um estudo de caso na indústria brasileira”. In: *Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002. P. 173-194.

IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

KUENZER, Acácia Zeneida. *Pedagogia da Fábrica. As relações de produção e a educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989.

LEITE JÚNIOR, Jorge. O melhor dos dois mundos: Sexualidade, entretenimento e pornografia com travestis. In: *Fazendo Gênero* 7, 2006, Florianópolis.

LISBOA, Teresa Kleba. *Gênero, classe e etnia: trajetórias de vida de mulheres migrantes*. Florianópolis: Ed. Da UFSC; Chapecó: Argos, 2003.

MARTINS, José de Souza. “A produção capitalista de relações não-capitalistas de produção: o regime de colonato nas fazendas de café”. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas. 1979. p. 7-93.

MARTINS, Rodrigo Constante. Modernidade e Temporalidade no Trabalho Agrícola. *Teoria e Pesquisa*. N. 49. Jul/Dez de 2006, P. 67- 87.

MARX, Karl. GRUNDRISSE. *Lineamentos fundamentais para La crítica de La economia política*. 1857-1858. México: Fondo de Cultura Economica. 1985.

_____. “Capítulo V – Processo de Trabalho e processo de Produzir Mais Valia”; “Capítulo XIII – A Maquinaria e a Indústria Moderna”. In: *O Capital*. Volume I. São Paulo: Difel Editorial, 8ª ed. 1984.

MELO, Beatriz Medeiros. *Migração, Memória e Território. O trabalhador rural nordestino na Ibaté paulista*. 221p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2008.

MENEGHEL, Stela Nazareth. O Homem Elefante: reflexões sobre saúde, doença e anormalidade. *COMUNICAÇÃO, SAÚDE, EDUCAÇÃO* v.12, n.25, abr./jun. 2008, p.427-32.

MENEZES, Marilda Aparecida. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. *Raízes*, Campina Grande, vol. 21, no. 01, p. 32-44, jan/jun. 2002.

MERLINO, Tatiana. A lei está na Boca do Povo. Entrevista com Maria da Penha Maia Fernandes. *Revista Caros Amigos*. Ano XIII, número 150, setembro de 2009.

MILLS, Charles Wright. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Seleção e introdução Celso Castro; tradução Maria Luiza X. de A. Borges; revisão técnica Celso Castro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 2009.

MOREIRA, Maria Ignez Costa; RIBEIRO, Sônia Fonseca; COSTA, Karine Ferreira. “Violência contra a mulher na esfera conjugal: jogo de espelhos”. *Entre a virtude e o pecado*. COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina (org). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. P. 171-189.

MOTTA, Marília Marcondes Campoamor. *Estudo da ocorrência de acidentes entre trabalhadores de uma indústria frigorífica do Estado de São Paulo*. 2006. Dissertação (Mestrado em Pós Graduação em Enfermagem Fundamental) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo. 96 p.

MOUTINHO, Laura. Negociando com a adversidade: reflexões sobre “raça”, (homos)sexualidade e desigualdade social no Rio de Janeiro. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 14(1), janeiro-abril/2006, pp. 103-116.

NELI, Marcos Acácio. *Reestruturação produtiva e saúde do trabalhador: um estudo com os trabalhadores de uma indústria avícola*. 2006. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Ciências Médicas. Universidade de São Paulo. 100 p.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, N.10, dez/1993, p.7-28.

NORONHA, Eduardo G. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. *Lua Nova*, São Paulo, 76, 2009. p. 119-168,

NOVAES, Elizabete David. Experiência feminina: política, sociabilidade e solidariedade na periferia. *Cadernos CERU*, Série 2, n. 12, 2001. P. 53-67.

OCADA, Fábio Kazuo & MELO, Beatriz Medeiros. Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva. *Revista Nera*, Presidente Prudente. Ano 11, n. 12, p. 117-136, jan/jun 2008.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. Raça, gênero e relações sexual-afetivas na produção bibliográfica das Ciências Sociais brasileiras – um diálogo com o tema. *Afro-Ásia*, Bahia, n. 34. 2006. P. 153-188.

PASSERINI, Luisa. Mitobiografia em história oral. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, 1993, pp. 29-40.

PERROT, Michelle. “Parte II- Mulheres”. In: *OS EXCLUÍDOS DA HISTÓRIA: operários, mulheres e prisioneiros*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 167-231.

PIÑEIRO, Diego. Capítulo 1 – “Trabajo e Sociedad”; Capítulo 2 – “Las especificidades de la agricultura como actividad humana y los factores que influyen en la precarización del trabajo agrícola”. *El trabajo precario en el campo uruguayo*. Montevideo: Comisión Sectorial de Investigación Científica. Universidad de la Republica. 2008. P. 8-87.

PINSKY, Carla Bassanezi. História das mulheres, da academia para os almoços de domingo. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 15(1): 243-266, janeiro-abril/2007.

PLUMMER, Ken. “Identidade”. In: Outhwaite, W; Bottomore, T. (Ed.) *Dicionário do pensamento social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996. p. 369-371.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos - memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. *Projeto História*, São Paulo, N.10, dez/1993, p.41-58.

PRAZERES, Taísa Junqueira. *Atividade laboral e saúde: estudo com trabalhadoras da indústria de calçados de Franca (SP)*. 141p. Qualificação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Saúde da Comunidade da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2009.

QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana: ensaios*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

RAMIRO, Patrícia Alves. “Identidade e pobreza: buscando caminhos para interpretação da vida na cidade”. In: LUCENA, Célia Toledo; GUSMÃO, Neusa Maria Mendes (orgs. e apres.). *Discutindo Identidades*. São Paulo: Humanitas/CERU, 2006. P. 17-28, 2006.

RIZZI, Aldair Tarcísio. *Mudanças Tecnológicas e reestruturação da indústria agroalimentar: o caso da indústria de frangos no Brasil*. 187p. Dissertação de Mestrado do Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 1993.

ROGÉRIO, Marco. [Abatedouro] consegue recuperação judicial. *Jornal Primeira Página*, 13 de maio de 2009.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

SANTOS, Gislene Aparecida. *A invenção do “ser negro”: um percurso das idéias que naturalizam a inferioridade dos negros*. São Paulo: Educ/Fapesp, Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*, Campina Grande, vol. 21, no. 01, p. 10-31, jan/jun. 2002.

SCOTT, Joan W. “Experiência”. In: *Falas de Gênero: Teorias, Análises, Leituras*/ Org. por Alcione Leite da Silva, Mara Coelho de Souza Lago e Tânia Regina Oliveira Ramos. Florianópolis, Editora Mulheres, P. 21-55, 1999.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. V. 16, n. 2, jul/dez 1990. UFRGS. P. 5-22.

_____. O enigma da igualdade. *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 1. Florianópolis. Janeiro/Abril 2005. p. 1-12.

SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1979.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: UNESP, 2004a.

_____. “De colona a bóia-fria”. In: *História das mulheres no Brasil*/Mary Del Priore (org.); 7. ed. – São Paulo, Contexto, 2004b, p. 554-577.

_____. *Errantes do fim do século*. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1999.

_____. “Greve na fazenda”. In: NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Ap. de Moraes (orgs.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil*. Vol. 1: formas tuteladas de condição camponesa. São Paulo, Editora UNESP; Brasília, DF, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. 2008a, p. 207-232.

_____. Mortes e acidentes nas profundezas do ‘mar de cana’ e dos laranjais paulistas. *INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente* - v.3, n.2, Artigo 1, abr./ agosto 2008b. p. 1-31. www.interfacehs.sp.senac.br.

_____. “Mulheres bóias-frias a caminho do eito”. *Entre a virtude e o pecado*. COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina (org). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. P.147-168.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes & MELO, Beatriz Medeiros. “Partir e ficar. Dois mundos unidos pelas trajetórias de migrantes”. *REMHU. Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*. ANO XVII. N. 33. Jul/dez 2009. P. 129-151.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MELO, Beatriz M.; APPOLINÁRIO, Andréia P. A família tal como ela é nos desenhos de crianças. *Ruris*. Volume 1, Número 1, março de 2007. pp. 105-155.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes e MENEZES, Marilda Aparecida de. Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões. *NEAD*, 2006. Disponível em: http://www.nead.org.br/memoriacamponesa/arquivos/leitura/Migracoes_Rurais_no_Brasil_velhas_e_novas_questoes.pdf. Acessado em 22 de abril de 2009.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. et al. Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado. *Revista Eletrônica NERA*, ano 9. n.8, 2006. Disponível em: <www.prudente.unesp.br/dgeo/nera>. Acesso em 05/08/2006.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. *Educação e identidade dos negros trabalhadores rurais do Limoeiro*. Tese (Doutorado) defendida no Curso de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1987. 293 p.

SIMMEL, Georg. “1. O âmbito da Sociologia”. In: *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

STOLCKE, Verena. *Cafecultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

_____. O enigma das interseções: classe, “raça”, sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 14(1), janeiro-abril/2006, pp. 15-42.

THOMPSON, Edward Palmer. XV - “O Termo Ausente: Experiência”. In: *A MISÉRIA DA TEORIA – ou um planetário de erros*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar Editores: P. 180-201. 1981.

_____. *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*; tradução Denise Bottmann. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado – História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TORRES, Antonio J.; et al. (orgs.). Projeto LUPA 2007/2008: Censo Agropecuário do Estado de São Paulo (banco de dados). São Paulo, 2009. In: *Consórcio de Informações Sociais*, 2010. Disponível em: <www.cis.org.br>. Acesso em 30/04/2010.

VENOSA, Roberto. O Gênero do Trabalho Emocional. *São Paulo em Perspectiva*, 8 (1): 58-3, janeiro/março 1994.

VEREADORES visitam abatedouro. *Jornal Primeira Página*, São Carlos, 13 de março de 2009, p. A3.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. En publicacion: *¿Una nueva ruralidad en América Latina?*. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. ISBN: 950-9231-58-4. P. 31-44.

WEEKS, Jeffrey. “O corpo e a sexualidade”. In: LOURO, Guacira Lopes. *O Corpo educado. Pedagogias da Sexualidade*. 2ª. Ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2000. pp. 35-82.

WEIL, Simone. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. pp. 11-127.

WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade: Na História e na Literatura*. Tradução Paulo Henriques Britto . São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

WITKOSKI, Antônio Carlos. *Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais*. Manaus: EDUA, 2007 (Série Amazônia: a terra e o homem).

APÊNDICE A. Questionário biográfico e roteiro de entrevista

Questionário Biográfico – “Do Eito ao Chão do Abatedouro: Reflexões e Narrativas das Mulheres no Contexto da Ressignificação do Rural”

**Pesquisa de Mestrado – Juliana Dourado Bueno
Orientadora: Maria Aparecida de Moraes Silva**

Data: ____/____/____ **Horário:** ____:____

Local onde foi realizada a entrevista: _____

Pessoas presentes no local: _____

Entrevistador(a): _____

Nome: _____

Apelido: _____

Endereço: _____

Telefone para contato: _____

Melhor horário para encontrar: _____

Ponto de Referência: _____

Data de nascimento: ____/____/____ **Local:** _____

Estado civil: () Casada () Civil () Religioso **Cor/Raça:** () Amarelo
() Amigada () Branco
() Solteira () Indígena
() Viúva () Preto
() Divorciada () Pardo
() Separada

Ocupação atual: _____

Nível de Escolaridade:

() Analfabeta

() Sabe assinar o nome

1ª a 4ª série () incompleto () completo

5ª a 8ª série () incompleto () completo

Ensino Médio () incompleto () completo

Superior () incompleto () completo

Quantas pessoas moram na casa? () pessoas

Quem são essas pessoas?

Dados da Família Consanguínea:

Parentesco	Sexo	Idade	Estado Civil	Nível de Escolaridade	Ocupação Profissional
Avó M	F				
Avô M	M				
Avó P	F				
Avô P	M				
Pai	M				
Mãe	F				
Irmãos:					

Dados da Família Conjugal:

Parentesco	Sexo	Idade	Estado Civil	Nível de Escolaridade	Ocupação Profissional
Marido	M				
Filhos:					

Residentes na Unidade Doméstica: (pessoas que vivem na mesma casa e que não foram citadas nos quadros anteriores)

Parentesco	Sexo	Idade	Estado Civil	Nível de Escolaridade	Ocupação Profissional

Movimento Migratório

Origem		Destino		Ano	
Motivação					
Acompanhantes					
Atividades exercidas na cidade de destino					

Origem		Destino		Ano	
Motivação					
Acompanhantes					
Atividades exercidas na cidade de destino					

Origem		Destino		Ano	
Motivação					
Acompanhantes					
Atividades exercidas na cidade de destino					

Origem		Destino		Ano	
Motivação					
Acompanhantes					
Atividades exercidas na cidade de destino					

Origem		Destino		Ano	
Motivação					
Acompanhantes					
Atividades exercidas na cidade de destino					

**“Do Eito ao Chão do Abatedouro: Reflexões e
Narrativas das Mulheres no Contexto da Ressignificação do Rural”
Pesquisa de Mestrado – Juliana Dourado Bueno
Orientadora: Maria Aparecida de Moraes Silva**

Roteiro de Entrevista

Pedir para a pessoa contar um pouco sobre a sua história de vida. Começando pelo local em que nasceu, como era a rotina quando criança, depois que foi crescendo até chegar nos dias de hoje.

Família, Gênero e Trabalho

Quando era criança, você ajudava nos trabalhos domésticos? O que fazia? E os meninos da casa, o que faziam?

- (caso tivessem roçado) Você também ajudava no roçado? Quem cuidava do roçado?

Trabalho

Qual foi o primeiro trabalho que exerceu na sua vida? De lá para cá, quais trabalhos você esteve empregada? Quais deles foram com carteira assinada?

(Verificar se já trabalhou em fazenda, sítio, chácara).

Já exerceu atividade no meio “rural”? O que fazia? Qual era a forma de contrato e remuneração? Ganhava por diária ou por produção? Como ficou sabendo desse trabalho?

- Em que fases trabalhou no corte da cana: corte de bituca, plantio, corte manual da cana?

- Você se lembra quanto ganhava na diária? E quantas toneladas de cana cortava? Quantas caixas de laranja colhia?

(Tentar perceber quem provia a casa quando ela trabalhava na cana/laranja, se era casada)

- O que você fazia no período da entressafra?

Você já ficou desempregada? Por quanto tempo? Como se manteve nesse período?

Qual dos trabalhos que você já fez que considerou mais difícil de entrar?

Alguém mais da sua casa trabalha fora? Como é aplicada essa renda? Quem paga o que?

Você ou alguém entre as pessoas que moram na sua casa tem outra fonte de renda que não seja fixa? (Venda de doces, artesanatos...)

Atualmente, quem é a provedora ou o provedor da casa?

Abatedouro

Como ficou sabendo do trabalho no abatedouro? Quais os critérios de seleção para o trabalho?

Quais são as formas de remuneração e contrato? Há registro em carteira?

Qual atividade, especificamente, exerce(u) no abatedouro? Quais são/foram elas?

Quantas pessoas trabalham na sua seção?

Conhece as outras atividades que são realizadas no interior do abatedouro? Quais são elas?

Conhece alguém que tenha trabalhado ou ainda trabalha na **granja**? (**Pegar o contato**)

Há uma separação entre as atividades realizadas pelas mulheres e homens?

- Como é o ambiente de trabalho? Vocês conversam com as outras pessoas da linha?

- E com os encarregados e fiscais? O que os encarregados costumam fazer e falar com o pessoal da linha?

- Você já discutiu com alguém no trabalho? Por qual motivo? Conhece alguém que tenha discutido?

- Tem alguma hora específica para ir ao banheiro, beber água ou comer alguma coisa?

- Quanto tempo vocês têm de almoço? A empresa fornece a comida?

O que te deixa mais feliz quando lembra do seu trabalho?

O que te deixa mais triste quando lembra do seu trabalho?

Como se sente, fisicamente, enquanto está trabalhando?

- Há exercícios físicos de alongamento antes do início das atividades no trabalho?

- A empresa fornece equipamentos de segurança? Quais? O valor dos equipamentos é descontado do salário?

- Já se machucou no trabalho? Conhece alguém que tenha se machucado? Que tipos de acidentes são mais frequentes?

- Como são tratados os casos de acidentes de trabalho? Já procurou um posto de saúde/hospital em razão dos esforços no trabalho?

- Como se sente no final da jornada de trabalho quando retorna para casa?

Das pessoas que você conhece que trabalham no abatedouro, quem está lá há mais tempo? Em que ano, mais ou menos, essa pessoa começou a trabalhar lá?

Durante todo o tempo em que você trabalhou, considerando todos os lugares, você já colocou na Justiça algum patrão? O processo já foi julgado? Como se encerrou?

- Conhece alguém que tenha colocado o patrão na Justiça? Como foi?

- Em que casos você colocaria o patrão na Justiça?

Você participou de alguma manifestação que teve por causa das demissões? O que acha das pessoas que participaram?

Você participou de alguma negociação com a empresa em razão das demissões?

Quantas pessoas foram demitidas? Teve pagamento?

Você já participou de alguma reunião do Sindicato de sua categoria?

- Você saberia dizer o que eles têm feito ou não pelos trabalhadores?

Você pensa em trabalhar em outros setores? Há alguma profissão que você gostaria de realizar? Se pudesse escolher, estaria trabalhando com quê?

Família, Gênero e Trabalho

Como você considerava o casamento antes de se casar? E agora, como vê o casamento?

O que acha das mulheres que não se casam?

O que você acha que o homem e a mulher têm que fazer pela família? E os filhos e filhas?

Como é sua rotina (e a do seu companheiro) desde a hora que levantam até a hora de dormir?

Você cria algum animal ou cultiva alguma planta?

O que é ser mãe? Você pensava em ter filhos? Pensa em ter mais filhos?

O que você pensa sobre adoção? Já cuidou do filho de alguém? Daria um filho para adoção?

O que você pensa sobre aborto? Conhece alguém que tenha realizado?

Redes Sociais, Atividades Rotineiras e Relação com a cidade

Quando não está em casa, o que está fazendo?

O que você faz durante o dia que te deixa alegre? O que você faz mas não gostaria de fazer?

Como é o relacionamento com os vizinhos e vizinhas? Vocês conversam bastante?

Frequentam as casas um dos outros?

Você costuma sair de casa nos fins de semana? Que horas costuma sair? O que faz?

Quem te acompanha?

Tem algum local da cidade que você gostaria de ir mas não vai? Por que? O que tem lá?

Em que locais você não gosta de ir?

O que você faz para se divertir?

Você já foi insultada em algum local (trabalho, rua, igreja, festas)? Alguém da sua família já foi insultado? Qual foi a situação?

Você gosta do bairro em que vive? O que tem na cidade que te agrada? O que tem que te desagrada?

Dos locais em que você já viveu (municípios e bairros), qual deles você mais gostou de viver? Por que? Se pudesse escolher, onde estaria vivendo hoje?

Religião

Você tem alguma religião?

Você acredita em Deus? Quais são os poderes Dele?

Qual é o papel da Igreja? Tem alguma importância para a pessoa, família e sociedade?

Você frequenta ou já frequentou benzedeiros ou curandeiros?

Que dias você vai à igreja? Há algum grupo que participa?

Há regras para os membros da igreja? O que acha dessas regras?

Perspectivas

Você tem algum sonho que já realizou? Algum sonho para realizar?

Como você imagina sua vida daqui alguns anos?

Onde você espera trabalhar daqui alguns anos?

Onde espera que seus filhos trabalhem?

Como imagina sua família daqui alguns anos?

APÊNDICE B. Roteiro da conversa com o Delegado de Trabalho de São Carlos

Temas para abordar na conversa com o Delegado do Trabalho

- Como é a intervenção do Ministério do Trabalho de São Carlos nos frigoríficos e abatedouros da região?
- A partir de que fatos e acontecimentos se deu o início da atuação específica no abatedouro? Em que data se iniciou?
- Houve algum contato com os Sindicatos (Trabalhadores Rurais e Empregados da Indústria Alimentar) da cidade com o Ministério?
- Como é realizada a abordagem? Foram visitados o interior do abatedouro e a granja? Quais setores?
- O Ministério ouviu o relato dos trabalhadores? Quais foram as exposições?
- Qual foi a situação verificada no que se referem às condições de salubridade do local e o uso de EPI's?
- Qual a situação de trabalho em cada setor? Há riscos na execução das tarefas?
- O Ministério tomou conhecimento do acidente da funcionária que teve o braço decepado na máquina no interior do abatedouro?
- Quais foram as recomendações do Ministério para o abatedouro e granja?
- Qual a postura da administração do abatedouro frente às recomendações?
- O Ministério teve contato com as negociações em razão das demissões?
- Quantas foram as demissões?

Observação - Números referentes às demissões, de acordo com:

- Sindicato – aproximadamente 1.500
- Imprensa divulgou 1.100
- Setor do RH da empresa- demissão de 640 no abatedouro (sem contar a granja) nos meses de fevereiro, março e abril de 2009.